

# **Africana Studia**

REVISTA INTERNACIONAL DE ESTUDOS AFRICANOS  
INTERNATIONAL JOURNAL OF AFRICAN STUDIES

**Centro de Estudos Africanos**  
Universidade do Porto

## **AFRICANA STUDIA**

**Revista Internacional de Estudos Africanos/International Journal of African Studies**

**Email:** africanastudia@letras.up.pt

**N.º de registo:** 124732

**Depósito legal:** 138153/99

**ISSN:** 0874-2375

**DOI:** <https://doi.org/10.21747/0874-2375/af>

**DOI Africana Studia n.º 38:** <https://doi.org/10.21747/0874-2375/af38>

**Editor/Entidade proprietária:** Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto

FLUP – Via Panorâmica s/n – 4150-564 Porto

**Email:** ceaup@letras.up.pt

**NIF da entidade proprietária:** 504045466

**Diretor:** Maciel Morais Santos (caup@letras.up.pt)

**Secretariado:** Carla Delgado

**Revisão gráfica e de textos:** Henriqueta Antunes

**Sede da Redação:** FLUP – Via Panorâmica s/n – 4150-564 Porto

**Tiragem:** 200 exemplares

**Periodicidade:** semestral

**Design capa:** Sersilito

**Execução gráfica:** Sersilito-Empresa Gráfica, Lda. – Tv. Sá e Melo 209, 4471-909 Maia

**Conselho científico/Advisory Board:** Adriano Vasco Rodrigues (CEAUP), Alexander Keese (U. Genève/CEAUP), Ana Maria Brito (FLUP), Augusto Nascimento (FLUL), Dmitri Bondarenko (Instituto de Estudos Africanos – Moscovo), Eduardo Costa Dias (CEA-ISCTE), Eduardo Medeiros (U. Évora), Emmanuel Tchoumtchoua (U. Douala), Fernando Afonso (Unilab/CEAUP), Jean Gormo (U. Maroua/CEAUP), Joana Pereira Leite (CESA-ISEG), João Garcia (FLUP), José Carlos Venâncio (U. Beira Interior), Malyn Newitt (King's College), Manuel Rodrigues de Areia (U. Coimbra), Manzambi V. Fernandes (Faculdade de Letras e Ciências Sociais de Luanda/CEAUP), Michel Cahen (IEP–U. Bordéus IV), Mohammed Nadir (CEAUP), Nizar Tadjiti (U. Tetouan/CEAUP), Paul Nugent (U. Edimburgo), Paulo de Carvalho (Faculdade de Letras e Ciências Sociais de Luanda) e Philip Havik (IHMT).

**Conselho editorial/Editorial Board:** Amina Aty, Amélia Queirós, Carla Delgado, Flora Oliveira, Francisco Topa, Jorge Teixeira, Maciel Santos, Mourad Aty, Rui da Silva e T. P. Wilkinson.

**Venda online:** <http://www.africanos.eu/caup/loja.php>

**Advertência:** Proibida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação (na versão em papel ou eletrónica) sem autorização prévia por escrito do CEAUP.

*Africana Studia* é uma revista publicada com arbitragem científica.

*Africana Studia* é uma revista da rede Africa-Europe Group for Interdisciplinary Studies (AEGIS).

**Capa:** Store signs at the central business district of Nakuru, Kenya. 2022. Photo: Diana Takacsova.

### **Diana Takacsova – Visual consultant and photo editor**

Diana Takacsova is a research-driven photographer whose work explores questions of identity, belonging, migration, and the human relationship to environment. She is currently based between Belgium and Slovakia. [ww.diatakacsova.com](http://ww.diatakacsova.com)

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P. no âmbito do Projeto UIDB/00495/2020.

# Africana Studia

REVISTA INTERNACIONAL DE ESTUDOS AFRICANOS  
INTERNATIONAL JOURNAL OF AFRICAN STUDIES

N.º 38 – 2.º semestre – 2022

## Índice

Editorial.....	5
----------------	---

### África e os ODS: objetivos com futuro?

#### Desenvolvimento - políticas e realidade

Políticas de investimentos agrícolas em Angola: projetos em concorrência e as tendências do século XXI .....	9
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---

**Garcia Neves Quitari**

Eficiência técnica das instituições de microfinanças na região da União Económica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA) .....	21
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

**Abdoulaye Aboubacari Mohamed, Felipe Miranda de Souza Almeida, Gabriel Teixeira Ervilha e João Eustáquio de Lima**

Sino-Africa Relations and Implications for Neo-colonialism: a Case of China's Involvement in Ghana's Textiles and Mining Industries and its Implications in Achieving the Sustainable Development Goals in Ghana .....	39
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

**Gideon Asante Yeboah, Kelvin Acheampong e Prince Henry Ebbey**

A Agenda 2030 e a Economia Azul enquanto vetor para o desenvolvimento sustentável e diversificação económica em Angola. ....	55
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

**Damião Fernandes Capitão Ginga**

Security and Sustainable Development in Africa: What Role for AFRICOM in the Continent .....	69
----------------------------------------------------------------------------------------------	----

**Mourad Aty**

#### Desenvolvimento - sociedade e opinião

Traços da política de emigração da África Subsahariana. Fluxo ou refluxo da Agenda 2030?.....	89
-----------------------------------------------------------------------------------------------	----

**Issau Agostinho**

Centralidade de Quibauá/Angola - Um olhar a partir dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e da Educação Informal .....	101
<b>Ana Pérez, Teresa Medina e Júlio Santos</b>	
Objetivo Desenvolvimento Sustentável 4, nas redes sociais. O que se pode concluir? Análise do Twitter de 2020 a 2022. ....	117
<b>Rui da Silva e Carla Delgado</b>	
<b>Entrevista</b>	
Mario Novelli .....	
<b>Entrevista conduzida por Rui da Silva e Miguel Filipe Silva</b>	129
<b>África em debate – Poderes e identidades</b>	
Whither Diversion or Broadening the Bargaining Space: Why Africa Needs New Non-traditional Partners in Development Cooperation .....	143
<b>Armstrong Mudzengerere</b>	
<b>Notas de leitura</b>	
Mark Bray. <i>Educação Sombra na África: Tutoria Privada e suas Implicações para as Políticas Públicas</i> .....	157
<b>Rui da Silva</b>	
Eduardo Medeiros. <i>Rotas da moção. Sino-moçambicanos na época colonial (1885-1975) e suas diásporas pós-independência</i> .....	159
<b>Augusto Nascimento</b>	
<b>Resumos</b> .....	165
<b>Legendas das ilustrações</b> .....	173

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são o tema central do dossier temático deste número da Revista “Africana Studia”, o qual resulta da reflexão que iniciamos com os estudantes do primeiro *cohort do European Interdisciplinary Master African Studies (EIMAS)*, na unidade curricular de *Development Cooperation*.

Esta reflexão conjunta fez nascer o desafio de prolongar o trabalho conjunto com os alunos e alunas. Em março de 2020, num momento particularmente difícil, devido ao surto pandémico, conseguimos levar à cena uma conferência internacional, com o título *Sub-Saharan Africa and the Sustainable Development Goals: perspectives, implementation and pressing issues*.

A Agenda 2030 atualmente ocupa uma parte importante do debate a nível global, envolvendo o setor público, o privado e a sociedade civil. Embora ainda seja cedo para a avaliar, é possível concluir que os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) associados a esta Agenda, devido à sua abrangência e possibilidade de múltiplas interpretações, até ao momento parece ter um impacto político limitado a nível global, nacional e local.

Uma revisão sistemática recente que faz uma meta-análise sobre estudos publicados sobre a Agenda 2030 mostra esta tendência, referindo que os “studies still tend to focus on a limited number of the 17 SDGs and only some of their interactions. Certain SDGs are under-researched as a result, such as SDGs 10 and 12, and comprehensive integrated studies that cover all 17 SDGs and their interactions are rare” (Biermann *et al.*, 2022: 4).

Tendo estes pressupostos em mente, este número da revista “Africana Studia” pretende contribuir para a reflexão sobre a contribuição dos Estados Africanos para os ODS, através do setor público, privado e da sociedade civil, bem como as alternativas emergentes neste continente à referida Agenda.

A entrevista a Mario Novelli pretende trazer uma outra profundidade ao debate sobre os ODS, refletindo sobre formas alternativas de pensar e ver o mundo, uma vez que como é referido pelo entrevistado “there’s also something epistemologically western and myopic about the SDGs, you know (...)”

O presente número também inaugura uma prática que pretendemos continuar no futuro, a colaboração mais íntima com os estudantes de Estudos Africanos e de outras áreas e com o setor artístico e cultural.

Descrito ficou já o trabalho conjunto com os alunos e alunas do *Mestrado Internacional em Estudos Africanos (EIMAS)*. Importa agora revelar que as fotografias deste número contam com a colaboração da fotógrafa Diana Takacsova como curadora. Participação que os dois editores gostariam de agradecer, pelo enriquecimento das páginas deste número e pelo que trouxe de um “outro olhar” aos textos.

**Rui da Silva\***  
**Miguel Filipe Silva\*\***

\* CEAUP.

\*\* CEAUP e IHC-FCSH, UNL, Investigador.

**MARADUFU**

+255 784 000 000  
www.gsmgroup.africa

YA  
MUNGI

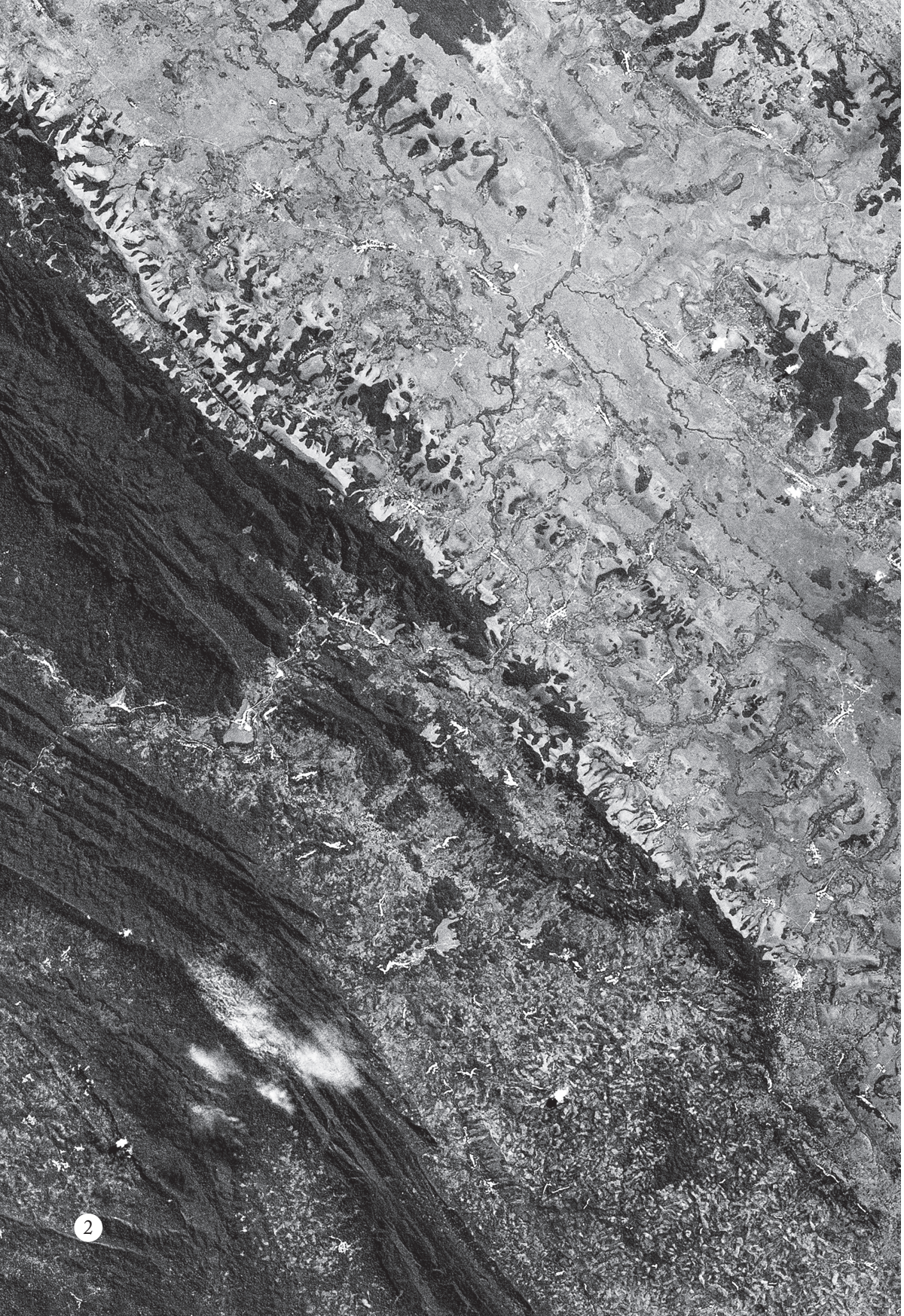
Piga \*150\*01#

Mambo MAMBA!

BC 986  
BKX

*Desenvolvimento  
– políticas e realidade*





# Políticas de investimentos agrícolas em Angola: projetos em concorrência e as tendências do século XXI

Garcia Neves Quitari\*

pp. 9-19

## Introdução

Nos meses imediatamente seguintes à tomada de posse para o primeiro mandato, diversos analistas políticos destacaram que, ao contrário do seu antecessor, o atual presidente de Angola priorizaria uma diplomacia mais económica, privilegiando o estabelecimento de relações mais fortes com países estratégicos que pudessem contribuir para o almejado desenvolvimento de Angola.

Nesse sentido, durante os dois primeiros anos do mandato em causa, este presidente visitou vários países, dentre os quais, a França, os Estados Unidos da América, Bélgica, Portugal, África do Sul, China, Emirados Árabes Unidos e a Rússia. Como recorrentemente afirmado em seus discursos, estas visitas tinham também como objetivos o estreitamento de relações comerciais e de cooperação e, por conseguinte, atrair investimentos para Angola.

No seu discurso, na ocasião da 75.ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, por exemplo, ocorrida em 2020, o presidente de Angola propôs que os membros do G20 criassem nos seus países fundos de apoio para os investidores que quisessem investir em África. No caso de Angola, um dos setores da economia para os quais se buscam estes investimentos é o setor da agricultura, com destaque para o agronegócio.

Neste contexto, o presente artigo visa refletir sobre as políticas de investimentos agrícolas em Angola. Para tal, pretende também analisar brevemente a presença do capital estrangeiro na história recente de Angola relativamente à exploração dos recursos naturais e, particularmente, na agricultura.

Nosso principal argumento é de que a atual orientação da política económica tende para o alargamento da presença do capital estrangeiro em Angola, através do Investimento Direto Estrangeiro (IDE), em contraposição ao enfoque no desenvolvimento económico centrado no fortalecimento do empresariado nacional, orientação dominante mais ou menos nas últimas quatro décadas pós-independência.

Esta reflexão impõe a necessidade de considerações relativamente aos projetos de desenvolvimento agrícola implementados no decurso deste tempo, mas também os efeitos e as consequências dos recentes desdobramentos do governo angolano para promover o investimento

 <https://doi.org/10.21747/0874-2375/afr38a1>

\* Universidade Agostinho Neto.

privado e estrangeiro no âmbito dos planos de desenvolvimento da economia no período pós-guerra civil<sup>1</sup>.

Para o efeito de melhor de compreensão, este texto inclui também uma breve caracterização geral dos investimentos na agricultura feitos no final da era colonial, fase em que se assiste maior entrada de capital estrangeiro na então província ultramarina de Angola.

## Investimentos na era colonial e pós-independência

### Investimentos agrícolas na era colonial

Até o início do século XX, o regime colonial português ainda apresentava resistência à entrada do capital estrangeiro nas colónias, seja no que se referia aos investimentos nos setores produtivos e bancários, seja no que dizia respeito à concessões de terra<sup>2</sup>. Por outro lado, o capital privado nacional também era inexpressivo e predominantemente representado por uma elite ligada ao comércio.

O interesse de Portugal pela agricultura em África começaria a ganhar grandes dimensões depois da independência do Brasil (1822) e, sobretudo com o início da 1.ª República de Portugal em 1910<sup>3</sup>. A partir deste momento, as Cartas - de - Lei da Coroa Portuguesa e os regimes de sesmaria cederiam lugar para os decretos que passaram a regular a concessão de terra nas colónias até 1974. Mas é, principalmente, com o regime militar instaurado em 1926 que Portugal passaria a promover a entrada intensiva de um capital metropolitano e estrangeiro em Angola.

Vários fatores de ordem económica e política contribuiriam para esta decisão. Alguns destes fatores políticos foram exatamente a necessidade de tentar contrapor-se aos descontentamentos dos povos das colónias; às tendências separatistas e o receio de invasão de territórios por parte das outras potências coloniais, a exemplo da União Sul-Africana. Era necessário ocupar efetivamente as colónias, razão pela qual também se observou a partir desse período um forte incentivo à migração de portugueses para as colónias<sup>4</sup>.

Um outro fator político importante dizia respeito às pressões contra o regime militar em Portugal, particularmente, as pressões pela terra. Apesar de já ser um problema social importante desde a 1.ª República, o governo do Estado Novo (1933-1974), por exemplo, manteve uma política agrária que beneficiava o latifúndio a custo de um crescente número de camponeses e trabalhadores rurais sem terra, tornando a questão agrária um dos problemas políticos mais relevantes até 1975<sup>5</sup>.

De entre os fatores económicos, destaca-se o esforço de reposicionamento de Portugal na economia mundial, com o qual tentava abandonar a posição de fornecedor de matéria-prima bruta para uma economia exportadora de bens manufaturados centrada na agroindústria e na indústria extrativista.

Portugal também se empenhava para a integração das economias metropolitana e colonial, no que poderia vir a se constituir como espaço de moeda única, de livre circulação de mercadorias, incentivando, por exemplo, a deslocação de unidades produtivas para as colónias.

<sup>1</sup> A guerra civil em Angola teve início após a independência em 1975 e terminou efetivamente em 2002. Na década de 1990, iniciaram-se os acordos de paz, foram realizadas as primeiras eleições (1992), mas a guerra foi retomada depois da contestação dos resultados eleitorais por parte da UNITA. Ver sobre este assunto Costa (2010), Cafussa (2014) e António (2015).

<sup>2</sup> Ver Torres (1983) e Amaral (2017).

<sup>3</sup> Sob esta perspetiva, ver Castelo (1998) e Freudenthal (2005).

<sup>4</sup> Entre 1961 e 1974, a Junta Provincial de Povoamento de Angola (JPPA) foi o órgão colonial responsável pela transferência de portugueses (e cabo-verdianos) e pela criação dos colonatos agrários. Sobre este assunto, neste texto, ver também Neto, 1999 e Castelo, 2007.

<sup>5</sup> A Reforma Agrária em Portugal só viria acontecer depois da Revolução de 25 de Abril de 1974. Sobre este assunto, ver por exemplo: Cunhal (1968), Baptista (1994) e Varela & Piçarra (2016).

Como muitos autores sugerem, a integração e o centralismo seriam as principais características da colonização portuguesa em África no início do século XX<sup>6</sup>.

É neste contexto de maior entrada do capital nacional e estrangeiro que se intensifica a industrialização em Angola e que se verifica o começo de uma articulação entre agricultura e indústria, com forte presença de companhias estrangeiras. Segundo Torres (1983), nesta altura também, entram em Angola, por exemplo, a Caixa de Crédito Agro-Pecuário (1961), o Banco de Crédito Comercial e Industrial (1965) e o Banco Totta Standard de Angola (1966). Nas fases mais avançadas desta empreitada, entre 1959 e 1964, depois, entre 1968 e 1973, o governo colonial implementou os planos de Fomento II e III, respetivamente, que consistiram em investimentos avultados para o desenvolvimento e modernização produtiva em Angola. Direcionados para infraestruturas de comunicação, transportes e indústria, foi neste momento que conhecidas multinacionais passariam a representar o capital dominante, sobretudo no setor extrativista, primeiro, com a exploração do mineiro de ferro e, posteriormente, com o petróleo e diamante<sup>7</sup>.

Tal como com constituído esta distribuição do capital, viria a se formar inicialmente em Angola uma concorrência entre uma burguesia local, historicamente ligada ao comércio, uma burguesia metropolitana diversa e uma burguesia mais internacional ligada às grandes companhias e conglomerados internacionais.

À propósito do desenvolvimento agrícola, o governo colonial projetou uma política agrícola assente na sua divisão em dois setores, nomeadamente, o setor familiar/tradicional e o empresarial, este último representado por companhias nacionais e estrangeiras, à exemplo da COTONANG, empresa belga de exploração de algodão.

Na década de 1960, o governo colonial fundou a Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola (MIAA) e em 1969 a Extensão Rural de Angola (ERA), ambas instituições encarregadas de fazer estudos geomorfológicos, mapeamento agrícola e de prover um conjunto de apoio técnico às empresas e aos camponeses para o aumento da produtividade e melhoria da qualidade da produção (Neto, 1999; 2008).

Os resultados destes investimentos colocariam Angola entre os maiores exportadores mundiais de algodão, café e sisal entre as décadas de 1960 e 1970, assim como também de *commodities* minerais, principalmente com a exploração de diamante, ferro e petróleo, tal como assinalado por Eduardo de Sousa Ferreira (1985).

### Políticas agrícolas durante o socialismo

Depois da proclamação da independência (1975), iniciou-se em Angola a constituição de uma república socialista de inspirações marxista-leninista, que vigorou até ao início da década de 1990. Em virtude disso, a propriedade privada teria sido abolida ainda em 1976, através da Lei n.º 3/76 de 1976 e a maioria das empresas privadas foi confiscada, nacionalizada ou intervencionada para a estatização, tal como refere Manuel Ennes Ferreira (2002). Estas empresas, sobretudo, as ligadas à indústria transformadora, dentre as quais as dos setores de pescas, alimentos, bebidas, metalurgia e agropecuária, passariam a constituir um património do Estado, designado de Unidades Económicas do Estado (UEE)<sup>8</sup>.

Mas o confisco da propriedade privada teve algumas exceções, seja em relação à terra, seja no que diz respeito às empresas, principalmente as empresas estrangeiras do setor extrativista. Adicionalmente a estas medidas, foram também criadas empresas estatais para exploração de petróleo e de diamante, respetivamente, a SONANGOL (1976) e mais tarde a ENDIAMA

<sup>6</sup> Neste texto, ver por exemplo: Torres, 1983; Ferreira, 1985 e Castelo, 2014.

<sup>7</sup> Neste texto, ver Torres (1983), Ferreira (2002) e Bonfim *et al.* (2016).

<sup>8</sup> Ver também Bonfim *et al.* (2016).

(1981), que passariam a concessionar e a concorrer com empresas internacionais já estabelecidas desde a era colonial, a exemplo da Chevron e da De Beers.

No setor da agricultura, foram criadas empresas estatais - como a ENCAFE, para produção e comercialização do café, a ENCODIPA para a aquisição e distribuição da produção agrícola - compondo um circuito no qual estavam integradas fazendas, cooperativas, associações agrícolas e camponeses individuais<sup>9</sup>. Foram também criadas estruturas ao nível do Ministério da Agricultura para dinamização das várias áreas, como a pecuária, como a criação da Direção Nacional de Apoio à Produção Pecuária (DINAPROP), por exemplo.

Segundo muitos autores, o período socialista representou uma fase de empobrecimento da agricultura, dentre outras, pelas seguintes razões: **a)** inadaptação dos camponeses ao modelo de produção coletivista, “exógeno” aos africanos, **b)** os desalinhamentos dos camponeses com os objetivos ideológicos da revolução, **c)** as dificuldades de equacionar uma economia centralizada com a economia capitalista, **d)** os efeitos do choque causado pela crise do petróleo de 1979 e **e)** a guerra civil.<sup>10</sup>

Entretanto, estas razões são insuficientes para explicar a relação entre o regime socialista e a decadência da agricultura. Por exemplo, o modelo de produção coletivista é comum aos camponeses africanos, tendo sido aproveitado no sistema colonial e no sistema socialista, com diferença deste ter introduzido a sua componente ideológica da eliminação do lucro. Até o presente contexto, a base sobre a qual se organizam as associações, cooperativas camponesas e muitas iniciativas na agricultura de pequena escala é, em grande medida, é o modo de produção coletivista.

É necessário realçar que, ao contrário do que atualmente se propaga nos debates em torno do desenvolvimento agrícola e rural de Angola - nos quais, invariavelmente, tem se comparado a situação de hoje com o período colonial - o modelo da grande empresa agrícola capitalista naquele período não representou no todo um sucesso (Silva, 1969; Neto, 1999; Castelo, 2007).

Globalmente, a agricultura, na fase final deste período, vinha perdendo importância face ao crescimento do setor extrativista, para o qual migrou parte considerável da mão-de-obra camponesa. E ainda assim, os bons resultados na agricultura nas décadas de 1960/70 foram alcançados graças à agricultura camponesa, em grande medida, mediante incorporação do trabalho obrigatório<sup>11</sup>.

Nesta lógica, os 14 anos de guerra colonial e a guerra civil parecem terem contribuído mais para a decadência da atividade agrícola, principalmente, a partir de 1987, momento simbolizado pela histórica Batalha do Cuito Cuanavale<sup>12</sup>.

Nota-se que algumas das consequências graves destas guerras para agricultura foram a destruição das infraestruturas, particularmente, as estradas e pontes e um longo período de êxodo rural. Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (*Apud* Lopes, 2018), desde a guerra colonial até 2002, estimava-se que mais de 4 milhões de pessoas teriam abandonado as áreas rurais em busca de segurança, o que até a esta altura representava aproximadamente 25 % da população nacional.

Também, deve-se ter em conta que durante o período de guerra civil, especificamente entre o final da década de 1980 e a metade de 1990, ocorreu um desinvestimento acentuado em todos os setores da economia ao qual a agricultura não foi exceção. Neste intervalo, a

<sup>9</sup> ENCODIPA: Empresa Nacional de Comercialização e Distribuição de Produtos Agrícolas e ENCAFE: Empresa Nacional de Café. Para mais detalhes sobre estas empresas, ver: Neto (1999).

<sup>10</sup> Ver, por exemplo, Pacheco (2003), Milando (2013), Bonfim *et al.* (2016) e Pain (2020).

<sup>11</sup> Neste texto, ver também Ferreira (1985).

<sup>12</sup> A Batalha do Cuito Cuanavale (1987-88) foi um importante confronto militar na região sul de Angola, envolvendo forças estrangeiras, nomeadamente, de Cuba ao lado do MPLA e forças da antiga República Sul Africana, ao lado da UNITA. Em termos gerais, esta batalha assinala o início do recrudescimento do conflito armado entre os dois movimentos.

participação do setor agrícola nas receitas do Estado chegou a perto de zero, tendo vindo a variar positivamente até 2 % apenas entre 2000 e 2005 (IDIA e CEGIA, 1998; Banco Mundial, 2006).

Enquanto isso, até o início da década de 2000, a população rural sobreviveu fundamentalmente de ajudas humanitárias e a produção agrícola ficou circunscrita a alguns poucos cinturões de verdes nas periferias de capitais de algumas províncias que gozavam de relativa segurança, a exemplo de Luanda e Benguela.

### **Política de investimentos durante o socialismo**

A primeira lei de investimento privado pós-independência foi promulgada em 1979 através da Lei n.º 10/79 de 22 de junho. Mas, apesar da sua abertura formal aos investimentos estrangeiros, esta lei apresentava relativa restrição a estes tipos de investimentos fora do setor petrolífero. Também impunha alguns “condicionalismos” à constituição de sociedades para investimentos estrangeiros, nas quais, por exemplo, 51 % do capital teriam de ser nacional. Vetava aos investimentos estrangeiros alguns setores da economia, tais como os da defesa, do comércio externo e do comércio interno. Impunha ainda um limite para as transferências anuais de lucros fixados em 25 % de todo capital investido.

Em 1988, quando já se tinha começado a transição para economia de mercado, com o SEF (Saneamento Económico Financeiro – 1987/92), programa de reajustes macroeconómico subsidiado pelo PNUD, FMI e o Banco Mundial, foi aprovada uma nova lei de investimentos privados, que alterou alguns dispositivos, colocando o fim, por exemplo, à “obrigatoriedade” das sociedades mistas. Também ampliou os setores destinados ao capital estrangeiro, passando a incluir o comércio externo, telecomunicações, serviços financeiros (banco, crédito e seguros etc.).

A lei seguinte foi promulgada em 1994 já em um contexto da economia de mercado. Em comparação à anterior, esta se destacava por mais engajamento na captação de capital estrangeiro, por meio, por exemplo, da criação do Instituto de Investimentos Estrangeiro (IIE) em substituição ao Gabinete de Investimento Privado de 1989 (GIE) (Ferreira, 2002).

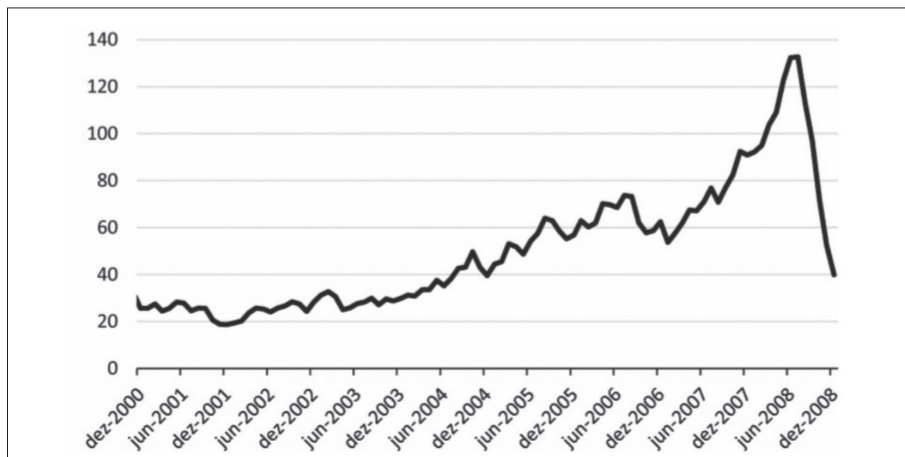
Ainda assim, os investimentos estrangeiros continuaram baixos. Durante quase toda a década de 1980/90, Portugal representava mais de 80 % do capital estrangeiro e mais de 60 % destes investimentos estavam direcionados à construção civil (IDIA & CEGIA, 1998). As receitas do Estado permaneciam dependentes do petróleo em 94 %, sendo o maior comprador os Estados Unidos da América.

### **Paz de 2002: reconstrução nacional e a diversificação da economia**

A partir de 2002, Angola começaria um ambicioso processo de reconstrução nacional. Passaria a experimentar sucessivos planos de desenvolvimento económico de médio e longos prazos, dentre os quais: a Estratégia de Combate à Pobreza e Desenvolvimento Rural, seguida pelo Plano Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza e, mais recentemente, o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND 2012-2017) e o Plano Desenvolvimento Nacional (PDN 2018-2022).

Deste modo, a década de 2000 foi marcada por investimentos públicos avultados, sobretudo para recuperação e construção de novas infraestruturas, nomeadamente, estradas, aeroportos, portos, edifícios públicos etc. Estes investimentos acompanharam o ciclo de crescimento económico decorrente do aumento do preço do barril do petróleo no mercado internacional (Gráfico n.º 01).

Gráfico n.º 01 - Preço do barril do petróleo em USD entre 2000-2008



Fonte: Agência Internacional de Energia. In: Bonfim *et al.*, 2016.

Para tanto, o Fundo de Desenvolvimento Económico e Social (FDES), constituído a partir das receitas da exportação do petróleo e do diamante seria a origem de alguns recursos financeiros que se destinavam ao desenvolvimento e diversificação dos setores económicos não-petrolíferos. Nesta *demarche*, é relevante sublinhar que foi criada a Agência Nacional de Investimentos Privados (ANIP) em 2004, cujo objetivo principal era propositadamente o fomento e captação do investimento privado e estrangeiro.

Atualmente, o órgão responsável disso é a Agência de Investimentos Privados e Promoção das Exportações (AIPEX) e o apelo ao IDE continua prender-se essencialmente com dois aspetos conjunturais conexos. Primeiro, o encorajamento das instituições financeiras internacionais para que se abandone o endividamento externo com garantias do petróleo. Segundo, com a tentativa de cobrir a necessidade de reinvestimento para recuperação da capacidade produtiva nacional, incluindo a edificação de complexos agropecuários e a construção de cadeias produtivas.

Mas, tal como no passado, os investimentos estrangeiros diretos no sector não-petrolífero continuaram irrisórios, muito mais no setor agrícola. Ao contrário disso, na década de 2000, Angola continuou a ocupar as primeiras posições em termos de IDE no sector petrolífero em África<sup>13</sup>.

### Políticas de desenvolvimento agrícola e rural

Nos mais recentes planos referidos acima, a agricultura tem sido definida como setor-chave para a diversificação da economia e desenvolvimento rural. Por exemplo, no PND (2012-2017), este setor tivera sido subdividido em 11 subprogramas, dentre os quais: o Programa de Promoção da Agricultura Comercial e o Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar Orientada para o mercado.<sup>14</sup>

<sup>13</sup> Ver: OECD (2006) e Banco Mundial (2006).

<sup>14</sup> Foram definidos ainda os seguintes: Programa de Gestão Sustentável dos Recursos Naturais, Programa de Fomento da Atividade Produtiva, Programa de Promoção do Comércio Rural, Programa de Aquisição de Produtos Agroalimentares e a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Este plano definia ainda zonas de especializações produtivas a partir das potencialidades locais e infraestruturas desenvolvidas ao longo do período colonial, a exemplo do café e do algodão. No mesmo sentido, tivera sido aprovada em 2015 a Política de Desenvolvimento Agrário, segundo a qual o setor agrícola ficou subdividido em programas para grandes, médios e pequenos produtores.<sup>15</sup> Estas linhas gerais da política de investimentos agrícolas também encontram-se refletidas na *Estratégia de Longo Prazo: Angola 2025*, no quadro das medidas de Estabilização Macroeconómica, Segurança Alimentar e Combate à Fome. Grosso modo, é nesta estruturação em que se fundam as políticas de desenvolvimento agrícola e rural em Angola, de tal forma que o financiamento a estas políticas tende a seguir mais ou menos uma estratificação semelhante.

### Financiamentos e investimentos agrícolas

Desde 2007, o Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) é a principal instituição financeira responsável pela disponibilização dos recursos para o financiamento da agricultura, mas os créditos são operacionalizados através de bancos comerciais, com destaque para o banco público BPC (Banco de Poupança e Crédito).

Para tal, o financiamento agrícola ocorre basicamente através de dois tipos de créditos: o de fomento, destinados a grandes e médios empreendimentos - para fins de instalação, expansão ou requalificação de projetos - e por meio dos créditos agrícolas de campanha, destinados a pequenos produtores e aos camponeses, para aquisição *inputs*, tais como máquinas de pequeno porte, ferramentas, sementes e fertilizantes. Entre 2012 e 2013, por exemplo, o valor destinado aos créditos agrícolas de campanha estiveram em volta dos 90 milhões de dólares americanos por ano (ADRA, 2014).

Por conseguinte, os créditos agrícolas de campanha são suportados, em geral, pelo Orçamento Geral do Estado. No entanto, em alguns casos, pequenos produtores e camponeses podem se beneficiar de financiamentos externos a partir de instituições como o Banco Africano para o Desenvolvimento, Banco Mundial, Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, por via de cooperação bilateral com outros países - a exemplo dos projetos MOSAP e SAMAP ou ainda por via de apoios financeiros estrangeiros à Organizações Não-Governamentais para implementação de projetos agrícolas em comunidades rurais.<sup>16</sup>

Nos casos dos investimentos públicos de grande e médio portes, os fundos são, via de regra, suportados por financiamentos externos, estando entre os maiores credores países como a China, Espanha, Reino Unido, Brasil, Portugal, Israel e mais recentemente com interesses também dos Emirados Árabes Unidos e da Alemanha.

Deste modo, como resultados destes investimentos realizados desde o início da década de 2000, foram reconstruídos e construídos novos pólos agroindustriais, perímetros irrigados, tendo surgido também em quase todo o país, grandes e médios empreendimentos como, para citar apenas alguns casos, o Projeto SEDIAC (Sociedade de Estudos e Desenvolvimento Industrial, Agrícola e Comercial), na província do Cuanza Sul, SODEPAC (Sociedade de Desenvolvimento do Pólo Agroindustrial de Capanda) e o projeto BLOCOM, ambos na província de Malanje (vide Quadro n.º 01).

Estes investimentos acompanharam um ciclo de crescimento económico que variou aproximadamente entre 8 % e 14 % ao longo dos primeiros anos da década de 2000 e, segundo o Ministério do Planeamento de Desenvolvimento Territorial (2012), estavam previstos a construção de um total 57 empreendimentos agropecuários até 2017.

<sup>15</sup> Lei n.º 15/05 de 7 de dezembro.

<sup>16</sup> MOSAP e SAMAP são projetos de apoio à produção e comercialização da agricultura familiar financiados pelo Banco Mundial e a FIDA.

Quadro n.º 01 – Alguns projetos com financiamento externo

Projeto	Província	Origem do financiamento
Fazendas Pedras Negras	Malanje	República Popular da China
Polo Agroindustrial Quizenga	Malanje	Reino de Espanha
Projeto Agrícola Senza Pombo	Uíge	República Popular da China
Fazenda Cacanda	Lunda Norte	República de Israel
Fazenda Cangandala	Malanje	República de Israel
Projeto Aldeia Nova	Cuanza Sul	Rep. de Israel/União Europeia

Fonte: Ministério da Agricultura, 2012.

Na maioria dos casos, estes empreendimentos são operados por meio de contratos de exploração ou de gestão consignados a empresas privadas como a GESTERRA, SA, a chinesa: *CITIC Construction* ou ainda através da modalidade das Parcerias Público-Privadas, a exemplo da SOPIR, SA (gestão de perímetros irrigados), na qual o Estado angolano é detentor de 30 % do capital. Portanto, o cenário destes grandes investimentos é caracterizado maioritariamente por *joint venture*, como é caso também do Projeto BIOCOM, em que são parceiros a empresa prolifera estatal, Sonangol e as privadas Odebrecht Angola e a Gráfica Damer.

### Políticas de Investimentos privados e estrangeiros

As últimas versões da Lei de Investimentos Privados (LIP), por sua vez, estabeleceram áreas prioritárias de investimento privados, zonas económicas especiais e zonas de desenvolvimento, sobre as quais foram garantidos incentivos fiscais e benefícios financeiros por parte do Estado angolano. Nas versões mais recentes, agricultura e pecuária ocupam igualmente posições prioritárias, nas quais se destacam a celebração de contratos de arrendamento, compra e concessões de estabelecimentos agroindustriais e de terras.

Relativamente aos investimentos estrangeiros hoje, tal como definido na lei em vigor (Lei n.º 10/18 de 26 de junho), os investimentos em Angola devem ainda ocorrer “preferencialmente” por meio de sociedades entre investidores internos e externos, o que pode ser identificado na lei, dentre outras, pelas disposições e figuras jurídicas como *sociedade veículo de investimento e investidor misto*.

Contudo, é necessário sublinhar que esta lei ainda tem vindo a sofrer alterações pontuais para adaptação às melhores condições de atração de investidores estrangeiros. De modo complementar, a política de terra tem se centrado na criação de condições para regulamentação do acesso à terra na lógica do desenvolvimento agrário e de políticas de mercado<sup>17</sup>.

De qualquer modo, estas tendências apresentam-se em concorrência com a preferência pelo fortalecimento do investidor nacional, uma estratégia que já esteve expressamente definida na Lei de Fomento do Empresariado Nacional Angolano de 2003 e no Fundo de Fomento Empresarial de 2008.

Ao que tudo indica, ainda predomina na agricultura a presença de um capital nacional, que também possui maior controle do acesso à terra e mobiliza fundos públicos ou capital privado migrado de outros setores da economia como o de telecomunicações, banca e outros serviços.

<sup>17</sup> Neste momento, por exemplo, a Lei de Terras encontra-se sob revisão na Assembleia Nacional.

Por outro lado, a preferência pelo IDE parece continuar a incidir sobre o comércio, indústria e exploração dos recursos naturais e minerais<sup>18</sup>. Vale a pena realçar também que o crescimento do IDE em Angola tem sido marcado por maior presença de capital estrangeiro oriundo de países capitalistas emergentes aos quais se destacam, por exemplo, a Turquia, África do Sul e Emirados Árabes Unidos.

Como se pode conjecturar, o avanço do agronegócio continuará a depender de maior flexibilização da legislação em benefício do capital estrangeiro, sobretudo, em matéria fundiária. Seja como for, observa-se forte tendência de mudança para maior flexibilização e abertura ao capital estrangeiro no setor produtivo não-petrolífero, que, inicialmente, tentava responder à crise económica ocasionada pela redução do preço do barril de petróleo que afetou a economia angolana mais ou menos desde 2014, mas que a partir de 2017 parece ter-se cristalizado como uma das políticas de contraposição à volatilidade dos preços do petróleo no mercado internacional e, ao mesmo tempo, uma das dimensões fundamentais da política económica do governo.

### Considerações finais

Seguindo uma tendência de promoção do agronegócio e de conversão da agricultura camponesa para um modelo de agricultura familiar para o mercado - objetivando aumentar a oferta interna de alimentos e reduzir a dependência da exportação do petróleo, pela diversificação das *commodities* - as políticas de investimentos no setor da agricultura vêm priorizando desde 2002, por um lado, a construção de grandes empreendimentos agropecuários e, por outro lado, o aumento da disponibilização de recursos financeiros para pequena agricultura<sup>19</sup>.

Entretanto, apesar de parte dos grandes investimentos terem sido feitos, muitos destes empreendimentos encontram-se paralisados desde o início da última crise do petróleo, muitos dos quais, sem nunca sequer ter entrado em funcionamento. Enquanto isso, a agricultura de pequena escala, incluindo a agricultura camponesa, tem representado 91 % da produção nacional, sendo responsável por 83 % da mandioca, 66 % das frutas e de 81 % da produção de cereais e de leguminosas, com destaque para o milho e a soja.<sup>20</sup>

Nota-se, no entanto, que se, por um lado, não se observaram ainda impactos positivos destes grandes empreendimentos na produção agrícola nacional, por outro lado, chama atenção o fato de que apenas entre 2006 e 2016 terem sido concedidos aproximadamente 1 000 000 de hectares de terra a sociedades/investidores nacionais e estrangeiros de países como Reino Unido, Brasil, Portugal, Emirados Árabes Unidos, Japão, Vietname etc.<sup>21</sup>

Deste modo, embora ainda não se notem grandes impactos do agronegócio em Angola, o permanente apelo ao investimento estrangeiro, a definição da agricultura como setor estratégico de desenvolvimento e as crescentes aquisições de terra em grande escala sugerem o curso de uma tendência regional da recente expansão do capital internacional na exploração dos recursos naturais em África, em parte, por meio da produção de *commodities* agrícolas. Se assim admitido, o caso de Angola não somente evidencia uma possível virada na sua trajetória referente à presença do capital financeiro na exploração da terra, mas também chama atenção para os processos de aliança e/ou concorrência entre uma burguesia nacional e o capital financeiro internacional.

<sup>18</sup> À propósito disso, vários autores têm refletido em torno da recente presença e as consequências do capital financeiro e, particularmente, dos investimentos diretos estrangeiros na exploração de recursos naturais em África. Ver exemplo, Matondi & Mutopo (2008) e Cotula (2013).

<sup>19</sup> De modo complementar, a política de terra tem se centrado na criação de condições para regulamentação do acesso à terra na lógica do desenvolvimento agrário e de políticas de mercado.

<sup>20</sup> Dados de referência ao ano agrícola 2018-2019. Neste texto, ver Angola (2019).

<sup>21</sup> Fonte: <https://landmatrix.org/>. Ver também: Tump & Cassinda (2019).

## Referências bibliográficas

- Amaral, Miguel Rebordão (2017), *Angola. Concessões de terras e direitos tradicionais (1856-1973). Análise da legislação*, Dissertação de mestrado em Engenharia Florestal e dos Recursos Naturais. Instituto Superior de Agronomia. Universidade de Lisboa.
- Angola, República de. *Angola, 2025 (2017), Um país com futuro*. Sustentabilidade, equidade e modernidade. Estratégia de Desenvolvimento de Longo Prazo para Angola. Ministério do Planeamento.
- Antônio, Nelson Domingos (2015), *Transição pela transação*. Uma análise da democracia em Angola, Rio de Janeiro: Polo Books.
- Baptista, Fernando Oliveira (1994), *A agricultura e a questão da terra – do Estado Novo a Comunidade Europeia*. Vol. XXIX (128), (4.º), pp. 907-921.
- Bonfim, Luís; Rocha, Alves da; Kolstad, Arne Wiig Ivar (2016), “*Processo de industrialização de Angola*”. In: Estudos sobre a Diversificação da Economia Angolana. Luanda, Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola.
- Cafussa, Alberto C. (2014), *O GURN: entre a guerra e a paz*. Luanda – Lisboa: Edições Pedagogo.
- Castelo, Cláudia (2014), “*Novos Brasis*” em África. Desenvolvimento e colonialismo português tardio. *Revista Varia História*, Vol. 30, n.º 53, pp. 507-532.
- (2007), *Passagens para África: povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole (1920-1974)*. Edições Afrontamento.
- (1998), *O modo português de estar no mundo. O lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto, Edições Afrontamento.
- Costa, Ilonka D. A. (2010), *O processo político angolano desde o início da Guerra Colonial*. Luanda: União dos Escritores Angolanos.
- Cotula, Lorenzo (2013), *The great land grab? Agriculture investments and global food system*. London/ New York: Zed Books.
- Cunhal, Álvaro (1968), *A questão agrária em Portugal*. Col. Perspectiva do Homem. Vol. 27. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- Ferreira, Eduardo de Sousa (1985), *A lógica da consolidação da economia de mercado em Angola, 1930-1974*. *Análise Social*, vol. XXI (85), pp. 83-110.
- Ferreira, Manuel Ennes (2002), *Nacionalização e confisco do capital português na indústria transformadora de Angola (1975-1990)*. *Análise Social*, vol. XXXVII (162), pp. 47-90.
- Freudenthal, Aida (2005), *Arimos e fazendas. A transição agrária em Angola (1850-1880)*. Cha de Caxinde, Luanda.
- Lopes, Carlos M. (2018), *Refugiados, reintegração e mobilidade interna: um olhar sobre o caso angolano, 2002-2010*. *Remhu, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.*, v. 26, n.º 54, dez, pp. 61-76, Brasília. [Em linha]. [Consult. 15.ago.2020]. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/remhu/v26n54/2237-9843-remhu-26-54-061.pdf>.
- Matondi, Prosper B. & Mutopo, Patience (2008), *Attracting foreign investments in Africa in the context of land grabbing for biofuels and food security*. In: AMANOR, Kojo Sebastian & MOYO, Sam. *Land & sustainable development in Africa*. London/New York: Zed Books.
- Milando, João (2013), *Desenvolvimento e resiliência social em África*. Dinâmicas rurais de Cabinda-Angola, Luanda: Mayamba Editora/Imprensa Nacional de Angola.
- Neto, João Ferreira da Costa (2008), *Angola: agricultura e alimentação*. Instituto de Apoio ao Desenvolvimento. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação.
- (1999), *Os camponeses e o desenvolvimento rural de Angola*. Lisboa, Imprensa Universitária.
- Pacheco, Fernando (2003), *Contribuição para definição de uma estratégia de agricultura sustentável para o huambo*. [Em linha]. [Consult. 12.mar.2020]. Disponível em: [https://library.fes.de/pdf-files/bueros/angola/hosting/upd03\\_04ppacheco.pdf](https://library.fes.de/pdf-files/bueros/angola/hosting/upd03_04ppacheco.pdf).

- Pain, Rodrigo de Souza (2020), *A questão da terra em Angola: velhos problemas, velhas soluções*. Cadernos do CEOM – Ano 20, n.º 27 – Lutas pela terra. [Em linha]. [Consult. 14.fev.2020]. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/1996>.
- Silva, Fernando Diogo (1969), *O Huambo: mão-de-obra rural no mercado de trabalho de Angola; para a formação de uma política de desenvolvimento equilibrado*. Lisboa: Fundo de Acção Social no Trabalho em Angola.
- Torres, Adelino (1983), *Pacto colonial e industrialização de Angola (anos 60-70)*. Análise Social. Vol. XIX, 3.º, 4.º e 5.º, pp. 1101-1119.
- Tump, Rainer; Cassinda, Ernesto (2019), *Estudo sobre sinergias e concorrências entre os sectores agrícolas privado e familiar em Angola*. Mesa redonda das ONGs alemãs que trabalham em Angola. Informationsstele südliches afrika, Brot für die welt e Misereor IHR Hilfswerk. [Em linha]. [Consult. 12.mai.2020]. Disponível em: <https://docplayer.com.br/143580956-Estudo-sobre-sinergias-e-concorrencias-entre-os-sectores-agricolas-privado-e-familiar-em-angola-mesa-redonda-das-ongs-alemas-que-trabalham-em-angola.html>.
- Varela, Raquel; Piçarra, Constantino (2016), *A reforma agrária nos campos do sul de Portugal (1975): uma revolução na revolução*. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 42, n.º 3, pp. 1189-1218, set.-dez. [Em linha]. [Consult. 04.set.2020]. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/22985>.

## Documentos

- ADRA (Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente) (2014), *Relatório*. Estudo sobre a implementação da linha especial de crédito agrícola de campanha. Luanda, Damer Gráfica.
- Banco Mundial (2006), *Angola*. Memorando Económico do País Petróleo, Crescimento Alargado e Equidade. [Em linha]. [Consult. 20.mai.2020]. Disponível em: [worldbank.org/curated/pt/776711468742818666/text/3536210Portuguese.txt](http://worldbank.org/curated/pt/776711468742818666/text/3536210Portuguese.txt).
- IDIA (Instituto de Desenvolvimento Industrial de Angola) & CEGIA (Centro para Educação, Gestão e Desenvolvimento de Angola) (1998), *Monografia de Angola (1998-2000)*. Luanda: Sociedade Gráfica Torrense.
- Ministério da Agricultura e Floresta (2019), *Relatório de resultados da campanha agrícola 2018/2019*.
- Ministério da Economia e Planeamento (2018), *Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022* (2018), Luanda.
- Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial (2012), *Plano Nacional de Desenvolvimento 2012-2017*, Luanda.
- OECD (2006), *Angola*. Perspectivas económicas na África 2004/2005. [Em linha]. [Consult. 02.jun.2020]. Disponível em: <http://www.oecd.org/countries/angola/35350793.pdf>.



# Eficiência técnica das instituições de microfinanças na região da União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA)

Abdoulaye Aboubacari Mohamed\*, Felipe Miranda de Souza Almeida\*\*, Gabriel Teixeira Ervilha\* e João Eustáquio de Lima\*

pp. 21-37


## 1. Introdução

Os governos e as organizações internacionais têm buscado compreender o funcionamento e a estrutura das Instituições de Microfinanças (IMFs). Tais instituições podem ser definidas como dispositivos para fornecerem pequenos empréstimos (microcrédito) para famílias pobres, com o objetivo de ajudá-las a desenvolver atividades produtivas e na geração de renda que lhes permitam expandir seus microempreendimentos.

Com o desenvolvimento do setor financeiro, as IMFs expandiram-se para incluir uma maior gama de serviços (crédito, poupança, seguros, etc.) e para alcançar um maior número de clientes. Neste sentido, as microfinanças não se limitam mais à concessão de microcrédito, mas à prestação de um conjunto de produtos financeiros a todos os excluídos do sistema financeiro tradicional ou formal.

Na União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), em particular, as IMFs mais antigas ou Sistemas Financeiros Descentralizados (SFD) foram criadas no final dos anos 1960. Elas experimentaram uma progressão durante a década de 1980 e, hoje, têm se expandido, facilitando o acesso das populações aos serviços financeiros oferecidos. Os beneficiários dessas instituições receberam US\$ 22,936 milhões em dezembro de 2016 contra US\$ 21,621 milhões em dezembro de 2015. O montante dos depósitos recolhidos ascendeu para US\$ 1,944 bilhões contra US\$ 1,681 bilhões no ano de 2015, representando um aumento de 15,6 %.

Dada a importância dessas instituições para a promoção do desenvolvimento econômico, as autoridades da região implementaram programas de fortalecimento desse setor, a fim de permitir que elas sejam parte integrante do sistema financeiro (Duquette, 2011: 87). Antes desses programas, estas instituições estavam exercendo sua atividade informalmente, sem uma definição precisa do quadro regulamentar. Foi apenas a partir dos anos 1990 que os Projetos de Apoio Regulatório (PARMEC) e o Projeto de Apoio Mútuo de Poupança e Monitoramento de Crédito (PASMEC) foram implementados para enquadrar o setor de microfinanças ao sistema financeiro de cada país membro da UEMOA (Kablan, 2012: 31).

 <https://doi.org/10.21747/0874-2375/afr38a2>

\* Universidade Federal de Viçosa (UFV) – Brasil.

\*\* Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP) – Brasil.

Desta forma, pode-se perguntar: qual a eficiência das instituições de microfinanças na região UEMOA?

Neste contexto, o presente trabalho tem por objetivo analisar, por meio da *Data Envelopment Analysis* (DEA), a eficiência das instituições de microfinanças da UEMOA depois da onda de reformas que foram empreendidas pelas autoridades. A análise baseia-se principalmente nos dados disponíveis do ano 2014 da base de dados *on line do Microfinance Information Exchange - THE MIX (2014)*.

Alguns trabalhos já abordaram o mesmo tema. Por exemplo, Bassem (2008: 12) e Haq *et al.* (2010: 35), consideram apenas o caráter da intermediação financeira das IMFs. No entanto, cada vez mais, autores estão levando em consideração a investigação da dimensão social das IMFs, como Soulama (2008: 24), Gutierrez-Nieto *et al.* (2007: 12). O presente estudo está em linha com estes estudos levando em conta, além do papel da intermediação financeira, a dimensão de *outreach* das IMFs. Este trabalho é um dos primeiros estudos sobre IMFs na zona da UEMOA, após a onda de reformas que foram feitas no final dos anos 90 e 2000. Essas reformas visavam solucionar algumas das fraquezas do setor de microfinanças, como falta de monitoramento financeiro, falta de boas práticas de gestão e inexperiência dos trabalhadores nesse setor.

Para cumprir o objetivo deste estudo, o trabalho está estruturado em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na seção 2, foram apresentados os aspectos empíricos e teóricos do problema de pesquisa. Na seção 3, é exposta a metodologia do estudo. Na seção 4 os resultados e a discussão dos mesmos.

## 2. Região de estudo

### 2.1. Apresentação da União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA)

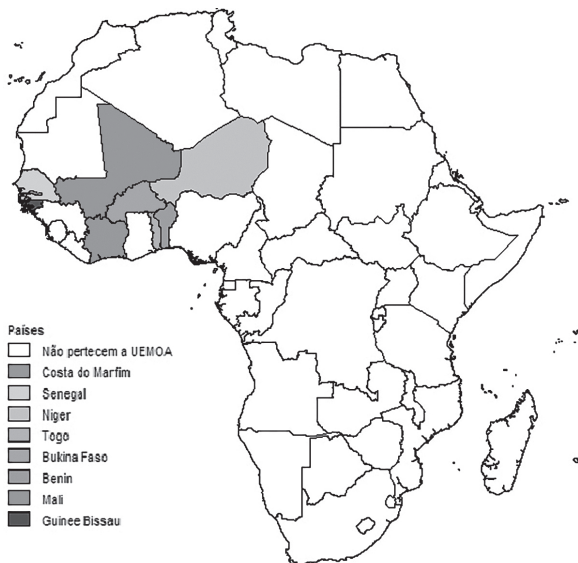
A UEMOA, representada na Ilustração 01, foi criada por um tratado assinado e ratificado, em 1994, pelos Chefes de Estado e de Governo do Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali, Níger, Senegal e Togo. Posteriormente, Guiné-Bissau tornou-se o 8.º membro.

No tratado são definidos cinco objetivos principais: (i) reforçar a competitividade das atividades econômicas e financeiras no quadro de um mercado aberto e competitivo e um ambiente jurídico racionalizado e harmonizado; (ii) assegurar a convergência de desempenho e políticas econômicas através da instituição de um procedimento de supervisão multilateral; (iii) criar um mercado comum baseado na livre circulação de pessoas, bens, serviços, capitais e ao direito de estabelecimento dos pessoas que exerçam uma atividade independente ou remunerada, bem como sobre uma tarifa externa comum e uma política comercial; (iv) estabelecer a coordenação das políticas setoriais nacionais através da implementação de ações conjuntas e, eventualmente, de políticas comuns, nas seguintes áreas: recursos humanos, planejamento da terra, agricultura, energia, indústria, mineração, transportes, infraestruturas e telecomunicações; e (v) harmonizar, na medida do necessário para o bom funcionamento do mercado comum, as legislações dos Estados-membros e, em particular, o regime de tributação.

A ideia principal da União é o crescimento, unidade, solidariedade e complementaridade entre Estados Costeiros e Estados do Sahel. No quadro dos seus objetivos principais, a UEMOA estabeleceu ligações estreitas e produtivas com as várias organizações sub-regionais, como a Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC), Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e União Africana (UA).

Ela reforçou a sua cooperação bilateral com a França, Alemanha, Países Baixos, Bélgica, Canadá e Estados Unidos para o desenvolvimento do comércio e investimento; com organizações internacionais como a União Europeia (UE) e o Sistema das Nações Unidas, incluindo,

Ilustração 01 – Mapa da UEMOA



Fonte: Elaboração própria.

em particular, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o Banco Islâmico de Desenvolvimento (BID), o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), o Banco Mundial (BM), a Organização Internacional da Francofonia e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A política econômica da UEMOA é ativa na supervisão multilateral das políticas macroeconômicas dos Estados membros e harmonização da legislação em matéria econômica. A supervisão multilateral tem como objetivo apoiar e ajudar os estados a lidar com desequilíbrios macroeconômicos que podem impedir a estabilidade monetária da União. Além disso, através da harmonização da legislação, a União tem por objetivo eliminar as barreiras relacionadas com enquadramentos legal e fiscal inadequados à atividade econômica e reforçar a política monetária dos Estados empenhados na criação de “um trabalho financeiro regional integrado”.

## 2.2. Microfinanças e microcrédito e sua evolução na UEMOA

A microfinança é um setor específico de mercados financeiros que engloba as instituições formais e informais que fornecem microcrédito, micro-poupança e micro-seguro em um mercado onde microempreendimentos e a economia subterrânea dominam, isto é, uma economia cujas atividades são de pequena escala e informais (Duquette, 2011: 87).

Microfinanças baseiam-se no princípio de trabalhadores de baixa renda que podem atuar como empreendedores (Dieckmann *et al.*, 2007: 20). As IMFs operam nos setores desfavorecidos e informais de vendedores ambulantes, indústria artesanal, vendedores de rua e redes de troca (Woller, 2000: 5). Para esses autores o microcrédito é a única possibilidade de financiar em comparação com lojas de penhor ou credores de rua que cobram juros excessivamente elevados (Dieckmann *et al.*, 2007: 20).

Segundo Soares *et al.* (2008: 184), do total da população mundial considerada carente, mais de 500 milhões são economicamente ativos. São pessoas que ganham a vida trabalhando por conta própria em microempreendimentos (negócios muito pequenos) e, geralmente, não têm acesso a serviços financeiros adequados e sustentáveis. Foi para preencher essa lacuna e atender a esse “nicho” de mercado que surgiram estas instituições microfinanceiras, focadas na concessão de serviços financeiros especializados a pessoas de baixa renda.

O termo microcrédito é empregado com vários significados na literatura, indicando, muitas vezes, produtos e formas de concessão de crédito distintos. Desta forma, é importante apresentar os principais aspectos que caracterizam o microcrédito como uma modalidade específica de crédito, qual seja o crédito produtivo e orientado, conforme explicitado em Alves *et al.* (2004: 94). Atualmente o sector microfinanças é reconhecido pelo Banco Mundial como uma ferramenta chave contra a pobreza (Seibel *et al.*, 1998: 18).

Ao se tratar da evolução da microfinança em UEMOA, pode-se dizer que na África, em geral, e na UEMOA, em particular, os bancos constituem o sistema financeiro oficial autorizado a oferecer bens e serviços financeiros. Eles são muito exigentes em termos de procedimentos para a concessão de créditos e garantias necessárias para acessá-los, o que levou à segmentação do mercado de crédito e ao surgimento de um setor paralelo chamado de setor informal. Devido à taxa de desemprego relativamente elevada na área, este setor é o mais importante porque ele representa quase 76 % dos ativos da UEMOA (UEMOA, 2005). Os dados sobre este setor eram quase inexistentes. No entanto, num contexto em que o principal objetivo das políticas de desenvolvimento é a redução da pobreza e o trabalho é a principal fonte de renda dos pobres, era paradoxal que nenhum sistema de monitoramento do mercado de trabalho tenha sido ainda implementado em UEMOA, em particular, e na África, em geral. Para preencher essa lacuna e atingir o objetivo da convergência de desempenho e políticas econômicas dos estados-membros através da instituição de um monitoramento multilateral, a União deve ter estatísticas harmonizadas e fiáveis. Para fazer isso, a comissão da UEMOA decidiu implementar um sistema de três inquéritos: o emprego, o setor informal e as demandas das famílias, a fim de ter em conta as grandes preocupações das políticas de desenvolvimento atuais, ou seja, a luta contra a pobreza. No início de 2000, o setor informal na UEMOA demonstrou grande dinamismo na mobilização de poupança e de criação de emprego. O setor integra-se em todas as funções econômicas (investimento, crédito, seguro) e sociais (família, proximidade, confiança). No entanto, as atividades e os atores não são regidos por qualquer lei. É por isso que um dos pontos-chave da liberalização financeira é corrigir tais práticas e facilitar o acesso ao crédito à população marginalizada pelo sistema financeiro oficial. Assim, o Banco Central dos Estados da África de Oeste (BCEAO) decidiu promover novos intermediários financeiros, incluindo os SFD ou IMFs.

Em geral, a regulamentação do setor de microfinanças visa enquadrar as atividades das IMFs, definindo os domínios das finanças em que podem intervir. Na UEMOA, as condições para o exercício da atividade destas instituições são definidas por um sistema legal e regulamentos aplicáveis em todos os estados-membros (regulamentação da lei sobre parte de IMCEC de 17 de dezembro de 1993). Esta lei define os SFD legais que operam na UEMOA. Pode-se dizer que existem três tipos de IMFs nesta zona: poupança e instituições de crédito, crédito direto e componente de crédito no projeto.

### 3. Metodologia

#### 3.1. Mensurações da eficiência e o método DEA

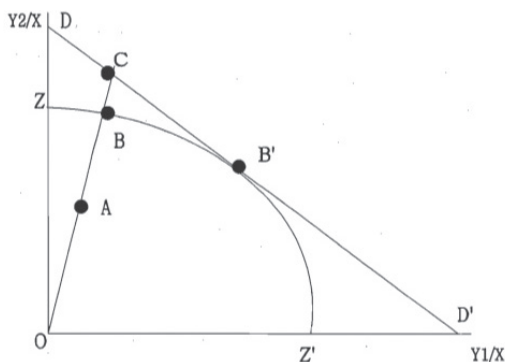
A definição fundamental de eficiência é aparentemente diferente nos dois artigos seminais de Farrell (1957: 39). O autor baseou-se no trabalho pioneiro da Koopmans (1951: 11) relativo

à análise da produção e de Debreu (1951: 20) relativas às proporções em que os recursos devem ser utilizados e introduziu o conceito de eficiência relativa, na qual a eficiência de uma unidade é medida a partir das melhores práticas do setor e assume que uma empresa pode ser eficiente em um contexto específico e ineficiente em outro, estabelecendo as bases para a medida moderna de eficiência. A inovação de Farrell está na aplicação da eficiência definida por Debreu (1951: 20) a cada unidade de produção em um setor.

No entanto, a escolha da orientação da medida de eficiência é feita de acordo com o objetivo fixado. Se o objetivo é responder à pergunta “qual quantidade de insumos deve ser reduzida, mantendo constante o nível atual de produção?”, opta-se por uma medida de eficiência de orientação ao insumo. Por outro lado, escolhe-se uma medida de eficiência de orientação ao produto se o objetivo é saber “em qual quantidade é possível aumentar os produtos sem alterar as quantidades de insumos utilizadas”.

O modelo com orientação ao produto foi escolhido neste trabalho. Desse modo, é possível identificar a eficiência técnica das firmas analisadas. Eficiência técnica reflete a capacidade de uma firma para obter produção máxima para um dado nível de insumo. A Ilustração 02 possibilita especificar esses pontos sob o pressuposto de que a medida de eficiência é orientada para o produto considerando dois *outputs* e um *input*.

**Ilustração 02 – Representação gráfica da eficiência técnica a orientação produto**



Fonte: (Farrell, 1957: 39).

Seja uma fronteira de produção  $ZZ'$  tal como definido na Ilustração 02, a IMF produzindo no ponto A é considerada tecnicamente ineficiente visto que produz menos do que o nível de produção teoricamente possível (ponto B), ou seja, o ponto A não está sobre a fronteira  $ZZ'$ . Dessa forma, a eficiência técnica da IMF localizada no ponto A é representada pela relação  $OA/OB$ , indicando a porcentagem pela qual todos os produtos devem ser aumentados mantendo o mesmo nível de utilização dos insumos.

A técnica de *Data Envelopment Analysis* (DEA) é uma abordagem não paramétrica, envolvendo programação matemática em sua estimação, desenvolvida pelos autores Charnes *et al.* (1978: 16), este método tem sido frequentemente utilizado para avaliar a eficiência das *Decision Making Units* (DMUs). As DMUs são as unidades cuja eficiência está sendo avaliada, que no presente estudo se trata das IMFs. Os *outputs* são os resultados (produtos) obtidos por cada uma das DMUs e os *inputs* representam os recursos (insumos) consumidos por cada uma das DMUs na obtenção dos resultados desejados. Dados esses conceitos, pode-se definir a DEA, de forma mais detalhada, como um método quantitativo e empírico que mede o desempenho relativo de unidades independentes e semelhantes, gerando um

único indicador de desempenho para cada unidade avaliada, a partir da relação ponderada entre insumos e produtos.

Em termos técnicos, a DEA se utiliza do processo de otimização da programação linear para construir uma fronteira de produção empírica ou superfície envoltória de máximo desempenho. Isso permite que se identifiquem unidades referência, cujos índices de desempenho servem como *benchmark* para as demais unidades posicionadas sob a fronteira e caracterizadas como ineficientes. Um grande benefício da DEA é justamente a habilidade em apontar esse conjunto de unidades de referência, que pode ser utilizado como *benchmark* na melhoria do desempenho das unidades menos eficientes (Lins *et al.*, 2000: 232).

As formulações dos modelos de DEA encontradas na literatura são várias. Entretanto, dois modelos básicos são geralmente usados nas aplicações. O primeiro é o modelo proposto por Charnes *et al.* (1978: 16), denominado CRS (*Constant Returns to Scale*), que assume retornos constantes de escala. O segundo é o modelo denominado VRS (*Variable Returns to Scale*), desenvolvido por Banker *et al.* (1984: 16), que utiliza uma formulação que permite a distinção entre pura eficiência técnica e eficiência de escala de retornos crescentes e decrescentes, levando em consideração o tamanho das *DMUs* avaliadas (Ferreira e Gomes, 2009: 273). Este último modelo foi escolhido neste trabalho. No entanto pode-se identificar que tanto na escolha dos *outputs* e *inputs*, como na escolha do método de avaliação, orientado aos *outputs* ou orientado aos *inputs*, uma atenção especial nem sempre é dada à natureza específica das IMFs, as quais perseguem um ideal, tanto econômico quanto social.

O modelo denominado VRS ou modelo orientado aos *outputs* se apresenta da seguinte forma:

$$\begin{aligned} & \text{Max } \theta \\ & s/c - \theta y_j + Y\lambda \geq 0 \\ & x_j - X\lambda \geq 0 \\ & N1'\lambda = 1 \\ & \lambda \geq 0 \end{aligned}$$

Os retornos variáveis de escala constituem uma dimensão importante da medida de eficiência econômica. A ineficiência pode ser devida, na verdade, à exploração insuficiente das economias de escala por uma unidade produtiva. Os escores de eficiência sob o modelo VRS permitem evidenciar as economias de escala e/ou as ineficiências relacionadas à escala de produção.

### 3.2. Procedimentos propostos

Os dados coletados para esse estudo foram relativos ao desempenho financeiro de um grupo de instituições de microcrédito em UEMOA, visando aplicar a técnica de análise DEA. A fonte principal de informações foi a base de dados *on line do Microfinance Information Exchange - THE MIX (2014)*. Esta instituição coleta, organiza e divulga uma ampla gama de informações sobre as instituições provedoras de serviços de microfinanças/microcrédito. Essa plataforma, desenvolvida e alimentada pela instituição, possui informações sobre desempenho financeiro, relatórios contábil-financeiros e relatórios de auditoria de instituições de microcrédito/microfinanças do mundo inteiro, apresentadas de forma segmentada (escala, região geográfica, etc.).

A coleta de dados abrangeu informações de 80 instituições de microfinanças de UEMOA que se encontraram disponíveis na plataforma *THE MIX*, referentes ao ano de 2014. Destaca-se que não há nenhuma instituição de microfinança da Guiné-Bissau com os dados disponíveis no banco de dados deste estudo para o ano de 2014. As variáveis utilizadas foram definidas como:

*Outputs* (Y): Y1 = depósitos de membros. As IMFs deste trabalho tratam de poupança e crédito, os depósitos de membros são considerados como um produto e não como insumo (uma abordagem de intermediação). O exame dos dados mostra que a poupança é o produto mais importante do ponto de vista do volume de transações efetuadas. Para todas as instituições da amostra, a poupança mobilizada é significativamente maior (US\$ 41,987 milhões) do que o crédito concedido (US\$ 7,326 milhões). Este resultado sugere que a função da mobilização de poupança pode ser considerada como uma função de “autônoma”, da mesma forma que a função de crédito. -Y2 = créditos saudáveis. Esta é a quantidade de crédito pendente, deduzida de créditos vencidos. Como já foi dito, o crédito é, com a poupança, uma das principais funções das cooperativas de poupança e de crédito. A qualidade da gestão de uma IMF é medida pela capacidade dos gestores para reciclar poupanças recolhidas na realização de atividades econômicas viáveis. Isso responde à preocupação de manter uma boa qualidade de portfólio, a fonte de risco mais importante para uma IMF (Dieckmann *et al.*, 2007: 20). Em tal instituição, é uma condição necessária, mas não suficiente, para a existência de crédito, de modo que o crédito pode ser considerado como relativamente autônomo em relação à poupança. -Y3 = o produto financeiro. Trata-se essencialmente de produtos relacionados com a atividade de intermediação financeira da IMF. Embora as IMFs do tipo cooperativo não persigam o objetivo de alcançar um lucro máximo (Deku *et al.*, 2004: 17), não são menos sujeitas à realização de um produto financeiro para cobrir as suas despesas operacionais.

*Inputs* (X): X1 = fator trabalho: o custo do trabalho tem sido estimado por despesas de pessoal, incluindo encargos sociais. X2 = as despesas financeiras: como os depósitos de membros são considerados como *outputs*, as despesas financeiras relacionadas com os depósitos dos membros (juros e outros encargos) são consideradas como *inputs*, porque as cooperativas de poupança e de crédito remuneram raramente depósitos de membros. X3 = capital físico: trata-se essencialmente dos ativos intangíveis, máquinas e equipamentos. A sua avaliação é feita a partir da depreciação. X4 = consumo intermediário e outros custos operacionais: eles vêm como um componente essencial dos custos de produção; é essencialmente a aquisição de serviços externos de água e eletricidade, aluguel, reparação de manutenção, prêmios de seguros e outros serviços externos (viagens, anúncio, correios e telecomunicações).

Dada a dupla função de recolher poupança e reciclá-la sob a forma de crédito, as IMFs que fazem só uma ou outra dessas duas atividades não serão incluídas na análise. Também é preciso lembrar que a cooperativa de poupança de crédito é uma empresa que não tem o objetivo primário de maximizar o lucro, mas que tem como objetivo produzir, na melhor das hipóteses, a maior quantidade de crédito e poupança possível para atingir a maior parte possível da população pobre. Ela deve ser, desse modo, econômica e financeiramente viável. A definição de *outputs* não pode ser feita sem considerar as “restrições” de partida.

Três considerações fundamentais são a base da escolha de *outputs* e *inputs*. Primeira consideração: as cooperativas de poupança e de crédito têm como função principal “produzir” poupança (Y1) e Crédito (Y2).

Segunda consideração importante, em relação com a perspectiva da eficácia (ou mesmo a luta pela redução da pobreza): estas instituições precisam ser sustentáveis, financeira e economicamente viáveis. Para fazer isso, elas devem produzir resultado, não só em termos de volume de crédito e de poupança, mas também em termos de produto financeiro (Y3). Pode-se manter, portanto, 2 *outputs* no modelo social, ou seja, o volume de poupança, e o volume de crédito e 1 *output* no modelo financeiro, ou seja, produto financeiro. A ideia é verificar se há relação entre eficiência no atendimento/social e eficiência financeira.

Terceira consideração: os 4 *inputs* e sua associação no processo de produção são tecnicamente determinados e constituem uma restrição. O que uma IMF precisa para “produzir” poupança, crédito e produtos financeiros? As IMFs devem ter, da mesma maneira que qualquer unidade

de produção de bens e serviços, capitais, tal como equipamento físico e edifício, ou seja, o fator trabalho (X1), despesas financeiras (X2), capital físico (X3) e o consumo intermediário (X4). A Tabela 01 apresenta modelo social e financeiro construído para atingir o objetivo deste trabalho.

**Tabela 01 – Modelos Social e Financeiro**

<i>Outputs/ Inputs</i>	Modelo Social	Modelo Financeiro
<i>Outputs</i>	Crédito	Produto financeiro
	Poupança	
<i>Inputs</i>	Fator de trabalho	Fator de trabalho
	Capital físico	Capital físico
	Despesas financeiras	Despesas financeiras
	Consumo intermediário	Consumo intermediário

Fonte: Elaboração própria.

## 4. Resultados e discussão

### 4.1. Estatísticas descritivas e informações do setor em UEMOA

A Tabela 02 apresenta estatísticas descritivas, incluindo informações sobre os valores mínimo e máximo, a média, o desvio-padrão e o coeficiente de variação.

**Tabela 02 – Estatísticas descritivas das variáveis da UEMOA**

Variável	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão	Coeficiente de Variação (%)
Produto financeiro (1,000,000 US\$)	3,77	7.7510	3.034,473	9.726,517	320,53
Crédito (1,000,000 US\$)	10	15.850	1.651	3.405,719	206,28
Poupança (1,000,000 US\$)	10	22.1430	9.458,975	35.360,7	373,83
Capital físico (1,000,000 US\$)	1,077	829	70,00358	116,0365	165,76
Fator trabalho (1,000,000 US\$)	1	323	19,0375	45,11489	236,98
Consumo intermediário (1,000,000 US\$)	20	238.390	11.865,65	38.044,79	320,63
Despesas financeiras (1,000,000 US\$)	40	315.900	14.173,83	43.889,18	309,64

Fonte: Elaboração própria.

Observa-se que a média do produto financeiro das IMFs da UEMOA é muito menor, em relação à poupança, mas superior em relação ao crédito. Este resultado pode ser explicado pelo fato de que a poupança representa *outputs* mais importantes do ponto de vista do volume de transações efetuadas. O coeficiente de variação de produto financeiro (320,53 %) é também menor comparativamente ao coeficiente de variação de poupança (373,83 %), mas superior ao de crédito (206,28 %). Em geral pode-se afirmar que a distribuição é heterogênea para os *outputs* e *inputs*.

### 4.2. A eficiência no modelo social e análise dos benchmarks e suas características

A análise dos escores de eficiência (Tabela 03) revela que 36,25 % das 80 IMFs analisadas (29 IMFs) são consideradas eficientes no Modelo Social, ou seja, 36,25 % das IMFs estão na fronteira de eficiência. Estas instituições de poupança e de crédito podem ser consideradas como aquelas com as melhores práticas de crédito e poupança.

**Tabela 03 – A eficiência no social (Modelo Social)**

Modelo Social	
Número das IMFs eficientes	29,00
Percentual das IMFs eficientes (%)	36,25

Fonte: Elaboração própria.

Dentro as IMFs eficientes, 8 pertencem à Níger (com 15 IMFs na amostra), 6 pertencem à Costa do Marfim (com 10 IMFs na amostra), 5 pertencem ao Benim (com 20 IMFs na amostra), 4 pertencem à Burkina-Faso (com 11 IMFs na amostra), 4 pertencem ao Senegal (com 08 IMFs na amostra), 1 pertence ao Mali (com 06 IMFs na amostra) e 1 pertence ao Togo (com 10 IMFs na amostra). Então, pode-se afirmar que os países como Níger e Costa do Marfim possuem, em termos absolutos e relativos, as IMFs com as melhores práticas de crédito e poupança que os demais países.

Para identificar as instituições eficientes de microfinanças em UEMOA, devem se destacar as instituições que mais servem de referências para as demais, de forma a utilizar-se suas características e práticas eficientes para toda as instituições. Neste modelo social, das 29 IMFs eficientes, 17 foram consideradas *benchmarks* para pelo menos uma instituição. Contudo, 3 instituições destacam-se dentre as instituições eficientes apresentando-se como referências para muitos entes ineficientes.

A Tabela 04 apresenta os 3 principais *benchmarks* do Modelo Social, bem com suas características.

**Tabela 04 – Os três principais benchmarks do Modelo Social**

Especificação	Benchmark 1	Benchmark 2	Benchmark 3
Número de vezes <i>benchmarks</i>	34	23	22
Eficiência técnica	1	1	1
Eficiência de escala	0,355	1	1

Fonte: Elaboração própria.

Percebe-se que os *benchmarks* 2 e 3 (*CANARI* e *ADVANS-CI* da Costa do Marfim, respectivamente) apresentam 100 % de eficiência, tanto técnica quanto de escala. Entretanto, a instituição *PADME* do Benim (*benchmark* 1) é considerada apenas tecnicamente eficiente, apresentando problemas de escala.

De forma a ampliar a caracterização das três principais instituições de referência do modelo social, a Tabela 05 apresenta os produtos e os insumos utilizados na análise de eficiência.

**Tabela 05 – Produto e insumos das principais propriedades de referência**

<i>Outputs/Inputs</i>	Benchmark 1	Benchmark 2	Benchmark 3
Produto financeiro	34.520	5.940	940
Crédito	15.710	2.440	20
Poupança	9.600	3.960	280
Capital físico	309	180	3
Fator de trabalho	323	4	1
Consumo intermediário	31.670	6.660	80
Despesas financeiras	66.190	12.600	40

Fonte: Elaboração própria.

Por meio da Tabela 05, observa-se que os *benchmarks* apresentam características diferentes quanto às proporções de cada insumo em relação ao produto. Nota-se que cada DMU apresentada tem pelo menos uma proporção considerada a menor dentro as instituições de referência aqui estudadas. Por exemplo, o *benchmark* 3 apresenta a menor proporção de crédito em relação ao produto financeiro e poupança, este *benchmark* apresenta a menor proporção de fator de trabalho em relação ao consumo intermediário.

#### 4.3. A eficiência no modelo financeiro e análise dos benchmarks

No Modelo Financeiro, Tabela 06, os escores de eficiência revelam que 33,75 % das 80 IMFs analisadas (ou seja, 27) são eficientes. Estas instituições podem ser consideradas como aquelas com as melhores práticas no que se refere ao produto financeiro.

Tabela 06 – A eficiência no financeiro (Modelo Financeiro)

Modelo Financeiro	
Número das IMFs eficientes	27,00
Percentual das IMFs eficientes (%)	33,75

Fonte: Elaboração própria.

Dentre as IMFs eficientes, 6 pertencem à Costa do Marfim, 6 pertencem à Níger, 5 pertencem ao Senegal, 4 pertencem ao Benim, 4 pertencem à Burkina-Faso, 1 pertence ao Mali e 1 pertence ao Togo. Então, países como o Níger e Costa do Marfim (os mesmos que para o critério social) e Senegal possuem as IMFs com as melhores práticas de produto financeiro que os demais países.

Neste modelo, das 27 IMFs eficientes, 5 foram consideradas como *benchmarks* para pelo menos uma instituição. No entanto, três instituições se destacam, apresentando-se como referências para muitos entes ineficientes. A Tabela 07 apresenta os três principais *benchmarks* do modelo financeiro, bem com suas características.

Tabela 07 – Os três principais benchmarks do Modelo Financeiro

Especificação	Benchmark 1	Benchmark 2	Benchmark 3
Número de vezes <i>benchmarks</i>	56	41	38
Eficiência técnica	1	1	1
Eficiência de escala	1	0,237	1

Fonte: Elaboração própria.

Percebe-se que os *benchmarks* 1 e 3 (*CANARI* e *ADVANS-CI* do Costa do Marfim) apresentam 100 % de eficiência tanto técnica quanto de escala. A instituição do *benchmark* 2 (*PADME* do Benin) tem só a eficiência técnica e continua com o problema de escala.

#### 4.4. Análises eficiência geral

Tendo em conta a sensibilidade do método DEA na escolha dos *outputs* e dos *inputs*, considerou-se que as IMFs eficientes (eficiência geral) são aquelas consideradas eficientes simultaneamente nos Modelos Social e Financeiro. Assim, tem-se que 26 das 80 instituições de poupança e de crédito são consideradas eficientes em ambos os modelos (aspectos social e financeiro).

De modo geral, assim como observado na análise individual dos modelos, a maioria das IMFs consideradas eficientes são dos países Costa do Marfim e Níger, implicando que as instituições destes países possuem as melhores práticas de crédito, poupança e produto financeiro na região da UEMOA. Entretanto, destaca-se que as instituições de melhores práticas não se restringem apenas a estes dois países.

#### 4.5. Escores médios de eficiência dos dois modelos

Escore médio de eficiência técnica (ET), da eficiência técnica pura (ETP) e da eficiência de escala (EE) para todas as IMFs em UEMOA estudadas são apresentados na Tabela 08. Essa análise evidencia que os escores referentes ao Modelo Social apresentam médias muito superiores àqueles do Modelo Financeiro.

Esses escores são respectivamente de 0,348; 0,549 e 0,600 sob o Modelo Social e de 0,255; 0,444 e 0,563 sob o Modelo Financeiro. Daí resulta que as IMFs em UEMOA estão focadas na adoção de estratégias e na concretização de resultados ligados à sua missão social. Tal fato, possivelmente, é reflexo de um movimento de transparência que ocorre em toda o setor microfinanceiro internacional que enfatiza a importância da adoção de medidas no sentido de gerenciar, avaliar e evidenciar os resultados efetivamente materializados pelas instituições de microcrédito no âmbito social, como elucidam Gutierrez-Nieto *et al.* (2007: 12).

**Tabela 08 – Escores de eficiência por tipo das IMFs do tipo cooperativa de poupança e de crédito**

Países	Modelo Social			Modelo Financeiro		
	ET	ETP	EE	ET	ETP	EE
Benim	0,268	0,528	0,529	0,163	0,416	0,440
Burkina-Faso	0,304	0,557	0,498	0,207	0,490	0,371
Costa do Marfim	0,678	0,765	0,772	0,497	0,631	0,717
Mali	0,223	0,420	0,384	0,160	0,327	0,489
Níger	0,272	0,437	0,782	0,252	0,425	0,735
Senegal	0,393	0,662	0,661	0,311	0,445	0,735
Togo	0,296	0,471	0,575	0,196	0,375	0,453
Média das IMFs da UEMOA	0,348	0,549	0,600	0,255	0,444	0,563

Fonte: Elaboração própria.

O exame da média dos escores de eficiência para cada país confirma um resultado anterior de que a eficiência das instituições de microfinanças em UEMOA não é o fato de somente dois países.

Os escores de eficiência técnica de acordo com país que pertença às IMFs e de acordo com cada modelo evidenciam que os desempenhos realizados pelas instituições do Benim e do Mali são mais fracos. A Costa do Marfim é tecnicamente mais eficiente no Modelo Social que no Modelo Financeiro. De modo geral, é possível observar este comportamento para os demais países, confirmando o resultado anterior de que as instituições da UEMOA analisadas são mais eficientes considerando o aspecto social.

Os resultados completos (Anexo 1) evidenciam que muitas das cooperativas de poupança e de crédito não funcionam na escala ótima. Por meio da Tabela 09 é possível observar a situação de ineficiência na escala das instituições nos dois modelos.

**Tabela 09 – Situação de ineficiência na escala das cooperativas de poupança e de crédito**

Situação de ineficiência na escala	Modelo Social		Modelo Financeiro	
	RND	RNC	RND	RNC
Total das IMFs	7	55	7	56
Percentual (%)	8,75	68,75	8,75	70
IMFs em situação de escala não ótima (%)	77,5		78,75	

Fonte: Elaboração própria.

A análise de acordo com o país de origem evidencia que mais da metade do número das IMFs (85 % por Benin; 90 % por Burkina-Faso e por Togo; 95 % por Mali; 50 % por Senegal) não operam na escala ótima. Elas são proporcionalmente mais numerosas em zona de retornos decrescentes (RNC) de escala, do que retornos crescentes (RND). Além disso, as que operam em zona de retornos crescentes de escala beneficiam de economias de escala e devem ser capazes de aumentar a sua oferta enquanto reduzem seus custos. Assim, elas têm a possibilidade de aumentar o tamanho da sua atividade e o volume de suas transações enquanto redução dos custos unitários. Quanto àquelas que operam em retornos decrescentes de escala, não há benefícios de economias de escala e estão operando em um nível que qualquer aumento de tamanho ou volume de atividades resulta em um maior custo unitário. Em geral, a maioria das IMFs da UEMOA analisadas não operam em situação de escala ótima nos dois modelos, ou seja, 77,5 % no Modelo Social e 78,75 % no Modelo Financeiro.

#### 4.6. Ineficiência técnica e ineficiência de escala

A comparação entre a ineficiência técnica pura e ineficiência de escala revela que, qualquer que seja o modelo utilizado, a eficiência técnica pura é sempre menor do que a eficiência de escala, verificando-se que no Modelo Social 0,549 (eficiência técnica pura) é menor do que 0,600 (eficiência de escala); e no Modelo Financeiro; 0,444 (eficiência técnica pura) é menor do que 0,563 (eficiência de escala).

Este resultado sugere que as ineficiências das IMFs do tipo cooperativa de poupança e de crédito na UEMOA são mais uma questão de ineficiência técnica pura (deficiências de gestão relacionadas com o problema do subequipamentos, a qualidade dos recursos humanos) do que problemas de escala. Este resultado tem uma implicação importante quando se trata da política para melhorar o nível de eficiência dessas IMFs. Na verdade, ele sugere que a ineficiência das IMFs seria mais explicada pelas ineficiências de gestão, de saber fazer, de gestão de equipamentos e da tecnologia do que pelo tamanho e o volume de atividade. Portanto, uma política de melhoria da eficiência deve visar a melhorar os métodos de gestão, o nível de tecnologia, a qualidade dos recursos humanos especialmente para unidades que operam em zonas de retornos crescentes de escala. Estes objetivos podem ser alcançados: melhorar a reciclagem de poupança coletada, fazer inovações financeiras, encontrar novos produtos financeiros, considerar a criação de um banco cooperativo.

### 5. Considerações finais

Foi possível medir a eficiência das instituições de microfinanças da UEMOA pelo método DEA com uma amostra de 80 cooperativas de poupança e de crédito observado no ano 2014. Para conseguir fazer este trabalho, definem-se e medem-se sete variáveis (ou seja, 4 *inputs* e 3 *outputs*) usando a orientação de produto e dos dois modelos (Social e Financeiro).

De modo geral, identificou-se que existem benefícios para a busca da eficiência em ambos os modelos, sendo que as IMFs ditas ineficientes incorrem mais em problemas de pura eficiência técnica do que de escala. Portanto, a melhoria da eficiência das IMFs passa por uma melhoria da eficiência técnica, relacionada com a falta de formação, de equipamento e de qualidade de gestão. Ademais, ao comparar os modelos, tem-se que o aspecto social se destaca, apontando que as instituições da UEMOA analisadas estão focadas na adoção de estratégias e na concretização de resultados ligados à sua missão social.

Assim, as autoridades devem promover um controle de IMF na sua gestão financeira, a sua gestão de carteiras em termos de ativos financeiros. Pois os resultados mostram que o produto financeiro tem um impacto positivo sobre as instituições. Em outras palavras as instituições que dispõem do produto financeiro suficiente são àqueles que são mais eficientes.

Seria interessante em um estudo futuro se os pesquisadores incluíssem no modelo mais instituições de microfinanças de diferentes continentes. Isto seria relevante para investigar se há uma diferença entre a dinâmica das instituições na UEMOA e na América Latina, por exemplo.

## Referências bibliográficas

- Alves, Sérgio Darcy da Silva e Soares, Marden Marques (2004), *Democratização do crédito no Brasil: atuação do Banco Central*, Brasília: Banco Central do Brasil.
- Banker, Rajiv D., Charnes, Abraham e Cooper, William W. (1984), *Some models for estimating technical and scale inefficiencies in data envelopment analysis*. *Management science*, vol. 30, n.º 9, pp. 1078-1092.
- Bassem, Ben Soltane (2008), *Efficiency of microfinance institutions in the Mediterranean: an application of DEA*. *Transition Studies Review*, vol. 15, n.º 2, pp. 343-354.
- Charnes, Abraham, Cooper, William W. e Rhodes, E. (1979), *Measuring the efficiency of decision-making units*. *European Journal of Operational Research*, Elsevier, v. 3, n.º 4, p. 339.
- Debreu, Gerard (1951), *The coefficient of resource utilization*. *Econometrica: Journal of the Econometric Society*, vol. 19, n.º 3, pp. 273-292.
- Deku, P. e Mensah, A. K. (2004), *Inclusive education: the Ghanaian perspective*. *West African Journal of Research and Development in Education*, vol. 11, n.º 1, pp. 8-15.
- Dieckmann, Raimar, Speyer, B., Ebling, M. e Walter, N. (2007), *Microfinance: An emerging investment opportunity*. *Deutsche Bank Research*, vol. 19, p. 20. [Em linha]. Disponível em: [https://country.db.com/usa/documents/responsability/publications/resources/Emerging\\_Investment\\_Opportunities.pdf](https://country.db.com/usa/documents/responsability/publications/resources/Emerging_Investment_Opportunities.pdf).
- Duquette, Sara (2011), *L'efficience des institutions de microfinance sous l'influence de l'environnement économique et politique*.
- Farrell, Michael James (1957), *The Measurement of Productive Efficiency*. *The Journal of The Royal Statistical Society*, Part III, vol. 120, Série A, pp. 253-290.
- Ferreira, Roberto Gomes (2009), *Engenharia econômica e avaliação de projetos de investimento: critérios de avaliação, financiamentos e benefícios fiscais, análise de sensibilidade e risco*. [s.l.] Atlas.
- Gutierrez-Nieto, Begona, Serrano-Cinca, Carlos e Molinero, Cecilio, Mar (2007), *Microfinance institutions and efficiency*, *Omega*, vol. 35, n.º 2, pp. 131-142.
- Haq, Mamiza, Skully, Michael, e Pathan, Shams (2010), *Efficiency of microfinance institutions: A data envelopment analysis*. *Asia-Pacific Financial Markets*, vol. 17, n.º 1, pp. 63-97.
- Kablan, Sandrine (2012), *Efficacité des institutions de microfinance en UEMOA: une approche outreach-intermédiation financière*.
- Koopmans, Tjalling C. (1951), *Efficient allocation of resources*. *Econometrica: Journal of the Econometric Society*, vol. 19, n.º 4, pp. 455-465.

- Lins, Marcos, Estellita, M., Meza, Lidia, Angulo., Antunes, Carlos, Henggeler (2000), *Análise Envolvória de Dados e perspectivas de integração no ambiente de Apoio à Decisão*. Rio de Janeiro: Coppe/UFRJ.
- Microfinanças em UEMOA (2015).
- Seibel, Hans Dieter, Kumar, K. C. Bijay (1998), *Microfinance in Nepal: Institutional viability & sustainability and their compatibility with outreach to the poor. Working paper*. U. o. C.-D. R. Center. Cologne, Germany, University of Cologne Development Research Center, pp. 1-19.
- Soares, Marden Marques, Melo Sobrinho, A. D. (2008), *Microfinanças, O papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito*. Brasília: BCB.
- Soulama, Souleymane (2008), *Efficacité technique et inefficience à l'échelle des Institutions de Microfinance au Burkina Faso. Laboratoire d'Economie d'Orléans, UMR CNRS 6221*, pp. 1-24.
- Woller, Gary (2000), *Reassessing the financial viability of village banking: Past performance and future prospects. MicroBanking Bulletin*, vol. 5, pp. 3-8.

## ANEXOS

### Anexo1 - Indicador das eficiências dos modelos Social e Financeiro

Países	Instituições	crste	Vrste	scale		crste	vrste	scale	
BENIN	ACFB	0,196	0,539	0,363	drs	0,193	0,631	0,306	drs
BENIN	A. FINANCES	0,119	0,169	0,705	drs	0,049	0,082	0,603	drs
BENIN	ALIDE	0,285	0,637	0,448	drs	0,14	0,387	0,363	drs
BENIN	CAMTES	0,083	0,175	0,473	drs	0,053	0,134	0,398	drs
BENIN	CBEC	0,751	0,779	0,964	irs	0,758	0,76	0,997	irs
BENIN	CMMB	0,184	0,27	0,679	drs	0,103	0,185	0,555	drs
BENIN	COMUBA	0,085	0,182	0,469	drs	0,08	0,24	0,335	drs
BENIN	COWEC	0,058	0,088	0,661	drs	0,046	0,075	0,613	drs
BENIN	CPEC	0,768	1	0,768	drs	0,299	0,465	0,644	drs
BENIN	FESPROD	0,585	1	0,585	irs	0,02	0,02	0,991	-
BENIN	MCAPE	0,114	1	0,114	irs	0,045	1	0,045	irs
BENIN	MODEC	0,371	0,506	0,733	drs	0,311	0,61	0,511	drs
BENIN	MSFP	0,103	0,18	0,569	drs	0,072	0,175	0,41	drs
BENIN	ONG SOLIDARITÉ	0,134	0,202	0,662	drs	0,057	0,159	0,361	drs
BENIN	PADME	0,355	1	0,355	drs	0,237	1	0,237	drs
BENIN	PEBCO	0,086	0,224	0,382	drs	0,066	0,258	0,255	drs
BENIN	RENACA	0,173	0,648	0,267	drs	0,148	0,712	0,208	drs
BENIN	SIA N'SON	0,219	0,726	0,302	drs	0,031	0,215	0,145	drs
BENIN	UNACREP	0,125	0,237	0,528	drs	0,075	0,216	0,349	drs
BENIN	VITAL FINANCE	0,562	1	0,562	drs	0,483	1	0,483	drs
Burkina Faso	ACEP B.	0,234	0,849	0,276	drs	0,068	0,306	0,224	drs
Burkina Faso	ACFIME	0,206	0,497	0,415	drs	0,159	0,542	0,294	drs
Burkina Faso	CEC/B. DU M.	0,14	0,203	0,686	drs	0,084	0,141	0,596	drs
Burkina Faso	FAARF	0,214	1	0,214	drs	0,111	1	0,111	drs
Burkina Faso	FCPB	1	1	1	-	1	1	1	-

Países	Instituições	crste	Vrste	scale		crste	vrste	scale	
Burkina Faso	PAMF-BFA	0,079	0,122	0,649	drs	0,004	0,01	0,46	drs
Burkina Faso	PRODIA-AC	1	1	1	-	0,432	1	0,432	drs
Burkina Faso	SOFIPE	0,339	1	0,339	drs	0,323	1	0,323	drs
Burkina Faso	UCEC SAHEL	0,063	0,159	0,394	drs	0,056	0,185	0,302	drs
Burkina Faso	UMECAP	0,037	0,161	0,227	drs	0,018	0,148	0,123	drs
Burkina Faso	URC-NAZINON	0,036	0,133	0,274	drs	0,035	0,164	0,215	drs
Costa de Marfim	ADVANS - CI	1	1	1	-	1	1	1	-
Costa de Marfim	ARGENTIFERE	0,114	0,273	0,419	drs	0,087	0,277	0,314	drs
Costa de Marfim	CANARI	1	1	1	-	1	1	1	-
Costa de Marfim	CMECEL	1	1	1	-	0,072	0,072	1	-
Costa de Marfim	FIDRA	0,301	0,506	0,595	drs	0,294	0,563	0,523	drs
Costa de Marfim	GES-CI	1	1	1	-	1	1	1	-
Costa de Marfim	MAZE	1	1	1	-	0,515	0,515	1	-
Costa de Marfim	MICROCRED - CIV	1	1	1	-	0,671	1	0,671	drs
Costa de Marfim	REMUCI	0,288	0,661	0,437	drs	0,285	0,705	0,404	drs
Costa de Marfim	UNACOOPEC-CI	0,057	0,214	0,265	drs	0,055	0,179	0,305	drs
MALI	CVECA K/B	0,162	0,547	0,295	drs	0,066	0,377	0,175	drs
MALI	CVECA P.D.	0,145	0,371	0,391	drs	0,079	0,356	0,222	drs
MALI	CVECA S.	0,086	0,213	0,402	drs	0,085	0,235	0,363	drs
MALI	MICROCRED - MLI	0,88	1	0,88	drs	0,73	0,99	0,737	drs
MALI	NYESIGISO	0,036	0,216	0,168	drs	0	0	0,212	-
MALI	RMCR	0,029	0,173	0,166	drs	0	0,001	0,251	drs
NIGER	AMMA AL OUMMA	0,737	0,829	0,889	drs	0,492	0,935	0,526	drs
NIGER	COOPEC H.D.	0,811	0,811	1	-	0,691	0,691	1	-
NIGER	CPEC G. TIBIRI	0,132	0,132	1	-	0,113	0,113	1	-
NIGER	CPEC AGUIE	0,08	0,08	1	-	0,05	0,051	0,989	irs
NIGER	CPEC TIBIRI	0,068	0,068	1	-	0,052	0,052	1	-
NIGER	TAANADI	0,08	0,08	1	-	0,05	0,051	0,989	irs
NIGER	CPEC GOMNI	0,24	0,24	1	-	0,201	0,201	1	-
NIGER	CPEC KARHE	0,195	0,195	1	-	0,155	0,155	1	-
NIGER	CPEC ALLAH	0,799	0,805	0,993	irs	0,78	0,78	1	-
NIGER	KOKARI	0,21	0,805	0,261	drs	0,087	0,836	0,104	drs
NIGER	MECAT - NIGER	0,082	0,135	0,612	irs	0,06	0,088	0,682	irs
NIGER	MECREP	0,419	0,886	0,473	drs	0,408	0,902	0,453	drs
NIGER	NIYYA	0,082	0,151	0,547	drs	0,054	0,122	0,443	drs
NIGER	YARDA T. M.	0,279	0,625	0,447	drs	0,254	0,677	0,375	drs
NIGER	YARDA ZINDER	0,36	0,714	0,505	drs	0,329	0,714	0,461	drs
SENEGAL	CAURIE M. F.	0,369	0,715	0,516	drs	0,191	0,466	0,41	drs
SENEGAL	DJOMEK	0,172	0,516	0,333	drs	0,093	0,349	0,267	drs
SENEGAL	FIDES M.S.	0,511	0,812	0,629	drs	0,234	0,401	0,584	drs

Países	Instituições	crste	Vrste	scale		crste	vrste	scale	
SENEGAL	MEC ADIASS	0,652	1	0,652	drs	0,628	1	0,628	drs
SENEGAL	MEC DONAYE	1	1	1	-	1	1	1	-
SENEGAL	MEC FAC	0,188	1	0,188	irs	0,11	0,11	1	-
SENEGAL	MEC FEMUNI	0,2	0,2	1	-	0,18	0,182	0,991	irs
SENEGAL	MEC KEBEMER	0,052	0,053	0,972	irs	0,049	0,049	0,997	-
TOGO	CECA	0,654	0,81	0,807	drs	0,51	0,677	0,754	drs
TOGO	FUCEC TOGO	1	1	1	-	0,534	1	0,534	irs
TOGO	LA FRUCTUEUSE	0,031	0,041	0,753	drs	0,03	0,049	0,6	drs
TOGO	MGPCC D.	0,309	0,423	0,731	drs	0,314	0,481	0,652	drs
TOGO	M. AKWABA	0,087	0,309	0,28	drs	0,033	0,155	0,214	drs
TOGO	MUTUELLE ASJD	0,118	0,181	0,652	drs	0,091	0,192	0,475	drs
TOGO	PADES M.	0,036	0,084	0,43	drs	0,018	0,055	0,323	drs
TOGO	UMECTO	0,161	0,636	0,253	drs	0,092	0,392	0,234	drs
TOGO	URCLEC	0,123	0,478	0,257	drs	0,039	0,183	0,213	drs
TOGO	WAGES	0,439	0,748	0,587	drs	0,301	0,564	0,533	drs

### Anexo 2 – Estatísticas Descritivas detalhadas por país

Variável	PF (USD) m	C (USD) m	P (USD) m	CF	FT	CI	EF (USD) m
<b>UNIÃO ECONÔMICA E MONETÁRIA OESTE AFRICANA (UEMOA)</b>							
<b>Benim (20 IMFs)</b>							
Mínimo	20	10	10	6	1	20	40
Máximo	34520	15710	9600	309	323	31670	66190
Média	3009.5	2334.65	2288.9	66.25	24.55	5415.7	8268.05
Desvio-padrão	7671.815	4431.721	2857.76	72.68235	70.90949	7919.903	15178.68
CV	2.5491992	1.898238	1.24853	1.097092	2.88837	1.462397	1.8358234
<b>BF (11 IMFs)</b>							
Mínimo	40	100	10	1.077	2	160	310
Máximo	77510	5640	221430	123	182	238390	315900
Média	8377.273	1070	21955.45	46.55245	32.27273	25649.55	33270.91
Desvio-padrão	22994.28	1680.309	66178.8	36.50989	53.39493	70697.88	93794.46
CV	2.744841	1.570382	3.014231	0.784274	1.654491	2.756301	2.8191132
<b>CM (10 IMFs)</b>							
Mínimo	70	20	80	3	1	80	40
Máximo	7380	15850	179390	829	126	191960	149190
Média	3260	2758.7	23434	164.2	16.8	27441	25589.4
Desvio-padrão	2920.377	4779.17	55275.38	253.8166	38.6431	58942.26	45583.17
CV	0.895821	1.732399	2.358768	1.545777	2.300185	2.147963	1.7813302

<b>Mali (06 IMFs)</b>							
Mínimo	3.77	10	440	12	3	1610	1610
Máximo	2540	3150	20950	258	60	26660	30710
Média	842.9683	1016.667	4555	82.16667	34	6346.667	8491.667
Desvio-padrão	954.3539	1196.088	8054.519	92.78452	22.85607	9968.155	10954.93
CV	1.132135	1.17648	1.768281	1.129223	0.672237	1.570613	1.29008
<b>Niger (15 IMFs)</b>							
Mínimo	40	10	40	3	1	30	70
Máximo	2570	600	10260	10260	60	2870	5450
Média	685.3333	137.3333	1110.667	28.73333	6.066667	585.1333	1174.733
Desvio-padrão	793.4722	152.3373	2604.571	64.68988	15.02125	770.7897	1540.794
CV	1.15779	1.109252	2.345051	2.251388	2.47603	1.317289	1.3116121
<b>Senegal (08 IMFs)</b>							
Mínimo	50	10	20	2	1	40	40
Máximo	2970	5800	5170	133	14	11650	14630
Média	886.25	1225	996.25	37	4	2220	2868.875
Desvio-padrão	964.1123	2141.742	1752.891	52.91503	4.503967	4118.443	5157.465
CV	1.087856	1.748361	1.759489	1.430136	1.125992	1.855155	1.7977308
<b>Togo (10 IMFs)</b>							
Mínimo	60	10	210	1.209	2	550	610
Máximo	24340	12130	150140	394	107	160430	184770
Média	3539	2807	18313	90.1209	18.2	21976.6	25514.9
Desvio-padrão	7497.743	4628.868	46718.63	112.8892	31.84616	49524.2	57012.46
CV	2.11860497	1.6490445	2.5511183	1.2526417	1.749789	2.2534969	2.23447711

### Siglas

- m – Milhão
- USD – Dólar Americano
- CM – Costa de Marfim
- BF – Burkina-Faso
- PF – Produto Financeiro
- C – Crédito
- P – Poupança
- C.V. – Coeficiente de Variação
- CF – Capital Físico
- FT – Fator Trabalho
- CI – Consumo Intermediário
- EF – Encargo Financeiro



# Sino-Africa Relations and Implications for Neo-Colonialism: a Case of China's Involvement in Ghana's Textiles and Mining Industries and its Implications in Achieving the Sustainable Development Goals in Ghana

Gideon Asante Yeboah\*, Kelvin Acheampong\*\* e Prince Henry Ebbey\*\*\*


pp. 39-53

## 1. Introduction

### 1.1. A historical overview of China-Africa's relations

China's sudden emergence on the African scene in the 1950s offers fresh insights for revisiting Nkrumah's concept of neo-colonialism. Admittedly, China was not involved in the colonization of African countries. Yet, neo-colonialism, according to Halperin (2020) might be used today to refer not only to relationships involving the both the former colonizers and colonized but also to that involving developed countries in general and developing countries. China has been Africa's largest trading partner since 2009 (China Daily, 2015). The 2018 United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD) Investment Report indicated that China's \$53 billion Foreign Direct Investment stock was the third-largest in Africa in 2016 (Abegunrin *et al.*, 2020). The increased activities of China in Africa, according to Langan (2018) are an indication that "the natural resources of various African countries are attractive not only to Western enterprises, but also to China", and that "Africa's resource stands at the centre of China's energy security" (226).

Yet, some argue that China's "emergence" in Africa is not as sudden as it seems. Abegunrin *et al.*, (2020), for example, proposed that trade between China and some African countries can be traced to the 15<sup>th</sup> century and that "the European mercantilism in the so-called age of discovery (age of exploitation of Africa by colonial powers) aggressively ended Sino-Africa relations" (10).

 <https://doi.org/10.21747/0874-2375/afr38a3>

\* Centre for African and International Studies, University of Cape Coast, Ghana.

\*\* University of Bayreuth, Germany.

\*\*\* Jiangsu University, China.

The irony of examining China-Africa relations through a neo-colonial lens is that China has consistently sought to present itself as a developing country, apparently to appeal to the idea of brotherhood and solidarity more convincingly between China and African countries. In fact, “it was Mao who emphasised the need for South-South engagement to carve out a distinct geopolitical space insulated from the USA and Soviet Union” (Langan, 2018: 91). Whether it is technical assistance, the building of roads, railways, dams, power stations, public buildings, transport or telecommunications projects, China is playing a critical role in raising productivity and reducing poverty by investing heavily in the much-neglected infrastructure sector of many African countries.

In 2005, marking the 25<sup>th</sup> anniversary of Zimbabwe, former president Robert Mugabe stated: “We are looking to the east where the sun rises, and have turned our backs on the west where the sun sets” (The Guardian, 2005). Former president of Ghana (January 2009 to July 2012 vice-president at the time) John Dramani Mahama, also expressed a similar sentiment after signing a 3-billion-dollar deal with China in exchange for 13,000 barrels of oil per day.

He noted, “The process for accessing World Bank and IMF credit, unfortunately, has been quite tiresome. They come with a lot of strings, and the procedure for accessing the credit goes through quite a bit of rigmarole, and so it’s not easy... With the current financial crisis, it’s very difficult to go anywhere in this world and get \$3 billion” (Sanderson and Forsythe, 2012: 111).

These statements made by Mugabe and Mahama seem to suggest a growing preference for assistance from China to assistance from the West. Several reasons have been advanced to support this position firstly, China has continually stressed that its interest is in creating “win-win” opportunities for African countries. Secondly, China is filling critical infrastructure gaps cheaply, third, less bureaucratically, fourth, in a shorter time frame, and fifth, with no strings attached (i.e., no intention to manipulate political systems in African countries), as they appear to have no interest in political structures (Cheru and Obi, 2010: 2-3). China has declared that she “respects African countries’ independent choice of the way to development as well as their practices and efforts to promote economic and social development and improve people’s living standard” (China Daily, 2015). Because of that, China “never interferes in African countries’ internal affairs, never imposes its will on them, and attaches no political strings when providing aid to Africa” (China Daily, 2015). Also, various Africans countries’ preference for the Chinese, according to Cheru and Obi, (2010) seems to be fuelled by a “disillusionment with aid from the West—i.e., the tendency to give aid with one hand and to retrieve it with the other” (4).

Another reason is that, China also tends to paint a much more positive light about Africa, regarding African countries not as beneficiaries, but partners, and attempting to maintain a two-way relationship of equal partnership, rather than the donor-recipient relationship portrayed by the West. In this sense, terms such as “solidarity”, “common prosperity”, “shared future”, “affinity”, “multi-faceted exchanges”, “mutual trust”, “pragmatic cooperation” and shared “developing country” status are preferred to “aid” (China Daily, 2015).

For example, in January 2006, Beijing issued an “Africa Policy Paper” to propose ways to define its cooperation with Africa in various fields. Also, it stressed its long-term commitment to strategic partnership with Africa based on five principles. These are peaceful coexistence, including respect for African countries’ independent choice of development path, mutual benefit and reciprocity, interaction based on equality, consultation and cooperation in global affairs (Ministry of Foreign Affairs, 2006).

When this policy was updated in 2015, it reshaped the points that “China and Africa have always belonged to a community of shared future”. That is “both the Chinese dream and the African dream aim to enable people to live a more prosperous and happier life”, and that

“the development strategies of China and Africa are highly compatible”. The 2015 policy also maintained that “poverty is the common challenge confronting China and Africa” and that “given their respective strengths, China and Africa need each other for cooperation and development” (China Daily, 2015).

Nevertheless, the unanswered question remains; is China’s talk of cooperation mere rhetoric? Does the emergence of China liberate formerly colonized African countries from the trend of neo-colonialism or does it, rather, entrench it through new regressive linkages to the external? Is China a neo-colonizer? While some will debunk such a pattern of thought, others like Tutu have scorned the “win-win” doctrine China preaches, as well as China’s claim to be a “developing country” (cited in French, 2014: 193).

## 1.2. China-Ghana relations: an overview

The history of China’s relationship with Ghana is impossible to cover in a few pages. However, existing research on this area suggests that the China-Ghana relationship revolves around two key areas: diplomatic cooperation and economic cooperation, each of which features “sub-areas” (Tsikata *et al.*, 2008). Ghana received its first concessional loan from China in 1964, after which bilateral trade immediately began (Tsikata *et al.*, 2008: 24). This was after official diplomatic ties had been established between the two countries in 1960. The relationship between the two countries has been deepened through visits to either country by political elites of the other country. A notable of such visits (to Ghana) was in 2007 by the then President of China, Wen Jiabao, during which the two countries issued a joint statement on how to strengthen diplomatic ties between the two countries in trade, education, infrastructure, health, telecommunication, and culture (Idun-Arkhurst, 2008).

Idun-Arkhurst (2008) indicates that “over the decades, Ghana has provided critical diplomatic support to China, while China has reciprocated with material support for development” (2008: 4). China gave a \$2.4 million grant to Ghana to renovate the National Theatre, which was built by the Chinese as a gift in the early 1990s (Idun-Arkhurst, 2008). In April 2007, China also facilitated the construction of the Ministry of Defence office complex with a \$7.5 million grant (Tsikata *et al.*, 2008). This is aside from the debt relief of over \$25 million it granted Ghana (Idun-Arkhurst, 2008; Tsikata *et al.*, 2008). “China has become a major development partner for Ghana, concentrating its assistance especially on the development of roads, energy and telecommunications infrastructure, and on technical cooperation (including raising agricultural productivity in Ghana and supplying various industrial equipment)” (Idun-Arkhurst, 2008: 6-7). In the field of education, there are many scholarship and training programmes for Ghanaian students and public officials. In 2008, the Centre for Chinese Studies (now Confucius Institute) was established at the University of Ghana to teach and promote Chinese culture (Idun-Arkhurst, 2008: 12). From Idun-Arkhurst’s perspective, overall, Ghana’s part in the relationship seems to be as it has been with other Western countries. Ghana has kept exporting primary commodities such as cocoa beans, manganese, rubber, and sawn timber, while importing from China a wide range of manufactured goods such as clothes, bags and shoes among others (2008: 13). By 2005, Ghana’s largest import came from China (i.e., \$433 million) while exports from Ghana to China was just \$31 million (Idun-Arkhurst, 2008: 13).

## 2. Theoretical Framework, Review of Literature and Sustainable Development Goals

### 2.1. Neo-colonialism

The concept of “neo-colonialism” was developed in the 1960s by Marxian theorists to denote post-colonial forms of imperialism (Halperin, 2020). Scholars of postcolonial studies like Ashcroft *et al.* (2007) argue that neo-colonialism describes the continued control of former colonies through ruling native elites compliant with neo-colonial powers; the populations are exploited for labour and resources to fend for the badly needed finished physical or cultural commodities made by the metropolis.

The term neo-colonialism was first introduced to African scholarship in 1963 by the first president of Ghana, Dr Kwame Nkrumah, when the term appeared in the preamble of the Organisation of African Unity Charter title of his book, *Neo-Colonialism: The Last Stage of Imperialism*. According to Saheed Adejumo (2002: 487), Nkrumah expanded the work of Russian political theorist Vladimir Lenin who described imperialism as “the highest stage of capitalism”. Adejumo adds that to Nkrumah, the practitioners of neo-colonialism wielded power without responsibility while those who suffered from exploitation had no potential avenue for redress.

Indeed, in his autobiography, Nkrumah (1957: VII) explained colonialism as “the policy by which a foreign power binds territories to herself by political ties with the primary object of promoting her own economic advantage”. In colonialism, therefore, members of the colonizing country acted as political leaders in the colonized country, but of course in the interest of the country they represented. Eight years after Ghana had gained independence, Nkrumah’s voice in *Neo-Colonialism: The Last Stage of Imperialism* would sound more militant. Nkrumah’s argument in the book, as echoed in its title, points to the fact that he envisaged that the former colonial masters would, after granting formal independence to various African countries, attempt to replicate the system of colonialism, using subtler means (Nkrumah, 1965). Nkrumah’s tone was so militant that it is reported that the United States of America’s State Department sent a sharp note of protest to him. Also, an American “aid” to Ghana worth \$25 million was abruptly abrogated (Goodreads, 2009).

Unlike the colonial method of direct military control, neo-colonialism may use economics, globalization, cultural imperialism and aid to influence and control a country (Halperin, 2020). To Nkrumah, neo-colonialism is disguised colonialism, and though it could take many forms, neo-colonialism “is more often exercised through economic or monetary means” (Nkrumah, 1965: IX).

Nkrumah is credited with having possessed the almost prophetic ability to aptly decode and foresee further attempts by the former colonial masters at exploiting the former colonies using shrewder methods which were detrimental to the former colonies, nonetheless. “The neo-colonialism of today”, Nkrumah (1965: IX) wrote, “represents imperialism in its final and perhaps most dangerous stage”. In this sense, rather than applying force, the former colonizers would present themselves as friends, partners, companions, and resort to seemingly generous gestures of “aiding” former colonies in ways that might suggest a selfless interest in the former colonies’ development but in actual sense, would be exploiting these “less developed” countries (Nkrumah, 1965: X).

Nkrumah (1965: XII-XIII) further indicated that neo-colonialism would involve the continuation of unbalanced trade between African and former colonizers and other foreign nations. He also stressed that aid would be used to entice African political leaders to make seemingly beneficial but detrimental trade arrangements. Nkrumah’s (1965: XII) diagnosis was that

“aid” did not help the former colonies but instead, created “an ever-widening gap between the richer and the poorer nations of the world”. The apparent reason for this is that rather than engender meaningful economic or social development for their peoples, policies were formulated to suit the economic or political interest of donor countries than the developmental needs of the local citizenry.

“Aid”, was merely a tactic that procures minimal benefits from the recipients but long-term benefits for those who give it. That way, “control over government policy in the neo-colonial state may be secured by payments towards the costs of running the state, by the provision of civil servants in positions where they can dictate policy, and by monetary control over foreign exchange through the imposition of a banking system controlled by the imperialist power” (1965: IX).

According to Nkrumah (1965: XI-XII), a significant difference between colonialism and neo-colonialism is that, whereas in the former, the colonizers had a physical presence in the colonies, in the latter, African elites/leaders, “betrayers”, would serve as figureheads, representatives of the former colonizers, taking decisions in the economic interests of the former colonizers. Of course, the complicity of such representatives in the neo-colonial relationship would be influenced by personal benefits. In that sense, African countries might, while (seemingly) enjoying political independence, miss the real benefits of independence, namely the ability to realise and to enact self-determination based upon the social and economic needs of the local citizenry. That is to say that, in theory, the state may be independent, or at least, appear independent, but in reality, the major components of its affairs, inclusive of which are its economic system and political policy would be directed from outside (Nkrumah 1965: IX).

In short, the money given as aid would be a tactical move to reinstall foreign control over African countries, only from a distance. Nkrumah wrote:

“[the] hesitancy [of African states to cut ties to former colonisers] is fostered by the sugared water of aid; which is the stop-gap between avid hunger and the hoped-for greater nourishment that never comes. As a result, we find that imperialism, having quickly adapted its outlook to the loss of direct political control, has retained and extended its economic grip” (1965: 33).

Nkrumah is not alone in his argument concerning neo-colonialism. In *The Wretched of the Earth*, Fanon (2005) lashes similar missiles against neo-colonialism as he explained its potential to further enslave African countries. He wrote:

*... you may see colonialism withdrawing its capital and its technicians and setting up around the young state the apparatus of economic pressure. The apotheosis of independence is transformed into the curse of independence, and the colonial power through its immense resources of coercion condemns the young nation to regression. In plain words, the colonial power says 'Since you want independence, take it and starve'* (Fanon 2006: 96).

Woodis (1967), a British writer, also critiqued this neo-colonial relationship between former colonizing countries and former colonies. He wrote:

*At the centre of all the activities of neo-colonialism lie its economic policies. These are directed to assisting the profit-making functions of the big monopolies, to providing the Western powers with the necessary economic powers in the new states to be able to wield political influence over the governments there* (86).

While there is a tendency to avoid the topic of neo-colonialism in modern discussions (Langan, 2018: 4), Nkrumah's thoughts seem valid in analysing modern development trends

involving Africa and external relations—China, in this case. Many scholars have kept questioning whether foreign aid to African countries is as altruistic as is often portrayed or if it is, instead, a means of “ensuring the compliance of certain African elites and in lubricating forms of corporate economic penetration detrimental to African populations” (Langan, 2018: 5). It is against this backdrop that Falola (2001) contests the proclivity to discard the concept of neo-colonialism within modern academic discussions. Falola (2001) wonders,

*How can one theory replace another so fast, how can scholarship resemble fashion and weather, changing so rapidly? Why should scholars of Africa follow and accept all fast-changing academic trends, if their conditions are either constant or changing for worse? Why should they keep replacing one mode of analysis with another if they are yet to overcome their limitations, both practical and intellectual? They can do so to participate in the debate in a ‘global academy,’ but they must consider the consequences for Africa (20).*

## 2.2. Review of Literature

Many studies have examined Sino-Ghana relations from different dimensions. Tsikata *et al.* (2008), for example, examined trade between the two countries and concluded that Ghana’s export to China is very low compared to imports. Quartey (2006) also investigated the challenges and prospects of Chinese emergence on the Ghanaian textiles market and concluded that the collapse of many Ghanaian- and African- textile firms is as a result of threats from Chinese textile firms. Bofo *et al.* (2019) also bemoaned the effects of imitation of local Ghanaian textiles designs and patterns by Chinese textile firms, as well as the increasing involvement of Chinese in small-scale mining in Ghana. In their contribution, Debrah and Asante (2019) examined the involvement of Chinese nationals in illegal mining in Ghana, and how the Ghanaian government’s efforts to address this challenge created diplomatic tension between the two countries. These studies have contributed greatly to Ghana-China discourse in diverse ways. This paper adds to the literature by examining Ghana-China relations in the mining and textiles industries through the lens of neo-colonialism. It seeks to explore the relations from a theoretical perspective to ascertain if China’s relations with Ghana exhibit a neo-colonialism paradigm.

## 2.3. The Sustainable Development Goals

The Sustainable Development Goals (SDGs) are a set of global goals for equitable and long-term health at all levels, from the global biosphere to the local community. The goal is to eradicate poverty, safeguard the environment, and ensure that everyone lives in peace and prosperity now and in the future. The goals were formally accepted by all UN member states in 2015 for the period 2016–30, in response to overwhelming factual and scientific evidence that the world needs a radically more sustainable approach. The Sustainable Development Goals (adopted by the United Nations General Assembly in September 2015) are formally the goals of the United Nations’ “Transforming our World; the 2030 Agenda for Sustainable Development”, an agenda which sets out the vision, principles and commitments to a fairer and more sustainable world for all (Morton *et al.*, 2017).

The 17 individual goals are **Goal 1:** No poverty, **Goal 2:** Zero hunger (No hunger), **Goal 3:** Good health and well-being, **Goal 4:** Quality education, **Goal 5:** Gender equality, **Goal 6:** Clean water and sanitation, **Goal 7:** Affordable and clean energy, **Goal 8:** Decent work and economic growth, **Goal 9:** Industry, Innovation and Infrastructure, **Goal 10:** Reduced inequality, **Goal 11:** Sustainable cities and communities, **Goal 12:** Responsible

consumption and production, **Goal 13:** Climate action, **Goal 14:** Life below water, **Goal 15:** Life on land, **Goal 16:** Peace, justice and strong institutions and **Goal 17:** Partnership for the goals (UN, 2015).

As nations across the globe are making relentless efforts in achieving the SDGs, Ghana is also working hard to reach its target. Scholars have explored the in-roads made since Ghana's endorsement of the Sustainable Development Goals. Arhin (2016) examined ways in which the changing development landscape is affecting the ability of NGOs to perform their expected roles toward the attainment of the SDGs. Danyo and Osei-Bonsu (2016) explored the effects of illegal small-scale gold mining in Ghana, through the lens of a conceptual model that links galamsey and its impact on the SDGs. The authors argued that the degraded galamsey-mines are important in achieving all three dimensions (social, economic, and environmental) of the United Nation's Sustainable Development Goals. Kumi *et al.* (2020) explored the specific case of Corporate Social Responsibility (CSR) initiatives taken in the mining and telecommunications sectors in Ghana in their bid to operationalize the SDGs. Bedi and Coffie (2020) assessed how partnerships related to financing have helped in achieving the SDGs. These studies have shown that efforts are being made to help achieve the SDGs in Ghana. The paper explores China's involvement. In Ghana's textiles and mining industries and its implications in achieving Sustainable Development Goals 6, 11, 14 and 17 in Ghana.

### 3. China's Involvement in Ghana's Textiles and Mining Industry

#### 3.1. Chinese illegal activities in Ghana's mining industry: an impediment on Ghana's efforts towards achieving Sustainable Development Goal 6, 14 and 17

Since the beginning of the 2000s, the trooping of irregular Chinese nationals into gold mining communities of southern Ghana has increased substantially (Crawford *et al.*, 2016). Many of these miners are believed to have come from Shanglin County of the Guangxi province of China and are tagged as the "Shanglin gang". To be fair, small-scale or illegal mining is not new to many gold mining communities in Ghana because local miners have been involved in the enterprise long before the arrival of the Chinese. However, environmental degradation has escalated thanks to the introduction of heavy machinery by the Chinese. Ghana being the second-largest producer of gold after South Africa, and with a weaker legal regime is struggling to deal with illegal Chinese miners who cut down trees and destroy even forest reserves and contaminate the land and water bodies in pursuit of gold (French, 2014: 201). The Sustainable Development Goal (6) [SDG 6] is about "clean water and sanitation for all" and the UN hopes that by 2030, it will achieve "universal and equitable access to safe and affordable drinking water for all". SDG (14) seeks to reduce or prevent marine pollution by ensuring sustainable management and protection of marine and coastal ecosystems; address the impacts of ocean acidification; regulate harvesting and end overfishing, illegal, unreported and unregulated fishing and destructive fishing practices. SDG (17) refers to the need for cross-sector and cross country collaboration in pursuit of all the goals by the year 2030. It seeks to promote international trade and help developing countries increase their exports to ensure a universal rules-based and equitable trading system that is fair, open and beneficial to all (UNDP Website, Accessed 2021).

Firstly, Chinese engagement in illegal mining activities has contaminated most of the water bodies (rivers) in the rural areas of Akwatia, Kade, Wenchi, Topremang, Apinamang, Takrowase, Adankrono and Fenaso among others. This is because of the use of toxic substances such as mercury in the water from mining sites which find their way to other water

bodies. Such water is harmful for domestic and agricultural purposes therefore not good for domestic or even agricultural use. The increase in illegal mining activities has resulted in toxic pollution of water bodies as a result of cyanide spillages, acid extract drainage, tailings leakages, mine waste disposal, and mine pits. This is because the miners do not comply with environmental and mining laws; their harmful substances find their way into water bodies and contaminate them.

According to French (2014), the usual trend is that investors and migrants came to Ghana from China with one “declared purpose”, but would later be involved in other pursuits, such as illegal mining, which engenders the pollution of both soil and water bodies in different parts of Ghana (p. 201). One may argue that state institutions responsible for the implementation of national mining laws have been largely dormant, especially given that some Ghanaians have long been complicit in the illegal mining business. However, with the current trend of the destruction of major water bodies, one wonders if China’s diplomatic power is at play and has tied the Ghanaian government’s hands in enforcing its environmental and mining laws. Such reasoning appears to be true or at least close to the truth, especially because in cases where Chinese migrants were arrested for illegal mining, they were either set free or deported without facing any criminal charges (Hill & Rice, 2013).

However, as the country battles to contain Chinese illegal mining and its effects on Ghana’s water bodies, the country is likely to lose out on achieving SDG (6). In agreement with this assertion, Nti *et al.* (2020) argue that Chinese illegal mining in Ghana has caused land degradation, soil erosion, contamination of water bodies and adverse effects on marine life. They add that the pollution of these water bodies with toxic substances has made them not good for human consumption. Also, in 2017 and 2021, the Ghana Water Company was forced to shut down one of its water treatment plants in the Eastern Region of the country as a result of serious pollution of the Birim River which supplies water to the plant. In response to these developments, Quarshie (2017) predicts that, considering the rate at which major rivers in Ghana like Tano, Pra, Ankobra, Oti, Ofin, among others, have all turned into clayey, undrinkable, and are gradually drying out, if appropriate mechanisms are not put in place to avert the situation, the country may have to import water in the coming years. This shows that the future supply and sustainability of clean water to the Ghanaian populace is under threat. It implies that Ghana’s effort on achieving SGD6 is likely to be an exercise in futility.

In addition, Chinese illegal mining activities are degrading agricultural lands and forest resources significantly. It is reported that illegal mining activities are responsible for reduced rainfall patterns in severely affected mining communities. Also, illegal mining activities have led to the destruction of arable agricultural lands, deforestation and the generating of waste, causing pollution of the environment. In response, indigenes of some mining communities have reacted violently to Chinese encroachment and destruction of their farms, water bodies, and forest reserves (Hill & Rice, 2013). Thus, agriculture, which is the major source of livelihood in some communities, is being threatened by Chinese illegal miners’ aggressive search for gold and diamond. Agricultural lands are being rendered unproductive; water bodies are polluted by dangerous chemicals, making life difficult for these communities, Livestock and aquatic life are also harmed. With many heavily polluted water bodies in Ghana entering the sea, there are concerns about the sustainability of marine life in the polluted water bodies. Some of the chemicals used by illegal miners are poisonous to some marine populations. Recently, many dolphins were seen dead in some communities along the coast of Ghana. Though the authorities are yet to disclose the cause of this, there are worries that this may be as a result of pollution of the immediate coastal environment of Ghana. Meanwhile, SDG 14b specifically aims to minimise and address ocean acidification. Interestingly, Ghanaian authorities have been unsuccessful in their fight against the pollution

of water bodies by dangerous chemicals used by Chinese illegal miners. Also, with SDG 17 calling for collaboration between countries to achieve the SDGs, as well as the heavy Chinese involvement in the pollution of Ghanaian water bodies, one wonders whether there can be a collaboration between the Chinese and Ghanaian authorities to tackle this environmental canker. Indeed, attempts by Ghanaian authorities to involve Chinese officials in the fight against the menace have yielded no positive result. This negates the objectives of SDG 17.

### 3.2. Ghana's textiles market

Apart from the mining industry, the growing involvement of Chinese nationals in Ghana's textiles industry has been a great concern to local textiles manufacturers. Their main concerns are twofold. First of all, cheap imported Chinese textiles products are cutting many local producers from business, creating unemployment in the local textiles industry. Second, the Chinese have successfully managed to imitate local designs—which when imported into Ghana is sold cheaper (Adadevoh, 2006). This includes the kente cloth, one of Ghana's local and most prestigious cloths. Hitherto, three of Ghana's textiles companies, Akosombo Textiles Limited, Textiles Prints and Printex Ghana who have contributed significantly to improving the livelihood of Ghanaians are now either out of business or operating below their capacity. By 1997, for example, the textile industry employed a labour force of around 25 000 and contributed to 27 % of total manufacturing employment (Quarney, 2006).

As may be expected, however, the Chinese imitations – although not as durable, because they are far cheaper (sometimes thrice cheaper than the original) –, are preferred and demanded as compared to the locally produced textiles. Because low demand of local prints most retailers of local textile companies have abandoned locally produced textiles and are into the retailing of cheap Chinese wax prints. As a result, some local textiles companies have resorted to the importation of semi-finished cloths for printing locally.

At the moment, Akosombo Textile Limited is the only company functioning. Printex Ghana and Ghana Textile Manufacturing Company have all closed down Ghana their weaving and spinning departments which employed the majority of the labour force (Eyiah, 2013). According to Eyiah (2013), all efforts by successive governments and stakeholders to revitalize the textile and garment industry has proved fruitless due to the increasing involvement of the Chinese in the local textiles industry.

Like in the small-scale mining business, it is difficult to compete with the Chinese due to superior technology and cheap labour. They always out-compete the locals. Members of the Textile, Garment and Leather Union (TEGLEU) bemoaned that the Chinese cannot be competed with and since there is no support, workers have to be laid off (Eyiah, 2013). Even though local producers try to be constantly ahead with design, the Chinese can catch up very fast (Tsikata *et al.*, 2008).

The importation of Chinese textile products increased from 17 per cent in 2000 to around 30 per cent in 2006 (Tsikata *et al.*, 2008). While various studies indicate the impact of Chinese textiles products on western economies, it appears their effects on African economies are devastating. In that sense, this predicament is not unique to Ghana.

### Chinese and Ghana's Textile Industry: A Case of Neo-colonialism

In explaining the concept of neo-colonialism, Kwame Nkrumah indicates that any state that is subjected to it, though independent in theory, has all the outward trappings and is at the mercy of the imperial power (Nkrumah, 1965). Nkrumah added that “the neo-colonial state may be obliged to take the manufactured products of the imperialist power to the exclusion

of competing products from elsewhere” (Nkrumah, 1965). As indicated earlier, the role of Chinese textile product in the continuing collapse of Ghana’s textile companies cannot be over emphasized. Just like other manufacturing sectors, counterfeiting and copying are great threats for the growth and sustainability of textile industries. In this regard, the Chinese have been identified as accomplices in the counterfeiting of Ghanaian textile products. Mashkuratu (2020) bemoaned,

*Chinese textile manufacturers copy registered designs that belong to textile companies in Ghana. They copy brands and salvage markings, labels, and logo of the Ghana standard board. These are copyright properties that are paid for by Ghanaian manufacturers to distinguish their products from imported ones. The Chinese manufacturers, however, pirate these copyright properties at no additional cost (70).*

Because the Chinese pirates possess superior technology and cheap labour, they print these textile designs in their metropolis (China) or in their locally established textile companies and release products back to the Ghanaian market at a cheaper price. While it may be true that government legislations and policies can limit or control the activities and the importation of Chinese textile products into Ghana, Chinese global power and the Agreement on Textile and Clothing which provides basis for eliminating restrictions on textile products pose great impediments on Ghanaian authorities, rendering their efforts fruitless.

Furthermore, some Chinese and Ghanaian collaborators are also taking advantages of porous Ghanaian borders to smuggle other Chinese textile products into the country. Quartey (2006) argues that the collaborators use unauthorised routes to smuggle Chinese textiles into the country. As such, the Ghanaian market is now dominated by Chinese products. This contributes to the collapse of many factories and renders the surviving ones inefficient (Quartey, 2006).

### **Chinese activities in Ghana’s textile industry: an impediment to Ghana’s efforts towards achieving Sustainable Development Goal [SDG 11]**

The target of Sustainable Development Goal 17 is to bring on board relevant stakeholders to “make cities and human settlements inclusive, safe, resilient and sustainable” (UN-Habitat, 2016). This SDG comes in response to a growing concern of rural-urban migration and inadequate corresponding quality life of many city dwellers. Inadequate housing and other social amenities, security and infrastructure remain serious concerns to governments and other stakeholders of which Ghana is of no difference. The textile industry was considered by Dr. Kwame Nkrumah as a sector that can be used to transform the lives of Ghanaians across the country to reduce rural-urban migration to ensure a more resilient and sustainable development of urban areas of the country. As such, the Ghana Textiles Printing Company Limited (GTP) in Tema, the Ghana Textile Manufacturing Company (GTMC) in Tema, the Tema Textiles Limited (TTL), Akosombo Textiles Limited (ATL) at Akosombo and other textile manufacturing companies were established to provide meaningful employment to city dwellers and rural folks across the country.

However, Chinese activities and involvement in the textile industry which greatly contributed to the collapse of most local textiles companies have increased the unemployment situation across Ghana. The workforce of Ghana’s textiles industry, which stood at over 25000 in the 1970s, reduced to 7000 in 1995 and further to 5000 in the early 2000s (Segbefia, 2017). The industry as at 2017 employed a little over 2000 workers (Segbefia, 2017). This has made many people who were employed by these companies in rural areas to move to urban centres in search of new employment opportunities. Their city counterparts have been redundant for years, while others ventured into other sectors of the economy. A study by Mashkuratu

(2020) confirms that several textile employees have been laid off whilst new textile graduates from training institutions such as the polytechnics and the universities remain unemployed. This has compounded and created complex situations especially in the two biggest cities in Ghana (Accra and Kumasi). These include street hawking, pollution, congestion resulting from inadequate housing infrastructure and increase in criminal activities. Over the years, Ghana's capital city, Accra and the second largest city, Kumasi have been struggling to deal with the increasing rate of slums in these cities. However, city planners are unlikely to make any positive strides to reduce pollution and the increasing rates of slums in the cities. It is important to mention that one of the ways to develop a sustainable city and community in a developing nation like Ghana, is to make jobs available in the rural areas in order to control the trooping of people into the already congested cities. This is because many of these textile factories that directly and indirectly employed many rural folks have collapsed because of the involvement of Chinese textiles in the Ghanaian market. It is certainly one of the factors that impede Ghana's efforts toward achieving SDG 11. The regulation of Chinese activities in the textile industry will drastically reduce the rate of the collapse of local textile companies as well as rural-urban migration, which will reduce congestion and pollution in the cities.

#### 4. Is China a Neo-Colonizer?

First, it is impossible to dismiss the benefits Ghana has enjoyed by her association with China. As has been previously mentioned, China has been providing valuable services in various sectors in Ghana. However, considering what is happening in Ghana's mining and textiles industries, it is difficult to accept the Chinese "win-win" rhetoric.

In the specific case of illegal mining, for example, Kwame Nkrumah argued in his *Neo-colonialism: The Last Stage of Imperialism* that the main reason for the colonization of Africa was to control Africa's resources and export them to feed the home industries of the colonisers. Nkrumah (1965) emphasised the role and activities of Western mining corporations in the European conquest of Africa. The then colonizers, through their mining corporations, extracted and exported gold, diamond, silver and other mineral resources to their countries.

Such a case is being replicated in Ghana's relation with China. China's illegal and small-scale mining activities in Ghana are motivated by the increasing demand for mineral resources in the Chinese industrial economy. Again, it must be emphasized that some Ghanaians had already been involved in illegal mining. However, it has never been on such a large scale, considering also, that Ghanaian locals only used traditional tools such as pickaxes and shovels in this enterprise. The Chinese, however, are using more sophisticated technology. French (2014) reports:

*We are extracting ten times more minerals than we were before, but we're getting a mere pittance for them. If you factor in all of the social and environmental costs of mining into the equation, then you are left with about a 10 percent return, and they are taking away all of our minerals* (201).

Like the former western colonizers, it appears that minerals and other raw materials are the main driving force of China's relations with Africa, betraying China's claims of mutual cooperation of a "win win". It seems ironic that China claims to be truly concerned about Ghana, but at the same time its nationals engage in activities that destroy farmlands, water, local businesses, and sources of livelihood.

What is more shocking is the inability of the Ghanaian government to enforce more stringent laws to govern the mining industry. Could it be because of the fear of sullyng the relationship with China, and, therefore, losing aid, investment, and other forms of assistance? Is Ghana,

therefore, in Nkrumah's words, accepting "sugared water" from China in exchange for being lax on certain laws, at Ghana's expense? Could it be that China's legitimate economic business in Ghana, in the form of monetary and infrastructural assistance indirectly cripples the efforts of Ghanaian officials in controlling the activities of the Chinese illegal miners? Could it be that a strict application of Ghanaian national mining laws could see the Chinese illegal miners put behind bars and could hamper the relationships between the two countries, which would eventually mean the loss of assistance from China?

According to Kelly (2017), the Chinese government has developed and implemented a neo-colonialist system in sub-Saharan Africa using soft power and critical foreign policy approach to protect China's massive manufacturing, trade, and construction sectors. Kelly (2017) seems to agree that China has effectively used legitimate trade to appeal to African leadership into abiding by and advancing Chinese business interests at the expense of African people's social and environmental concerns.

Perhaps, the situation is a little more complex in the textiles industry, particularly because the cheap products from China offer a sort of short-term relief (for those who purchase them), but is ultimately disastrous to the Ghanaian economy. The solution to these seems easy. The Ghanaian government could simply enforce more stringent rules concerning mining, stop, or at least limit the import of Chinese textiles products. Yet, this could possibly lead to the loss of Chinese aid and investments. In other words, the Ghanaian government accepts aid from China at the expense of the livelihood of the people in the country. The situation, therefore, does not seem like an apt representation of the "win-win" picture China has consistently tried to paint. It seems more like the rules of the game are decided by China in a way that totally favours China. In that sense, China is just in for business and uses the "win-win" rhetoric as a cover-up to appear more reliable than other countries. French (2014) reports a similar point:

*The Chinese decide what they want. They arrange the financing. They send their companies. Yes, they consult with the African governments a bit, but in a way it is only to tell them what [the Chinese have] already decided to do. Countries are not philanthropists. They are in business for themselves, and like many businesspeople, they will like to cheat you if you don't enforce your own rules and regulations. For African countries, the only safeguard is to try to negotiate advantageous conditions for oneself (200).*

Also, while China, as stated earlier, declares no political interests, French (2014) has cautioned about the political impact of China's engagement with the continent, saying investments from China are helping "oat despots and silence intellectuals" (218). Besides, China refuses to maintain diplomatic (as well as economic) ties with any country that recognizes Taiwan as an independent nation (Tsikata *et al.*, 2008: 5).

For people like Tsikata *et al.* (2008), the important question is whether Ghana is losing or winning in her relationship with China. While they do not provide a general answer, they narrow their answer to the area of Chinese aid:

*Is Ghana gaining or losing as a result of Chinese aid? We can say, again tentatively, that overall Ghana is gaining. By not relying exclusively on Western donors, Ghana is thus able to negotiate at least to some extent for more favourable conditions for aid. The Chinese are serving a wide variety of infrastructure needs which it would be quite difficult and/or expensive for Ghana to meet on its own or have met elsewhere (27).*

But even if this is so, when one factors in the ramification of China's involvement in Ghana's textiles and mining industry, the Ghana-China relationship appears to be an apt representation of what Nkrumah (1965) described as neo-colonialism. To

*attempt of a foreign power to thwart, balk, corrupt or otherwise pervert the true independence of a sovereign people is neo-colonialist... because it seeks, notwithstanding the acknowledged sovereignty of a people, to subordinate their interests to those of a foreign power* (Nkrumah, 1965: IX and Gyekye, 1969: 89).

To Nkrumah, a state in the grip of neo-colonialism is not master of its own destiny and with the current inability of Ghanaian authorities to deal with Chinese illegal mining and the control of Chinese textiles into the Ghanaian market, one can conclude that Ghana has not been a master of its own affairs in this regard. As a result, China qualifies to be described as a neo-coloniser.

## Conclusion

Sino-African relations continue to be examined through different academic lenses. This paper employed Kwame Nkrumah's concept of neo-colonialism to examine how the involvement of Chinese textiles in the Ghanaian market as well as Chinese illegal mining and pollution water bodies are hampering Ghana's efforts to achieve SDG 6, 11, 14 and 17, and whether this enforces Chinese neo-colonialism in Ghana. With regard to SDG, the paper argued that Chinese illegal mining has polluted many major water bodies in Ghana, thereby threatening the future provision and sustainability of clean water to the Ghanaian population. Also, the paper indicates that the pollution of these water bodies may have serious consequences for the future sustainability of the marine population and may also lead to Ghana's inability to achieve SDG14.

The paper also argued that the involvement of Chinese textile products in the Ghanaian market has led to the collapse of many textile products across the country, forcing many people to seek greener pastures in the cities, which has led to increased congestion and pollution in the main cities of Ghana. The paper concludes that, though Chinese assistance may look more appetizing than that of the West, Chinese activities in Ghana and their consequences on the country are very damaging. China's win-win rhetoric, especially, in light of the foregoing discussions, appears false. Indeed, a thorough examination of Sino-Ghana relations, and by extension, Sino-Africa, may, at least to some extent, be considered as fitting Nkrumah's conception of neo-colonialism.

## Bibliographic references

- Abegunrin, Olayiwola & Manyeruke, Charity (2020), *China's Power in Africa*. Cham: Palgrave Macmillan.
- Adadevoh, D. (2006), *Leading transformation in Africa*. Orlando, FL: International Leadership Foundation.
- Adejumobi, Saheed (2002), "Neocolonialism" in Toyin Falola, *Africa: The End of Colonial Rule: Nationalism and Decolonization Volume 4*. Durham, NC: Carolina Academic Press, pp. 483-494.
- Arhin, Albert (2016), *Advancing post-2015 Sustainable Development Goals in a changing development landscape: Challenges of NGOs in Ghana, Development in Practice*, vol. 26, issue 5, pp. 555-568.
- Arnold, Guy (2010), *The A to Z of the Non-Aligned Movement and Third World*. Lanham: Scarecrow Press.
- Ashcroft, Bill, Griffiths, Gareth & Tiffin, Helen (2007), *Post-Colonial Studies: The Key Concepts*. Second Edition. New York: Routledge Taylor & Francis Group.
- Bedi, Ibrahim & Coffie, William (2020), Public Finance and the SDGs in Ghana. In: Ramutsindela Maano, Mickler David (orgs), *Africa and the Sustainable Development Goals*. Springer, Cham, pp. 91-99.

- Boafo, James, Paolo, Sebastian, Angzoorokuu & Dotsey, Senyo (2019), *Illicit Chinese Small-Scale Mining in Ghana: Beyond Institutional Weakness?, Sustainability*, vol. 11, issue 21, pp. 1-18.
- Cheru, Fantu & Obi, Cyril (Eds.) (2010), *The rise of China and India in Africa. Challenges, opportunities and critical interventions*. United Kingdom: Bloomsbury Publishing & Zed Books, Ltd.
- China Daily (2015, December 5), *Full Text: China's second Africa policy paper*. [Online]. [Consult. 13.Feb.2021]. Available at: <https://www.chinadaily.com.cn/world/>.
- Crawford, Gordon, Agyeyomah, Coleman, Botchwey, Gabriel & Mba, Atinga (2016), *The Impact of Chinese Involvement in small-scale gold mining Ghana*. International Growth Centre, pp. 1-9.
- Danyo, Gilbert & Osei-Bonsu, Albert (2016), *Illegal Small-Scale Gold Mining in Ghana: A Threat to Food Security, Journal of Food Security*, vol. 4, issue 5, pp. 112-119.
- Debrah, Emmanuel & Asante, Richard (2019), *Sino-Ghana Bilateral Relations and Chinese Migrants' Illegal Gold Mining in Ghana, Asian Journal of Political Science*, vol. 27, issue 3, pp. 286-307.
- Eyiah, Joe Kingsley (2013), *The Full Implementation of FCUBE in Ghana*. [Online]. [Consult. 13.Feb.2021]. Available at: <https://www.ghanaweb.com/-in-Ghana-263327>.
- Falola, Toyin (2001), *Nationalism and African Intellectuals*. Rochester: University of Rochester Press.
- Fanon, Frantz (2005), *The Wretched of the Earth*. (R. Philcox, Trans.) New York: Grove Press.
- French, Howard (2014), *China's Second Continent*. New York: Alfred A. Knopf.
- Goodreads (2009), *Neo-Colonialism: The Last Stage of Imperialism*. [Online]. [Consult. 12.Feb.2021]. Available at: [https://www.goodreads.com/book/show/1472039.Neo\\_Colonialism](https://www.goodreads.com/book/show/1472039.Neo_Colonialism).
- Gyekye, Kwame (1969), *Axioms of Kwame Nkrumah*. London: Panaf Books Limited.
- Halperin, Sandra (2020), *Neocolonialism*. [Online]. [Consult. 17.Apr.2021]. Available at: <https://www.britannica.com/topic/neocolonialism>.
- Hill, Kathrin & Rice, Xan (2013), *Ghana Agrees to Release Detained Chinese Miners*. Finance Times [Online]. [Consult. 12.Feb.2021]. Available at: Retrieved from: <https://www.ft.com/content/14cd989e-d0c3-11e2-be7b-00144feab7de>.
- Idun-Arkhurst, Isaac (2008), *Ghana's Relations with China*. Johannesburg: The South African Institute of International Affairs.
- Kelly, Ryan (2017), *How China's Soft Power Is Building a Neo-Colonial System in Africa*. Ketagalan Media [Online]. [Consult. 12.Feb.2021]. Available at: <https://ketagalanmedia.com/2017/10/09/>.
- Kumi, Emmanuel, Yeboah, Thomas & Kumi, Ankomaa Yaa (2020), *Private sector participation in advancing the Sustainable Development Goals (SDGs) in Ghana: Experiences from the mining and telecommunications sectors, The Extractive Industries and Society*, vol. 7, issue 1, pp. 181-190.
- Langan, Mark (2018), *Neo-Colonialism And the Poverty of 'Development' in Africa*. Newcastle: Contemporary African Political Economy.
- Mashkuratu, Mohammed (2020), *The Impact of China's Textile Trade and Investment on Ghana's Textile Industry*. Unpublished MPhil thesis, University of Cape Coast.
- Meldrum, Andrew (2005), *Mugabe Turns Back on West and Looks East*. The Guardian. [Online]. [Consult. 10.Nov.2022]. Available at: <https://www.theguardian.com/world/>.
- Ministry of Foreign Affairs (2006), *China's African Policy*. [Online]. [Consult. 12.Feb.2021]. Available at: <https://www.fmprc.gov.cn/zft/eng/zgdfzcc/t481748.html>.
- Morton, Stephen, Pencheon, David & Squires, Neil (2017), *Sustainable Development Goals (SDGs), and their implementation: A national global framework for health, development and equity needs a systems approach at every level, British Medical Bulletin*, vol. 24, issue 1, pp. 81-90.
- Nkrumah, Kwame (1965), *Neo-Colonialism: The Last Stage of Imperialism*. London: Thomas Nelson & Sons, Ltd.
- (1957), *Ghana: The Autobiography of Kwame Nkrumah*. London: Nelson.
- Nti, Thomas, Yinfei, Chen, Quayson, Bright Parker & Agyei, Fred Yeboah (2020), *Illegal Mining and Sustainability Performance: Evidence from Ashanti Region, Ghana. International Journal of Scientific Research and Management*, 8 (3).

- Quarshie, Emmanuel De-Graft (2017), *Galamsey: Its effect on water as a basic necessity*. [Online]. [Consult. 10.Nov. 2022]. Available at: <https://newsghana.com.gh/galamsey-its-effect-on-water-as-a-basic-necessity/?amp>.
- Quartey, Peter (2006), The Textiles and Clothing Industry in Ghana In: Jauch, Herbert, Traub-Merz, Rudolf (Eds.) *The Future of the Textile and Clothing Industry in Sub-Saharan Africa*. Cape Town: Friedrich-Ebert-Stiftung, pp. 134-146.
- Sanderson, Henry & Forsythe, Michael (2012), *China's Superbank: Debt, Oil and Influence—How China Development Bank is Rewriting the Rules of Finance*. New York: Bloomberg Press.
- Segbefia, Lawrence (2017), *Left to Die: Ghana's Textile Industry Nears Collapse*. [Online]. [Consult. 10.Nov.2022]. Available at: <https://citibusinessnews.com/2017/11/left-to-die-ghanas-textile-industry-nears-collapse>.
- Tsikata, Dela, Fenny, Ama Pokuah & Aryeetey, Ernest (2008), *China-Africa Relations*, Accra: Institute of Statistical, Social and Economic Research.
- UN-Habitat (2016), *Sustainable Development Goal 11*. [Online]. [Consult. 10.Nov.2022]. Available at: <https://www.local2030.org/library/60/SDG-Goal-11-Monitoring-Framework-A-guide-to-assist-national-and-local-governments-to-monitor-and-report-on-SDG-goal-11-indicators.pdf>.
- Woodis, Jack (1967), *An Introduction to Neo-Colonialism*. London: Lawrence and Wishart.



# A Agenda 2030 e a Economia Azul enquanto vetor para o desenvolvimento sustentável e diversificação económica em Angola

Damião Fernandes Capitão Ginga\*

pp. 55-67

## Introdução

As preocupações com a sustentabilidade ambiental já datam de vários séculos, na medida em que alguns autores, como Thomas Malthus, dedicaram especial atenção às questões ligadas à escassez de recursos em função do crescimento populacional (Malthus, 1798). Todavia, a dimensão acrescida atribuída às questões da sustentabilidade surge apenas na segunda metade do século XX, sobretudo devido aos impactos ambientais provocados pela aceleração da revolução industrial no período pós II Guerra Mundial, pelo que houve a necessidade de abordar de forma integrada as questões ambientais e as questões de sustentabilidade, no quadro das políticas de desenvolvimento.

Como resultado, nas décadas de 60 e 70, assistiu-se ao surgimento de uma política internacional para o ambiente, movida sobretudo pelo surgimento do Clube de Roma<sup>1</sup> (1968) e pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (1972), Conferência de Estocolmo<sup>2</sup>, que tiveram um papel essencial para a inclusão da problemática ambiental nas prioridades da política internacional, mormente devido o crescimento exponencial da população global, à poluição atmosférica e a exploração intensiva dos recursos naturais (Meadows *et al.*, 1972: 20-23; Nações Unidas, 1972: 3). Inaugurava-se assim um novo modelo de desenvolvimento capitalista a nível global, em que as preocupações com as questões ambientais passaram a fazer parte dos temas centrais da política internacional, no sentido em que nas décadas seguintes assistiu-se ao crescimento de iniciativas globais em prol das políticas ambientais, onde se destacam a Conferência de Nairobi (1982), a II Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (1992), a Conferência de Quioto (1997) e a consagração do ano de 1998 como Ano Internacional dos Oceanos (Alves e Lima, 2007). Alguns destes eventos fizeram parte do conjunto de instrumentos inerentes à Agenda 21, que posteriormente veio dar lugar à Agenda 2030, em 2015, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, os quais materializam uma visão crítica

 <https://doi.org/10.21747/0874-2375/afr38a4>

\* **Academia Diplomática de Angola e Universidade de Luanda.**

<sup>1</sup> Este surgiu como um grupo de personalidades que se reúne para abordar um vasto leque de temáticas relacionadas à política internacional, economia, sociedade, meio ambiente e fundamentalmente ligadas ao desenvolvimento sustentável. Fundado por Aurélio Peccei e Alexander Kind, ficou muito conhecido a partir de 1972, pela publicação do relatório “Os Limites do Crescimento”, elaborado por uma equipe do MIT, contratada pelo Clube de Roma e chefiada por Dennis Meadows (Meadows *et al.*, 1972: 9-12).

<sup>2</sup> [Em linha]. [Consult. 24.ago.2021]. Disponível em: [https://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/CONF.14/14/REV.1](https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/CONF.14/14/REV.1).

do modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados e reproduzido pelas nações em desenvolvimento, no sentido em que sublinham os riscos do uso excessivo dos recursos naturais e dos padrões de consumo vigentes, que não consideravam a capacidade de suporte dos ecossistemas. Na verdade, a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) traduzem o culminar de mais de quatro décadas de concertação global sobre os desafios ambientais, sociais e económicos, enfrentados pela comunidade internacional, que devem ser contrariados e ultrapassados de forma coletiva, dado que já não será possível reverter o quadro e fazer face à essas ameaças de forma isolada, especialmente porque o ecossistema mundial encontra-se interligado e, hoje, o Mundo transformou-se numa “Aldeia Global”, como defendeu Herbert Marshall McLuhan (1964). No quadro dos vários ODS da Agenda 2030, percebe-se que os oceanos ocupam um papel central pela sua abrangência, não apenas considerando a necessidade de conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável, conforme defende o ODS14 ou o ODS6 dedicado à água potável e ao saneamento, mas sobretudo pelo efeito multiplicador que as ameaças e oportunidades ligadas aos Oceanos e demais espaços líquidos têm para a preservação da Humanidade e do Planeta, o que eleva o papel central dos mesmos na prossecução da Agenda 2030<sup>3</sup>. Portanto, os Oceanos são fundamentais para a sobrevivência da espécie humana e de todos seres vivos do planeta, na medida em que, nos últimos anos, a Economia azul tem traduzido o melhor modelo de exploração e preservação da vida marinha.

Em síntese, o presente artigo visa fazer uma abordagem transversal à Agenda 2030, bem como fazer a interseção entre a sua prossecução e a viabilização de uma Economia azul em Angola, enquanto fator de preservação da vida e de diversificação económica. Para o efeito, seguiu-se uma abordagem interdisciplinar, com recurso a revisão bibliográfica e análise documental, mediante um raciocínio dedutivo.

## Enquadramento teórico

Nos finais do século XX surgiram várias interpretações em torno do conceito de “desenvolvimento”, na medida em que emergiram vários entendimentos acerca do conceito convencional de desenvolvimento económico, numa altura em que começava a ser questionado o modelo de desenvolvimento capitalista, em função dos riscos de degradação do meio ambiente associados. A noção de desenvolvimento associado às questões de sustentabilidade emerge num contexto em que o estudo realizado pelo “Clube de Roma” havia concluído que, mantidos os níveis de industrialização, poluição, produção de alimentos e exploração dos recursos naturais, o limite de desenvolvimento do planeta seria atingido, no máximo, num período de 100 anos, provocando uma saturação da capacidade industrial e a redução drástica da população mundial (Alves e Lima, 2007: 242). Em 1973 surge o conceito de ecodesenvolvimento, formulado por Ignacy Sachs, tendo contribuído para a formulação do conceito de desenvolvimento sustentável, conforme é conhecido hoje (Sachs, 2002). Como resultados, no início da década seguinte teve lugar a Conferência de Nairobi (1982), tendo no seu seguimento sido criada a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1983), na altura presidida pela então Primeira-ministra norueguesa, Gro Harlem Brundtland, na qual surge pela primeira vez o conceito de “desenvolvimento sustentável”, que posteriormente foi

<sup>3</sup> Existe a consciência de que os Oceanos estão atualmente «ligados às grandes promessas para a humanidade», ao mesmo tempo que estão também associados aos principais riscos globais, no sentido que o maior direcionamento para o mar deverá ser alicerçado triplamente em conhecimento, medidas de prevenção e proteção e cooperação internacional, por forma a melhor aproveitar todas oportunidades por eles proporcionadas (Ginga, 2014: 288).

apresentado pelo Relatório “*Our Common Future*” (Nosso futuro comum), publicado em 1987, que ficou conhecido como “*Brundtland Report*” (Brundtland *et al.*, 1987: 9).

Neste documento, o conceito de desenvolvimento sustentável é apresentado como sendo o “desenvolvimento que trata das necessidades atuais, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de tratar das suas necessidades”, assumindo-se como uma estratégia universal que propõe integrar o desenvolvimento económico com as questões de natureza ambiental (Brundtland *et al.*, 1987: 16). Na sua segunda edição, em 1991, o *Relatório Brundtland* identifica as componentes principais que permitiriam alcançar um desenvolvimento sustentável global, designadamente: a proteção do meio ambiente, o crescimento económico e a igualdade social (Sachs, 2004).

A necessidade de promover o “desenvolvimento sustentável” como modelo de produção económica levou a realização de um conjunto de cimeiras multilaterais na década de 1990, dentre as quais a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (1992), que ficou conhecida como “Rio 92”, que resultou na adoção da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente, onde os Estados concordaram com a promoção do desenvolvimento sustentável, com foco nos seres humanos e na proteção do meio ambiente e adotaram a “Agenda 21”, como instrumento pioneiro para promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento para o século XXI (Rego *et al.*, 2011: 115; PNUD, 2021). Com efeito, os Estados-membros da ONU em 2000 adotaram a Declaração do Milénio e os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio<sup>4</sup> (ODM), tendo impulsionado os países a enfrentarem os principais desafios sociais no início do século XXI (Hanson *et al.*, 2017: 7).

Vinte anos mais tarde, em junho de 2012, 193 Estados-membros regressaram à cidade do Rio de Janeiro para renovar o compromisso global com o desenvolvimento sustentável, tendo feito uma avaliação sobre os progressos e as principais falhas na implementação dos resultados das cimeiras anteriores. O principal foco das discussões da Conferência foi a “Economia verde”, no contexto do desenvolvimento sustentável e com vista a erradicar a pobreza<sup>5</sup>. A Declaração Final da Conferência Rio+20, materializada pelo documento “O Futuro que Queremos”, reconheceu a necessidade da formulação de metas para o lançamento de uma campanha global coerente e focada no desenvolvimento sustentável, tendo oficializado o conceito de “Economia azul”<sup>6</sup>. Deste modo, foram traçados os alicerces para a construção de um processo intergovernamental abrangente e transparente, aberto a todas as partes interessadas, para a promoção dos ODS (Dodds *et al.*, 2014: 7).

Essa orientação guiou as ações da comunidade internacional nos três anos seguintes e deu lugar ao processo de consulta global para a construção de um conjunto de objetivos universais de desenvolvimento sustentável para além de 2015. Foi assim criado um Grupo de Trabalho Aberto para a elaboração de uma proposta para os ODS (GTA-ODS), pelo que foi empreendido um amplo e inclusivo processo de consulta sobre questões de interesse global que poderiam compor a nova agenda de desenvolvimento pós-2015 (Dodds *et al.*, 2017: 12). Diferentemente do processo dos ODM, a elaboração dos ODS contou com a participação de vários intervenientes (PNUD, 2021).

Surge assim a Agenda 2030, adotada em 2015 na Assembleia Geral da ONU por iniciativa de 193 Estados-membros, sob o lema “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. Enquanto plano de ação para toda a Humanidade com vista a preservação do Planeta, a Agenda 2030 consiste em uma Declaração, um quadro de

<sup>4</sup> Os oito ODM representaram o primeiro programa global de políticas para o desenvolvimento e contribuíram para orientar a ação dos governos a nível internacional, nacional e local por 15 anos (PNUD, 2021).

<sup>5</sup> [Em linha]. [Consult. 25.jul.2021]. Disponível em: <http://www.agenda2030.org.br/sobre/>.

<sup>6</sup> O conceito ‘Economia azul’ foi oficializado durante a Cimeira do Rio de 2012, derivado do conceito de “economia verde”. Este foi reforçado nesse encontro, pelo que partilha o mesmo objetivo, a melhoria do bem-estar humano e da igualdade social, reduzindo significativamente os riscos ambientais e a escassez ecológica (Ginga, 2020).

resultados – os 17 ODS e suas 169 metas –, em uma seção sobre meios de implementação e de parcerias globais, bem como em um roteiro para acompanhamento e revisão. A Agenda representa uma visão alargada e ambiciosa que aborda várias dimensões do desenvolvimento sustentável, pelo que os ODS constituem o núcleo da Agenda e deverão ser alcançados até o ano 2030 (UNRIC, 2016).

Ao combinar os processos dos ODM e as orientações resultantes da Rio+20, a Agenda 2030 e os ODS inauguram um novo ciclo para o desenvolvimento dos Estados que visa integrar por completo todos componentes do desenvolvimento sustentável e engajar todos atores internacionais na construção de um futuro promissor para o Planeta. Portanto, os 17 ODM são integrados e indivisíveis e agregam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a económica, a social e a ambiental. São como uma lista de tarefas a serem cumpridas pelos governos, a sociedade civil, o setor privado e todos cidadãos na jornada coletiva para um 2030 sustentável (UNRIC, 2016; PNUD, 2021).

Portanto, na Agenda 2030, os líderes mundiais reafirmam o seu compromisso com o desenvolvimento sustentável, comprometendo-se a assegurar um crescimento sustentável e inclusivo, a proteger o ambiente, e fazê-lo num espírito de parceria e paz. Neste quadro, o Estado angolano deve encarar a Agenda 2030 e respetivos ODS como uma oportunidade para a estruturação das suas políticas de longo prazo, na medida em que as suas metas devem fazer parte dos eixos centrais das políticas e estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável.

### **A Agenda 2030 e a sua implementação local. O papel da Economia azul**

Angola, enquanto membro signatário da Carta da ONU, tem na Agenda 2030 um instrumento orientador para o desenvolvimento sustentável e inclusivo. Deste modo, o primeiro passo para a materialização da Agenda 2030 internamente foi o de fazer convergir as metas das políticas públicas locais aos ODS, no curto, médio e longo prazos.

Em virtude disso, em março de 2018, a pedido do Ministério da Economia e Planeamento (MEP), na qualidade de Coordenador Nacional para a implementação dos ODS, uma Missão das Nações Unidas, MAPS (*Mainstreaming, Acceleration and Policy Support*), visitou Angola com o principal objetivo de apoiar o Governo angolano na promoção do trabalho setorial de implementação dos ODS (GNUA, 2021). Assim sendo, inicialmente, esta Missão visou a integração dos ODS nas políticas, processos e programas nacionais, dentre os quais o Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN 2018-2022). Esta correspondência das metas e indicadores dos ODS às políticas públicas locais tem permitido identificar a capacidade de execução dos objetivos declarados na Agenda, pelas estratégias de desenvolvimento nacional, mormente ao nível do PDN, enquanto visão de médio e longo prazo de atuação do Governo angolano.

Posteriormente, de forma a criar mecanismos institucionais para a implementação da Agenda 2030, o MEP lançou em junho de 2020 a Plataforma Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (PNODS). Esta Plataforma, constituída pelas Agências do sistema das Nações Unidas, surge como um fórum de diálogo para acelerar, priorizar, disseminar e mobilizar financiamento para a prossecução dos ODS em Angola. Numa primeira fase, a PNODS tem desempenhado um papel central, porquanto tem servido como painel de conjugação de esforços entre os diferentes atores, com participação direta e indireta na implementação dos ODS localmente.

Como resultado, em julho de 2021, Angola apresentou ao Conselho Económico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) o primeiro Relatório Nacional Voluntário (RNV) sobre os ODS, tendo sido a primeira participação angolana neste fórum político de alto nível, no qual foram identificadas, nas ações e iniciativas do governo angolano, informações sobre 191

indicadores de desenvolvimento, de um total de 231 formulados pela Agenda 2030 (Portal de Angola, 2021).

Realça-se, porém, que observam-se consideráveis atrasos no processo de implementação das 169 metas da Agenda 2030, sobretudo aquelas relacionadas à preservação da vida marinha. Assim, e no que diz respeito ao papel que os Oceanos deveriam desempenhar no processo de prossecução das metas da Agenda 2030, verifica-se alguma inércia nos principais processos, traduzindo uma ineficiente utilização do potencial oceânico em ordem ao desenvolvimento sustentável. De facto, Angola tem um longo caminho pela frente, no tocante às questões ambientais e aos ODS. No entanto, se não forem tomadas medidas urgentes<sup>7</sup>, a situação tende a agravar-se, uma vez que a pressão exercida ao meio marinho tende a aumentar com o crescimento populacional.

Em linhas gerais, a nível nacional, a implementação da Agenda 2030 encontra-se muito aquém das expectativas, embora se perceba que as sucessivas recessões tenham desempenhado um papel negativo no que toca ao alcance das metas preconizadas pelos ODS. Ora, essas recessões são também resultantes da própria configuração das políticas públicas, em que os ODS têm sido encarados como metas a alcançar por um conjunto de políticas heterogéneas, e não como o padrão de atuação da ação governativa que deve orientar toda atividade do Estado. Outrossim, as lições aprendidas<sup>8</sup> com a implementação dos ODM devem servir de catalisadores para a concretização da Agenda 2030 a nível local, através da articulação e da mobilização dos diferentes atores da sociedade, mormente com o engajamento da sociedade civil, ONG e demais parceiros governamentais<sup>9</sup>.

Neste quadro, embora o conceito de Economia azul<sup>10</sup> seja relativamente recente no âmbito da governança global do ambiente, a preservação do potencial oceânico pelos Estados costeiros constitui um debate não tão recente, fundamentalmente para aqueles cuja economia e sobrevivência encontram-se dependentes dos oceanos. O Estado angolano perfila-se neste grupo de Estados, que têm a sua realidade ancorada aos Oceanos, e nomeadamente a sustentabilidade da sua exploração, pelo que o mesmo deve alterar a génese das suas políticas públicas, no sentido em que estes devem ter uma maior participação na concretização da Agenda 2030, não apenas pela centralidade das questões oceânicas para a sobrevivência do Estado, mas também pelas mais valias que se podem obter da exploração sustentável dos mesmos, ou seja, da Economia azul.

Isso porque, garantindo a materialização dos ODS com a exploração da Economia azul, os elementos relacionados com a inovação e diversificação económica virão a reboque, num contexto em que a mesma é hoje por muitos Estados considerada a “Economia do futuro”<sup>11</sup>, no sentido em que a viabilização dos seus diferentes subsetores tem um papel central para o alcance dos ODS, bem como constitui uma alternativa válida para o processo de diversificação da economia angolana (FAO, 2017). A Economia azul abrange, deste modo, todas as

<sup>7</sup> A criação de áreas marítimas protegidas (AMP) constitui-se numa das principais prioridades do Ministério do Ambiente, como forma de travar e reverter a perda sistemática da biodiversidade e dos ecossistemas, pelo que foi realizado em agosto de 2020 um “Workshop de Criação de um Mecanismo Intersectorial para apoiar a Nova Rede das áreas de Conservação Marinha em Angola”, criada pelo Instituto Nacional da Biodiversidade e Áreas de Conservação (INBAC). [Em linha]. [Consult. 29.jul.2021]. Disponível em: <https://www.ao.undp.org/content/angola/pt/home/imprensa/INBACUNDPGEF.html>.

<sup>8</sup> Os diferentes projetos de sustentabilidade ambiental, como a reflorestação dos mangais, surgem no âmbito deste longo processo de aprendizagem. [Em linha]. [Consult. 5.ago.2021]. Disponível em: <file:///C:/Users/p%3%A7c/Downloads/REPORT%20ANGOLA%202010%20FINAL.pdf>.

<sup>9</sup> [Em linha]. [Consult. 5.ago.2021]. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2014/08/1483011-pnud-afirma-que-angola-cumpru-metade-dos-objetivos-do-milenio>.

<sup>10</sup> Segundo Damião Ginga, a “Economia azul é uma Economia do mar sustentável, que emerge do equilíbrio entre a atividade económica e a capacidade de longo prazo dos ecossistemas oceânicos suportarem a exploração económica dos oceanos, permanecendo resilientes e saudáveis” (2020: 23).

<sup>11</sup> A Agenda 2063 da União Africana declara de forma unânime que o Oceano, ou Economia azul, é o “futuro da África” e reconhece o seu papel fundamental como catalisador da transformação socioeconómica (FAO, 2017).

atividades que se desenvolvem ou derivam de ecossistemas marinhos e aquáticos, incluindo oceanos, costas, mares, rios, lagos e águas subterrâneas, e recursos associados (Ginga, 2020). A Economia azul defende assim uma abordagem multissetorial e integrada para a gestão sustentável das atividades associadas aos espaços líquidos, visando alcançar a transformação socioeconómica e o desenvolvimento sustentável (UNECA, 2018: 2). Deste modo, percebe-se que a devida exploração da Economia azul em Angola terá impactos diretos e indiretos na generalidade das metas preconizadas pela Agenda 2030.

Conforme ilustra a tabela 01, percebe-se que de uma forma geral a exploração da Economia azul em Angola terá um impacto positivo para o alcance dos ODS, localmente, na medida em que em 11 dos 17 ODS a Economia do mar tem influência direta, com impacto alto, em 4 dos 17 ODS tem impacto moderado, ou seja, mesmo não tendo influência direta, os proveitos da sua exploração contribuirão para o alcance destes objetivos, e, finalmente, apenas em 2 dos 17 ODS a Economia azul terá impacto reduzido, mormente por serem objetivos que dependem muito mais das opções assumidas pelas políticas públicas, do que da existência ou não de recursos disponíveis.

No que diz respeito ao ODS1, ODS2, ODS8, ODS9 e ODS10, embora se reconheça que será necessário um longo processo para ultrapassar os principais obstáculos, considera-se que a exploração do potencial associado à Economia azul, quer em termos de empregabilidade como em termos de crescimento, influenciará positivamente o alcance das metas associadas a estes ODS. Isto porque o não alcance destes objetivos tem-se traduzido sobretudo na pobreza multidimensional no país, agravada pela fraca diversificação da economia nacional, baixa produção interna e pelos elevados índices de crescimento populacional (INE, 2019).

**Tabela 01 – Economia azul e a Agenda 2030**

ODS	Metas da Agenda 2030	Economia Azul		
1. Erradicação da Pobreza	Erradicar a pobreza em todas as formas e em todos os lugares			
2. Fome zero e agricultura sustentável	Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável			
3. Saúde e Bem-Estar	Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades			
4. Educação de qualidade	Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos			
5. Igualdade de género	Alcançar a igualdade de género e imponderar todas as mulheres e raparigas			
6. Água potável e saneamento	Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos			
7. Energia limpa e acessível	Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos			
8. Trabalho decente e crescimento económico	Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos			
9. Indústria, inovação e infraestrutura	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação			
10. Redução das desigualdades	Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países			
11. Cidades e comunidades sustentáveis	Tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis			
12. Consumo e produção responsáveis	Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis			
13. Ação contra a mudança global do clima	Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos			
14. Vida na água	Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável			
15. Vida terrestre	Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda da biodiversidade			
16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis			
17. Parcerias e meios de implementação	Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável			

Fonte: Autor<sup>12</sup>.

<sup>12</sup> A sistematização apresentada foi resultante da avaliação das 169 metas da Agenda 2030, na medida em que o sistema de cores, verde, amarelo e vermelho, servem para ilustrar o alto, moderado e baixo impacto, respetivamente, que a devida exploração da Economia azul terá para o alcance dos ODS.

Assim sendo, se sustentavelmente explorados e de forma integrada governados, subsetores como o das pescas e aquicultura; portos, transportes e logística; energias *offshore* e recursos naturais; turismo e lazer; educação, ciência e tecnologia e demais; podem constituir-se em catalisadores importantes para o alcance das metas da Agenda 2030 da ONU e ainda dos objetivos da Agenda 2063<sup>13</sup> da União Africana. De igual modo e perspetivando o alcance do ODS3, ODS4, ODS11 e ODS16, considera-se que as receitas geradas pela exploração conjunta dos diferentes subsetores da Economia azul em Angola constituem uma mais-valia em todo o processo, concretamente pelo potencial de crescimento que estes reúnem, porquanto muitos deles encontram-se ainda pouco explorados apesar do seu amplo potencial de crescimento e expansão (Ginga, 2020).

Portanto, tudo passa pela adoção de políticas públicas que viabilizem a exploração sustentável do Oceano de forma integrada, enquanto vetor para a materialização da Agenda 2030, num contexto em que a avaliação dos progressos terá de ser realizada regularmente e deverá envolver o governo, as empresas e representantes do setor, a sociedade civil, as ONG, e demais grupos de interesse, com base nos indicadores globais.

Por tudo isso e para a melhor condução do processo de implementação dos ODS nas suas diferentes dimensões, em particular através da exploração da Economia azul, considera-se que a longo prazo será viável a criação de uma Comissão Nacional para os ODS, com a devida autonomia, de forma a conduzir, difundir e consolidar o processo de implementação da Agenda 2030, integrando diferentes grupos de interesse e servindo assim de elo de articulação, mobilização e diálogo entre os vários entes com influência direta e indireta na implementação dos mesmos a nível nacional. Isto porque transformar a visão da Agenda 2030 em realidade é essencialmente uma responsabilidade do Estado angolano, pelo que se exige um maior pragmatismo das estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável, num contexto onde a Economia azul deve desempenhar um papel central (UNRIC, 2016).

### **Economia azul: uma porta para o desenvolvimento sustentável e diversificação económica**

A recessão económica desencadeada pela pandemia da COVID19 afetou duramente os Estados africanos, pelo que a maior parte enfrenta a sua primeira grande recessão em 25 anos, no sentido em que a pandemia evidenciou as interligações profundas existentes entre a saúde humana e planetária, bem como a necessidade das nações trabalharem coordenadamente para fazerem face às ameaças e riscos globais (Instituto Camões, 2021; PANEMS, 2020). Com efeito, a crise gerada pela pandemia acelerou uma série de mudanças na exploração da Economia azul, sobretudo porque os seus efeitos na economia oceânica global foram imediatos e substanciais, porquanto as Nações Unidas proclamaram a década 2021-2030 como a Década da Ciência do Oceano para o Desenvolvimento Sustentável, para apoiar os esforços que visam reverter o ciclo de declínio na saúde dos oceanos (Lee *et al.*, 2021: 1).

Assim sendo, torna-se necessário que o Estado angolano implemente um novo padrão de exploração oceânica, onde os pilares centrais sejam os ODS e a estratégia passe pela exploração da Economia azul, porquanto, no quadro da Década dos Oceanos, Angola, enquanto membro da IOC-UNESCO (*Intergovernmental Oceanographic Commission*), deve continuar a viabilizar os programas de pesquisa científica marinha, quer através das agências públicas com interesse nessas matérias, como apoiando iniciativas privadas no seio do setor

<sup>13</sup> A Agenda 2063 é o quadro estratégico para a transformação socioeconómica do continente Africano nos próximos 50 anos, referindo-se especificamente à Economia azul e Oceânica, enquanto Objetivo de crescimento económico acelerado, especialmente para as áreas prioritárias de Recursos Marinhos e Energia; e Operações Portuárias e Transporte Marítimo (IBAR-UA, 2019: 1).

marítimo-portuário, com vista a permitir que os decisores tenham acesso à informação privilegiada sobre a evolução do estado dos ecossistemas marinhos (Kullenberg, 2021: 87-90). Ademais, existe atualmente um quadro internacional apropriado à Exploração do potencial oceânico, sendo que a Agenda 2063 da União Africana declara de forma unânime que a Economia azul é o “futuro da África” e reconhece o seu papel fundamental como catalisador da transformação socioeconómica dos Estados africanos, defendendo ser necessário que se viabilizem estratégias intersectoriais coerentes para explorar este potencial de transformação estrutural da Economia dos oceanos (CUA, 2015).

Com efeito, na Conferência Ministerial Africana sobre as Economias dos oceanos e Mudanças climáticas, ocorrida em 2016 nas Ilhas Maurícias, foi criado um programa de assistência técnica e financeira para apoiar os Estados costeiros e insulares africanos a enfrentarem os desafios das mudanças climáticas, desenvolvendo as suas economias com base nos oceanos, designado como “Pacote africano para economias dos oceanos resilientes ao clima”, ou simplesmente, “o Pacote” (FAO, 2017). Na realidade, o Pacote<sup>14</sup> surge como uma oportunidade para as três principais organizações de desenvolvimento multilaterais unirem esforços entre si e com outros, incluindo o Fundo Verde do Clima (GCF), e coordenarem a assistência planeada com acesso a conhecimento e financiamento, num investimento total planeado de cerca de 3,5 bilhões de dólares (FAO, 2017). Estas iniciativas associam-se a outros instrumentos, concretamente a Carta Africana do Transporte Marítimo (2010), a Estratégia Marítima Integrada de África 2050 (AIM 2050)<sup>15</sup> (2012), a Carta de Lomé e a Estratégia Africana de Economia azul, entre outros, porquanto a integração de Angola nestes instrumentos do âmbito da governança dos oceanos representa não apenas uma oportunidade, mas também um investimento estratégico, de forma a assegurar a utilização segura e sustentável dos oceanos. Portanto, no âmbito do financiamento, torna-se assim necessário estabelecer e articular pontes de concertação com estas iniciativas internacionais, de forma a contribuir para a afirmação do Estado no mar, através de uma Estratégia integrada do mar, num complexo alargado de sinergias internas e externas, que, no final do processo, pode culminar na formulação de um *cluster empresarial* para a Economia azul angolana, tal como defende a AIM 2050 (UA, 2012).

Localmente, Angola e a União Europeia reconhecem a importância do diálogo sobre a Economia azul, designadamente no que respeita à criação de emprego e à diversificação da economia, na medida em que na IV Reunião Ministerial do Caminho Conjunto Angola União Europeia (CCAUE), em março de 2019, as partes acordaram em explorar oportunidades futuras de cooperação no âmbito da Economia azul, nomeadamente através de programas de desenvolvimento do setor privado e da capacitação dos recursos humanos, tendo acordado em iniciar discussões exploratórias sobre o acordo de parceira da pesca sustentável, no quadro do Programa de Facilidade de Diálogo EU-Angola<sup>16</sup>. Neste particular, é muito importante que haja uma verdadeira interligação entre todos setores, porquanto setores como o das pescas não podem continuar a ser encarados de forma separada e isolada dos demais.

Torna-se assim necessário pensar no território como um todo, conhecer a geomorfologia das zonas costeiras, entender a dinâmica das comunidades ribeirinhas, ou seja, pensar o Estado angolano do mar para dentro, ao contrário do que tradicionalmente tem ocorrido (Olsen

<sup>14</sup> Esta iniciativa surge também no seguimento de uma solicitação dirigida ao Banco Mundial (BM), Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), para que apresentassem uma proposta na 22.ª Conferência Mundial sobre o Clima, COP22, em Marraquexe, Marrocos, em novembro de 2016. [Em linha]. [Consult. 28.ago.2021]. Disponível em: <https://www.cop22.org/>.

<sup>15</sup> A visão global da Estratégia-AIM 2050 é de promover o aumento da criação de riqueza a partir dos oceanos e mares de África, através do desenvolvimento sustentado de uma economia azul próspera, de uma maneira segura e ambientalmente sustentável (UA, 2012).

<sup>16</sup> [Em linha]. [Consult. 28.ago.2021]. Disponível em: [https://dialogosue-angola.org/setores\\_tematicos/economia-azul/](https://dialogosue-angola.org/setores_tematicos/economia-azul/).

*et al.*, 2006: 26-30). Neste domínio, a produção e partilha de conhecimento entre as várias instituições com interesse nos assuntos dos oceanos são essenciais, mormente com as universidades, centros de investigação e incubadoras de ciência e tecnologia (Molares, 2019), na medida em que deve-se viabilizar uma base de dados a fim de melhorar o acesso às informações e ao conhecimento sobre o mar, nomeadamente porque, atualmente, “conhecimento é desenvolvimento”, ajudando na promoção de estratégias inteligentes de especialização, tendo em vista a emergência e valorização das cadeias de valor associadas às múltiplas atividades da Economia azul, sobretudo porque o crescimento azul exige mais do que simplesmente economia (Fasoulis, 2021).

No âmbito da inovação, entende-se que a viabilização de uma Economia azul forte depende também da criação de novos negócios e nichos de mercado, no sentido em que o governo deve ser o maior impulsionador deste processo, pelo que deve incentivar os agentes com atuação direta e indireta no setor marítimo-portuário a investirem nos subsectores da Economia azul, quer através da criação de linhas de financiamento, quer criando incentivos fiscais, ou ainda implementando prémios pela exploração da economia azul, entre outras ações, que consistem na identificação de ideias de negócios em economia azul e economia circular. Porquê economia circular? Fundamentalmente, porque a Economia azul é muito mais do que os oceanos, é tudo ao seu redor, sendo a sustentabilidade o fator essencial para a sua exploração, uma vez que consiste em como explorar os recursos marítimos, conservando-os, pelo que implica, saber o que fazer com os resíduos produzidos em terra, bem como os resultantes das ações humanas<sup>17</sup>.

Assim sendo, existe um conjunto de atividades que podem ser potencializadas ou melhoradas, sendo importante ampliar o leque de atividades dentro de cada subsector de atuação da economia marítima. Concretamente, ao nível do setor das pescas, percebe-se que existem áreas pouco ou não exploradas, com enorme potencial, sendo a destacar o pouco investimento na aquicultura, ou na pouca exploração da indústria de transformação, que não tem permitido o melhor aproveitamento do potencial da indústria pesqueira.

De acordo com os dados apresentados pela publicação “*The State of World Fisheries and Aquaculture 2020*” (UN SOFIA 2020), a aquicultura atualmente já é responsável pela produção de cerca de metade do peixe consumido pela população mundial, contrastando com a realidade nacional (FAO, 2020). Esta visão tem resultado nos elevados índices de sobrepesca observados nas águas nacionais, que só poderão ser contrariados com o estabelecimento de regimes de gestão com base científica, através da investigação científica dos estoques de pescado; com a viabilização de subsídios em ordem a intensificação da aquicultura da água doce e maricultura, atribuindo incentivos aos operadores e cooperativas; com a implementação de regras de fiscalização e de colheita eficazes, inviabilizando as artes e malhas que têm grande impacto nos ecossistemas marinhos e protegendo aquelas espécies em extinção ou de difícil recuperação; e com a repreensão da pesca ilegal não regulamentada e não declarada (INN), criando um quadro jurídico-legal que desincentive essa pesca INN que muito tem afetado os ecossistema marinho angolano, com elevadas coimas e a cassação de licenças aos prevaricadores.

Outrossim, ao nível do turismo, percebe-se que, apesar do elevado potencial turístico do ecossistema marinho angolano, este subsector tem-se limitado ao turismo praia e sol e, alguns poucos casos, à prática de desportos náuticos. Ora, o ambiente marinho angolano, com as

<sup>17</sup> O mar tornou-se o destino final de diversos elementos, provenientes de rios, esgotos (industriais e domésticos), bem como derrames de navios e/ou plataformas de petróleo, no sentido em que as áreas costeiras são de momento as que mais têm poluído os Oceanos, principalmente com resíduos orgânicos provenientes de esgotos (Abreu, 2020).

suas potencialidades, enquanto “hotspot de biodiversidade marinha”<sup>18</sup>, apresenta-se como um palco favorável ao desenvolvimento de várias atividades turísticas de caráter ambiental e marinho, como o ecoturismo marinho, com atividades de observação do ecossistema marinho (observação de aves, de tartarugas, baleias, de recifes de corais, etc.); e para o desenvolvimento de desportos náuticos, como a prática controlada do mergulho desportivo, pesca desportiva, caça submarina entre outros. A exploração do potencial turístico dos espaços marítimos angolanos pode desempenhar um duplo sentido, ou seja, além da vantagem económica que o setor pode transferir para a economia nacional, através das receitas que podem ser arrecadadas com a sua exploração; exerce a importante tarefa de atuar na conscientização ambiental e cultural, por meio da interação com o meio ambiente, ajudando na conservação dos patrimônios naturais e na promoção do bem-estar social (Olsen *et al.*, 2006; Mogo, 2021).

No âmbito da exploração de recursos naturais e da investigação científica e inovação tecnológica, percebe-se que Angola ainda não despertou para o potencial económico da biotecnologia marinha, o que tem impedido o país de experimentar uma revolução azul à medida do potencial oceanográfico que os espaços marítimos nacionais encerram. A biotecnologia marinha, com as várias oportunidades que o seu desenvolvimento permite, constitui-se num setor do futuro para Angola, porquanto existe um leque de atividades, nas quais poderá desempenhar um papel revolucionário, a saber: na transformação de compostos de organismos marinhos em bio produtos com aplicações industriais, farmacêuticas, nutricionais, médicas, cosméticas e tecnológicas; na valorização dos produtos da pesca; na promoção de sinergias entre as infraestruturas laboratoriais nacionais e estrangeiras; na produção de biocombustíveis através de macro e microalgas; entre outros setores (SPBT, 2014). Outrossim, a exploração das energias renováveis, nomeadamente das ondas e marés, incluem-se neste complexo de subsectores adormecidos ou por explorar, que a longo prazo representarão uma revolução do ciclo económico (Rayner *et al.*, 2019: 3-6).

Neste domínio, a entrada em operação do navio oceanográfico Baía Farta, apresenta-se como uma mais-valia, no sentido em que entende-se que a sua atuação não deve limitar-se ao apoio ao subsector das pescas (Xavier, 2021), mas deve antes servir de suporte à componente de investigação científica, desenvolvimento e inovação no quadro da Economia azul, designadamente numa altura em que está em curso o projeto de extensão da plataforma continental de Angola (PEPCA), pelo que o Estado deve incentivar as atividades de exploração sustentável dos espaços, das camadas e do fundo marinho, em ordem a explorar e aproveitar o elevado potencial marinho. Ademais, existem outros subsectores no quadro da Economia azul, que o Estado angolano deve apostar, investindo na sua exploração em ordem à diversificação da Economia nacional (CIDDEMA, 2018; Ginga, 2020).

É importante criar em Angola um ecossistema de exploração e inovação da Economia azul, onde possam confluír os diferentes interesses em torno dos oceanos, permitindo o desenvolvimento de projetos colaborativos entre a comunidade científica, a indústria, as entidades oficiais e a sociedade civil. Neste processo, o conhecimento deve ser percebido como o principal motor da inovação e do desenvolvimento sustentável, a chave para a proteção e aproveitamento do valor do Oceano e das suas vantagens competitivas. Portanto, é imperativo que se viabilize um contexto propício para a edificação de uma Economia azul em Angola, que agrega uma indústria azul, que produza empregos, produtos e serviços azuis, numa comunidade que se pretende cada vez mais azul. Como conseguir isso? Assim como Angola renasceu depois de quatro décadas de conflito armado, com poucos recursos, com apoio dos parceiros

<sup>18</sup> Angola encontra-se localizada na junção de 2 Grandes Ecossistemas Marinhos africanos – o Grande Ecossistema Marinho (GEM) da Corrente da Guiné e do GEM da Corrente de Benguela (PNUD-Angola, 2020).

externos e com a iniciativa empreendedora dos angolanos, também pode construir uma Economia azul competitiva, geradora de empregos e promotora de um crescimento económico sustentável e inclusivo.

## Considerações finais

Na perspetiva de realçar as principais linhas de pensamento traçadas ao longo deste artigo sobre a Agenda 2030 e a Economia azul, onde constatou-se que o alcance dos ODS não deve fazer parte dos objetivos da ação governativa, mas devem antes constituir a matriz de toda ação governativa, porquanto as questões relacionadas à Agenda 2030 devem servir de bússola para o PDN e, com isso, impulsionar a exploração da Economia azul.

No que diz respeito ao plano das ações, o Estado angolano deve ter presente que os oceanos são a sua maior riqueza e que deve lucrar com eles, nas suas diferentes vertentes, de forma sustentável, pelo que o desenvolvimento de uma economia robusta associada aos oceanos deve exigir um papel ativo do Governo, em ordem a promover a criação de sinergias setoriais e intersectoriais. Paralelamente, deve ter presente que não possui as tecnologias e metodologias necessárias para a devida exploração do mar e com isso impulsionar a edificação de uma Economia azul forte no país, e é nisso que deve trabalhar, com recurso aos especialistas internos, com apoio dos seus parceiros internacionais, nos diferentes subsectores.

O Estado deve apostar na criação de bases para o surgimento de uma economia especializada no mar, que seja atrativa de investimentos externos, fazendo com que outros *players* e *stakeholders* invistam neste setor, numa lógica de menos Estado e melhor Estado. Há, na verdade, oportunidades novas que se podem criar, pelo que além de melhorar a sustentabilidade do que já existe, devem ser criados novos subsectores para exploração da Economia azul, porquanto as potencialidades do seu crescimento e da sua participação na criação de empregos é um fator decisivo.

## Referências bibliográficas

- Abreu, Helena (2020), *Polução e a sobre-exploração dos mares*. Página oficial EcoAngola. [Em linha]. [Consult. 28.ago.2021]. Disponível em: <https://ecoangola.com/poluicao-e-sobreexploracao-dos-mares/>.
- Alves, Lucir e Lima, Jandir (2007), *Desenvolvimento sustentável: elementos conceituais e apontamentos para reflexão, Integração*, n.º 50, pp. 241-248.
- Brundtland, Gro Harlem *et al.* (1987), *Our Common Future: Report of the World Commission on Environment and Development United Nations Commission*, 1.ª Ed. Lisboa: Meribérica.
- Camões – Instituto da Cooperação e da Língua [Instituto Camões] (2021), *Dinâmicas do Desenvolvimento em África: transformação digital e empregos de qualidade. Visão Geral*, Lisboa: CUA/ Centro de Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico ou Económico (OCDE).
- Centro de Informação Regional das Nações Unidas para a Europa Ocidental [UNRIC] (2016), *Guia sobre Desenvolvimento Sustentável 17 objetivos para transformar o nosso mundo*, Bruxelas: UNRIC.
- Comissão Interministerial para Delimitação e Demarcação dos Espaços Marítimos de Angola [CID-DEMA] (2018), *Submissão da Extensão da Plataforma Continental Angolana*, Luanda: CIDDEMA. [Em linha]. [Consult. 22.out.2021]. Disponível em: [www.sonangol.co.ao](http://www.sonangol.co.ao). Slide 1.
- Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento [WCSD] (1987), *O Nosso Futuro Comum*, Lisboa: Meribérica.
- Comissão da União Africana [CUA] (2015), *Agenda 2063. A África que queremos*, Adis Abeba: CUA.
- Delegação da União Europeia em Angola [DUEA] (2021), *Facilidade de Diálogo EU-Angola*, Luanda: UE [Em linha]. [Consult. 15.ago.2021]. *Sobre Nós – Dialogos*. Disponível em: <http://dialogosue-angola.org/sobre-nos/>.

- Dodds, Felix, Laguna-Celis, J. e Thompson, L. (2014), *From Rio+20 to a New Development Agenda: Building a Bridge to a Sustainable Future, 1st Edition*, Londres: Routledge.
- Dodds, F., Donoghue, Ambassador David, Roesch, Jimena Leiva (2017), *Negotiating the Sustainable Development Goals: a transformational agenda for an insecure world*, Nova Iorque: Taylor & Francis Group.
- FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations (2020), *The State of World Fisheries and Aquaculture 2020: Sustainability in Action*, Roma: FAO.
- (2017), *Pacote africano para economias dos oceanos resilientes ao clima*, Roma: FAO. [Em linha]. [Consult. 12.ago.2021]. Disponível em: <http://www.fao.org/3/i6441o/i6441o.pdf>.
- Fasoulis, Ioannis (2021), *Governing the oceans: A study into Norway's ocean governance regime in the wake of United Nations Sustainable Development Goals*, *Regional Studies in Marine Science*, Vol. 48, nov. 2021.
- Gabinete das Nações Unidas em Angola [GNUA] (2021), *Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em Angola*, Luanda: ONU. [Em linha]. [Consult. 14.jul.2021]. Disponível em: <https://angola.un.org/pt/sdgs>.
- Gabinete Interafricano dos Recursos Animais (IBAR) da União Africana (UA) [IBAR-UA] (2019), *Estratégia Africana de Economia azul*, Nairobi: IBAR-UA.
- Ginga, Damião (2020), *A importância da governação integrada do oceano para uma Economia azul em Angola*, *Perspectivas – Journal of Political Science*, vol. 23, pp. 22-35.
- (2014), *Angola e a Complementaridade do Mar: o Mar como Fator Geoestratégico de Segurança, Defesa e Afirmação*. Tese de doutoramento, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, Lisboa.
- Hanson, K. T., Puplampu, K. P. e Shaw, T. M. (2017), *From Millennium Development Goals to Sustainable Development Goals: Rethinking African Development*, Nova Iorque: Taylor & Francis.
- Instituto Nacional de Estatística [INE] (2019), *Pobreza Multidimensional nos Municípios de Angola*, Luanda: INE/PNUD.
- Kullenberg, G. (2021), *Ocean Science and International Cooperation. Historical and Personal Recollections*, Paris: UNESCO.
- Lee, Ki-Hoon; Noh, J.; Lee, J. e Khim, J. Seong (2021), *Blue economy and the total environment: Mapping the interface*. *Environment International*, Vol. 157, n.º 106796, dez. 2021, pp. 1-8.
- Malthus, Thomas Robert (1798), *An Essay on the Principle of Population as It Affects the Future Improvement of Society, with Remarks on the Speculations of Mr. Godwin, M. Condorcet, and Other Writers*, Londres: J. Johnson.
- McLuhan, Marshall (1964), *Understanding Media*, Londres: Routledge.
- Meadows, Donella H., Meadows, Dennis L., Randers, Jørgen e Behrens III, William W. (1972), *The Limits to Growth. A Report for the Club of Rome's Project on the Predicament of Mankind*, Nova Iorque: Universe Book. [Em linha]. [Consult. 8.ago.2021]. Disponível em: <http://www.donellameadows.org/wp-content/userfiles/Limits-to-Growth-digital-scan-version.pdf>.
- Molares, Yolanda (2019), *Economia azul: uma porta para o crescimento e o emprego sustentáveis*. In: Curado, Dinastela (Coord.), *Academia. O futuro do trabalho e os empregos do futuro*, Praia: Governo de Cabo Verde/PNUD/ OIT, pp. 107-114.
- Mogo, F. (2021), *Regulating the Marine Environment of Africa Towards A Sustainable Blue Economy: The Nigerian Scenario*, Nova Iorque: Harmony Publishing.
- Nações Unidas (1972), *Report of the United Nations Conference on the Human Environment*, Estocolmo: Nações Unidas. [Em linha]. [Consult. 24.ago.2021]. Disponível em: [https://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/CONF.48/14/REV.1](https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/CONF.48/14/REV.1).
- Olsen, Stephen B., Sutinen, Jon G., Juda, L., Hennessey, Timothy e Grigalunas, Thomas A. (2006), *A Handbook on Governance and Socioeconomics of Large Marine Ecosystems*, Kingston: University of Rhode Island.

- Pauli, Gunter (2010), *La economía azul: 10 años, 100 innovaciones, 100 millones de empleos*, Taos Nuevo: Paradigm Publications.
- Painel de Alto Nível para uma Economia do Mar Sustentável [PANEMS] (2020), *Transformações para uma Economia Sustentável do Oceano. Visão para Proteção, Produção e Prosperidade*, Nova Iorque: World Resources Institute. [Em linha]. [Consult. 21.nov.2021]. Disponível em: <https://oceanpanel.org/ocean-action/files/transformations-sustainable-ocean-economy-por.pdf>.
- Portal de Angola (2021), *Angola apresenta primeiro relatório nacional voluntário sobre objectivos de desenvolvimento sustentável na ONU*. [Em linha]. [Consult. 14.jul.2021]. Disponível em: <https://www.portaldeangola.com/2021/07/14/angola-apresenta-primeiro-relatorio-nacional-voluntario-sobre-objectivos-de-desenvolvimento-sustentavel-na-onu/>.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento [PNUD] (2021), *The SDGs in Action*, Nova Iorque: PNUD.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento [PNUD-Angola] (2020), *Os oceanos e a primeira área protegida marinha de Angola*, Página Oficial do PNUD-Angola [Em linha]. [Consult. 28.ago.2021]. Disponível em: <https://www.ao.undp.org/content/angola/pt/home/imprensa/OceanDay2020.html>.
- Rayner, R., Jolly, C. e Gouldman, C. (2019), *Ocean Observing and the Blue Economy*, *Frontiers in Marine Science* Mini-review, Vol. 6, n.º 330, junho, pp. 1-6, DOI: 10.3389/fmars.2019.00330.
- Rego, A., Gonçalves, H., Pina e Cunha, M. e Pinheiro, Susana F. (2011), *Estratégia Oceano Verde*, Alfragide: Leya.
- Sachs, Ignacy (2004), *Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado*, Rio de Janeiro: Garamond.
- (2002), *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*, Rio de Janeiro: Garamond.
- Sociedade Portuguesa de Biotecnologia [SPBT] (2014), *Biotecnologia Azul*, *Boletim de biotecnologia*, série 2, n.º 5, junho 2014.
- União Africana [UA] (2012), *Estratégia Marítima Integrada de África 2050*, Adis Abeba: UA.
- United Nations Economic Commission for Africa [UNECA] (2018), *Africas Blue Economy. 2018. Opportunities and challenges to bolster sustainable development and socioeconomic transformation*, Nairobi: UNECA.
- Xavier, Graciete (2021), *Navio Baía Farta vai avaliar os recursos pesqueiros*. *Jornal Expansão*. [Em linha]. [Consult. 8.set.2021]. Disponível em: <https://www.expansao.co.ao/angola/interior/navio-baia-farta-vai-avaliar-os-recursos-pesqueiros-103676.html>.



# Security and Sustainable Development in Africa: What Role for AFRICOM in the Continent

Mourad Aty\*

pp. 69-85

## Introduction

Security as an issue that concerns regional and international organizations has always been considered separately from aspects of the economic and the sociocultural systems, while it should be at the heart of all of them. We cannot have a well performing economy without being harbored in a stable geopolitical region. Furthermore, the economic failure proved to be one of the main motives to extremism and violence. It is the same for environmental issues. Desertification, drought and other unfavorable conditions contribute to the spread of violence, human trafficking and mass migrations. There is no difference when it comes to cultural issues; they are the source of indoctrination to achieve domination over other ideologies, religions or ethnic groups. The outcome in all cases is the spread of violence which targets institutions and might lead to a total failure of the state.

In his book *People, States and Fear: The National Security Problem in International Relations*, Barry Buzan, as a major theorist of the Copenhagen School considers non-military aspects to be extremely important in understanding security. Along with the two other pioneering figures of the school Ole Wæver and Jaap de Wilde, they suggested an inter-subjective approach to that. In their book which is considered to be the founding frame of the Copenhagen School, they introduced five major sectors that should be analyzed: military, environment, economy, society and politics (Buzan *et al.*, 1997).

Critical Security Studies as a field of study rejects the idea of putting the emphasis on conventional approaches. It actually incorporates many theories such as Marxism, Feminism, Critical Theory, Critical Constructivism and Post-structuralism (Browning & MacDonald, 2011: 238). The Welsh School as an approach relates the study of security to the Critical Theory (Peoples & Vaughan-Williams, 2020). Its perception of security could be combined with the way theorists of the Copenhagen School perceive it in an attempt to offer a stronger challenge to the mainstream of security studies (Floyd, 2007: 327). After the Cold War, the field of security studies has witnessed major changes. Military security had paved the way to new theories which incorporate other sectors and threats such as the economy and the environment (Floyd, 2007: 327-328).

The structure of this paper explores the link between security (peace) and sustainable development. It shows how the lack of security and the collapse of institutions can have an immediate impact on the development of a given region with enduring consequences.

 <https://doi.org/10.21747/0874-2375/afr38a5>

\* Université 8 Mai 1945 Guelma and CEAUP.

This study tackles the UN 2030 sustainable development agenda and its goals (SDGs) with a special focus on SDG number sixteen. It examines security challenges in three African geopolitical regions (North, West and Horn). It tries to provide an understanding to the role of the US troops deployed in those regions under the command of AFRICOM and evaluates the overall situation in the light of the widespread of extremism and violence. The assessment takes into consideration the conduct on the ground based mainly on a dataset provided by the US Department of Defense (DOD) through its Africa Center for Strategic Studies (ACSS) in addition to the AFRICOM Posture Statements to Congress and the Global Terrorism Index for 2021 and 2022.

## 1. UN 2030 Sustainable Development Agenda and SDG Number 16

Before setting the 2030 Sustainable Development Agenda and its seventeen SDGs, the United Nations has been through decades of mobilization attempts. Since the 1992 Earth Summit in Rio de Janeiro, Brazil, till the 2015 Paris Agreement on Climate Change, agendas were decided and goals were set. Therefore, a platform for follow-up was established to monitor the implementation of the SDGs worldwide<sup>1</sup>.

The Rio de Janeiro Earth Summit convened in June 1992 adopted the so called Agenda 21 to achieve a global partnership that seeks to work for the betterment of both humans and earth<sup>2</sup>. The year 2000 witnessed the Millennium Summit in New York where eight Millennium Development Goals MDGs were introduced to fight against poverty<sup>3</sup>. Two years later in South Africa, the World Summit on Sustainable Development adopted the Johannesburg Declaration on Sustainable Development<sup>4</sup>. The latter enhanced the world's commitments based on Agenda 21 and the Millennium Declaration.

A process to develop MDGs into SDGs was triggered at the 2012 UN Conference on Sustainable Development (Rio+20) in Rio de Janeiro, Brazil. During the conference, countries adopted the conclusions drawn by "The Future We Want" document in which they established the UN High-Level Political Forum on Sustainable Development<sup>5</sup>. One year later, the UN General Assembly established an open working group with the aim of setting the SDGs proposal. After the January 2015 negotiations, the 2030 Agenda was finally adopted in the UN Sustainable Development Summit in September of the same year<sup>6</sup>. The year of 2015 was extremely important in the history of sustainable development for major breakthroughs were achieved that year. Sendai Framework for Disaster Risk Reduction (March), Addis Ababa Action on Financing for Development (July), Transforming our World: the 2030 Agenda for Sustainable Development (September) and the Paris Agreement on Climate Change (December)<sup>7</sup>.

Nowadays, the Division for Sustainable Development Goals (DSDG) of the UN Department of Economic and Social Affairs (UNDESA) has a central role in carrying out the 2030

<sup>1</sup> 17 SDGs, History, the 2030 Agenda for Sustainable Development. United Nations, Department of Economic and Social Affairs. [Online]. Available at: <https://sdgs.un.org/goals>.

<sup>2</sup> Agenda 21, Conference on Environment and Development, United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Rio de Janeiro, Brazil, 3-14 June 1992. [Online]. Available at: <https://sdgs.un.org/sites/default/files/publications/Agenda21.pdf>.

<sup>3</sup> The eight Millennium Development Goals (MDGs). United Nations, Millennium Summit, 6-8 September 2000, New York. [Online]. Available at: <https://www.un.org/en/conferences/environment/newyork2000>.

<sup>4</sup> World Summit on Sustainable Development (WSSD), United Nations, Johannesburg Summit, Johannesburg, South Africa, 26 August - 4 September 2002. [Online]. Available at: <https://sustainabledevelopment.un.org/milestones/wssd>.

<sup>5</sup> Future We Want - Outcome Document, United Nations, Conference on Sustainable Development. Rio+20. [Online]. Available at: <https://sustainabledevelopment.un.org/rio20>.

<sup>6</sup> Transforming our World: the 2030 Agenda for Sustainable Development. United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Sustainable Development Summit 2015, 25 - 27 September 2015, New York. [Online]. Available at: <https://sdgs.un.org/2030agenda>.

<sup>7</sup> 17 SDGs, History, the 2030 Agenda for Sustainable Development. United Nations, Department of Economic and Social Affairs. [Online]. Available at: <https://sdgs.un.org/goals>.

Agenda<sup>8</sup>. Since 2016, an annual SDG Progress report is presented every year by the UN Secretary General. It is set on the global indicator structure and dataset introduced by local and national systems in addition to data gathered at the regional level<sup>9</sup>. Every four years, the UN Secretary General appoints a group of researchers (15 experts) with the mission of producing the Global Sustainable Development Report for the General Assembly's SDG review deliberations<sup>10</sup>.

Sustainable Development Goal number sixteen (SDG16) seeks to “promote peaceful and inclusive societies for sustainable development,” and to “provide access to justice for all and build effective, accountable and inclusive institutions at all levels.”<sup>11</sup> It calls for global peace given that by the end of 2020 the “world is witnessing largest number of violent conflicts since 1946 and quarter of the global population lives in conflict-affected countries.”<sup>12</sup> It also shows that by May 2022, a record of “100 million people had been forcibly displaced worldwide.”<sup>13</sup> In the light of the above mentioned pleas, two major questions raise, what role can AFRICOM play in the region to meet these aspirations? And above all, how can we assess its performance after more than a decade of presence in the continent under this new structure.

## 2. SDGs and Security Challenges in Africa

Security challenges in Africa vary from one region to another. Several reasons helped in the widespread of religious extremism in the whole continent. One of the main reasons to the actual situation is the so-called “Arab Spring” and the collapse of many regimes which strongly ruled over the people for many decades. Environmental issues related to climate change and global warming caused mass migration inside and outside the continent. Totalitarian regimes which were backed by some western powers were also at the origin of the issue. The ruling elites in such countries were deeply involved in corruption at the expense of establishing solid grounds for well-performing economies which would eventually benefit all types of social reforms.

Before presenting the security challenges in the three regions which are concerned in this study, it is important to make reference to Barry Buzan's and Ole Wæver's Regional Security Complex Theory (RSCT). Buzan and Wæver stress the importance of distinguishing between the regional and the global levels. They argued that “Units (of whatever kind) must have a fairly high degree of independent actor quality. Regions, almost however defined, must be composed of geographically clustered sets of such units and these clusters must be embedded in a larger system, which has a structure of its own.” Regions for them have “analytical, and even ontological, standing,” but they lack “actor quality.” (Buzan & Wæver, 2003: 27).

Buzan in his *People, States and Fear: An Agenda for International Security Studies in the Post-Cold War Era* defines a region as “a distinct and significant subsystem of security relations that exists among a set of states whose fate is that they have been locked into geographical proximity with each other.” (Buzan, 1991: 188). Security complex for him refer to “a group of states whose primary security concerns link together sufficiently closely that, their national

<sup>8</sup> Division for Sustainable Development Goals, United Nations, Department of Economic and Social Affairs Sustainable Development. [Online]. Available at: <https://sdgs.un.org/about>.

<sup>9</sup> Sustainable Development Goal Indicators, Sustainable Development Goals. United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Statistics Division. [Online]. Available at: <https://unstats.un.org/sdgs>.

<sup>10</sup> Global Sustainable Development Report (GSDR) 2019. United Nations, Department of Economic and Social Affairs Sustainable Development. [Online]. Available at: <https://sdgs.un.org/gsdrgsd2019>.

<sup>11</sup> Goal 16, United Nations, Department of Economic and Social Affairs Sustainable Development. [Online]. Available at: <https://sdgs.un.org/goals/goal16>.

<sup>12</sup> Ibid.

<sup>13</sup> Ibid.

securities cannot realistically be considered apart from one another” (Buzan, 1991: 190). This implies that the challenges which states of the same region are likely to face are almost identical. Thus, security within a given region is interdependent.

## 2.1. North Africa

The region of North Africa was hit by the 2010-2011 popular uprisings (Arab Spring) which originated in Tunisia after the incident where street vendor Mohamed el-Bouazizi set fire on his body reacting to police misconduct. After days of the upheavals, President Zine el-Abidine Ben Ali who came from a military background fled to Saudi Arabia. The wave headed east to neighboring Libya where it ended up with Colonel Kaddafi being ousted, chased and finally assassinated by some French-backed militias. After reaching Egypt, it paved the way for the domination of the Muslim Brotherhood after a three-decade controversial rule of President Hosni Mubarek. Algeria, Morocco and Mauritania were three other North African countries which were hit by the “Arab Spring” but could handle the ramifications.

This situation left an enduring impact on the region’s stability, mainly after the collapse of the Libyan regime. In an attempt to encounter the NATO intervention which backed the protesters in Libya, Kaddafi mobilized his supporters and opened the military facilities to them. Amidst this situation, all types of arms were in the hands of Libyans including tactical offensive missiles. Terrorist groups which were already struggling in neighboring Algeria found refuge in Libya. Individuals from Libya and Tunisia joined other newly formed groups and set their own agenda on waging attacks in the whole region. Belligerents in northern Mali were not kept away from the events. Several reports linked the spread of heavy weaponry in Northern Mali to some mercenaries who were brought by Kaddafi to fight on his side during the 2011 events.

Mercenaries were believed to come mainly from sub-Saharan Africa. The reported countries were: Chad, the Democratic Republic of Congo, Niger, Mali, and Sudan with possible involvement of others from Asia and Eastern Europe. They were suspected of being veterans of internal conflicts in the Sahel and West Africa. They represented a deadly threat despite the existence of the African Union’s 1977 Convention for the Elimination of Mercenarism in Africa (Smith, 2011). However, some experts explained that Libya has an important black population and that explains their presence in the regular army. Thus they were being mistaken for mercenaries (Smith, 2011).

The use of mercenaries in Africa was not exclusive to the Kaddafi regime, the Americans were there too. Erik Prince, a US former Navy Seal and the founder of the notorious Private Military Company called Blackwater, was actively doing business in Africa. He was involved in both security and economy-related issues in Somalia, Libya, Kenya, RDC and Guinea (Aty & Elaggoune, 2019: 176). The Russians were also present in the region, the private firm called Wagner Group was involved in conflicts in Libya, Central African Republic, Mozambique, and Mali (Walsh, 2022). AFRICOM itself relied on private contractors in Niger (Aty & Elaggoune, 2019: 169-170). The rise of terrorist groups like Boko Haram during the last decade, paved the way to the revival of PMCs (Adamo, 2020: 3)

In Egypt, the outcome of the unrest was different. The Muslim Brothers were in charge but faced a fierce opposition which ended up in ousting the first civilian president in the history of the country (Hughes & Hunter, 2013). The coming to power of the former Minister of Defense Abdel Fattah al-Sissi did not go according to the usual procedures of the “peaceful” transition of power. That period was marked by religious fanaticism which led to extreme forms of violence mainly against army personnel and police forces. The rise of the Islamic State in Iraq and Syria (ISIS) opened doors to the emergence of several affiliates in North

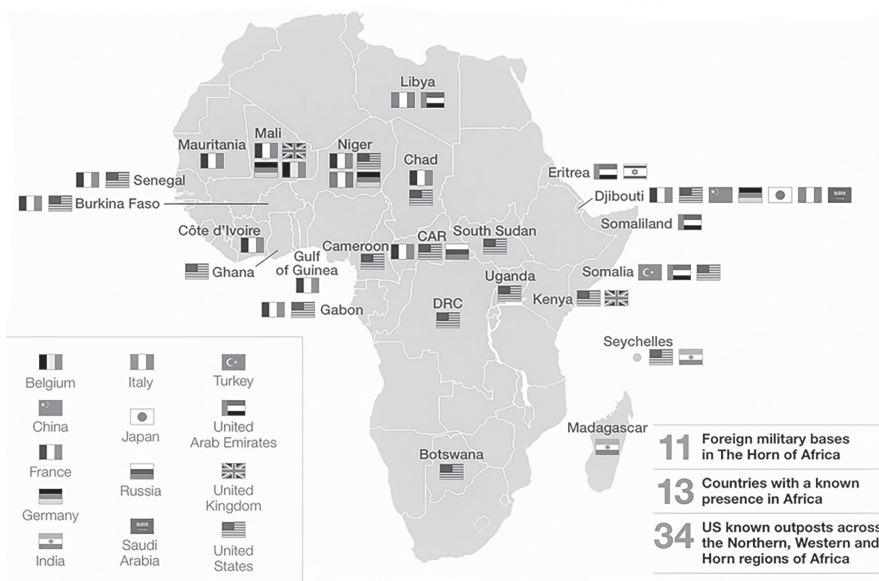
Africa, mainly in Egypt, Libya and Tunisia. Ansar al Sharia in Tunisia played an important role in recruiting for ISIS, several AQIM-affiliated splinter factions pledged allegiance to the organization too (Siegle, 2017: 22).

## 2.2. West Africa

The expression *France-Afrique* was first used by Ivory Coast president Félix Houphouët-Boigny in 1955 but changed into *Françafrique* by the French activist François-Xavier Verschave in 1998 (Bovcon). West Africa has always been France's *pré carré* due to the long history of the colonial presence in the region. The historical, cultural and economic bonds were strengthened even after the liberation wave of the mid-twentieth century. With French being the official language in most of the region's countries and the currency being the *CFA Franc*<sup>14</sup>, a political and economic hegemony left an enduring legacy in West Africa.

The West Africa region has always been in turmoil. It witnessed a number of intrastate conflicts which led to extreme forms of violence along with interstate conflicts which forced countries to resort to wars. These circumstances were behind the backlash against the political regimes in several countries. Not only that, it was behind all forms of poverty, food shortage, disrupted medical services, illiteracy and ineffective educational systems, and lack of appropriate infrastructures. The overall situation led to the failure of several states to provide favorable living conditions to their citizens. Furthermore, some states lost control over vast territories like the case of Mali, Nigeria, Niger, Burkina Faso, Chad and Cameroon.

Ilustração 01 – Foreign Military Presence in Africa



Source: Atta-Asamoah, Andrews (2019), "Proceed with caution: Africa's growing foreign military presence." *Institute for Security Studies*. 27 Aug. 2019. [Online]. Available at: <https://issafrica.org/iss-today/proceed-with-caution-africas-growing-foreign-military-presence>.

<sup>14</sup> The CFA franc and the Comorian franc are the two currencies of the franc zone, a group of fifteen countries that depend on three central banks: the Central Bank of West African States (BCEAO), the Central Bank of Central African States (BEAC) and the Central Bank of the Comoros (BCC). [Online]. Available at: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=3674201](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3674201).

Foreign interventions in the region were inevitable. According to (Ilustração 1), US troops are on the ground in Niger, Chad, Senegal, Burkina Faso, Ghana and Cameroon. The French are in Mali, Niger, Chad, Mauritania, Senegal, Burkina Faso and Ivory Coast. The German troops are stationed in Mali and Niger while the British are present in Mali along with the Belgians. Many of Al-Qaeda affiliates are behind the attacks on Mali, Niger and Burkina Faso, while Boko Haram is at the origin of the violent incidents around Lake Chad according to the infographic compiled by Africa Center for Strategic Studies (see Ilustração 5 and Ilustração 6).

### 2.3. Horn of Africa (HOA)

The Horn of Africa (HOA) has been suffering from food shortage and hunger caused by the hostile climate for decades now. This is no longer considered as the only threat; political instability and sectorial violence are also a major threat to the whole region. The al-Shabaab Islamist group and its affiliates are now behind the vast majority of the violent attacks. They are actively involved in the indoctrination of thousands of youngsters who were not provided with any other alternative. Till a near past, the main source for funding jihadi activities was piracy. It is not the case any longer for the HOA is under some sort of scramble to secure vital interests mainly that the region is extremely strategic.

The Horn of Africa has always been characterized by being unstable at all levels. The main reason lies within the inclination towards regional politics aiming at compounding internal conflicts and insurgencies. This is also due to the involvement of external powers and international state actors on one hand and the border disputes on the other (Red Lines: Upheavals, 2021: 4). The damaging conflicts caused by regional instability paved the way to regional alignments. If this can be considered positive, it should be noted that it gave power to unrepresentative and/or militarized governments (Red Lines: Upheavals, 2021: 6).

The Horn of Africa is now being the crossroads of the world's most influential powers. In Djibouti, troops from France, USA, China, Germany, Japan and Saudi Arabia are present. The Emiratis are in Eritrea, Somalia and in the *de facto* state of Somaliland. While the Israelis are based in Eritrea, and the Americans and the Turks are active in Somalia (see Ilustração 1). As for the Greater Horn, the Anglo-American presence in Kenya is explained by the spread of the al-Shabaab affiliates there.

## 3. AFRICOM and the Geopolitical Context

Due to the growing strategic importance of Africa, President George W. Bush directed the creation of the United States Africa Command (AFRICOM) on 6 February 2007<sup>15</sup>. AFRICOM is one of eleven DOD combatant commands. It was created on 1 October 2007 (started initial operations) and became operational on 1 October 2008. The task force that is headquartered in Stuttgart, Germany, has a geographic and functional mission which is providing command and control of the troops in peace and war<sup>16</sup>. As part of seven joint service geographic combatant commands, it is in charge of all US military operations and activities to “protect and advance U.S. national interests in Africa.”<sup>17</sup> It is responsible for all DOD's operations, exercises, and security cooperation in Africa<sup>18</sup>.

<sup>15</sup> History of U.S. Africa Command, United States Africa Command. [Online]. Available at: <https://www.africom.mil/about-the-command/history-of-us-africa-command>.

<sup>16</sup> About the Command, United States Africa Command. [Online]. Available at: <https://www.africom.mil/about-the-command>.

<sup>17</sup> General Michael E. Langley Combatant Commander United States Africa Command, United States Department of Defense. [Online]. Available at: <https://www.defense.gov/About/Biographies/Biography/Article/3131109/combatant-commander-United-states-africa-command/>.

<sup>18</sup> About the Command, United States Africa Command. [Online]. Available at: <https://www.africom.mil/about-the-command>.

The command’s overall responsibility area covers fifty-three African countries (11.2 million square miles), over 800 ethnicities, more than a thousand languages, large natural resources, and around 19,000 miles of coastland<sup>19</sup>. “U.S. Africa Command, with partners, counters transnational threats and malign actors, strengthens security forces and responds to crises in order to advance U.S. national interests and promote regional security, stability and prosperity.<sup>20</sup>” reads the mission statement. As for the personnel, the command has around 2,000 between military, federal civilian employees, and contractor employees<sup>21</sup>.

About 1,400 work at the command’s headquarters in Stuttgart, Germany. Others are assigned to U.S. Africa Command units at MacDill Air Force Base, Florida, and RAF Molesworth, U.K. The command’s programs in Africa are coordinated through Offices of Security Cooperation and Defense Attaché Offices in approximately 38 nations. The command also has liaison officers at key African posts, including the African Union, the Economic Community of West African States, and the Kofi Annan International Peacekeeping and Training Centre in Ghana.<sup>22</sup>

**Ilustração 02 – DOD’s Original Conception for Establishing Regional Offices in Africa**



Source: United States, Government Accountability Office. “DOD Needs to Reassess Options for Permanent Location of U.S. Africa Command.” Report to Congressional Committees. [Online]. Available at: <https://www.gao.gov/assets/gao-13-646.pdf>.

Being under the leadership of General Michael E. Langley as the sixth Commander since August 2022, the Command has six main components with different assignments. They are, **1** – U.S. Army Southern European Task Force, Africa (Vicenza, Italy). **2** – U.S. Naval

<sup>19</sup> Ibid.

<sup>20</sup> Ibid.

<sup>21</sup> Ibid.

<sup>22</sup> Ibid.

Forces Africa (Naples, Italy). **3** – U.S. Air Forces Africa (Ramstein Air Base, Germany). **4** – U.S. Marine Corps Forces Africa (Stuttgart, Germany). **5** – Combined Joint Task Force-Horn of Africa (Camp Lemonnier, Djibouti). **6** – U.S. Special Operations Command Africa (Co-located with U.S. Africa Command at Kelley Barracks in Stuttgart)<sup>23</sup>.

**Table 01 – U.S. Africa Command’s Components and Subordinate Units and their Respective Missions and Objectives**

Team	Headquarters	Mission/Objectives
U.S. Army Southern European Task Force, Africa (SETAF-AF)	Vicenza, Italy	Conducts sustained security engagement with African land forces to promote security, stability and peace
U.S. Naval Forces Africa	Naples, Italy	Improves the maritime security capability and capacity of African partners
U.S. Air Forces Africa	Ramstein Air Base, Germany	Conducts sustained security engagement and operations to promote air safety, security, and development in Africa
U.S. Marine Corps Forces Africa	Stuttgart, Germany	Conducts operations, exercises, training, and security cooperation activities throughout Africa
Combined Joint Task Force-Horn of Africa	Camp Lemonnier, Djibouti	Conducts operations in the region to enhance partner nation capacity, promote regional security and stability, dissuade conflict, and protect U.S. and coalition interests
U.S. Special Operations Command Africa	Co-located with U.S. Africa Command at Kelley Barracks in Stuttgart	Aims to build operational capacity, strengthen regional security and capacity initiatives, and eradicate violent extremist organizations

Source: Compiled based on United States Africa Command Official Webpage. [Online]. Available at: <https://www.africom.mil/about-the-command>.

It is worth mentioning that the command which is supposed to be operating on the African soil is headquartered mostly in Europe between Germany and Italy. At this point, two important questions raise. Firstly, why the command’s headquarters are located elsewhere rather than being in Africa? Secondly, is it mainly that most African states refused to host it to avoid its political cost? It was until 27 April 2021 that Nigerian President Muhammadu Buhari asked the United States to move the headquarters to the continent (Felix, Akwagyiram and Heinrich, 2021). In a virtual meeting, Buhari told the US Secretary of State Antony J. Blinken: “Considering the growing security challenges in West and Central Africa, the Gulf of Guinea, Lake Chad region, and the Sahel weighing heavily on Africa underscores the need for the United States to consider relocating AFRICOM headquarters from Stuttgart in Germany to Africa, and near the theater of operations.” (Blinken, 2021).

#### 4. Conduct on the Ground

AFRICOM’s Posture Statements provide details on the approaches to how security/military issues were handled in Africa. It always defines Violent Extremist Organizations (VEOs) as an imminent threat to the US interests in the region. The statements of 2018 through 2022 have always focused on issues related to development. Words and expressions such as: agriculture,

<sup>23</sup> Ibid.

financial services, financial independence, manufacturing, infrastructure, logistics, economic growth, economic and educational opportunities, construction, health care, and assistance have been permanently drafted in all the statements. Did these approaches and strategies which were set by AFRICOM target the continent's development at any time? If so, were they adequate and efficient?

What the 2018 Posture Statement called "Theater Strategy" was based on partnerships with African states to counter the challenges. It is based on the 2017 National Security Strategy (NSS) which says that "the United States seeks to partner with African states that exercise sovereignty over their whole territory, are integrated into the world economy, able to provide for their citizens' needs, and capable of managing threats to peace and security." (US Africa Command, 2019: 6).

The 2018 National Defense Strategy (NDS) was meant to reinforce US AFRICOM approaches to work by, with, and through African partners to "degrade VEOs, interdict transnational extremist and criminal activity, and increase the institutional capacity of partners to do so with limited foreign assistance." (US Africa Command, 2019: 6). The campaign plan was mainly directed to the regions of East Africa, North Africa, Sahel, West Africa, along with the Gulf of Guinea and Central Africa (US Africa Command, 2019).

The 2019 Posture Statement set foundational strategies to implement its campaign plan. It aimed at strengthening partner networks, enhancing partner capability, developing security in Somalia, containing instability in Libya, and supporting partners in the Sahel and the Lake Chad Basin. The strategic approach targeted what the posture called achieving and maintaining influence in several regions to ensure strategic access. The Americans saw China as a "strategic competitor which uses economic and security outreach to foster investment incentives, jobs, and infrastructure growth in return for access to Africa's strategic locations, natural resources, and markets". Therefore, their efforts should be considered through "the lens of competitor influence and coercive activities, which seek to gain advantages over the U.S. by moving faster in economic and security markets where we are constrained by our values and law." (Africom, 2019: 34).

The 2020 Posture Statement came with the opening expression "A secure and stable Africa is an enduring American interest." This year's strategic approach focused on three major issues. First, the conviction that Africa's challenges should never be resolved just by using US military power and that AFRICOM had to "partner for success" with a different network which involves "African nations, strategic allies, US government agencies and departments, and multinational coalitions". The aim was preventing and relieving conflicts in the continent. Second, conducting the security activities to protect and maintain US interests (Africom, 2020: 7). The third issue was to "pressure on the malign networks of global and regional competitors" (Africom, 2020: 8).

The strategic approach of the 2021 Posture Statement was characterized by and revolved around the label "An Ounce of Prevention and Cheap Insurance for America" (Africom, 2021: 7). It focused on the "strategic competition" of the Chinese and the Russians. The Chinese have their diplomatic and economic tools to "increase their global reach and influence", while the Russians have their Private Military Companies (PMCs) which have a "destabilizing influence in Africa" (Africom, 2021: 5). The campaign plan focused on four objectives: 1 - Gain and Maintain Strategic Access and Influence, 2 - Disrupt VEO Threats to U.S. Interests, 3 - Respond to Crises to Protect U.S. Interests, 4 - Coordinate Action with Allies and Partners to Achieve Shared Security Objectives (Africom, 2021: 7). The Posture Statement concluded "a secure and stable Africa is an enduring American interest" (Africom, 2021: 15).

The 2021 Posture Statement included details on the efforts to provide COVID-19 aid in 43 states, including the delivery of around \$500M in medical supplies (Africom, 2021: 2-3). This statement was characterized by the use of the same events and even the same expressions as in the previous years' postures. The following is one example of that: "Russian PMCs almost certainly downed an unarmed, unmanned U.S. aircraft in Libya in November 2019 using a sophisticated Russian air defense system" (Africom, 2021: 5).

The low-cost campaign approach introduced in the 2022 Posture Statement needed resources to "protect previous and future gains" especially as the strategic competitors "increase their investments" (Africom, 2022: 5). Along with the bilateral security cooperation and assistance programs that focus on African partner nations' priorities, the AFRICOM approach targeted four "enduring" objectives:

First, maintain America's strategic access and influence on the continent. Failure to achieve this objective means failure everywhere else. Second, counter threats to U.S. persons, facilities, and interests, whether they be from violent extremists or other malign actors. Third, prevent and respond to crises that can range from disaster relief to threats against our embassies. Finally, we do all this with a lean, purpose-built combatant command and a coordinated, Diplomacy-Defense-Development effort that teams with allies and partners to achieve shared security objectives, and advance shared principles (Africom, 2022: 5).

In its "Frontlines in Flux in Battle against African Militant Islamist Groups", the Africa Center for Strategic Studies (ACSS) provided detailed dataset on the evolution of extremist groups and the attacks they have waged for the period of (2010-2018). What the document called "constantly shifting threats" by the three major terrorist groups (Boko Haram, ISIS and al-Shabaab) was due to the surge of attacks in the Sahel on one hand and the declines in activity on the other. Figures shown in (Ilustração 05) and (Ilustração 06) which are mentioned below show data on Africa's active militant Islamist groups for 2010 and 2018.

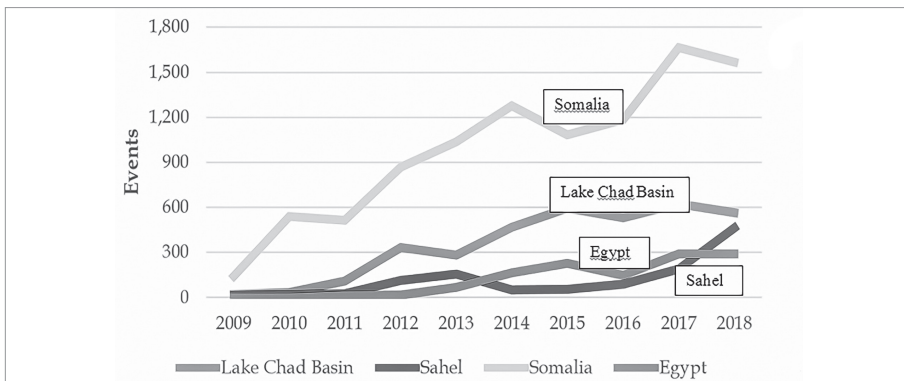
The document when analyzed provides an understanding of the role played by AFRICOM and gives indications on whether it can be assessed positively or not in the light of the widespread of extremism and violence in Africa. It shows that Somalia, Lake Chad Basin, Sahel and Egypt are the four main regions where the militant Islamist groups' activities boomed. As shown in (Ilustração 03), unlike Somalia, the graph for the three other regions shows a considerable increase in the activities since 2011. This can be explained as being among the ramifications of the "Arab Spring" given that the increase took place shortly after its outbreak.

The death toll was heavy, even among civilians. Figure (Ilustração 04) shows that Somalia was the most to suffer from the attacks involving Islamist groups. Unlike the peak of the activities which was in 2017 (see Ilustração 03), the peak of the fatalities was during the year of 2015 owing to the fact that many affiliates were created and started conquering more territories (see Ilustração 04). Although it was hit by less terrorist activities, Egypt suffered the most when we consider the fatalities. This is due to the fact that President Mohamed Morsi who belonged to the Muslim Brotherhood was ousted one year earlier while his supporters were subjected to severe security measures. After the coming of General al-Sissi to power, militant Islamist groups' activities doubled, mainly in Sinai as shown in (Ilustração 03).

The total number of African states suffering from attacks perpetrated by militant Islamist groups jumped from five in 2010 to thirteen in 2018. Likewise, the number of militant Islamist groups jumped from five in 2010 to two dozen in 2018 (ACSS, 2019). The major attacks against civilians were perpetrated by al-Shabaab and Boko Haram. It was until 2015 that the Islamic State (ISIS) as a new actor joined the scene. AQIM and its off-shoots were active during 2012 and shortly after they waged important attacks with an immediate media

impact like the Tiguentourine attacks on the gas facility in In-Amenas, southern Algeria<sup>24</sup>. After that, they lost the field to ISIS and its affiliates. It was until 2017 where their activities increased again due to the crisis in Mali as demonstrated in (Ilustração 03).

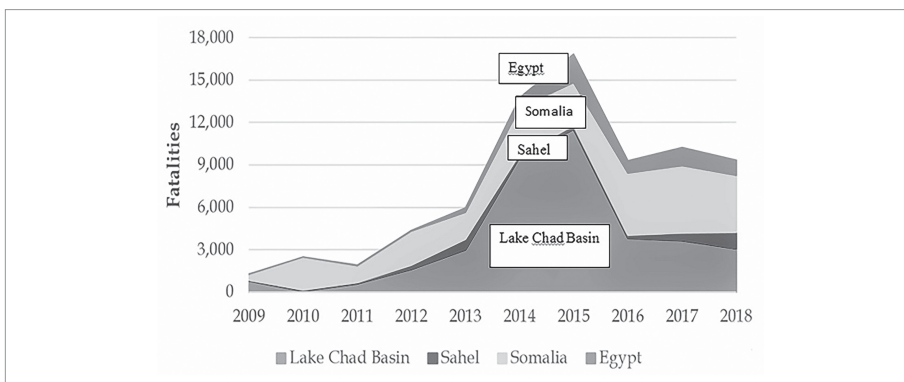
**Ilustração 03 – Trends in Militant Islamist Group Activity in Africa**



Source: ACSS (Armed Conflict Location & Event Data Project).

The review of attacks involving militant Islamist groups shows that violent events went from 2,927 in 2017 to 3,050 in 2018 to plateau the upward trend. The events jumped from 288 in 2009 to reach 3,050 in 2018. Violent attacks waged by the al Qaeda in the Islamic Maghreb (AQIM) affiliates and the Islamic State in the Greater Sahara (ISGS) went from 192 in 2017 to 464 in 2018 (ACSS, 2019). There are four major theaters where extremist activities are taking place, they are Somalia, the Lake Chad Basin, the Sahel (mainly central Mali and bordering regions), and Egypt. During the last decade, al-Shabaab group has been present in almost half of the violent events in the whole continent.

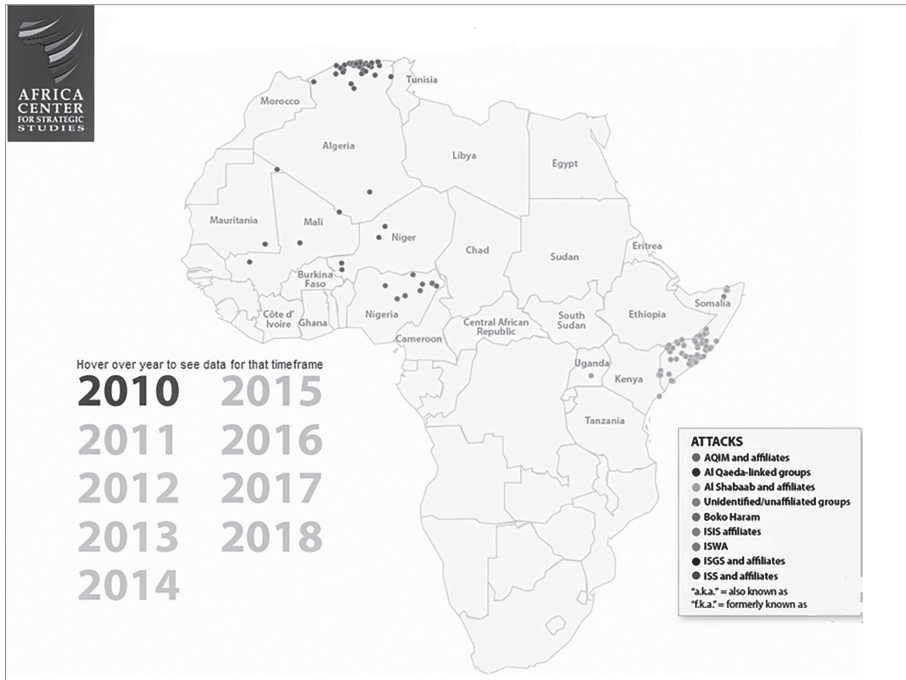
**Ilustração 04 – Trends in Fatalities Linked to Militant Islamist Group Activity in Africa**



Source: ACSS (Armed Conflict Location & Event Data Project).

<sup>24</sup> In January 2013, at least 37 foreign oil contractors were killed after al Qaeda militants attacked the Tiguentourine gas plant and took dozens of workers hostage. [Online]. Available at: <https://www.reuters.com/article/cnews-us-sahara-crisis-idCABRE90F1JJ20130121>.

### Ilustração 05 – Africa's Active Militant Islamist Groups in 2010



Source: ACSS (Armed Conflict Location & Event Data Project (ACLED), Daniel Byman, Thomas Joscelyn, SITE Intelligence Group, The Soufan Group, Startfor, Terrorism Research & Analysis Consortium (TRAC) and Aaron Y. Zelin).

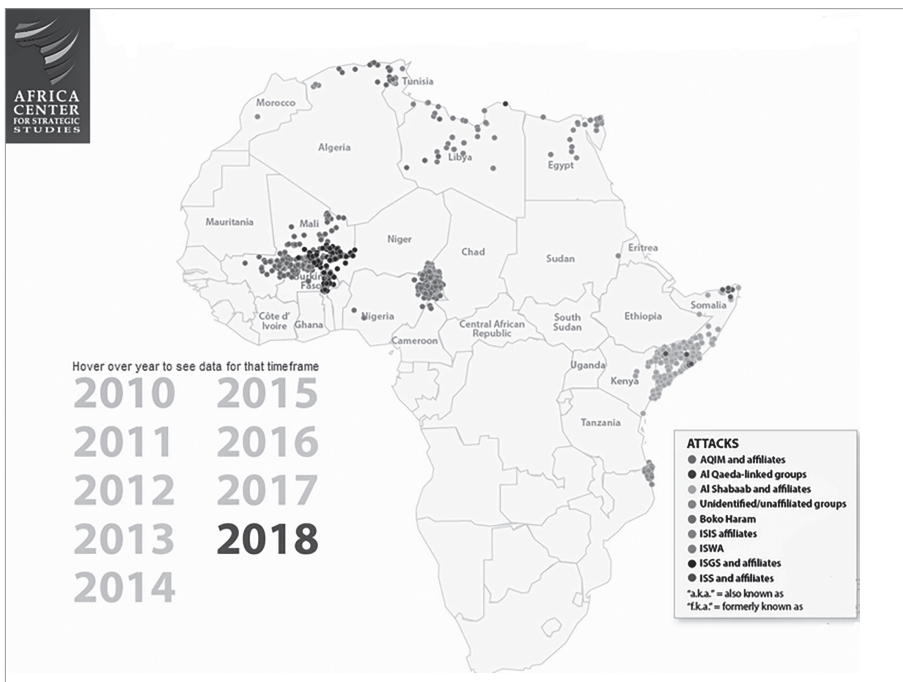
Fatalities related to the attacks dropped from 9,744 in the peak during the year of 2015 to 18,856 in 2018. It is mostly related to the drop of the attacks involving Boko Haram. Nevertheless, fatalities in the Sahel doubled between 2017 and 2018 from 529 to 1,112 respectively. It is the same for the Islamic State of West Africa (ISWA) which is a Boko Haram affiliate. The fatalities went from 520 to 960 during the same period. However, fatalities in the Lake Chad region witnessed a decrease by 15 percent during the year of 2018 (ACSS, 2019).

As for attacks against civilians, they witnessed a considerable growth since 2010. They represented 21 percent of all extremist groups' activities in Africa compared to 17 percent in 2015 and 8 percent in 2010. Boko Haram was responsible for 1,107 attacks which left 11,403 fatalities. For the attacks which targeted civilians in other regions in 2018, it was the Islamic in the Greater Sahara (ISGS) and the Macina Liberation Front (FLM) in the Sahel, Ansarul Islam in Burkina Faso, and Ahlu Sunnah Wa Jamâ (ASWJ) along with al-Shabaab in Mozambique. During the last decade, al-Shabaab was on top of all militant Islamist groups when it comes to attacks against civilians with a total number of 1,233 causing 2,058 fatalities (ACSS, 2019).

The 2021 Global Terrorism Index (GTI)<sup>25</sup> which analyses the impact of terrorism for 163 countries shows that five African nations rank among the top ten. These countries are: Somalia

<sup>25</sup> The Global Terrorism Index (GTI) is a comprehensive study analysing the impact of terrorism for 163 countries covering 99.7 per cent of the world's population.

Ilustração 06 – Africa’s Active Militant Islamist Groups in 2018



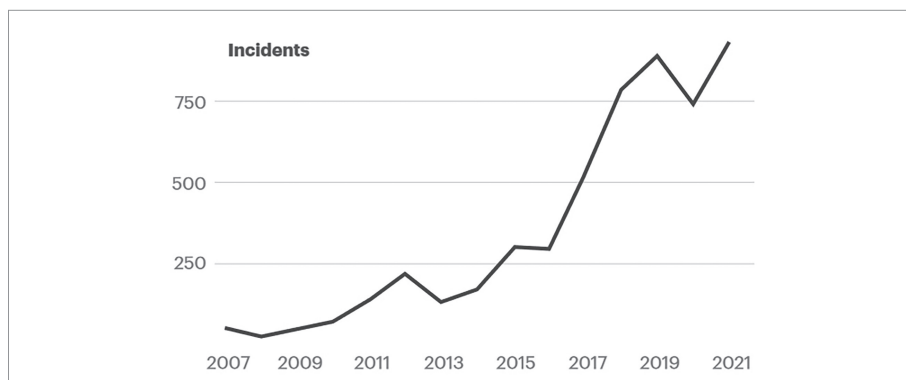
Source: ACSS (Armed Conflict Location & Event Data Project (ACLED), Daniel Byman, Thomas Joscelyn, SITE Intelligence Group, The Soufan Group, Startfor, Terrorism Research & Analysis Consortium (TRAC) and Aaron Y. Zelin).

(8.398), Burkina Faso (8.27), Nigeria (8.233), Mali (8.152), and Niger (7.856). The three major regions which have higher index are those included in this study (North Africa, West Africa and HOA). The index scores on a scale of 10 and comprises four indicators: incidents, fatalities, injuries and property damage. The 2021 GTI covered 49 African states in which 20 had no impact of terrorism. The scores of the other 29 countries varied between 0.29 and 8.398. The whole continent’s average index was 2.61, but if we count only those countries which had incidents it increases to 4.41. The top 17 countries with the highest impact have an average of 6.40. However, the top five average index is 8.19, which is considered as a very high score (IEP, 2021).

Militant Islamist groups who are active in Africa were tackled by the Global Terrorism Index 2022 report. The key findings show that three out of ten states which suffer the most from terrorist activities in 2021 were located in the Sahel. Considerable increase in terrorism fatalities was recorded in Mali (174), Niger (81) and Burkina Faso (74). Jamaat Nusrat al-Islam wal Muslimeen (JNIM) was considered to be the fastest growing terrorist group. It was behind 351 deaths in 2021 which is a 69 per cent rise. For the trends in terrorism, fatalities in the Sahel represented 35 per cent of global terrorism deaths in 2021, while it was around one percent in 2007 (IEP, 2022: 4).

The GTI report is produced by the Institute for Economics & Peace (IEP) using data from Terrorism Tracker and other sources. The GTI produces a composite score so as to provide an ordinal ranking of countries on the impact of terrorism. The GTI scores each country on a scale from 0 to 10; where 0 represents no impact from terrorism and 10 represents the highest measurable impact of terrorism. [Online]. Available at: <https://www.visionofhumanity.org/maps/global-terrorism-index/#/>.

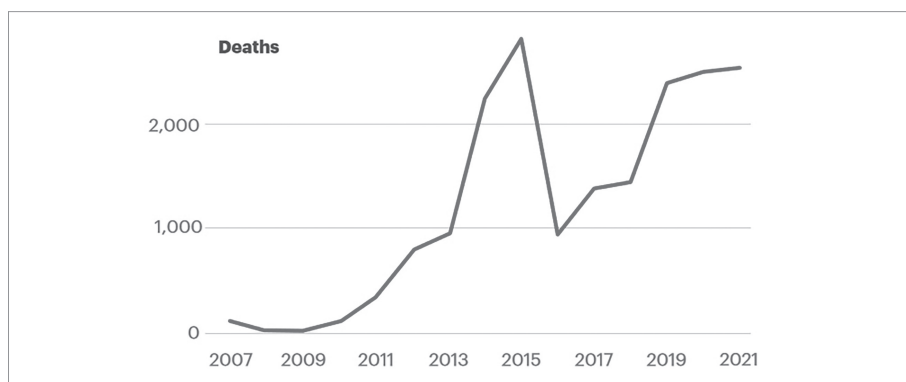
### Ilustração 07 – Incidents from Terrorism in the Sahel (2007-2021)



Source: Global Terrorism Index 2022 (Dragonfly TerrorismTracker, IEP calculations).

During the last fifteen years, violence increased in the Sahel. There was a 1000 per cent rise in fatalities between 2007 and 2021. The main reasons are complex and systemic. They vary between “poor water utilization, lack of food, malnutrition, strong population growth, and weak governments.” Terrorist organizations target police, military and domestic governments in conflict environments. In non-conflict environments however, they target water and food utilities and infrastructures. Islamic State in West Africa (ISWA) is the most lethal organization in the region (average 15.2 people per attack in Niger). Most terrorist activity is focused in border regions given that governments have no full control there (IEP, 2022: 5).

### Ilustração 08 – Deaths from Terrorism in the Sahel (2007-2021)



Source: Global Terrorism Index 2022 (Dragonfly TerrorismTracker, IEP calculations).

The African Centre for the Study and Research on Terrorism (ACSRT) which is a structure of the African Union prepares quarterly, mid-year and yearly bulletins and reports on Africa terrorism trend analysis. The 2022 mid-year terrorism trend analysis shows the devastating atrocities which targeted civilians, security and military establishments, and vital infrastructures. “From the Lake Chad Basin (LCB) to the Sahel region, from the East and Horn of

Africa to the Great Lakes region, and from the North Africa and the Maghreb to the Southern Africa region, terrorist and violent extremist groups escalated the level of the complexity and sophistication of attacks.” the document says (ACSRT, 2022: 40).

## Conclusions

The conduct assessment of the US forces in Africa under AFRICOM since 2008 shows that it is not in accordance with its declared mission. It is rather in compliance with advancing US national interests in the region. US interests prevailed over promoting regional security, stability and prosperity which are at the heart of the UN Sustainable Development Goals and mainly SDG 16. The troops which conduct all types of exercises, programs, and partnerships, did not prevent violence and extremism from increasing to unprecedented levels. The strategic approaches and campaign plans presented in the Posture Statements have witnessed a total failure, albeit some other factors had their impact too. When the Posture Statements are juxtaposed to the dataset provided by the ACSS which is an academic institution within the US Department of Defense established and funded by the US Congress, we notice that Militant Islamist group activity in Africa escalated. This escalation is embedded in the plea issued in SDG 16 and AFRICOM is not making any breakthroughs given that the statistics refute all claims of a positive outcome.

The overall US Africa strategy has several issues related to the fact that there is no long term commitment towards the region and its multiple layers of vulnerability. The presence of the US troops was a destabilizing factor rather than a partner that was supposed to bring peace and stability to the region and help overcome all problems related to sustainable development and the 17 goals set by the United Nations. The troops became a source of attraction for the extremist groups in the continent as they once did with involvement in Mogadishu, Somalia. AFRICOM says that it uses “broad-reaching diplomacy” among other tools. However, it did nothing but taking over the role which was inherently played by the Department of State. It also says that it employs development which is not one of the tasks that are usually assigned to militaries mainly in a region which faces a set of recurrent crises and economic challenges. The presence of the US Africa Command in the continent proves that providing militarized solutions to issues which are exclusively about development would not be efficient. AFRICOM’s components and subordinate units have implemented defense approaches within communities which have always been at bottom of the United Nation’s Human Development Index (HDI). Such kind of issues should have been addressed within a framework that considers the continent’s social and economic fragility and aims at allowing for greater opportunities. They should have also been dealt with taking into consideration the UN efforts and the SDGs set in Agenda 2030 as the overall framework.

## Bibliographic references

- ACLED (2021), “Red Lines: Upheaval and Containment in the Horn of Africa.” *Armed Conflict Location & Event Data Project ACLED*. [Online]. [Consult. 30.Sept.2022]. Available at: [https://acleddata.com/acleddatanew/wp-content/uploads/2021/01/ACLED\\_Red-Lines\\_-Upheaval-and-Containment-in-the-Horn-of-Africa\\_Web.pdf](https://acleddata.com/acleddatanew/wp-content/uploads/2021/01/ACLED_Red-Lines_-Upheaval-and-Containment-in-the-Horn-of-Africa_Web.pdf).
- ACSRT (2022), “Mid-Year Africa Terrorism Trend Analysis.” *African Centre for the Study and Research on Terrorism*. January-June 2022. [Online]. [Consult. 27.Sept.2022]. Available at: <https://caert.org.dz/Medi-review/Terrorism-bulletin/Mid-Year%20Africa%20Terrorism%20Trend%20Analysis-%202022.pdf>.

- ACSS (2019), "Frontlines in Flux in Battle against African Militant Islamist Groups." *Africa Center for Strategic Studies*. 9 July 2019. [Online]. [Consult. 19.July.2022]. Available at: <https://africacenter.org/spotlight/fronts-fluctuate-in-battle-against-african-militant-islamist-groups/>.
- Adamo, Antonino (2020), "The terrorist and the mercenary: Private warriors against Nigeria's Boko Haram." *African Studies*. 79(3), pp. 339-359. [Online]. [Consult. 20.July.2022]. Available at: [doi.org/10.1080/00020184.2020.1788920](https://doi.org/10.1080/00020184.2020.1788920).
- Africom (2022), "Statement of General Stephen J. Townsend, United States Army Commander United States Africa Command before the Senate Armed Services Committee." *United States Africa Command*, 15 Mar. 2022. [Online]. [Consult. 26.Sept.2022]. Available at: <https://www.armed-services.senate.gov/imo/media/doc/AFRICOM%20FY23%20Posture%20Statement%20%20ISO%20SASC%2015%20MAR%20Cleared.pdf>.
- (2022), "United States Africa Command." *United States Africa Command*. [Online]. [Consult. 23.July.2022]. Available at: <https://www.africom.mil/>.
- (2021), "Statement of General Stephen J. Townsend, United States Army Commander United States Africa Command before the United States House of Representatives Committee on Armed Services." *United States Africa Command*. 20 Apr. 2021. [Online]. [Consult. 4.Sept.2022]. Available at: <https://www.africom.mil/document/33691/usafricom-statement-for-record-hasc-20-apr-2021-gen-townsendpdf>.
- (2020), "Statement of General Stephen J. Townsend, United States Army Commander United States Africa Command before the Senate Armed Services Committee." *United States Africa Command*. 30 Jan. 2020. [Online]. [Consult. 8.sept.2022]. Available at: <https://www.africom.mil/document/32925/2020-posture-statement-to-congress>.
- (2019), "Statement of General Thomas d. Waldhauser, United States Marine Corps Commander United States Africa Command before the Senate Committee on Armed Services." *United States Africa Command*. 7 Feb. 2019. [Online]. [Consult. 21.Sept.2022]. Available at: <https://www.africom.mil/document/31480/u-s-africa-command-2019-posture-statement>.
- Atta-Asamoah, Andrews (2019), "Proceed with caution: Africa's growing foreign military presence." *Institute for Security Studies*. 27 Aug. 2019. [Online]. [Consult. 13.Aug.2022]. Available at: <https://issafrica.org/iss-today/proceed-with-caution-africas-growing-foreign-military-presence>.
- Aty, Mourad & Elaggoune, Abdelhak (2019), "Private military contractors in Africa: The case of Erik Princ." *Africana Studia*. Issue 31(1), pp. 169-179. [Online]. Available at: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/AfricanaStudia/article/view/7021/6451>.
- Biankola, Marceleanu & Nzaou-Kongo, Aubin (2020), "International Law and Monetary Sovereignty: The Current Problems of the International Trusteeship of the CFA Franc and the Crisis of Sovereign Equality." *African Review of Law and Critical Thinking*. 1 (1), pp. 2020-2021. [Online]. [Consult. 8.Aug.2022]. Available at: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=3674201](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3674201).
- Blinken, Antony J. (2021), "Secretary Antony J. Blinken Before Virtual Meeting with Nigerian President Muhammadu Buhari and Foreign Minister Geoffrey Onyeama." *US Department of State*. 27 Apr. 2021. [Online]. [Consult. 12.Sept.2022]. Available at: <https://www.state.gov/secretary-antony-j-blinken-before-virtual-meeting-with-nigerian-president-muhammadu-buhari-and-foreign-minister-geoffrey-onyeama/>.
- Bovcon, Maja (2011), "Françafrique and regime theory." *European Journal of International Relations*. 19 (1), pp. 5-26. [Online]. [Consult. 19.July.2022]. Available at: [doi:10.1177/1354066111413309](https://doi.org/10.1177/1354066111413309).
- Buzan, Barry (1991), *People, States & Fear: An agenda for international security studies in the Post-Cold War era*. London: Harvester Wheatsheaf.
- Buzan, Barry & Waeber, Ole (2003), *Regions and Powers: The Structure of International Security*. Cambridge University Press.
- Buzan, Barry, Waver, Ole & De Wilde, Jaap (1997), *Security: A new framework for analysis*. Lynne Rienner Publishers.
- Browning, Christopher S. & McDonald, Matt (2011), "The future of critical security studies: Ethics and the politics of security." *European Journal of International Relations*. 19(2), pp. 235-255. [Online]. [Consult. 18.July.2022]. Available at: [doi: 10.1177/1354066111419538](https://doi.org/10.1177/1354066111419538).

- Chikhi, Lamine (2013), “Algeria vows to fight Qaeda after 38 workers killed.” *Reuters*. 21 Jan. 2013. [Online]. [Consult. 20.Aug.2022]. Available at: <https://www.reuters.com/article/cnews-us-sahara-crisis-idCABRE90F1JJ20130121>.
- Floyd, Rita (2007), “Towards a Consequentialist Evaluation of Security: Bringing together the Copenhagen and the Welsh Schools of Security Studies.” *Review of International Studies*. 33, pp. 327-350. [Online]. [Consult. 28.Sept.2022]. Available at: doi:10.1017/S026021050700753X.
- GAO (2013), United States, Government Accountability Office. “DOD Needs to Reassess Options for Permanent Location of U.S. Africa Command.” Report to Congressional Committees. Sept. 2013, [Online]. [Consult. 20.July.2022]. Available at: <https://www.gao.gov/assets/gao-13-646.pdf>.
- GTI – Global Terrorism Index (2022), *Vision of Humanity*. [Online]. [Consult. 17.Sept.2022]. Available at: <https://www.visionofhumanity.org/maps/global-terrorism-index/#/>.
- Hughes, Dana & Hunter, Molly (2013), “President Morsi Ousted: First Democratically Elected Leader Under House Arrest.” *ABC News*. 3 July 2013. [Online]. [Consult. 12.July.2022]. Available at: <https://abcnews.go.com/International/president-morsi-ousted-democratically-elected-leader-house-arrest/story?id=19568447>.
- IEP – Institute for Economics & Peace (2022), “Global Terrorism Index 2022.” *Institute for Economics & Peace*. [Online]. [Consult. 30.Sept.2022]. Available at: <https://www.visionofhumanity.org/wp-content/uploads/2022/03/GTI-2022-web-04112022.pdf>.
- Onuah, Felix, Akwagyiram, Alexis and Heinrich, Mark (2021), “Nigeria Urges U.S. to Move Africa Command Headquarters to Continent.” *Reuters*. 27 April 2021. [Online]. [Consult. 17.Sept.2022]. Available at: <https://www.reuters.com/world/africa/nigeria-urges-us-move-africa-command-headquarters-continent-2021-04-27/>.
- Peoples, Columba & Vaughan-Williams, Nick (2020), *Critical Security Studies: An Introduction*. Routledge.
- Siegle, Joseph (2017), “ISIS in Africa: Implications from Syria and Iraq.” *Africa Center for Strategic Studies*. 17 Mar. 2017. [Online]. [Consult. 8.Sept.2022]. Available at: <https://africacenter.org/wp-content/uploads/2017/03/ISIS-in-Africa-Implications-from-Syria-and-Iraq-Joseph-Siegle.pdf>.
- Smith, David (2011), Has Gaddafi unleashed a mercenary force on Libya? *The Guardian*. 22 Feb. 2011. [Online]. [Consult. 8.Sept.2022]. <https://www.theguardian.com/world/2011/feb/22/gaddafi-mercenary-force-libya>.
- USAC (2022), “General Michael E. Langley Combatant Commander, United States Africa Command.” *U.S. Department of Defense*. [Online]. [Consult. 17.Sept.2022]. Available at: <https://www.defense.gov/About/Biographies/Biography/Article/3131109/combattant-commander-united-states-africa-command/>.
- (2021), “History of U.S. Africa Command.” *United States Africa Command*. [Online]. [Consult. 28.July.2022]. Available at: <https://www.africom.mil/about-the-command/history-of-us-africa-command>.
- US Africa Command (2019), “2018 Posture Statement.” *United States Africa Command*. [Online]. [Consult. 5.Sept.2022]. Available at: <https://www.africom.mil/document/30467/u-s-africa-command-2018-posture-statement>.
- Walsh, Declan (2022), “Putin’s Shadow Soldiers: How the Wagner Group Is Expanding in Africa.” *The New York Times*. 31 May 2022. [Online]. [Consult. 11.July.2022]. Available at: <https://www.nytimes.com/2022/05/31/world/africa/wagner-group-africa.html>.



An aerial, black and white photograph of a crowded beach. The beach is filled with people, some walking, some sitting, and some playing. A prominent stone breakwater runs along the shoreline, separating the beach from the ocean. The water is calm with gentle ripples. In the background, some buildings and a pier are visible on the left side. A black horizontal bar is overlaid on the right side of the image, containing the text.

*Desenvolvimento  
– sociedade e opinião*



# Traços da política de emigração da África Subsariana. Fluxo ou refluxo da Agenda 2030?

Issau Agostinho\*

pp. 89-99


## Nota introdutória

O continente africano tem sido uma das zonas do mundo de onde partem ou por onde passam consideráveis fluxos migratórios oriundos daí ou de outras paragens geográficas, mormente o Médio-Oriente e o Sul Asiático, que configuram, no complexo, as regiões de maior conflitualidade, risco e insegurança, aliados aos mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano, mas também de elevada massa populacional jovem e de sub-desenvolvimento económico. Esses factores representam, de forma singular ou conjugada, motivos de migração em massa em direcção à Europa, passando por países da sub-região do Sahel, cuja instabilidade política e descontrolo das fronteiras facilitam a sua passagem até às costas líbias e de outros países mediterrânicos africanos, embora em menor escala.

O 10.º dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, a materializar até ao ano de 2030, recomenda a redução das desigualdades quer no interior dos países, quer entre países, e daqui deriva a noção de que fluxos migratórios tais, constituídos por migrantes económicos, podem contribuir – sempre que ordenados e seguros – para o alcance parcial daquele enunciado da Agenda 2030. De facto, a protecção reservada aos migrantes económicos é anterior à aprovação desta agenda em 2015, na medida em que pode ser encontrada quer no Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais, de 1966, quer na Convenção Internacional sobre a Protecção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos seus Familiares. Ao abrigo do artigo 2.º, n.º 2 do Pacto, “Os Estados Partes do presente Pacto comprometem-se a garantir que os direitos nele enunciados serão exercidos sem discriminação alguma baseada em motivos de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou qualquer outra opinião, origem nacional ou social, fortuna, nascimento, ou qualquer outra situação” (UNFPA, 2021).

Todavia, para que tais fluxos ocorram de forma segura e ordenada, o sub-objectivo 10.7 recomenda precisamente isto, que os Estados-membros e demais intervenientes afins adotem medidas concretas com vista a garantir uma migração e mobilidade cada vez mais ordenadas e seguras aos potenciais refugiados, que de acordo com o artigo 1.º, n.º 2 da Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados, é definido como a pessoa que

*temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou,*

 <https://doi.org/10.21747/0874-2375/afr38a6>

\* Centro de Estudos Africanos da U. Porto e Centro de Estudos Africanos do Instituto de Ciências Sociais e Relações Internacionais (CIS), Luanda.

*em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele (Cf. ACNUR, 2021).*

Por conseguinte, com o presente artigo trago a confronto a materialização do artigo 10º dos ODS, com particular enfoque no 10.7, que recomenda a facilitação da migração ordenada, segura e regular de sujeitos humanos, com a política pública de imigração da África Subsaariana e dessumir daí de que modo esta contribui para o fluxo ou refluxo na materialização da Agenda 2030. Esta análise é baseada em relatórios de organismos internacionais que lidam com a migração a nível internacional, na política pública díspar que caracteriza a África Subsaariana nesta matéria, e nas recomendações da própria UA aos Estados-membros enquanto órgão sem legitimidade institucional para agir em nome daqueles.

## **Mediterrâneo, a ponte milenária entre povos e culturas de África e Europa**

O Mediterrâneo encerra uma grande relevância para a comunicação, comércio, relações políticas, militares e humanas entre os povos africanos, europeus e asiáticos desde há milénios. A propósito, foi através dele que Júlio César chegou ao Egipto antigo, durante o domínio helénico dos Tolomeu (318-31 a.C.), em perseguição do seu rival romano, Pompeu, no âmbito da guerra civil romana de 49-44 a.C.

Narra a história que Pompeu (ex-aliado de Júlio César e Crasso, constituintes do chamado «Triunvirato» formado em 60 a.C., para sanar as divergências de ambição política pessoal sobre Roma), temendo a ascensão poderosa de Júlio César após a conquista da Gália entre 58 e 50 a.C., terá convencido o Senado Romano a destituí-lo das funções de Cônsul e fazê-lo regressar a Roma sem o seu exército. Júlio César, refutando o *ultimatum* a si imposto, no dia “17 de Dezembro de 50 a.C., chefiando o mesmo exército, atravessou o Rubicão, um pequeno rio que demarcava, a Norte, a fronteira do território romano (...), marcando assim o início da guerra civil”<sup>1</sup> (Bettazzi, 2017: 47).

Pompeu – que no jargão jurídico internacional estabelecido em 1948 seria considerado hoje como migrante político<sup>2</sup>–, derrotado em todas as frentes, refugiou-se no Egipto. Esse refúgio na outra parte do Mediterrâneo, junto de um Estado que não estava sob domínio romano, não desencorajou a perseguição de Júlio César. Pelo contrário, como narra Bettazzi, “durante cinco anos César perseguiu os seus inimigos em vários países do Mediterrâneo, onde esses se refugiavam” (Bettazzi, *ibid.*), marcando, de forma paradoxal, o início do fim do domínio helénico e o começo do domínio romano sobre o Egipto antigo (30 a.C.-395 d.C.).

Foi igualmente através do Mediterrâneo que os gregos e os egípcios antigos estabeleceram relações de aprendizagem filosófica, matemática, astronómica, de medicina, dentre outras disciplinas que os egípcios já dominavam na época, e que contribuíram para o nascimento e afirmação do *helenismo* enquanto civilização grega, pois “em cada país era possível aprender conhecimentos e ideias que provinham de zonas longínquas e fundi-los com as tradições culturais locais da própria região. Deste modo, foi elaborada uma cultura nova e original, chamada «helenismo»” (Bettazzi, *ivi*, p. 43). O contributo do Egipto antigo para o helenismo ocorreu como consequência da sua conquista pelo macedónio Alexandre Magno durante os últimos anos da Época tardia egípcia (1085-332 a.C.), cujas incursões teriam começado em

<sup>1</sup> [Traduzido pelo autor].

<sup>2</sup> Uma das mais amplas regulamentações de migrantes políticos vem estabelecida pelo artigo 14 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que afirma que “Todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.” Cf. UNICEF, 2021. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. [Em linha]. [Consult. 3.set.2021]. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>.

334 a.C. com a conquista da Pérsia, e seguindo em direcção ao noroeste, “se apossou das cidades gregas da Ásia menor, conquistou o Egipto, onde fundou Alexandria” (Bettazzi, *ivi*, p. 42) por volta do ano 331 a.C.

A sucessão entre esse período (1085-332 a.C.) e o do domínio dos Tolomeu (318-31 a.C.) teria acontecido considerando o facto que, após a morte de Alexandre Magno em 323 a.C., Tolomeu, um dos generais deste último, tornou-se o soberano do Egipto, cuja dinastia durou três séculos, derrotada, pois, pelo advento do “domínio romano (30 a.C.-395 d.C.) e este pelo domínio Bizâncio (395-642 d.C.), seguido pelo domínio árabe-islâmico (642-1171)” (Bettazzi, *ivi*, p. 14), caído sucessivamente no domínio otomano até à segunda metade do século XIX, e daí para o domínio britânico até à proclamação da independência em 1922.

Essa perspectiva da incorporação de saberes de outros povos na formação do helenismo é, igualmente, defendida pelo antropólogo Ivan San Sertima. Para ele,

*O que mais nos deve preocupar é a contribuição dos negros africanos para o nascimento da civilização egípcia, a sua participação no crescimento e desenvolvimento dessa civilização, e a eventual emergência para as dinastias próximas de uma potência negra – os núbios – a partir de uma terra a sul do mundo negróide e mulato egípcio durante o significativo período 800-700 a.C. de contacto entre Novo Mundo e Mundo Antigo<sup>3</sup> (Sertima, 1989: 114).*

## Acordos preliminares de contenção dos fluxos migratórios

Relativamente a casos recentes de emigração de africanos ou de fluxos migratórios que, não sendo de africanos, transitam através do corredor do Sahel, os governos italiano e líbio rubricaram em 2008 um acordo de contenção dos fluxos migratórios ilegais. Segundo Natalino Ronzitti (2009), do *Istituto di Affari Internazionali*, num artigo escrito para o Dossier n.º 108 dos serviços de Assuntos Internacionais do Senado Italiano,

*A disposição de interesse mais imediato é a que diz respeito à luta contra a imigração ilegal. A recente controvérsia sobre o fracasso da Líbia em pôr fim ao tráfico de migrantes para Itália é bem conhecida; esta controvérsia visa em parte acelerar a ratificação do tratado, que já teve lugar do lado líbio. É um facto que as ondas migratórias da Líbia são maciças. Claro que estes não são cidadãos líbios, mas pessoas de países a sul das fronteiras terrestres nas mãos de traficantes, que depois os embarcam nas costas de Sirte<sup>4</sup> (Ronzitti, 2009).*

Esse acordo veio para dar corpo a dois protocolos “de 29 de Setembro de 2007, que previam um patrulhamento conjunto, com cedência de barcos de patrulha” (Ronzitti, *ibid.*), que à data da redacção do seu artigo, “continuavam ainda por concretizar” (Ronzitti, *ibid.*).

O Tratado de Amizade, Parceria e Cooperação Itália-Líbia, assinado em Benghazi a 30 de Agosto de 2008, pode ser considerado como sendo o primeiro de um Estado-membro da União Europeia (UE) com o governo líbio, ainda sob sanções internacionais, e que procurava re-estabelecer relações político-diplomáticas com relevantes países europeus e os EUA. Porém, isto não era um caso isolado, na medida em que no âmbito do *rapprochement* iniciado pela Líbia a partir da década 2000, o Parlamento Europeu aprovou, a 20 de Janeiro de 2011, uma recomendação dirigida ao Conselho relativamente às negociações UE-Líbia iniciadas em Julho de 2007, fazendo, também, referência ao tratado de amizade entre aqueles dois países. Uma das premissas da recomendação dizia,

<sup>3</sup> [Traduzido pelo autor].

<sup>4</sup> [Traduzido pelo autor].

*A. Considerando que, apesar da persistência de um regime autoritário e da violação sistemática das convenções internacionais sobre direitos e liberdades fundamentais, a Líbia tem vindo a expandir relações comerciais e políticas com os Estados-membros da UE e desempenha um papel de parceiro da UE na região mediterrânica e em África, numa vasta gama de questões com impacto na segurança e estabilidade, nomeadamente migração, saúde pública, desenvolvimento, comércio e relações económicas, alterações climáticas, energia e património cultural<sup>5</sup> (Parlamento Europeu, 2021).*

para enfatizar, no ponto 1, alínea b) que o Parlamento Europeu “se congratula com a abertura de negociações entre a UE e a Líbia, como um passo para desenvolver uma nova relação para a UE na região mediterrânica e em África; considera a cooperação com a Líbia útil na abordagem de questões como segurança e estabilidade, migração, saúde pública, desenvolvimento, comércio, alterações climáticas, energia e cultura” (Parlamento Europeu, 2011, *ibid.*).

Em ambos os casos, destaca-se o acento posto na contenção dos fluxos migratórios de africanos ou idos de África, mas não necessariamente africanos, e a centralidade do papel a desempenhar pela Líbia enquanto país de chegada e de partida desses fluxos para a Itália, através do Mediterrâneo. Este quadro de cooperação quer com a Itália, quer com a UE, teve de se adaptar à nova realidade decorrente do fim do regime líbio em 2011, cuja instabilidade política que se lhe seguiu abriu portas a fluxos migratórios ainda maiores que os verificados no período anterior ao acordo.

### **Alguns números dos fluxos migratórios através do Mediterrâneo**

De um mínimo de 4.500 registados em 2010, passou-se ao pico de 181 436 registados em 2016, para um aumento de mais de 4.031,9 % se comparado com os dados de 2010, para um total de 851 708 imigrantes de várias nacionalidades que chegaram à costa italiana entre 2011 e 2021 (Openpolis, 2021; Ministério do Interior da Itália, 2021; Fondazione Leone Moressa, 2014). Este aumento é consistente com a instabilidade política e a ingovernabilidade das fronteiras líbias, fundamentalmente, quer com o Tchade e Níger a Sul, quer com o Sudão a Sudoeste.

De 2012 a 2014, os cidadãos oriundos da África ao Sul do Saara representaram um peso significativo nos fluxos migratórios para a costa italiana, sendo mais de 2/3 em 2012, 2/4 em 2013 e mais da metade até ao primeiro trimestre de 2014, para um total de 30 490 indivíduos, encabeçados pelos eritreus (41,6 %), seguidos pelos somalis (20,4 %), gambianos (13,7 %), nigerianos (11,5 %), senegaleses (6,8 %) e pelos malianos (5,7 %). No geral, trata-se de um período de relativa baixa em termos de fluxos imigratórios vindos daquela região africana, desencorajados pela incerteza e instabilidade militar que pairavam sobre a Líbia pós-Kadhafi.

Assim, do pico de 2016 estimado em 181 436 imigrantes registados, mais de 138 881 era constituído por cidadãos de países africanos ao Sul do Saara, com a Nigéria a encabeçar a lista com 37 551 imigrantes, seguida pela Eritreia (20 718) e Côte d'Ivoire (12 396). Este pico baixou para 63 583 africanos subsarianos em 2017, representando apenas 2/4 do universo de imigrantes registados ao desembarque junto da costa italiana, para chegar aos mínimos de 8.939 em 2018 (39 % do universo); 2.185 em 2019 (19 % do universo) e 3.075 em 2020 (19 % do universo). Essa redução é devida, em parte, à política restritiva adotada pelo governo italiano entre 2018 e 2019. Assim, no geral, entre o início de 2021 e Agosto do mesmo ano chegou à costa italiana um total estimado de 252 893 africanos, maioritariamente de países como Eritreia, Nigéria, Gâmbia, Somália, Sudão, Mali, Côte d'Ivoire, Guiné, Senegal,

<sup>5</sup> [Traduzido pelo autor].

correspondendo a mais de ¼ de todos os imigrantes socorridos e registados pelas autoridades daquele país europeu.

Todavia, os dados acima mencionados não incluem as estimativas das vítimas mortais e os desaparecidos nos naufrágios, que só para o ano de 2011 foram calculados em 1.600 vítimas mortais (RAI, 2011). Aliás, a redução gradual dos picos registados entre 2014 e 2017 não revela só uma redução na partida desses fluxos migratórios para a Itália, mas também o aumento proporcional do número de embarcações que não chegaram, efetivamente, ao destino por motivo de naufrágios, mortes ou desaparecimentos dos embarcados. Isto é, se olharmos para Outubro de 2013, ano de relativa baixa no número de imigrantes desembarcados na Itália, registou-se naquele mesmo ano o mais letal naufrágio no mar italiano desde 1996, vitimando mortalmente 386 pessoas, maioritariamente eritreus, somalis e outros africanos subsarianos, tornando-se no símbolo de tragédia a que se submetem os transeuntes entre o Mediterrâneo e a Europa.

Sublinha ainda a Organização Internacional para as Migrações (OIM) que, “enquanto o número de migrantes que morreram no mar tentando chegar à Europa diminuiu em 2018 devido a menos travessias globais, a taxa de mortalidade ao longo da rota do Mediterrâneo Central aumentou de 2,6 % em 2017 para 3,5 % em 2018 e em Abril de 2019 tinha atingido 10 %”<sup>6</sup> (Relatório de 2020, OIM).

Contudo, a tragédia de Lampedusa não foi nem a primeira nem a última, porquanto são comuns e frequentes naufrágios de migrantes africanos durante a tentativa de travessia para o continente europeu, com destinos que variam entre a Grécia, Itália, Espanha e Malta, para não descurar as vítimas por terra ou danos colaterais do conflito armado pelo poder na Líbia entre o campo de Haftar e o de Al Serraj, como é o caso de um bombardeamento que atingiu o Centro de Detenção de Tajoura, em Tripoli em 2019, tirando a vida a cerca de 50 emigrantes. O Relatório da OIM de 2020 (que começou a recolha de dados de pessoas mortas ou desaparecidas a partir de 2014, justamente em virtude do naufrágio de Lampedusa de 2013, através do MMP-Projecto sobre migrantes desaparecidos) estima que

*Nos cinco anos (2014-2018) de registo sistemático das mortes durante a migração, o MMP documentou mais de 30.900 mulheres, homens e crianças que perderam as suas vidas enquanto tentavam alcançar outros países. Durante esse tempo, o Mar Mediterrâneo registou o maior número de mortes, privando a vida de pelo menos 17.919 pessoas, 64 por cento das quais não foram recuperadas do mar*<sup>7</sup> (OIM, Relatório de 2020, p. 32).

Este número, embora não distribuído por origem das vítimas mortais ou desaparecidas, inclui uma grande porção de cidadãos africanos de países ao Sul do Saara, quer pela proporção que representaram do total global de mais de ¼ no período em análise, quer pelo *trend* migratório derivado da proximidade à Líbia dentro do continente, ou ainda pelo facto de, tendencialmente, serem os africanos quem usa o Mediterrâneo, enquanto os Asiáticos e os Médio-orientais seguem a rota balcânica que, aliás, é bloqueada a fluxos irregulares desde 2016, graças ao acordo bilionário assinado entre a UE e a Turquia. Enfim, como diz o mesmo relatório, “migrantes de países da África Subsariana, por exemplo, embarcam frequentemente em viagens altamente perigosas para o Norte de África, incluindo através do Deserto do Sahara” (OIM, *op.cit.*, p. 68), com destino à Líbia ou Marrocos, para depois seguirem através da rota mediterrânica para Itália ou Espanha.

<sup>6</sup> [Traduzido pelo autor].

<sup>7</sup> [Traduzido pelo autor].

## Traços da política migratória africana no âmbito da Agenda 2030

A Assembleia de Chefes de Estado e Governo da Organização de Unidade Africana (OUA) aprovou a Convenção da OUA sobre a Gestão dos Aspectos Específicos dos Problemas dos Refugiados em África, a 10 de Setembro de 1969, a qual entrou em vigor a 20 de Junho de 1974, em decorrência e observância do Estatuto dos Refugiados das Nações Unidas, aprovado em 1951. Não se trata de acordo paralelo a este, nem ao seu Protocolo de 1967, mas antes de um compromisso africano para com a salvaguarda dos direitos e princípios já aí convencionados, tendo em conta que África era, também, destino de fluxos migratórios quer internos, quer externos comuns nesse período pós-1945, como, aliás, se pode ler no primeiro parágrafo do preâmbulo da referida convenção: “[...] Notando com preocupação o *constante aumento do número de refugiados em África* e desejosos de encontrar formas e meios de aliviar a sua miséria e sofrimento, bem como de lhes proporcionar uma vida e um futuro melhores”<sup>8</sup> (UA, 2020).

Não obstante, essa convenção não era – não é – especificamente dirigida aos africanos, mas a quaisquer refugiados em países membros da OUA/UA, independentemente da sua nacionalidade. Com base no seu artigo III, “Os Estados-membros da OUA envidarão os seus melhores esforços de acordo com as suas respectivas legislações para acolher refugiados e para assegurar a instalação de refugiados que, por razões bem fundamentadas, não podem ou não querem regressar ao seu país de origem ou nacionalidade” (UA, 2020). Este postulado vem em observância do artigo 3.º do Estatuto de 1951, que estabelece que “Os Estados Contratantes aplicarão as disposições desta Convenção aos refugiados sem discriminação quanto à raça, à religião ou ao país de origem” (ACNUR, *ibid.*). Assim, aquela convenção, sem desprimor do direito internacional humanitário, não era uma verdadeira política migratória comum entre Estados-membros da UA *vis-à-vis* os fluxos migratórios do interno para o externo do continente dos seus cidadãos.

No entanto, uma primeira tentativa de adopção da política africana sobre a emigração começou a desenhar-se a partir dos anos 90, com a aprovação do Tratado de Abuja de 1991 sobre a constituição da Comunidade Económica Africana, no âmbito da qual era prevista a liberdade de movimento de pessoas. A etapa seguinte, uma política migratória africana enquanto tal (ou algo semelhante), só acontecerá em 2006. Trata-se da Política-Quadro da UA para Migração, resultante da “74.ª Sessão Ordinária em Julho de 2001” (UA, 2018), em que o “Conselho de Ministros da Organização de Unidade Africana apelou para o desenvolvimento de uma política de migração-quadro à luz do desenvolvimento potencial e desafios colocados pela migração”<sup>9</sup> (UA, 2018).

Acto contínuo, com aprovação da Agenda 2030 pelas Nações Unidas em Setembro de 2015, em particular do artigo 10.º e sub-objetivo 10.7, a UA aprovou, igualmente, a sua política-quadro de migração em 2018, denominada Política-Quadro da UA para Migração e Plano de Acção para o período entre 2018 e 2030 (cujas sigla em inglês é MPFA, *Migration Policy Framework for Africa and Plan of Action 2018-2030*), como parte integrante da sua Agenda 2063. Como esta última data coincidirá com o centenário da criação da organização continental, o desfecho desta política-quadro em 2030 visa respeitar o prazo para a materialização de todos os 17 ODS.

A referida política-quadro 2018-2030 compreende oito eixos, nomeadamente, e em ordem aleatória, a *migração económica*, o *engajamento com a diáspora*, o *controlo das fronteiras*, a *migração irregular*, o *deslocamento forçado* e *migração interna*, a *gestão de migração* e a *migração e comércio*. Porém, apesar de se tratar de uma política a desenvolver pela UA, os

<sup>8</sup> [Traduzido pelo autor].

<sup>9</sup> [Traduzido pelo autor].

dois últimos eixos, por estarem em harmonia com o 10.º e 10.7 do ODS, se confrontados com acções concretas das autoridades africanas relativamente aos fluxos emigratórios de 2018 – já que o citado plano começa a partir de 2018 – de cidadãos africanos, mormente os oriundos do Sul do Saara, configuram um quadro que não pressagia a materialização dos desideratos da Agenda 2030 no *timing* previsto.

Dito de outro modo, a UA, por não ter mandato institucional para gerir todos os fluxos migratórios dos Estados-membros, em relação a mercados laborais internos, limita-se a apelar à observação e aplicação de normas que sejam capazes de “promover a aplicação das normas laborais, e reduzir o recurso à *migração irregular*”<sup>10</sup> (UA, 2018); já em relação à contenção dos fluxos emigratórios irregulares, apela igualmente aos Estados-membros para a observância dos direitos dos refugiados, dos candidatos a asilo e dos imigrantes económicos, tendo a organização continental a consciência de que a “prevenção de contrabandos de migrantes passa pela expansão de canais de migração legal e a sensibilização para os seus perigos” (*ibid.*), instando, novamente, os Estados-membros a “alinhar as suas legislações nacionais e estratégias de combate ao tráfico com as convenções e protocolos internacionais” (*ibid.*), tal como recomendado pelo ODS 10.7. Portanto, como se vê, é competência última dos Estados-membros a realização de todos os eixos daquela política-quadro, e não da UA, que não é uma entidade estatal federal ou confederal.

A falta do mandato institucional da UA nesta matéria, limitando-se a recomendação e apelos ao cumprimento das convenções internacionais pelos seus Estados-membros, significa que a política migratória é uma prerrogativa exclusiva e soberana destes últimos, os únicos capazes de traçar políticas de carácter vinculativo e obrigatório, embora só para dentro das suas fronteiras. Nos casos em que parece agir sob mandato directo dos Estados-membros, a actuação da UA reflecte, tão-somente, a implementação de uma decisão conjunta dos Chefes de Estado e de Governo da UA, que continuam a ser detentores de políticas migratórias nacionais, como acto de preservação das suas soberanias nacionais.

Além disto, o quadro da política emigratória da África Subsariana mostra ainda que, não obstante “76 % considerem a migração irregular como matéria de maior preocupação”<sup>11</sup> (ONU, 2019), ela possui a mais baixa percentagem em termos de “estratégias formais para o combate ao tráfico de seres humanos e o contrabando de migrantes [...] para menores não acompanhados ou separados [...] ou de realização de campanhas de informação e consciencialização aos migrantes” (*ibid.*, p. 37), se comparado com a América Latina e Caribe. Em termos de percentagem dos governos com políticas migratórias relativas, por exemplo, a saída regular de cidadãos ou de quadros altamente qualificados, os dados do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas são eloquentes: 55 % dos países ao Sul do Saara não possuem dados ou políticas emigratórias nem para um caso nem para o outro; apenas 21 % a tem para a saída regular de cidadãos; 33 % para emigração de quadros altamente qualificados; 18 % mantém a mesma política para emigração regular, contra 12 % para saída de quadros altamente qualificados (*ivi*, p. 42).

Em síntese, a África Subsariana – que possui “19 milhões de habitantes” (OIM, *op.cit.* p. 54) fora do continente africano, representando “2,2 % do total da população da região” (ONU, 2019: 4), cuja média de idade é de “18,7 anos em 2020 e 28,1 anos em 2070” (ONU, *ivi*, p. 29) (a mais baixa de todas as regiões do mundo), de onde milhares de emigrantes tentam a travessia no Mediterrâneo para chegar à outra margem – tem tido uma abordagem perdulária sobre os fluxos migratórios para o exterior do seu continente, nem tampouco tem aproveitado as mais-valias granjeadas por milhões de cidadãos seus já integrados nas sociedades de

<sup>10</sup> [Itálico adicionado pelo autor].

<sup>11</sup> [Traduzido pelo autor].

chegada quer na Europa (10,6 milhões), quer na Ásia (4,6 milhões) ou na América do Norte (3,2 milhões) (OIM, *ibid.*), para alavancar o seu desenvolvimento integral.

Essa baixa percentagem e a forte desarmonia de políticas migratórias na região têm, pois, graves efeitos no descontrolo dos enormes fluxos que transitam de forma irregular e insegura para os pontos de partida situados na Líbia, além de não permitir uma maior e melhor concertação de esforços e vontades políticas para repatriar e realojar cidadãos africanos que se manifestam interessados em abandonar os centros de detenção naquele país, de tal sorte que se 50 000 foram repatriados da Líbia para seus países de origem entre Novembro de 2017 e Fevereiro de 2020, esta cifra representa apenas 19,7 % do universo de 252 893 imigrantes chegados irregularmente a solo italiano entre 2011 e 2021, e apenas 7,9 % dos 630 000 que ainda se encontram em centros de detenção na capital líbia.

Como consequência da ineficácia da actuação da política-quadro de 2018, que deveria garantir uma gestão comparticipada e solidária dos fluxos emigratórios que fossem legais e seguros para os emigrantes africanos, verifica-se, pelo contrário, a implementação de acções esporádicas que correspondem às pressões externas e internas de cidadãos africanos e de organismos internacionais, bem como de Estados de chegada desses fluxos, que não reflectem nem uma política nesse sentido nem a garantia de resolução do fenómeno emigratório de forma colectiva, limitando o plano de 2018-2030 a uma dimensão meramente programática e teórica, e menos pragmática, realista e consentânea com uma verdadeira política migratória virada para o exterior, para a salvaguarda dos interesses e da segurança do emigrante, como recomenda o 10.º e 10.7 dos ODS.

Uma prova disto consiste no facto de, para lidar com a preocupação global sobre a segurança dos migrantes africanos detidos na Líbia, estimados pela OIM em 630 000 em 2020, a UA ter criado o chamado ETM-Mecanismo de Trânsito Emergencial (*Emergency Transit Mechanism*), que permitiu repatriar para os seus países de origem “45 000 migrantes” (UA, 2019). O ETM, porém, não só requer a concertação da UA com países fronteiriços como o Níger – que permitam o trânsito e assentamento provisório dos imigrantes –, como também de países que, mesmo não partilhando fronteira com a Líbia, se disponibilizem autonomamente a acolhê-los com base no princípio do repatriamento voluntário. Até aqui apenas o Ruanda se disponibilizou a acolher perto de “306 indivíduos” (Portal da UA, 2020) em 2019, além de outros “3000” (*ibid.*) acolhidos pelo Níger no mesmo ano. No total, até Fevereiro de 2020 “50 000 migrantes retidos tinham sido ajudados a regressar aos seus países de origem desde Novembro de 2017” (*ibid.*). Este factor revela a existência de um número bastante significativo de migrantes que não regressaram aos seus países quer por falta de vontade própria, quer por falta de disponibilidade de países que os pudessem acolher em África, a par do Ruanda ou do Níger, o que torna o ETM e os esforços da *task-force* da UA e seus pares bastante limitados para fazer face ao ingente fenómeno.

Paradoxalmente, ainda que a África Subsariana continue a albergar maior número de migrantes africanos do que os que se encontram no exterior do continente, já que “em 2019, mais de 21 milhões de africanos viviam noutra país africano, um aumento significativo a partir de 2015, quando se estimava que cerca de 18,5 milhões de africanos viviam na região” (OIM, *op.cit.*, p. 54), em face dos 19 milhões distribuídos entre a Europa, Ásia e América do Norte, esses africanos, no geral, emigraram (e emigram) de forma voluntária e autónoma, apoiados pelos laços familiares, culturais, linguísticos ou de pertença a comunidades transfronteiriças, exceptuando os casos de fuga forçada por conflitos ou perseguição. Em todo o caso, não emigram como resposta a uma política de re-distribuição de fluxos migratórios internos entre países do continente ou da região de pertença previamente acordada, nem tampouco se promove uma vontade expressa de países africanos para acolher migrantes africanos nos seus países. Se assim fosse, o número de participantes no ETM seria bem maior,

e os centros de detenção da Líbia estariam vazios, não se assistindo a travessias letais no Mediterrâneo.

Em suma, em presença de uma política migratória ineficaz, descoordenada e não solidária que caracteriza a África Subsariana, não se assiste a medidas efectivas destinadas a salvar vidas de africanos que naufragam no Mediterrâneo nem de busca de desaparecidos dos naufrágios, que deveriam ser poupados se se observasse o artigo 10.º, 10.7 dos ODS. Estes traços equidistantes e ineficazes da política de migração da África Subsariana constituem, de facto, um refluxo na materialização da Agenda 2030, no que aos fluxos ordenados e seguros diz respeito.

## Notas Finais

O Mediterrâneo mantém-se como a ponte central na travessia dos fluxos migratórios tidos como clandestinos e ilegais de cidadãos de países africanos da região ocidental e oriental do continente, mas também de outros migrantes oriundos das outras regiões do mundo em fuga da miséria, conflitos e insegurança generalizada. Essa centralidade evoca para a historiografia imigratória italiana e europeia a memória de longos corredores humanitários dos finais dos anos 80 e 90, que permitiram a entrada e/ou a passagem pela península itálica de consideráveis ondas de refugiados dos conflitos inter-religiosos e étnicos nos Balcãs, mas também da volatilidade político-militar em curso no Golfo.

A concentração dos esforços humanitários europeus e do sistema internacional no mar Adriático mais do que no Mediterrâneo nesse período é igualmente reforçada, em certa medida, pela insegurança militar que decorria da confrontação ideológica entre a autocracia populista do regime líbio e a democracia neo-liberal em ascensão no Ocidente, tendo desencorajado fluxos migratórios significativos através do Mediterrâneo Central, que interessavam em boa medida àquele país norte-africano como trampolim para a Europa.

É certo que as ondas de migrantes clandestinos oriundos de ou através de África continuaram, mas não em quantidade e em constância como se assiste desde pelo menos 2011, altura em que caiu o regime líbio, tendo comprovado a inutilidade de toda uma estrutura normativa, política, e organizativa que previa a contenção dos fluxos migratórios destinados às costas italiana e europeia, assentes nos mecanismos assinados no seio da CEN-SAD e do Tratado de Paz Líbia-Itália de 2008. Como vimos, até finais de Outubro de 2021 foram registados mais de 54 mil imigrantes que chegaram à costa sul italiana, cifra igual à registada em 2020.

Relativamente aos fluxos migratórios que interessam e que envolvem a África Subsariana, o *trend* mostra um aumento constante de partidas, retenção em centros de concentração em Trípoli, bem como de travessias, desde 2013, com um ligeiro interregno entre 2018 e 2019 como consequência de uma política migratória restritiva e intolerante para com fluxos ilegais mediterrânicos, posta em prática pelo governo de coligação entre o M5S (tendencialmente de esquerda não declarada) e a Lega (direita) na Itália.

Não obstante a UA ter aprovado a sua política-quadro de migração em 2018, inserida na Agenda 2063, complementada pelo 10.º ODS, concretamente o 10.7 – relativo a migração ordenada e segura –, ela não tem a legitimidade institucional para impor uma política migratória que seja comum a todos os 55 Estados-membros, nem tampouco para os da África Subsariana, limitando-se a recomendar a observância de princípios, normas e compromissos internacionais e continentais em matéria de acolhimento de refugiados, migrantes económicos e políticos. Esta prática é típica de organizações que não possuem mandato institucional que suplante a soberania nacional de cada Estado-membro, cabendo a estes a prerrogativa em matéria de controlo das suas fronteiras de maneira absoluta.

Por conseguinte, tendo os Estados africanos a plena soberania em matéria de controlo das suas fronteiras e da mobilidade de pessoas, seria de esperar que estes actuassem, pelo menos, políticas migratórias eficazes a nível multi-regional. Pelo contrário, constata-se uma disparidade e descoordenação entre si, bem como uma incongruência gritante para com a política-quadro de 2018. Isto é, dado o risco de tráfico, violação de direitos elementares e de segurança que caracterizam migrantes africanos retidos na Líbia, a UA estabeleceu em 2020 o ETM-Mecanismo de Transição Emergencial para realocar os repatriados nos 55 Estados-membros com base no princípio do voluntariado. Porém, até hoje apenas o Ruanda e o Níger se disponibilizaram e acolheram alguns dos repatriados, impossibilitando um maior repatriamento em solo africano dos demais interessados a abandonar o cativo na Líbia, já que 53 Estados-membros não manifestaram interesse em acolhê-los. Enquanto essa disparidade persistir, e os governos da África Subsariana não adoptarem uma política migratória e medidas concretas de salvaguarda dos direitos dos seus cidadãos, os fluxos migratórios vão manter-se e intensificar-se, os migrantes africanos continuarão à mercê dos traficantes e do risco de morte quer durante a viagem até a Líbia, quer durante a travessia no Mediterrâneo, e o 10.7 não será materializado como previsto, contribuindo, assim, para o refluxo na materialização desta meta da Agenda 2030.

## Referências bibliográficas

- Agostinho, Issau (2018), *Metodologia delle relazioni internazionali. Cenni concettuali generali*, Roma: Ed. Nuova Cultura.
- (2017), *Keita, il coraggio di partire*, Città di Castello: LuoghInteriori.
- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (2021), *Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951)*. [Em linha]. [Consult.3.set.2021]. Disponível em: [https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao\\_relativa\\_ao\\_Estatuto\\_dos\\_Refugiados.pdf](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf).
- Bettazzi, Maria Chiara (2017), *Tutta la nostra fino ai nostri giorni*, Milano: Giunti Editore.
- European Parliament (2011), *European Parliament recommendation of 20 January 2011 to the Council on the negotiations on the EU-Libya Framework Agreement (2010/2268(INI))*. [Em linha]. [Consult. 6.set.2021]. Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-7-2011-0020\\_PT.html](https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-7-2011-0020_PT.html).
- Fondazione Leone Moressa (2014), *Sbarchi in aumento. La situazione reale in Italia*. [Em linha]. [Consult. 30.jun.2021]. Disponível em: <https://immigrazione.it/docs/2014/moressa-cs-sbarchi-in-Italia.pdf>.
- Mahbubani, Kishore(2020), *The Chinese challenge to American primacy. Has China won?* New York: PublicAffairs.
- Ministero dell'Interno (2021), *Cruscotto statistico giornaliero*. [Em linha]. [Consult. 30.out.2021]. Disponível em: <http://www.libertaciviliimmigrazione.dlci.interno.gov.it/documentazione/statistica/cruscotto-statistico-giornaliero>.
- OIM – Organização Internacional para as Migrações (2020), *World Migration Report 2020*. [Em linha]. [Consult. 30.agos.2020]. Disponível em: <https://publications.iom.int/books/world-migration-report-2020>.
- ONU (2019), *International Migration Report 2019*. [Em linha]. [Consult. 30.agos.2019]. Disponível em: [https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/migrationreport/docs/InternationalMigration2019\\_Report.pdf](https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/migrationreport/docs/InternationalMigration2019_Report.pdf)
- Openpolis (2021), *Gli sbarchi dei migranti sulle coste italiane*. [Em linha]. [Consult. 20.jun.2021]. Disponível em: <https://www.openpolis.it/gli-sbarchi-di-migranti-sulle-coste-italiane/>.
- RAI (2011), *Scheda: 1600 profughi morti in mare nel 2011*. [Em linha]. [Consult. 30.out.2021]. Disponível em: <http://www.tg1.rai.it/dl/tg1/2010/articoli/ContentItem-7d708aa9-1b57-42e8-9c74-73c18cce76e4.html>.

- Ronzitti, Natalino (2009), *Il trattato Italia-libia di amicizia, partenariato e cooperazione*. Dossier n.º 108, gennaio 2009, do Senado da República Italiana. [Em linha]. [Consult. 6.set.2021]. Disponível em: [https://www.iai.it/sites/default/files/pi\\_a\\_c\\_108.pdf](https://www.iai.it/sites/default/files/pi_a_c_108.pdf).
- Roque, Ana Paula (2017), *Angola's Africa Policy*, Bruxelas: Egmont Paper 98, The Royal Institute for International Relations.
- Sertima, Ivan Van (1989), *Egypt revisited*, II edition, New Jersey: Transaction Publishers.
- Shaw, George Bernard (2021), *Cesare e Cleopatra*, Milano: Liberliber.
- Shakespeare, William (2012), *Antonio e Cleopatra*, Milano: Bur Rizzoli.
- Tishkoff, S. A., Dietzsch, E., Speed, W., Pakstis, A. J., Kidd, J. R., Cheung, K., Bonn -Tamir, B., Santachiara-Benerecetti, A. S., Moral, P. e Krings, M. (1996) *Global Patterns of Linkage Disequilibrium at the CD4 Locus and Modern Human Origins*. Science, Vol. 271: 8 de Março de 1996, pp. 1380-1387. [Em linha]. Disponível em: doi: 10.1126/science.271.5254.1380.
- UA (2020), *OAU Convention on Governing the Specific Aspects of Refugee Problems in Africa*. [Em linha]. [Consult. 30.agos.2020]. Disponível em: <https://au.int/en/treaties/oau-convention-governing-specific-aspects-refugee-problems-africa>.
- (2020), *The AU-EU-UN taskforce renews its commitment to rescue stranded migrants and refugees in Libya*. [Em linha]. [Consult. 30.dez.2020]. Disponível em: <https://au.int/en/pressreleases/20200224/au-eu-un-taskforce-renews-its-commitment-rescue-stranded-migrants-and>.
- (2019), *Statement of the AU-EU-UN Taskforce on Libya on the shelling of the Tajoura Detention Centre*. [Em linha]. [Consult. 30.agos.2019]. Disponível em: <https://au.int/en/pressreleases/20190704/statement-au-eu-un-taskforce-libya-shelling-tajoura-detention-centre>.
- (2018), *Migration Policy Framework for Africa and Plan of Action (2018-2030)*. [Em linha]. [Consult. 30.agos.2019]. Disponível em: [https://au.int/sites/default/files/documents/35956-doc-au-mpfa\\_2018-eng.pdf](https://au.int/sites/default/files/documents/35956-doc-au-mpfa_2018-eng.pdf).
- (2017), *Joint Statement on the Migrant Situation in Libya*. [Em linha]. [Consult. 30.agos.2019]. Disponível em: <https://au.int/sites/default/files/pressreleases/33437-pr-libya20statement20283020nov2010.pdf>.
- UNFPA (2021), *Pacto Internacional sobre os Direitos Econ micos, Sociais e Culturais*. [Em linha]. [Consult. 3.set.2021]. Disponível em: [http://unfpa.org.br/Arquivos/pacto\\_internacional.pdf](http://unfpa.org.br/Arquivos/pacto_internacional.pdf).
- UNICEF (2021), *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. [Em linha]. [Consult. 3.set.2021]. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>.



# Centralidade de Quibaúla/Angola - Um olhar a partir dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e da Educação Informal

Ana Pérez, Teresa Medina e Júlio Santos\*

pp. 101-116

## Introdução


Em Angola, fruto de um parque habitacional evidentemente insuficiente, dado o crescimento populacional dos últimos 30 anos, uma longa guerra civil de 27 anos e décadas de migração rural-urbana (Cain, 2020), foi-se criando um conjunto de necessidades habitacionais em todo o país. O Estado Angolano, em 2006, aprovou a *Resolução n.º 60/06 de 4 de Setembro*, a qual teve como principal objetivo: dar resposta à necessidade de habitação condigna aos angolanos. Esta resolução foi o culminar de uma caminhada legal que foi “regulando” as propriedades privadas e a construção do horizonte urbano angolano. Em 2009, foi aprovado o primeiro Plano Nacional de Urbanização e Habitação (PNUH) e, a partir deste, a construção das denominadas “Novas Centralidades”, grandes parques habitacionais que se caracterizam por albergar milhares de pessoas e que, atualmente, se podem encontrar em diversas províncias de Angola, de norte a sul do território.

O que trazemos para esta discussão é, por um lado, analisar se estas Novas Centralidades respondem, de algum modo, aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e, por outro lado, refletir sobre a dimensão imaterial da humanização destes novos espaços urbanos e sobre as reconfigurações identitárias na vida quotidiana das famílias que neles habitam, procurando compreender a articulação entre o espaço habitacional e os processos de educação informal subjacentes.

Desta forma, parece pertinente, em primeiro lugar, apresentar uma breve história do percurso que deu origem às Novas Centralidades para, depois, mostrar os resultados da nossa pesquisa, realizada num destes parques habitacionais, mais concretamente na Centralidade de Quibaúla, na província de Quanza Sul, no âmbito de uma investigação mais alargada de doutoramento em Ciências da Educação.

## A caminhada legal

Angola tem sido palco de diferentes transformações no seu panorama arquitetónico, em primeiro lugar por causa de um longo processo de colonização de aproximadamente 400 anos,

 <https://doi.org/10.21747/0874-2375/afr38a7>

\* Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação – Universidade do Porto.

tendo sido, posteriormente, alvo de um longo período de guerra pela independência, a que se seguiram aproximadamente três décadas de guerra civil, que fustigaram grande parte do património arquitetónico edificado. Todos estes acontecimentos fizeram de Angola um país com uma malha urbana muito peculiar, diversificada, deficitária e danificada na sua maioria, que não tem dado resposta às necessidades habitacionais da crescente população.

Desde o período do pós-independência têm sido desenvolvidos esforços para melhorar as condições de habitação dos cidadãos e para regular, ordenar e unificar a malha urbana, tendo-se mantido, no entanto, graves problemas.

Durante o **período de guerra civil**, foram sendo aprovados diversos decretos e resoluções visando regular os espaços territoriais, a construção de habitações e outras infraestruturas. Entre outra legislação, importa destacar a *Lei n.º 19/91*, de 25 de Maio, *Lei sobre a Venda do Património Habitacional do Estado*; a *Lei n.º 7/95*, de 1 de Setembro, sobre o *Património Imobiliário de Estado*; a *Resolução n.º 8/95*, de 1 de Setembro, relativa aos atos de *Registo dos Imóveis*; a *Lei 21-C/1992*, *Nova Lei de Terras*, sobre concessão do “Direito de Superfície”; e o *Decreto 9/96*, de 5 de abril, que regulava o confisco de terrenos.

Posteriormente, **no período pós-guerra civil**, começam a emergir os planos de incentivo à habitação – em 2004 é aprovada a *Lei n.º 3/04*, de 25 de Junho, *Lei de Ordenamento do Território e do Urbanismo* e, em 2006, é aprovada a *Resolução n.º 60/06*, de 4 de Setembro, fundamentada na necessidade de dar resposta às solicitações do mercado habitacional; de assegurar princípios urbanísticos promotores do ordenamento e sustentabilidade urbana e territorial, partindo da constatação da reduzida “(...) oferta de habitação condigna e economicamente acessível para a maioria da população angolana, associada à pressão demográfica, nos principais centros urbanos do País (...)”.

Esta resolução foi concebida como uma forma de “(...) criar novos espaços urbanos para o reassentamento populacional, com base em processos de planeamento e (re) ordenamento urbanístico e territorial, (...)”, devendo constituir condições de “(...) base ao processo de desenvolvimento económico e social do País, sem perder a identidade e com respeito do património cultural nacional.” (Resolução n.º 60/06, de 4 de Setembro) e deu origem à posterior aprovação, em 2009, do primeiro Plano Nacional de Urbanização e Habitação (PNUH), que teve como objetivo a construção de 1 000 000 de unidades habitacionais

*“(...) units through construction by the state, private sector, and cooperatives, as well as by supporting self-help building through the provision of titled land, infrastructure, services, construction material, and technical support. In doing so, the PNUH represents not only an important pillar of Angola’s post-war reconstruction efforts, but also an important instrument in implementing a range of global agreements ratified by the Angolan government. These include the UN Millennium Development Goals (MDGs), replaced in 2015 by the Sustainable Development Goals (SDGs), as well as the New Urban Agenda (NUA), adopted at the third UN Human Settlements Conference in 2016.”* (Cain, 2020: 182).

Estes programas de construção de parques habitacionais, em todo o território nacional, materializaram-se sob formas distintas, entre as quais as denominadas Novas Centralidades, onde vivem milhares de pessoas. Tendo em conta os objetivos que nos propusemos para o presente artigo, este encontra-se organizado da seguinte forma: numa primeira parte, será apresentado o campo de pesquisa e as questões metodológicas; de seguida, o quadro teórico de referência; posteriormente, uma breve descrição técnica da centralidade onde decorreu a pesquisa, a que se segue a análise da centralidade à luz dos ODS, mobilizando contributos das entrevistas realizadas; por último, são apresentadas as considerações e sugestões finais.

## 1. O campo de pesquisa e questões metodológicas

O campo da pesquisa foi a Centralidade de Quibaúla, construída pela Kora Angola, uma das empresas gestoras da construção das Novas Centralidades, e inaugurada a 23 de novembro de 2019.

A pesquisa decorreu durante os primeiros 15 meses de entrega das casas, período durante o qual foram atribuídos um total de 1947 fogos/habitações, estando 1406 fogos habitados no fim da pesquisa, em fevereiro de 2021.

As Novas Centralidades construídas por esta empresa, durante o primeiro ano de entrega das casas, tem sido desenvolvido como um projeto de intervenção comunitária – Proposta Integrada Multisectorial (PIM), que se assume como um projeto de acompanhamento ao processo de habitação. A PIM opera numa *lógica reguladora*, desenvolvendo atividades de educação e sensibilização das famílias, através de visitas domiciliárias e da dinamização de atividades coletivas e, ao mesmo tempo, numa *lógica emancipatória*, promovendo atividades como a eleição, acompanhamento e capacitação de coordenadores de prédios e de quadras, a formação dos líderes comunitários em diversas áreas, reuniões de concertação entre os diferentes agentes da comunidade (coordenadores, polícia, escolas, etc.) e, por último, assegura a mediação entre os habitantes e a entidade gestora do projeto habitacional (Kora Angola).

A pesquisa foi desenvolvida no âmbito da PIM, tendo sido realizadas, entre outras ações, entrevistas a moradores, em diferentes momentos, que permitiram identificar as percepções destes sobre as suas habitações e sobre a centralidade, as transformações nos seus modos de vida e desafios com que se confrontaram, bem como equacionar a dimensão imaterial e educativa subjacente à mudança para um contexto habitacional muito diferente dos contextos de proveniência.

A pesquisa incluiu, ainda, um conjunto alargado de métodos e técnicas de recolha, produção e sistematização de material empírico, destacando-se: a análise documental de relatórios da PIM, referenciais de formação, publicações nas redes sociais, documentos da Kora Angola relacionados com a centralidade, atas das reuniões de equipa, grupos de WhatsApp, que permitiu identificar, organizar, analisar e interpretar informações segundo os objetivos da investigação (Pimentel, 2001: 180); a administração de questionários, os quais possibilitaram a caracterização sócio, demográfica e habitacional dos moradores; a criação e funcionamento de um grupo de pesquisa/discussão, que acompanhou o trabalho em curso e permitiu “(...) *“validar” e contrastar a informação obtida, reconstituir acontecimentos importantes para as pessoas ou grupos sociais em análise (...)*” (Aires, 2015: 42); e a realização de 70 entrevistas semiestruturadas, as quais permitiram conhecer percepções de moradores sobre a centralidade e sobre transformações dos seus modos de vida e reconfigurações identitárias que a mudança de contexto habitacional provocou, a diferentes níveis.

As entrevistas foram centrais no estudo, uma vez que “(...) *geram compreensões ricas das biografias, experiências, opiniões, valores, aspirações, atitudes e sentimentos das pessoas*” (May, 2004: 145). Richardson (1999) afirma ainda que “(...) *o termo entrevista refere-se ao ato de perceber realizado entre duas pessoas*” (Richardson, 1999: 208), o que foi central na nossa abordagem, dado que os momentos da sua realização foram, sobretudo, de compreensão de um mundo e de uma realidade culturalmente diferentes. Neste âmbito, procurou-se colmatar o viés cultural, quer da língua quer dos hábitos e costumes, com a participação de um técnico local, angolano, que acompanhou todos os momentos da pesquisa.

As entrevistas foram realizadas a um grupo de moradores da centralidade em três momentos distintos: **1)** nas duas primeiras semanas após a mudança, **2)** entre 4 e 6 meses após a mudança e **3)** entre 9 e 12 meses após a mudança, permitindo analisar as perdas e ganhos sentidos pelos moradores e as transformações de alguns hábitos e costumes. As últimas

entrevistas foram realizadas via Zoom, dado o Estado de Emergência provocado pelo COVID-19. Todas as entrevistas foram transcritas e realizada a análise de conteúdo.

## 2. Quadro teórico

Este artigo pretende equacionar a articulação das políticas de habitação de Angola, nomeadamente a construção das Novas Centralidades, que de alguma forma foram uma resposta “tipo” em diversos países africanos, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – “Transformando o nosso Mundo: a Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030”, problematizando as lógicas e conceções de desenvolvimento subjacentes e os processos educativos informais presentes e potenciados pela vivência nas centralidades.

Neste ponto apresentam-se contributos teóricos que nos permitiram refletir, em profundidade, sobre as implicações humanas do processo de habitação da centralidade de Quibaúla e sobre as conceções de desenvolvimento subjacentes a este tipo de construção.

### 2.1. Sobre o Desenvolvimento

Apesar de todos os esforços, *“Mais de meio século depois das primeiras independências, a situação económica da África Sub-Sahariana continua a colocá-la entre as regiões mais subdesenvolvidas e pobres do planeta.”* (Vidal e Andrade, 2008: 235), importando problematizar o que é o desenvolvimento em África. Axelle Kabou (2013), no seu livro *“E se a África Recusasse o Desenvolvimento?”*, afirma que, na verdade, os africanos estão a recusar-se, boicotar a caminhada para o desenvolvimento ocidental, simplesmente porque essa via não atende nem dá resposta, não se fundamenta nem respeita as singularidades dos povos africanos e, também, porque a África (os povos africanos), não teve tempo de se sentar a pensar no que é melhor para ela mesma, vivendo atualmente numa *“(…) espécie de febre, de explosão de ambições por muito tempo contidas que, sem saberem onde se aplicar de forma útil, ameaçam devastar os próprios fundamentos das sociedades historicamente míopes e sempre mais desiguais.”* (Kabou, 2013: 13). Segundo a mesma autora, *“(…), nada, no estado actual das investigações em matéria de desenvolvimento, permite afirmar com certeza que a África é movida por um indiscutível desejo de progresso”* (Kabou, 2013: 19), sendo que tem havido mudanças diversas, muito focadas em lógicas de desenvolvimento urbano e de construção de infraestruturas, talvez porque, a esse nível, as carências são ainda muitas, sobretudo nos espaços urbanos/citadinos/capitais. A este respeito, Cain (2020) indica que 62 % da população de Angola vive em cidades, o que traz como resultado uma enorme demanda pública por habitação e serviços.

A ideia de desenvolvimento e de melhoria de qualidade de vida que está presente nas novas centralidades é, claramente, um conceito associado à melhoria e criação de condições ao nível dos serviços de água, luz, saneamento, vias de comunicação e habitação, em síntese, infraestruturas. A respeito, Zumbire (2015) afirma que:

*“As infraestruturas físicas de transporte (rodoviário, ferroviário, marítimo e aéreo), de captação, armazenamento, tratamento e distribuição de água potável, de saneamento e de tratamento de resíduos, de produção e distribuição de energia, as infraestruturas associadas às tecnologias de informação e comunicação, entre outras, suportam a atividade económica dos países e são cruciais ao seu desenvolvimento e ao bem-estar dos cidadãos.”*

Segundo este autor, a cimeira dos G8, em 2005, representou um importante momento para a retoma/manutenção desta ideia de aliança entre infraestruturas e desenvolvimento, muito especificamente para o continente africano.

A ciência/produção científica tem contribuído, também, para a consolidação deste “casamento/binómio” entre desenvolvimento-infraestrutura – Aschauer (1989a; 1989b; 1990; 1998; 2000) contribuiu, de forma muito fértil, para esta ideia entre os anos 1989 e 2000, com diferentes artigos sobre esta relação, nos Estados Unidos; Fedderke (2009) estudou o efeito das infraestruturas na África do Sul; Foster e Briceño-Garmendia (2010) salientaram que as infraestruturas representaram metade do desenvolvimento da África Subsariana nas últimas décadas. Estes são alguns exemplos que mostram como, para além dos discursos políticos, diversos autores têm contribuído para a ideia deste “casamento” que, não deixando de ser importante, nem sempre tem em conta outras formas de desenvolvimento, mais complexas, que remetem para outras dimensões nos modos de perspetivar a qualidade de vida. Croese *et al.* (2020) fazem uma análise exaustiva do objetivo 11 nos ODS e afirmam que

*“(...) the findings inevitably point to the ways in which achieving the urban goal is deeply interlinked to the success in meeting other goals, ranging from gender (SDG 5) to poverty (SDG 1), decent employment (SDG 8) and infrastructure (SDG 9). In doing so, the research offers important lessons and evidence for the formulation and implementation of more integrated and sustainable urban (upgrading) policies and interventions (...)”* (Croese *et al.*, 2021: 8).

Os ODS parecem consolidar a existência de uma aliança entre desenvolvimento e infraestruturas, uma vez que, entre os 17 ODS, pelo menos seis estão associados a infraestruturas, direta ou indiretamente, nomeadamente: o objetivo três, relacionado com a qualidade da saúde; o objetivo quatro, sobre a importância e a qualidade da educação; o objetivo seis, que chama a atenção para a água potável e saneamento; o objetivo sete, relativo às energias renováveis e acessíveis; o objetivo nove, que inclui indústria, inovação e infraestruturas; e o objetivo 11, sobre cidades e comunidades sustentáveis.

Neste sentido, vale a pena refletir até que ponto estes objetivos não promovem um conjunto de políticas e consequentes respostas que, como refere McCloskey (2021), estão mais preocupadas em dar respostas de assistência ao desenvolvimento e não tanto envolver-se mais politicamente com as causas que estão na base da pobreza, parecendo promover respostas em lógicas mais neoliberais.

## 2.2. Sobre a educação informal e processos de educação

Analisar as dimensões educativas subjacentes aos processos de mudança para as novas centralidades resulta do reconhecimento que

*“(...) aprendemos e nos formamos nas conversas com os amigos, assistindo à televisão, lendo livros, folheando catálogos ou navegando na Internet, (...). Pouco importa se essa maneira de nos formarmos é trivial ou requintada: não podemos alterar o fato de que somos aprendentes “no longo curso” da vida.”* (Alheit e Dausien, 2006: 117).

Nesta perspetiva, a Educação e formação (de adultos) remete para a necessidade de *“(...) encerrar o processo educativo como um continuum que integra e articula diversos níveis de formalização da ação educativa (...)”* (Canário, 1999: 80), nomeadamente: **a)** o nível da **educação formal**, que remete para o processo de educação que acontece na escola, e que dá acesso a um diploma ou certificado de habilitações legalmente reconhecido; **b)** o nível da **educação não formal** *“(...) caracterizado pela flexibilidade de horários, programas e locais, (...)*, em

que está presente a preocupação de construir situações educativas “à medida” de contextos e públicos singulares.” (Canário, 1999: 80) e, finalmente, o nível da **educação informal**, onde se enquadram e integram todos aqueles momentos e situações que são de alguma forma modeladores/construtores/educadores e se constituem como sendo formativos.

Segundo Lima *et al.*, (2019) na educação informal

*“(...) não existe um fim projetado anteriormente, pois ela acontece a partir das relações interpessoais, é permanente, está no campo dos sentimentos, é resultado de uma rede de troca de saberes universal, gerando a partir dessas questões supracitadas: hábitos, ideias, comportamentos, formas de comunicação e linguagem, de acordo com a cultura da qual o indivíduo faz parte.” (Lima et al., 2019: 174).*

A educação informal integra todas as aprendizagens que os seres humanos vão realizando ao longo da vida, muitas vezes na chamada “escola da vida” e que, como Pain (1990) refere, correspondem a 80 % das nossas aprendizagens.

Segundo Bruno (2014):

*“A educação informal está associada ao processo de socialização dos indivíduos, e, neste sentido, desenvolve hábitos, atitudes, comportamentos, modos de pensar e de se expressar segundo valores e crenças do grupo a que se pertence ou se frequenta.” (Bruno, 2014: 14)*

No âmbito da pesquisa desenvolvida, foi considerado relevante identificar os saberes provenientes das experiências vivenciadas pelos moradores no processo de mudança para um novo espaço habitacional, com características muito diferentes dos anteriores.

Uma vez que a investigação decorreu na tensão entre infraestrutura e cultura/tradição/hábitos e costumes, foi central na pesquisa a perspectiva de Pain (1990), que salienta que a chegada a um novo espaço obriga a um duplo esforço: o esforço da chegada e, simultaneamente, o esforço de compreender as novas lógicas de ação naquele espaço. O autor afirma que os espaços são reinterpretados pelos seus moradores em função dos seus interesses fundamentais, da sua singularidade, dos seus problemas, capacidades e incapacidades, querendo estes sempre manter a sua continuidade como pessoas; o autor considera, ainda, que a mudança de alojamento obriga a uma adaptação ao meio social e físico o que, claramente, pressupõe um processo de mudança e, por consequência, de aprendizagens.

### 3. O palco da pesquisa: a Centralidade de Quibaúla

#### 3.1. Breve apresentação da Centralidade

A Centralidade de Quibaúla ocupa um espaço de 50,2 hectares, aproximadamente a 18 km da cidade do Sumbe, na província de Quanza Sul. Conta com 201 000 m<sup>2</sup> de área de construção de habitações e 4 680 m<sup>2</sup> de lojas comerciais e áreas de circulação.

Segundo um documento da Kora Angola (novembro 2019), a centralidade tem um total de 1 404 apartamentos, 213 moradias de um piso e 393 moradias de dois pisos, tendo todas as habitações uma tipologia T3 (sala, cozinha, casa de banho comum, uma suite e mais dois quartos) e uma área de 100 m<sup>2</sup>. Em termos de equipamentos escolares, a centralidade conta com: 2 Jardins de Infância, com 6 e 12 salas; 2 escolas primárias, uma com 12 e outra com 24 salas; uma escola secundária, com 12 salas de aula, laboratórios de física, química e biologia, uma oficina polyvalente e uma sala de informática (ilustrações 01 a 04).



**Ilustração 01** – Centro Infantil.



**Ilustração 02** – Escola primária de 12 salas.



**Ilustração 03** – Escola primária de 24 salas.



**Ilustração 04** – Escola secundária.

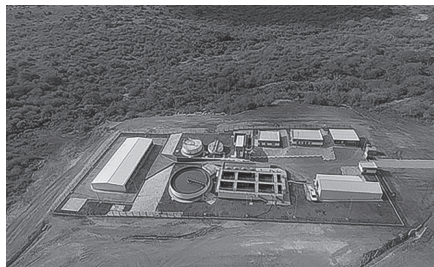
A centralidade possui, ainda, uma subestação elétrica; dois reservatórios de água; uma estação de tratamento de águas com sistema de lamas ativadas e tratamento de esgotos (ilustrações 05 a 07).



**Ilustração 05** – Subestação elétrica.



**Ilustração 06** – Reservatório de água.



**Ilustração 07** – Estação de tratamento das águas.

Por último, a centralidade tem quatro parques infantis, uma quadra desportiva e um centro de saúde (ilustrações 08 a 10).



**Ilustração 08** – Parque infantil.



**Ilustração 09** – Quadra desportiva.



**Ilustração 10** – Centro de saúde.

### **3.2. A centralidade de Quibaúla à luz dos ODS e das narrativas dos entrevistados**

Depois de uma leitura cuidadosa dos 17 ODS, considerou-se pertinente, no âmbito deste artigo, analisar em que medida a Centralidade de Quibaúla, tendo em conta as infraestruturas nela construídas e o modo como os seus moradores as percebem, contribui para a concretização dos ODS, designadamente dos objetivos 3, 4, 6, 7 e 11.

De um modo muito sucinto, é possível afirmar que os moradores reconhecem uma melhoria significativa na sua qualidade de vida, muito associada às infraestruturas que integram a Centralidade e a que passaram a ter acesso ou um acesso mais facilitado (centro de saúde, escolas, água potável canalizada, eletricidade, saneamento básico). As referências a todos estes aspetos pelo conjunto dos entrevistados, são reveladoras das mudanças face às condições de habitação anteriores, o que é muito significativo tendo em conta que estamos a falar de moradores com níveis salariais e de escolaridade muito superiores à média da população angolana. De acordo com o estudo sociodemográfico efetuado durante a pesquisa, mais de 90 % dos titulares das habitações da Centralidade têm um emprego estável, sendo 88 % funcionários públicos e mais de 60 % têm formação de nível superior.

#### **3.2.1. Objetivo 3 – Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos em todas as idades**

A Centralidade conta com um centro de saúde novo, moderno, equipado, dotado de recursos humanos e materiais, o que garante o acesso dos moradores a cuidados de saúde de proximidade, fator muito valorizado pelos entrevistados.

*“(...) o hospital, sei que é próximo e facilita muito.” (Hermenegildo, 1.ª entrevista).*

De igual modo, o facto de a Centralidade contar com estradas alcatroadas, água corrente, eletricidade, saneamento, entre outros serviços, contribui para a melhoria das condições de saúde, como refere um dos entrevistados:

*“(...) aqui, neste aspeto, está melhor, tem iluminação pública, tem ruas asfaltadas, os passeios estão conservados, então isso permite ter mais saúde e estar mais à vontade.” (Joaquim, 3.ª entrevista).*

É relevante referir a importância de diferentes parcerias desenvolvidas entre a gestão da Centralidade e entidades como: a Direção Provincial da Saúde, a OMS (Organização Mundial da Saúde), o Instituto Nacional da Luta contra a SIDA e associações locais focadas na saúde pública, verificando-se a realização de diversas atividades, como: campanhas de prevenção da malária, o cantinho da prevenção (um espaço criado no centro comunitário da centralidade com material e produtos para a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, etc.), megacampanha de vacinação, campanhas de fumigação contra o mosquito da malária, entrega massiva de mosquiteiros, etc.

De uma forma geral, os entrevistados associaram a mudança para a centralidade a uma melhoria em termos de qualidade da saúde:

*“Saúde... aqui mudou muito, porque desde que mudamos para aqui nunca houve dificuldade de doença, nunca houve.” (Alarine: 3.ª entrevista).*

### **3.2.2. Objetivos 6 e 7 – Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento e o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos**

Na centralidade da Quibaúla, o fornecimento de água, a gestão da água potável e o serviço de saneamento foram acautelados através da construção de uma ETA (Estação de Tratamento de Água), de uma ETAR (Estação de Tratamento de Águas Residuais) e de um sistema de saneamento público.

Para os entrevistados, a existência de água corrente e potável, em casa, e de saneamento são muito valorizados e considerados como uma forma de desenvolvimento e progresso:

*“(...) não precisa ser um génio para notar que tem muita qualidade, mas em termos de urbanização, água canalizada, luz elétrica é diferente, podemos dizer que houve uma grande mudança.” (Joana, 3.ª entrevista).*

Os excertos das entrevistas que se seguem permitem ilustrar como a existência de água em casa provocou alterações muito significativas nos modos de vida:

*“(...) a minha esposa e os meus filhos carregavam água pela cabeça e agora a água sai pela torneira quando nos levantamos.” (Félix, 3.ª entrevista).*

*“Aqui temos água corrente, lá não tínhamos, lá tirávamos água num chafariz a sensivelmente 6 metros de casa, tínhamos de meter bidons na cabeça.” (Alexandrina, 1.ª entrevista).*

*“(...) o banheiro de chover tem-me agradado muito e não só a mim, a toda a família.” (Joana, 3.ª entrevista).*

Outro entrevistado refere que:

*“a residência atual proporciona melhores condições (...) refiro-me mais ao saneamento básico, (...)” (Paulo, 2.ª entrevista).*

A nível da energia, a Centralidade conta com uma subestação elétrica que permite o fornecimento estável e contínuo de eletricidade a todos os moradores, o que foi muito destacado nas narrativas dos entrevistados, até por comparação com a sua habitação anterior:

*“No lugar anterior era péssimo, a energia era só das 18 horas às 24 Horas. Já aqui é 24 horas sobre 24, a água lá era tirada nos poços, aqui é nas torneiras.”* (Alarine, 1.ª entrevista).

*“(…) lá na periferia era quase todos os dias problema da rede e da energia, aqui temos a toda a hora (…)”* (Esperança, 3.ª entrevista).

Como revelam os nossos entrevistados, os aspetos atrás referidos relativamente à água e à eletricidade não só traduzem uma alteração muito profunda e muito valorizada das condições de acesso e usufruto destes bens essenciais, como dão conta do nível de precariedade habitacional de larguíssimos setores da população angolana, mesmo das classes médias, o que coloca desafios imensos à sociedade angolana a nível da concretização global dos ODS.

### **3.2.3. Objetivo 11 – Tornar as cidades e as comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis**

Este ODS revelou ser um objetivo completo e complexo, tendo sido alvo de profunda análise no artigo de Croese *et al.* (2021). Uma das questões que estas autoras referem é a seguinte:

*The inclusion of a stand-alone goal on the need to turn cities and human settlements more inclusive, safe, resilient and sustainable as part of the 17 SDGs, and their overarching set of corresponding targets and indicators was part of a contested process that sought to address some of the shortcomings of the Millennium Development Goals (MDGs)—which were formulated largely in a technical and top-down fashion and only applied to developing countries* (Croese *et al.*, 2021: 5).

Uma das linhas deste objetivo passa por garantir habitação segura, adequada e a um preço acessível para as populações, afiançando melhores condições habitacionais, o que parece estar assegurado apenas para determinados setores da classe média alta angolana. Outra das linhas deste objetivo passa por garantir acesso a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as crianças. Relativamente a este objetivo, os entrevistados mencionam quer o primeiro quer o segundo ponto, sempre numa “equação” que contempla: “desenvolvimento-qualidade de vida e edificado”, aliando estes três conceitos numa relação interdependente/interrelacionada. Devemos salientar que a segurança é, também, muitas vezes mobilizada nos seus discursos.

Uma entrevistada menciona:

*“(…) já aqui é um pouco mais desenvolvido, podemos dizer que há uma qualidade, há uma qualidade de vida ao contrário do que era antes, bom, começo com a urbanização”* (Joana, 3.ª entrevista).

Outro entrevistado menciona os espaços de lazer como um dos fatores que contribui para a melhoria da qualidade de vida, quando diz:

*“(…) o ambiente externo na centralidade é melhor, apesar de algumas situações que temos registado. Em termos de lazer também para as crianças e não só, para os adultos também melhorou, certas coisas que não eram possível fazer lá, aqui já é possível fazer. (...) a área onde residíamos, não tínhamos uma quadra desportiva, tínhamos dificuldades de fazer exercícios físicos, as crianças também não tinham lugares de lazer, isso dentre outras situações.”* (Paulo, 1.ª entrevista).

No que diz respeito a aumentar as capacidades para o planeamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, no caso específico da centralidade em análise, podemos destacar que o projeto de acompanhamento ao processo de alojamento (PIM) promove, na sua vertente mais emancipatória, um conjunto de atividades participativas e integradoras para garantir a sustentabilidade da comunidade, designadamente: promoção de espaços de venda, acompanhamento da criação de figuras de regulação social, tais como coordenadores de prédios, atividades de lazer, desportivas, recreativas e culturais de acesso gratuito a todos os moradores da centralidade, entre outras, integrando não apenas os moradores como também outras entidades: comando da polícia da centralidade, administração/comissão de gestão da centralidade, direções das escolas, promovendo o aumento das capacidades de planeamento e autogestão dos espaços e da própria comunidade. Relativamente ao objetivo de proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência, este ponto foi muito valorizado pelos entrevistados, em narrativas anteriormente expostas.

### **3.2.4. Objetivo 4 – Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover aprendizagens ao longo da vida para todos**

O contributo para a concretização deste objetivo é bastante complexo e o encontramos nos diferentes níveis da educação (formal, não formal e informal).

A nível da educação formal, encontramos a sua concretização a partir da construção de um conjunto de equipamentos escolares que contemplam, desde berçários até ao ensino secundário, estando todos eles apetrechados e equipados com material didático pedagógico e laboratórios, assegurando, ainda, a Kora Angola, um programa de formação aos professores. Também a PIM implementa um plano alargado de ações de formação de professores das diferentes escolas da centralidade.

O reconhecimento da qualidade das escolas da centralidade e a melhoria da qualidade da educação, face à situação vivenciada nos anteriores contextos habitacionais, está muito presente nas entrevistas, sendo a questão da proximidade altamente valorizada pelos moradores, fator que associam, também, à melhoria da sua qualidade de vida.

*“As crianças, para irem à escola, não precisam caminhar longas distâncias; estão a estudar aqui mesmo na centralidade e é um processo que até facilita muito para elas. Porque a escola é aqui próxima, vão e voltam sem ser necessário o meu acompanhamento de as levar à escola e ir buscá-las. Facilitou a nossa vida.”* (Alexandrina, 3.ª entrevista).

*“(…) as escolas é que vieram mesmo dar beleza à centralidade.”* (Esperança, 1.ª entrevista).

Outra entrevistada refere ainda que:

*“Já aqui, na centralidade, as crianças brincam normalmente, não têm medo, enquanto lá a criança ia à escola, mas tinha medo de voltar – às vezes se encontra com um delinquente que lhe obriga a dar dinheiro e se ela não tiver é batida. Então, tem muita diferença.”* (Odete, 3.ª entrevista).

Como se pode constatar a partir do último excerto, o fator segurança “na e para” a escola é uma questão muito valorizada e considerada como uma melhoria da qualidade da educação e do acesso à escola.

A nível da educação não formal, a PIM desenvolve um conjunto alargadíssimo de ações de formação nos mais diversos domínios relacionados com os cuidados e modos de utilização do

edificado, gestão do tempo, gestão de conflitos, escultura com materiais recicláveis, formação em Direitos Humanos, etc.

A nível da educação informal e de aprendizagens ao longo da vida, dimensões menos equacionadas, em geral, quando se aborda a problemática da habitação e da mudança de contextos habitacionais, encontramos um conjunto muito significativo de aprendizagens que os entrevistados revelam ter efetuado na sequência da mudança para a centralidade, a qual se constituiu, efetivamente, num contexto educativo, provocando diversas reconfigurações dos modos de vida. Se algumas das aprendizagens realizadas têm um carácter meramente instrumental e adaptativo face a circunstâncias diferentes e à necessidade de lhes responder de modo adequado, outras têm implicações mais profundas, designadamente a nível cultural, configurando alterações significativas nos modos de ser, estar e agir.

O estudo de Pain (1990) sobre os efeitos educativos dos espaços habitacionais foi central na nossa pesquisa e na forma como olhamos para o processo de habitação e apropriação dos espaços na centralidade, assim como no olhar sobre as influências que o espaço exerceu na vida quotidiana das pessoas.

Foi muito interessante analisar o que poderíamos chamar da *auto-eco-organização*, uma vez que, o que no início era mencionado como sendo uma dificuldade, no decorrer dos meses passou a ser mencionado como um ponto forte retirado de uma adversidade. Pareceu, por vezes, que o contexto e o momento histórico vivido pelos entrevistados, que se pode resumir num processo migratório voluntário, fez com que a resiliência, enquanto “(...) *capacidade do ser humano responder de forma positiva às demandas da vida quotidiana, apesar das adversidades que enfrenta (...)*” (Silva et al., 2003: 147), fosse maior, aumentando a capacidade de adaptação e a realização de um conjunto de aprendizagens resultantes da vivência de um espaço habitacional diferente do anterior.

Um dos aspetos muito referidos pelos entrevistados prende-se com alterações nos hábitos alimentares que foram “obrigados” a fazer e com as aprendizagens daí resultantes. As alterações resultaram da falta de lojas de alimentos na centralidade e da distância a que estas se encontravam, o que dificultou a compra de produtos mais habituais, obrigando à aquisição de outros, passíveis de um maior tempo de conservação:

*“Gosto da centralidade, mas não está muito fácil. Não tem lojas onde podemos comprar algumas coisas (...)”* (Esperança, 1.ª entrevista).

Outra moradora dá conta do abandono de costumes e de consumo de alimentos tradicionais.

*“Antes, nós consumíamos muita quizaca<sup>1</sup>; agora, por causa do espaço em que estamos, não nos permite pisar a nossa famosa raiz, para fazer a nossa quizaca (...)”* (Alexandrina, 2.ª entrevista).

Meses após a vivência do espaço, a partir da 2.ª e sobretudo na 3.ª entrevista, encontram-se discursos mais adaptativos, dando conta dos mecanismos e estratégias encontrados para ultrapassar o constrangimento/adversidade/problema:

*“(...) aqui tenho de comprar a quizaca já pisada porque, se não comprar assim, não temos como fazer, não tenho como pisar»* (Joana, 3.ª entrevista).

No excerto seguinte, para além de se abordar a mudança de hábitos alimentares, é apresentada a estratégia aprendida e adotada para compensar a falta de lojas o que revela uma estratégia de adaptação e uma reconfiguração de modos de vida:

<sup>1</sup> Quizaca/kizaka é a folha da mandioca, muito presente na alimentação tradicional angolano.

*“Sobre a dieta, mudou também um pouco (...). Tenho que escrever tudo que preciso uma vez que não temos lojas, não tem praça, não tem nada, então a pessoa ao ir fazer as compras não pode só chegar e comprar, a pessoa tem que primeiro escrever, agendar e depois baixar e comprar, a pessoa tem que agendar primeiro e depois vai ao mercado.” (Odete, 2.ª entrevista).*

Outro entrevistado refere que a vida na centralidade também se transformou num processo de educação financeira.

*“(…) por exemplo onde nós estávamos não pagávamos água nem tão pouco a energia, então estamos a ter uma educação financeira e está a nos ajudar também a gerir a realidade daqui, porque lá em baixo você gastava o dinheiro a torto e direito (...) então o que nós fizemos aqui apenas é regular, (...) de modos a ter sempre um caixa para qualquer situação que surgir.” (Hermenegildo, 2.ª entrevista).*

A partir das entrevistas, é possível equacionar o processo educativo inerente à necessidade de gerir de outra forma a compra de alimento – após uma fase de adaptação e assimilação do problema, os moradores passaram à elaboração de estratégias para minimizar o seu impacto, incluindo mudanças nos hábitos alimentares, com maior utilização de alimentos menos perecíveis, uma vez que as compras passaram a ter de ser feitas com data prevista e não no imprevisto da necessidade.

Meses mais tarde, fomos surpreendidos com novas transformações, quando alguns entrevistados contaram que alguns moradores se teriam “juntado” para comprar a *quizaca*, para a mesma ser pisada num dia específico da semana, no jardim do prédio, por duas ou três mulheres, de forma comunitária e alternada, o que permitira retomar o consumo. Este facto remete-nos para Pain (1999), que refere que existe, no processo de mudança de habitação, uma necessidade de continuidade da pessoa humana em relação à sua condição na anterior habitação.

Outra das alterações significativas, com profundas implicações na vida dos moradores, obrigando a aprendizagens diversas, prende-se com o sistema pré-pago dos serviços de água e luz. Nestes casos podemos observar um forte processo de educação familiar para a redução do consumo devido aos custos dos serviços, obrigando a uma reconfiguração de modos de vida relacionados com o uso destes bens (água e luz).

Os excertos seguintes são muito claros na menção a esta questão:

*“(…) tivemos que mudar, só usamos as lâmpadas essenciais e as que não são essenciais mantêm-se mesmo desligadas; antes usávamos quase todas as lâmpadas porque aquilo era uma taxa fixa; aqui temos que usar só as que são precisas – estamos na sala, temos que ligar só da sala, o outro lado tem que se manter desligada, agora quando vamos para cama só da área de serviço é que tem que ficar ligada. Aqui também vai nos ajudar a ser economista, vai nos mostrar o que é que é viver, porque lá em baixo a gente gastava normalmente, a pessoa não sentia, agora já aqui vamos ter que ter gerência de muitas coisas.” (Odete, 2.ª entrevista).*

*“aqui temos que ser mais cuidadosos em gastar a energia, essa é uma diferença que a gente encontrou. Porque se tu colocares luz de 3.000 (três mil) Kwanzas, e ligas os aparelhos, a geleira, a arca, até o mês terminar, já não terás luz; então, foi-nos passado pela ENDE, que temos que usar a luz com cautela, não podemos usar como a gente usava lá em baixo. Essa foi a diferença que a gente encontrou aqui.” (Odete, 3.ª entrevista).*

*“(…) agora começamos a ter mesmo um novo estilo de vida visto que as taxas de pagamento têm sido mediante o nosso consumo e então já fazemos um consumo mais racional com relação ao que nós tínhamos lá em baixo.” (Alexandrina, 2.ª entrevista).*

Todas as reconfigurações nos modos de utilização da água e energia, aqui destacadas, refletem o forte papel educador da Centralidade e das condições de utilização dos serviços disponibilizados. A casa revelou/confirmou ser um espaço altamente transformador de comportamentos, hábitos e costumes, permitindo-nos, no âmbito da pesquisa desenvolvida, um outro nível de consciência sobre os processos de habitação e as suas consequências.

É igualmente significativo apresentar os contributos de alguns entrevistados que afirmam que esta nova forma de vida, mais “fechada”, mais para “dentro de casa” (como é muitas vezes mencionado), trouxe mais tempo para dar atenção às crianças, as mesmas passaram a ter mais espaços para brincar em melhores condições e mais tempo para brincar e “serem crianças”.

*“(…) eu devo confessar que aqui me facilita, facilita a estar mais com os filhos e a orientá-los nalgumas coisas, como tarefas e escola, temos tido muito tempo para ficar ali a discutir, a resolver algumas questões que não podia fazer antigamente ou se fizesse era num período de tempo muito curto, agora já tenho tempo suficiente para fazer. É muito bom, até porque faz com que a família fique mais reunida (...) como dizia que o meu esposo, quando vivíamos lá, tinha tempo para sair e agora já não tem e chega cansado e ficamos todos aqui em casa. Mais tempo aqui em família, estamos mais reunidos então isso é bom.” (Joana, 3.ª entrevista).*

*“(…) com os filhos, eles antes saíam mais para brincar, praticamente a brincadeira deles era mais fora de casa o que é diferente hoje, hoje a brincadeira é mesmo sempre dentro de casa então os pais estão sempre aí a controlar o que eles estão a fazer, alguns amigos, os vizinhos do prédio que vêm para aqui, então você pode começar a identificar os tipos de brincadeiras que são boas e estamos sempre acompanha-los (...) então isso é uma das vantagens.” (Joana, 3.ª entrevista).*

*“Ao regressar almoço, descanso e planifico, saio para dar umas voltas com os meus filhos no parque, vamos chupar gelados na loja e depois a gente regressa pra casa. Sim modificou porque lá na antiga casa as crianças se sentiam ameaçadas não conseguiam sair.” (Odete, 3.ª entrevista).*

*“(…) posso fazer com as minhas filhas, posso passear com elas sem ter medo de sermos assaltados, eu em particular posso praticar exercícios sem ter medo que vem uma viatura.” (Hermenegildo, 3.ª entrevista).*

## Considerações finais

Angola, perante uma realidade urbana manifestamente deficitária, foi criando um conjunto alargado de políticas habitacionais, que pretenderam dar resposta à demanda de habitação existente no país, desde o período pós-colonial até os dias de hoje.

Estas políticas públicas internas estavam, segundo Cain (2020), alicerçadas em políticas globais que promoviam a habitação para todos, tais como os ODM da ONU, a NAU, entre outras. A Resolução 60/06, de 4 de Setembro, que deu origem à aprovação, em 2009, do PNUH, materializou-se em diversas formas, uma das quais foi a construção das novas centralidades. Este artigo centrou a sua atenção na análise destes parques habitacionais, à luz dos ODS. A análise permitiu identificar que a Centralidade da Quibaúla contribui, enquanto expressão de políticas públicas de habitação, para a concretização dos objetivos três, quatro, seis, sete e onze, em particular. As entrevistas, aos moradores da Centralidade, permitiram confirmar a sensação de bem-estar associada à mudança para estas novas urbes, no que diz respeito: ao acesso à saúde, à disponibilidade e gestão da água potável e do saneamento, às fontes de energia fiáveis e sustentáveis, ao sentimento de vivência num espaço inclusivo e seguro, e ao acesso à educação, dando conta de um conjunto significativo de aprendizagens resultantes de reconfigurações de modos de vida provocados pelo novo contexto habitacional, provenientes

da “dinâmica inter-intra-ativa” da vivência do próprio espaço, ou seja, da humanização da centralidade, cuja dimensão não é ainda possível identificar na sua plenitude. A pesquisa permitiu evidenciar o quanto a casa é um “vetor central” de aprendizagens informais, por ser o palco das vivências familiares, o que vai ao encontro das expectativas de Pain (1990).

## Recomendações para o futuro

Este estudo chama à atenção para a necessidade de as respostas a desafios internacionais, a nível das infraestruturas habitacionais, urbanas ou de uso humano, deverem ser acompanhadas de uma forte reflexão prévia sobre os efeitos que esses mesmos espaços irão ter nas vidas quotidianas das pessoas, nos hábitos, costumes e tradições de quem os irá habitar, obrigando-nos a uma “compreensão localizada” dos objetivos e metas dos ODS, tal como referem Croese *et al.* (2020).

Ter consciência que o espaço educa, tem de nos educar e obrigar a pensar melhor o espaço.

## Referências bibliográficas

- Aires, Luísa (2015), *Paradigma Qualitativo e Práticas de Investigação Educacional*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Alheit, Peter e Dausien, Bettina (2006), *Processo de formação e aprendizagens ao longo da vida Educação e Pesquisa*. São Paulo, vol. 32, n.º 1, pp. 177-197.
- Aschauer, David Alan (2000), Public Capital and Economic Growth: Issues of Quantity, Finance, and Efficiency, *Economic Development and Cultural Change*, vol. 48, n.º 2, pp. 391-406.
- (1989), Is public expenditure productive? In: *Journal of Monetary Economics*, vol. 23, n.º 2, pp. 177-200.
- (1989a), Public Capital and Economic Growth: Issues of Quantity, Finance and Efficiency. In: *Working Paper*, n.º 233.
- (1989b), Does capital crowd out private capital? In: *Journal of Monetary Economics*, vol. 24, n.º 2, pp. 171-188.
- Bruno, Ana (2014), Educação Formal, não formal e informal: da triologia aos cruzamentos, dos híbridos a outros contributos. In: *Mediações Revista Online*, vol. 2, pp. 10-25.
- Cain, Allan (2020), Housing for whom? Rebuilding Angola's cities after conflict and who gets left behind. In: Cain, Allan (2020), *Reframing the Urban Challenge in Africa*, Angola: Routledge Studies in Cities and Development.
- Canário, Rui (1999), *Educação de Adultos: Um Campo e Uma Problemática*, Lisboa: Edições Educa.
- Croese, Sylvia, Dominique Massamba e Raimundo Inês (2021), Co-producing urban knowledge. In: Angola and Mozambique: towards meeting SDG 11, *Nature Partner Journals*.
- Fedderke, Johannes Wolfgang e Bogetić, Zeljko (2009), Infrastructure and Growth in South Africa: Direct and Indirect Productivity Impacts of 19 Infrastructure Measures. In: *World Development*, vol. 37, n.º 9, pp. 1522-1539.
- Foster, V. e Briceño-Garmendia, C. (2010), *Africa's infrastructure: A time for transformation*. World Bank, Washington DC.
- Kabou, Axelle (2013), *E se a África Recusasse o Desenvolvimento?* Mangual: Edições Pedago Lda.
- Lima, E. I. de, Nagao, F. Q. A., Selmo, J. T., Landim, S. P. P., & Lima, V. M. M. (2019), *O papel da educação formal, não formal e informal na formação política de mulheres educadoras*. Mundo do Trabalho. Revista *Pegada*, vol. 20, n.º 1, janeiro/abril/2019.
- May, Tim, (2004), *Pesquisa social: questões, métodos e processos*, Porto Alegre: Artmed.

- McCloskey, Stephen (2021), The Sustainable Development Goals, Neoliberalism and NGO's: It's Time to Pursue a Transformative Path to Social Justice. In: *Policy & Practice: A Development Education Review*, n.º 29, V. 2, pp. 152-159.
- Pain, Abraham (1990), *Education Informelle*, Paris: Éditions L'Harmattan.
- Pimentel, Alessandra (2001), O Método da Análise Documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. In: *Cadernos de Pesquisa*, n.º 114, pp. 179-195.
- Richardson, Roberto Jarry (1999), *Pesquisa Social: métodos e técnicas*, São Paulo: Atlas.
- Silva, Maria Elsen Ingrid e Lacharité, Carl (2003), Resiliência: concepções, fatores associados e problemas relativos à construção do conhecimento na área. In: *Paidéia*, vol. 13, n.º 26, pp. 147-176.
- Vidal, Nuno e Andrade, Justino (2008), *Sociedade Civil e Política em Angola Enquadramento Regional e Internacional*, Lisboa: Edições Firmamento.
- Zumbire, Benjamin (2015), *A Importância das Infraestruturas no Desempenho Económico de Moçambique Uma análise aplicada de séries temporais*, Coimbra: Universidade de Coimbra.

# Objetivo Desenvolvimento Sustentável 4, nas redes sociais. O que se pode concluir? Análise do Twitter de 2020 a 2022

Rui da Silva\* e Carla Delgado\*\*

pp. 117-125

## Introdução

Uma grande parte da população mundial usa as tecnologias de informação e comunicação no seu quotidiano, embora haja variações mediante a sua localização geográfica e se vivem no meio urbano ou rural. Neste contexto, as redes sociais ganham alguma preponderância, sendo o Twitter a plataforma líder de *microblogging* (mensagens curtas até 280 caracteres) com o potencial de dar a conhecer visões, opiniões e produzir narrativas (Sam, 2019; Thelwall & Cugelman, 2017 e Weller *et al.*, 2014). Por ser uma plataforma que limita o comprimento das mensagens os utilizadores tendem a comunicar de forma diferente das outras plataformas, tornando as mensagens mais diretas e simples (Weller *et al.*, 2014). Uma outra especificidade do Twitter é que o utilizador escolhe de quem quer receber mensagens (seguir), procedimento que não requer reciprocidade, sendo usado como fonte de informação em tempo real, bem como um local de debate em relação a notícias, política, negócios, academia e entretenimento (Weller *et al.*, 2014).

Contudo, temos de ter em consideração que o Twitter não é utilizado com a mesma intensidade em todos os países, sendo o país com maior número de utilizadores os Estados Unidos da América com 76,9 milhões (Dixon, 2022).

Não obstante, o Twitter pode ser considerada uma plataforma usada por intervenientes políticos nacionais e internacionais nas negociações em torno da política educativa (Schuster *et al.*, 2019). Tendo estes fatores em consideração, o presente artigo analisa as discussões no Twitter para o período de março de 2020 a maio de 2022 sobre o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4, usando como palavra-chave SDG4. Esta análise permitiu estabelecer tendências, perceber que tipo de discussões estão a acontecer, bem como criar um mapa conceptual utilizando os pares de palavras dos tweets. Os dados foram extraídos do Twitter usando o software R através do *Academic Application Programming Interface* do Twitter. O software Node XL foi utilizado para realizar análises estatísticas e de sentimento, sendo o software Gephi usado para a visualização e análise do mapa conceptual de pares de palavras dos tweets.

□ <https://doi.org/10.21747/0874-2375/afr38a8>

\* Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. O presente trabalho teve o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia através do contrato CEECIND/01263/2017.

\*\* Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.

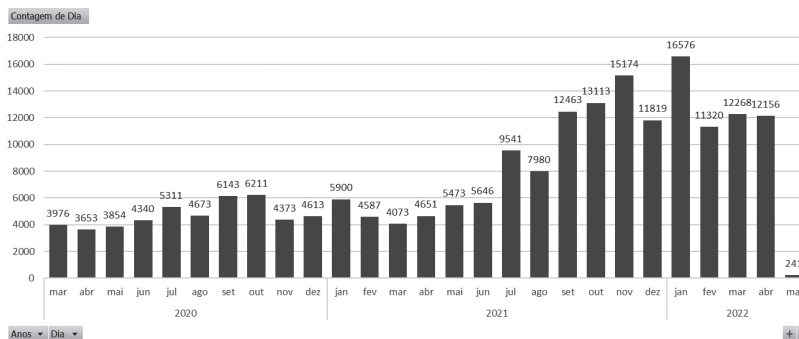
Escolhemos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) uma vez que é a Agenda em vigor que pretende orientar as políticas públicas e inspirar os atores da sociedade civil. Esta Agenda foi adotada em 2015 pela Assembleia Geral das Nações Unidas e é constituída por 17 objetivos, divididos em 169 objetivos específicos e 232 metas a serem alcançadas até 2030. Tendo em consideração esta abrangência dos ODS, decidimos selecionar o objetivo 4 – Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos – uma vez que o setor da educação está relacionada com outros trabalhos desenvolvidos pelos autores (Silva & Adrião, 2021; Silva & Oliveira, 2021). A pesquisa no Twitter foi realizada usando a sigla ODS4, que corresponde à sila em língua inglesa para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4. Esta opção pela pesquisa em língua inglesa deve-se ao facto de a maioria dos utilizadores desta rede social estarem nos Estados Unidos da América e as organizações internacionais normalmente usarem a língua inglesa nas suas contas das redes sociais.

O artigo está organizado em quatro partes principais. A seguir a estas notas introdutórias, o artigo apresenta os métodos de investigação utilizados e os resultados obtidos, seguida de uma discussão. A quarta e última parte apresenta as principais conclusões.

## Métodos e resultados

O artigo tem por base a análise dos dados extraídos do Twitter usando o software código aberto R através do *Academic Application Programming Interface* do Twitter para o período de março de 2020 a maio de 2022 sobre o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 tendo sido devolvido pelo software para este período 200128 tweets. A palavra-chave utilizada para a pesquisa no Twitter foi SDG4, que corresponde à sila em língua inglesa para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4. Esta opção pela pesquisa em língua inglesa deve-se ao facto de a maioria dos utilizadores desta rede social estarem nos Estados Unidos da América e as organizações internacionais normalmente usarem a língua inglesa nas suas contas das redes sociais. No gráfico 01 podemos observar a distribuição do número de tweets pelos diferentes meses do período em análise. Devido a limitações de espaço, durante o artigo mostramos apenas parte dos resultados, organizados de forma decrescente tendo em consideração a sua frequência<sup>1</sup>.

Gráfico 01 – Número de tweets por mês e ano



Fonte: Elaborado pelos autores.

<sup>1</sup> Os leitores interessados podem contactar os autores para terem acesso à base de dados completa.

Os números individuais de identificação dos tweets obtidos pelo software R foram de seguida inserido no software NodeXL para podermos obter as interações entre os utilizadores do Twitter, quais as palavras mais frequentes, os pares de palavras mais frequentes, bem como se o texto corresponde a um *tweet* (texto original).*mentions* (o nome de um utilizador de outra conta no Twitter é referido), *Replies to* (resposta a um tweet), *retweet* (republicação de um tweet) e *mentions in retweet* (o nome de um utilizador de outra conta no Twitter é referido na republicação de um tweet). A tabela 01 mostra o resumo dos resultados obtidos.

**Tabela 01 – Tipo de mensagem e frequência**

Tipo de mensagem	N
<i>Mentions</i>	77984
<i>MentionsInRetweet</i>	614137
<i>Replies to</i>	9961
<i>Retweet</i>	153067
<i>Tweet</i>	22178
Total Geral	877327

Fonte: Elaborado pelos autores.

Relativamente às palavras com maior frequência é possível observar na tabela 02 as 20 palavras mais frequentes, sendo possível constatar que às palavras que fazem parte do nosso léxico juntam-se *hashtags*<sup>2</sup> e nomes de contas de utilizadores do Twitter.

**Tabela 02 – As 20 palavras mais frequentes nos tweets**

Palavra	N	Palavra	N
#sdg4	187440	bmz_bund	25925
education	80686	more	25577
yasminesherif1	51313	#education	24462
child	44757	fcdoeducation	24040
educannotwait	42148	sida	23407
#educationcannotwait	40660	school	23388
please	40230	quality	22426
agree	39933	learning	22325
retweet	37083	stateprm	20681
children	31383	canadadev	18054

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na tabela 03 é possível observar os 20 pares de palavras presentes nos tweets com maior frequência. Com estes dados foi elaborada uma tabela de adjacência para encontrar quais os vizinhos de um determinado vértice, ou seja, para determinar o vértice de uma rede existe sempre uma lista de todos os outros vértices com os quais ele tem uma aresta criando um mapa conceptual. No presente artigo, devido ao número elevado de pares de palavras,

<sup>2</sup> Estratégia utilizada nas redes sociais inserindo o símbolo # antes da palavra, frase ou expressão, para que o termo associado a um tópico possa ser mais facilmente encontrado e o seu conteúdo tenha maior impacto e ao mesmo tempo maior visibilidade.

excluímos os conjuntos de palavras que não continham uma frequência na ordem dos milhares, ficando a nossa amostra circunscrita a 223 pares de palavras diferentes.

**Tabela 03 – Exemplo dos 10 primeiros resultados dos pares de palavras e respetiva frequência**

Palavra 1	Palavra 2	N
please	retweet	36371
retweet	agree	35806
yasminesherif1	#sdg4	35665
#educationcannotwait	child	33741
educannotwait	yasminesherif1	29612
quality	education	16137
child	bmz_bund	8690
child	fcdoeducation	8341
fcdoeducation	bmz_bund	7591
#sdgs	#sdg4	7327
#sdg4	#sdg5	6507
learn	more	6451
protracted	crises	5995
girls	boys	5717
bmz_bund	fcdoeducation	5675
#sundaythoughts	#educationcannotwait	4904
agree	#sundaythoughts	4903
#saturdaythoughts	#educationcannotwait	4793
agree	#saturdaythoughts	4777
emergencies	protracted	4637

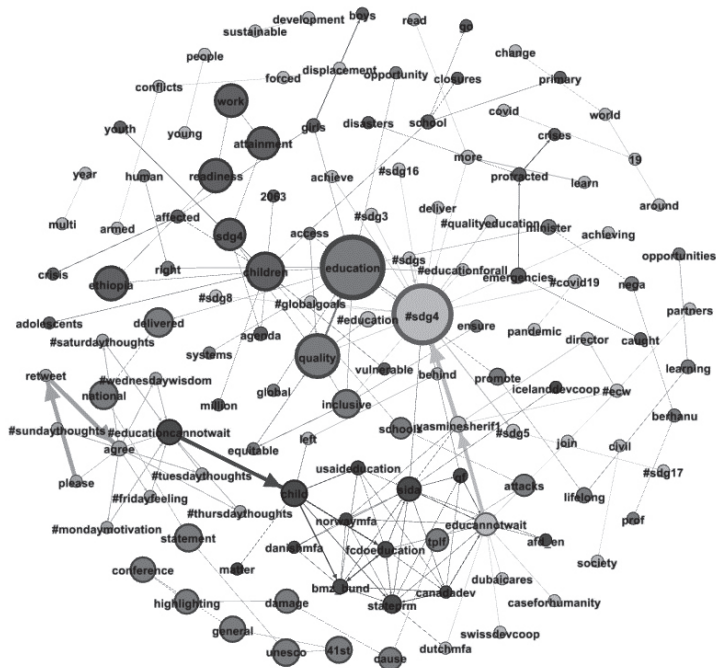
Fonte: Elaborado pelos autores.

Todas as estatísticas da rede deste mapa conceptual foram calculadas usando o software de código aberto Gephi, sendo que a rede obtida contém 129 nós e 573 450 arestas. O primeiro passo consistiu na análise de distribuição de rede usando o algoritmo *Fruchterman Reingold*, que organiza os dados numa circunferência em que os nós com mais informação ficam no centro e os com menos informação ficam nas extremidades. Além desta distribuição, optou-se por organizar a rede obtida por modularidade, uma medida de decomposição de rede em comunidades modulares e o tamanho dos nós por *betweenness centrality*, uma medida de intermediação entre nós.

Na ilustração 01 encontra-se representada a rede obtida do mapa conceptual, sendo possível observar que os diferentes nós estão organizados seguindo o coeficiente de agrupamento, uma medida de grau em que cada nó individualmente se agrupa aos nós vizinhos. Isto significa que um coeficiente de 1 indica que cada nó está totalmente conectado enquanto o valor zero indica que não existe qualquer conexão. Por outro lado, um valor alto de modularidade indica uma rede com uma complexa estrutura de comunidades internas. O coeficiente de modularidade da presente rede é de 0,674, o que nos indica que a maioria dos nós encontram-se interligados com os nós vizinhos, ou seja, existe uma relação entre os diferentes pares

de palavras. No que concerne à *betweenness centrality*, quanto maior o nó, maior controlo sobre a rede, uma vez que mais informações passaram por ele (Golbeck, 2013). Na tabela 4 encontram-se registadas os primeiros 20 resultados por ordem crescente relativamente à *betweenness centrality* da rede de pares de palavras.

Ilustração 01 – Rede obtida dos pares de palavras



Fonte: Elaborado pelos autores.

Tabela 04 – Betweenness Centrality das 20 primeiras palavras

Palavra	Betweenness Centrality	Palavra	Betweenness Centrality
Education	2745,5	national	883
#sdg4	2552	inclusive	877
Quality	1716	statement	848
Children	1407	unesco	813
Ethiopia	1204	41st	778
Readiness	1169	child	759
Work	1134	general	743
Attainment	1099	conference	708
SDG4	1064	#educationcannotwait	700
delivered	918	highlighting	673

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os textos dos tweets também foram analisados recorrendo à análise de sentimentos, que corresponde às técnicas utilizadas para avaliar os sentimentos expressos nas mensagens. Para esta análise recorremos ao software NodeXL que classifica os tweets como positivos, negativos ou neutros, sendo possível observar na tabela 04 os resultados globais obtidos.

Esta técnica foi utilizada apesar de não existir um consenso na sua utilização devido à grande variedade de técnicas existente e à simplicidade do seu uso (Liu & Zhang, 2012). Uma das suas limitações é que algumas palavras podem ser ambíguas como, por exemplo, a palavra grande. Além disso, a análise de sentimentos apresenta bastantes desafios como: textos com erros de sintaxe ou gramaticais, o uso de termos informais ou abreviaturas, a dificuldade em distinguir se se trata de uma opinião ou um facto, as ironias e os sarcasmos nas frases é de difícil identificação, a publicidade disfarçada em influenciadores são pagos para falarem positivamente de um produto, entre outros (Stine, 2019).

**Tabela 05 - Análise de sentimentos**

Sentimento	N	%
Positivo	26293	3 %
Neutro	747914	85 %
Negativo	103120	12 %

Fonte: Elaborado pelos autores.

## Tendências dos tweets

Quando realizamos uma análise geral dos resultados obtidos verificamos que, conforme observado na tabela 01, a maioria das mensagens correspondem a retweets (153067), seguido por tweets (22178) e por respostas (9961). Estes dados permitem aferir que o número de tweets promotores de discussões são baixos face ao total, uma vez que a maioria das interações sobre este tema correspondem a republicações de um tweet. Não obstante, estes dados também parecem demonstram que há muitos utilizadores do Twitter que potencialmente apoiam o que é escrito pelos tweets que iniciam a conversa sobre o ODS4.

O gráfico 01 permite perceber que o período de setembro de 2021 a abril de 2022 regista um maior número de tweets com a palavra SDG4. O maior número de tweets (16576) regista-se no mês de janeiro de 2022, em particular nos dias 24 e 25 de janeiro. Uma análise mais específica dos tweets deste período permite perceber que este pico no número de mensagens está associado à comemoração do Dia Internacional da Educação, celebrado anualmente no dia 24 de janeiro desde 2019. O segundo pico de tweets foi no dia 10 de novembro de 2021 e está associado à conferência de alto nível da UNESCO *Global Education Meeting*.

A análise das palavras com maior frequência permite obter pistas sobre o conteúdo dos tweets e, como seria de esperar, o hashtag #sdg4 destaca-se, seguido pela palavra *education*, *yasminesherif1*, *child* e *educannotwait* (tabela 01). Destes dados é possível verificar que, de uma forma global, os tweets que contêm a palavra SDG4 falam de educação e crianças e estão relacionadas com a parceria *multistakeholder Education Cannot Wait*. Enquanto a primeira constatação é evidente, a segunda requer perceber que *yasminesherif1* corresponde à conta do Twitter da diretora da parceria *multistakeholder Education Cannot Wait*, Yasmine Sherif e *educannotwait* à conta do Twitter desta parceria. Esta lista de frequência de palavras permite também perceber que os tweets contêm um incentivo para o leitor, caso concorde com o seu conteúdo, o partilhar, uma vez que as palavras *please*, *agree* e *retweet* também estão presentes

com elevada frequência. Estas palavras indiciam também a estratégia usadas pelas contas que provem a discussão sobre o ODS4, isto é, uso de citações ou comentários pedindo ao leitor para fazer um retweet se concordam com o que é dito. Os exemplos seguintes permitem ilustrar o que foi referido:

Kent Page @KentPage. “Every student can learn, just not on the same day, or the same way.” ~George Evans. Please retweet if you agree w/these #ThursdayThoughts & that #EducationCannotWait for any child. @un @bmz\_bund @canadadev @stateprm @fcdoeeducation @sida @educannotwait @yasminesherif1 #SDG4”. 17/03/2022, 19:00.

Kent Page @KentPage. “A person who won’t read has no advantage over one who can’t read.” ~ Mark Twain. Please retweet if you agree w/these #TuesdayThoughts & that #EducationCannotWait for any child. @un @bmz\_bund @usaideducation @belgiummfa @swemfa @swissmfa @educannotwait @yasminesherif1 #SDG4 21/09/2021 16:07.

Education Cannot Wait (@EduCannotWait). “Human rights, international humanitarian law and international refugee law underpin ECW’s rights-based approach. Join @EduCannotWait in leaving no child behind as we work to achieve #SDG4. Please RT if you agree #EducationCannotWait for children caught in emergencies.” 26/12/2020 17:00.

Nokuzola Ndwandwe South African Activist (@Nokuzola\_SA) “Dear World Leaders. We Are Watching you. I’m proud to unite with incredible activists across the world to demand leaders keep their #GlobalGoals promise. For People, For Planet. Retweet to show your support. #SDGs #SDG4 #SDG5 #SDG6” 25/07/2020 08:53.

Da lista de palavras mais frequentes presentes na tabela 1 ainda é possível verificar que se destacam contas do Twitter, como a do Ministério Federal de Cooperação Económica e Desenvolvimento (BMZ) da Alemanha (bmz\_bund), a secção de educação das meninas do Foreign, Commonwealth & Development Office do Reino Unido (fcdoeeducation), a Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional (sida), do Population, Refugees, and Migration Bureau dos Estados Unidos da América (stateprm) e a conta dedicada à cooperação para o desenvolvimento do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Canadá (canadadev). Contudo, estas contas frequentemente são *mentions*, isto é, são identificadas nos tweets e não são elas que iniciam a conversa sobre o ODS4. Os tweets citados anteriormente também ilustram este aspeto.

Para continuarmos a perceber o conteúdo das mensagens, recorreremos aos pares de palavras com uma frequência na ordem dos milhares, para compreender com estão relacionadas, sendo possível na ilustração 01 observar a rede que estas criam. Da análise da ilustração e das estatísticas da tabela 03, é possível aferir que há um valor alto de modularidade na rede (0,674) que indica que existe uma relação forte entre os diferentes pares de palavras. Desta relação entre os pares de palavras vemos que são criadas comunidades (modularidade), observando-se uma comunidade entre as *palavras #sdg4 yasminesherif1, educationcannotwait, dubaicares, case for humanity, swissdevcoop, dutchmfa, join, #sdg5, #sdg17, director, #covid19, achiving, #quality education*; uma comunidade com *education, quality, inclusive, global, equitable, access, rights, human*; uma comunidade com *children, sdg4, ethiopia, readiness, work, attainment, crisis*; e outra comunidade com *damage, unesco, general, 41st, conference, statement, national, delivered*.

Estas comunidades permitem concluir que as discussões se centram na qualidade da educação inclusiva e equitativa, palavras-chave do ODS4, mas relacionadas com a educação em situações de crises e para o mundo do trabalho. Os dados também indicam que se formou uma comunidade de palavras em torno da conferência de alto nível da UNESCO *Global Education Meeting* e da 41.<sup>a</sup> Conferência Geral da UNESCO.

Neste mapa conceptual, observamos também que as palavras mais influentes são *education, #sdg4, quality e children* (tabela 02 e ilustração 01), sendo possível concluir que estas três

palavras são as mais influentes na rede de palavras e que permitem ligações entre outros temas/palavras. Estes resultados permitem confirmar que, de uma forma global, as discussões estão centradas na missão e no trabalho da parceria *multistakeholder Education Cannot Wait*, apesar de durante a conferência de alto nível da UNESCO *Global Education Meeting* e da 41.ª Conferência Geral da UNESCO ter surgido uma comunidade distinta de palavras.

No que concerne à análise de sentimentos, verificamos que a maioria (85 %) transmite um sentimento neutro, seguida por negativo (12 %) e por fim com apenas 9 % com um sentimento positivo. Não obstante estes resultados, uma análise mais pormenorizada do texto dos tweets que ficam na categoria negativo, permite aferir que apesar do resultado da análise de sentimento ser negativa, o texto geralmente tenta através de palavras com uma conotação negativas mobilizar os leitores para o que é necessário fazer para atingir o ODS4. Um outro tipo de tweet que foi classificado nesta categoria chama a atenção para a educação em situações de emergência e crises crónicas que usa um léxico que é também identificado como negativo. Os exemplos que se seguem ilustram estes aspetos:

Felix (@felixdike10) "Are you concerned about efforts made So far in meeting SDG4. Be the change you want to see. Let our voice count! <https://t.co/2dIlPrVuqX>". 30/04/2022 11:39.

Gillian D'Souza Nazareth (@GillianJDSouza) "A2: education removes doubt confusion and fear of the unknown, if we understand it, we dont fear it. If we dont fear it, it doesnt bother or worry. #sdg5 #act4sdgs #sdg4" 31/07/2020 16:50.

Kent Page @KentPage. "#Covid19 is disrupting education globally. For children & youth already affected by armed conflicts, displacement & disasters, the pandemic is 'A Crisis Upon A Crisis', increasing risk of abuse, exploitation & violence. Donors can help: Children's #EducationCannotWait! #SDG4". 06/11/2021 02:58.

Quando combinamos os resultados na análise de palavras, de pares de palavras e de sentimentos podemos aferir que as discussões na rede social Twitter sobre o ODS4 que usam a palavra SDG4 no período de março de 2020 a maio de 2022 utilizam uma linguagem neutra, combinando o uso das palavras *education*, *#sdg4*, *quality* e *children* discutindo temas relacionados com a educação em situações de emergência e crises, bem como a promoção do trabalho da parceria *multistakeholder Education Cannot Wait*.

## Considerações finais

O presente artigo, ao eleger como campo empírico as discussões na rede social Twitter sobre o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS4), procurou analisar as tendências, perceber que tipo de discussões estão a acontecer, bem como criar um mapa conceptual utilizando os pares de palavras dos tweets recorrendo a três softwares (R, NodeXL e Gephi).

Primeiramente, podemos concluir que a maioria dos tweets para o período em análise correspondem a retweets (153067) e as contas promotoras das discussões são em número reduzido, face ao total resultados que foi possível obter. Não obstante, estes dados também parecem demonstram que há muitos utilizadores do Twitter que potencialmente apoiam o que é escrito pelos tweets que iniciam a conversa sobre o ODS4. Este facto é corroborado pelas palavras mais frequentes, uma vez que palavras como *please*, *agree* e *retweet* estão presentes com elevada frequência incentivando o leitor, caso concorde com o seu conteúdo, a republicar o tweet (retweet). Estes resultados também são um indicador da estratégia utilizadas nos tweets pelos seus autores, isto é, o uso de citações ou comentários pedindo ao leitor para republicar se concorda com o que é dito.

Um segundo fator a destacar é que, de uma forma global, os tweets sobre o ODS4 que usam a palavra SDG4 utilizam uma linguagem neutra combinando o uso das palavras *education*,

#sdg4, quality e children combinadas com a educação em situações de emergência e crises. É ainda possível concluir que os tweets analisados promovem de forma destacada o trabalho da parceria *multistakeholder Education Cannot Wait* e a sua missão criando uma imagem e presença nesta rede social associada ao alcance do ODS4.

Não obstante estas conclusões, a análise de sentimentos dos tweets mostra as suas limitações, uma vez que análise mais pormenorizada do texto dos tweets que foram incluídas na categoria negativo permite concluir que o texto geralmente tenta através de palavras com uma conotação negativa mobilizar os leitores para o que é necessário fazer para atingir o ODS4. Um outro tipo de tweet que foi incluído na categoria negativo usa um léxico relacionado com a educação em situações de emergência e crises, o que naturalmente os coloca nesta categoria. A rede criada pelos pares de palavras permite concluir que existe uma relação forte entre os diferentes pares de palavras, uma vez que temos um valor alto de modularidade na rede (0,674). Esta rede permite também concluir que dos pares de palavras as mais influentes na rede (maior *betweenness centrality*) são *education*, *#sdg4*, *quality* e *children*. Esta rede permite ainda concluir que se destacam quatro comunidades (modularidade) de palavras, estando centradas na missão da parceria *multistakeholder Education Cannot Wait*, apesar de durante a conferência de alto nível da UNESCO *Global Education Meeting* e da 41.<sup>a</sup> Conferência Geral da UNESCO se ter gerado uma comunidade de palavras mais relacionadas com estas conferências. Os resultados obtidos apontam que futura investigação poderá recorrer a uma análise de sentimentos com mais categorias para uma análise mais complexa dos tweets e tentar ultrapassar as limitações identificadas, bem como tentar perceber qual é a rede de contas de Twitter que é mencionada nos tweets. Poderá ainda ser explorado o conteúdo dos tweets usando pacotes de *text mining*.

## Referências bibliográficas

- Golbeck, J. (2013), Chapter 3 – Network Structure and Measures. In J. Golbeck (Ed.), *Analyzing the Social Web*, pp. 25-44. Morgan Kaufmann. [Em linha]. Disponível em: <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/B978-0-12-405531-5.00003-1>.
- Liu, B., & Zhang, L. (2012), A Survey of Opinion Mining and Sentiment Analysis. In Aggarwal, C. C. & Zhai, C. (Eds.), *Mining Text Data*, pp. 415-463. Springer US. [Em linha]. Disponível em: [https://doi.org/10.1007/978-1-4614-3223-4\\_13](https://doi.org/10.1007/978-1-4614-3223-4_13).
- Sam, C. H. (2019), Shaping Discourse Through Social Media: Using Foucauldian Discourse Analysis to Explore the Narratives That Influence Educational Policy. *American Behavioral Scientist*, 63(3), pp. 333-350. [Em linha]. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0002764218820565>.
- Schuster, J., Jörgens, H., & Kolleck, N. (2019), The rise of global policy networks in education: analyzing Twitter debates on inclusive education using social network analysis. *Journal of Education Policy*, pp. 1-21. [Em linha]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/02680939.2019.1664768>.
- Silva, R. D., & Adrião, T. (2021), Redes Sociais e Política Educacional: Análise do Instituto Ayrton Senna no Twitter de 2013 a 2020. *Brasileira de Política e Administração da Educação – Periódico científico editado pela ANPAE*, 37(3), pp. 1413-1440. [Em linha]. Disponível em: <https://doi.org/https://doi.org/10.21573/vol37n32021.111567>.
- Silva, R. D., & Oliveira, J. (2021), A Parceria Global para a Educação no Twitter: análise das tendências e das agendas veiculadas. *Revista Lusófona de Educação* (54), pp. 73-86. [Em linha]. Disponível em: <https://doi.org/10.24140/issn.1645-7250.rle54.05>.
- Stine, R. A. (2019), Sentiment Analysis. *Annual Review of Statistics and Its Application*, 6(1), pp. 287-308. [Em linha]. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev-statistics-030718-105242>.
- Thelwall, M., & Cugelman, B. (2017), Monitoring Twitter Strategies to Discover Resonating Topics: the case of the UNDP *El profesional de la información*, 26(4), pp. 649-661.
- Weller, K., Bruns, A., Burgess, J., Mahrt, M. & Puschmann, C. (2014), *Twitter and society*. Peter Lang.





# Entrevista

**MARIO NOVELLI**

*"(...) there's also something epistemologically western and myopic about the SDGs"*



# Mario Novelli

*“(...) there’s also something epistemologically western and myopic about the SDGs*

Entrevista<sup>1</sup> conduzida por **Rui da Silva e Miguel Filipe Silva**

Via Zoom, June 2022

*Mario Novelli is Professor in the Political Economy of Education at the University of Sussex. He previously worked at the University of Amsterdam, and the University of Bristol, working across the disciplines of Education, International development, Geography and Politics. Drawing on the tools of critical political economy, his work explores the relationship between education systems and armed conflict; the relationship between education and processes of globalization and learning and knowledge production in trade unions, social movements and civil society organizations. His recent work has focussed on issues related to the role of education in peacebuilding processes, with a strong interest in critical political economy approaches to researching issues in conflict affected context. Prior to becoming an academic he lived and worked in Egypt, Palestine and Colombia and has carried out research in a wide range of conflict affected contexts. He is the co-Editor of the journal of Globalisation, Societies & Education, President of the British Association of Comparative Education (2021-2022), a member of the board of trustees of War on Want<sup>2</sup> and an active trade union and international solidarity activist.*

**Rui da Silva (RS):** Thank you very much Mario for making room for this conversation.

**Mario Novelli (MN):** Thank you. My pleasure.

**RS:** What do you think about the SDGs and what is the main ideology present in this agenda?

**MN:** It’s hard to disagree with the *Sustainable Development Goals (SDGs)* in the abstract, there are 17 goals and they all sound like things that everybody would agree with. No poverty, zero hunger, good health and wellbeing, quality education, gender equality, and so on.

I guess trying to understand, or to develop a critique of the *SDGs*, is to try to understand how these kinds of goals get produced and by whom, for what purpose and with what effects?

**RS:** Very interesting. Could you elaborate?

**MN:** Of course. I think it’s locating this within a story of the evolution of major global governance institutions like the United Nations. So, some questions are important: what is the United Nations and how did it emerge? It emerges as both an idealistic project, but also a realist project. A reflection of the optimism on the post Second World War new global compact. But

<sup>1</sup> Our interview with Mario Novelli was recorded on the 8<sup>th</sup> of June 2022 via Zoom and focus on a critical reflection on the Sustainable Development Goals. We would like to thank him for being so generous with his time and so open with his responses.

<sup>2</sup> [Online]. Available at: <https://waronwant.org/>.

also, a recognition of the power relations in the world at that time. So, you have the General Assembly, open and democratic with one nation, one vote; and then you have the Security Council and the Bretton Woods Institutions that clearly reflect the balance of power and finance in the world at that time, with some voices/nations have more votes, more power to make decisions than others. When I think of the *SDGs* I think in a similar way. What lies beneath the *SDGs* is probably a political compromise around what the nature of those goals are. On the one hand there is a genuine interest and commitment to the *SDGs* from all of those participants. If you're a leader of a powerful country you don't want the global system to collapse, you care about the environment, and you care about a range of things because it's good for you. But at the same time you don't want it to encroach on your core interests, and your core necessities, so there is this balance and tension. The world we live in is incredibly unequal and then the *SDGs* comes in as a kind of way trying to address some of these challenges like hunger, war, conflict, all of those things, but within the structures of power, within the limitations of the possible. I think that's where you start to get under the skin of it.

**RS: Did you experience those tensions in any of your jobs or tasks?**

**MN:** Yes. I had my own experience of working with international organizations. I worked with UNICEF for several years and if I think about that, and my own experience within that, it was a similar process. You meet a lot of very committed people who are working in these different organs of the UN. We share many ideas, and many hopes, many aspirations, but we work within a structure that creates the conditions for the possible. And the possible is often determined by actors who have particular interests, and I think these are driving the problems. Actually, when I look at the *SDGs* I asked myself and others about some of

the big drivers of the challenges and the absence of questions about these drivers. For example, Where is the critique of capitalism? Where is the critique of history? Where is the critique of power?

**RS: That was precisely our intention, to ask you about the *SDG*'s and ideology...**

**MN:** For sure and a very important one. So, you know, within these discussions around the *SDGs*, you look at them in the present and you say *oh this all looks good, right*, but then ... *How did we get here? How did we get to a world that is so unequal and so full of poverty?*

In this moment you start to understand that there is an avoidance of dealing with some important questions around capitalism, around slavery, the limits of the planet to grow and the reasons why the planet is in this crisis. Somewhere in there is also the avoidance of the issue of private capital and transnational corporations, just to give you some examples.

Thinking about the previous agendas like the *MDGs* (Millennium Development Goals), and from the 1990 *Education for All objectives*, up to the present, it seems that as we've moved through that period consultation with broader constituencies has got better. The *SDGs* got better in the sense that there was a much larger participation from civil society. Nevertheless, participation in the construction of the *SDGs* doesn't equal voice and power. Truly, for me, we can't get away from the fact that there are some challenges with them. In the end, this is at best a kind of form of global left Keynesianism, a kind of a soft attempt to stabilize a system that is clearly malfunctioning. But, from time to time it feels a little like corporate spin, you know, *we're doing this but we're also doing that, but we don't want you to see "that"*.

**RS: It would be clearer for everyone, more transparent if this ideological framework was more visible. Is this what you are suggesting?**

**MN:** It is not so simple, but I guess I'm more comfortable if it's left Keynesianism. At least you can see that and know it, but if you're caught up in corporate spin that's problematic. Finally, I don't know whether there's an ideology underneath the *SDGs* and I think that a lot of very rich and very powerful people recognize that we're on a very, very dangerous road and if they want to contain and maintain their wealth that may be the need for some social reforms. But at the same time whenever they have an obstacle, they're happy to cut reforms short, so let's look underneath the *SDGs*, the targets and the financing and the money and see how things can change. Let's think about COVID, for instance, the war now and how suddenly, things like coal production might be okay, *let's bring back nuclear power, it might be a good idea*. My country the United Kingdom is not the best example of a progressive state at the moment, so it's maybe an extreme case, but those extreme cases are actually all around the world. We also have now Bolsonaro in Brazil, Erdogan in Turkey, Putin in Russia, and we could go on and on, so, in a sense I do think that even the idealism of the *SDGs*, if you give that side, is being eroded as we speak, by the geopolitics and the reality of what's going on underneath, but it doesn't mean that it's not a good experiment.

Let's say the same about the UN. If there wasn't a UN, we would want to recreate it, but if we recreated it we would want to give a bit more power to the General Assembly, a bit more power to one nation one vote, and maybe to social movements and other things and think about reimagining what constitutes participation in global debates and a little less influence to the great powers and try to balance that. I don't think that's a reason to reject either the UN and the *SDGs* but to realize a little bit around the underlying logic of the production, circulation, and execution of the goals as we've gone through this period.

**Miguel Filipe Silva (MFS): Picking up your idea of more power for, let's call it,**

**civil society, what is the space that the *SDGs* have for social movements and trade unions considering the partnership model that they promote?**

**MN:** I guess again the *SDGs* is a legitimate space within which we can operate. It's a social space and it gives us the chance to talk about all of those important things to trade unionists, social movement activists, we can talk about poverty about hunger about wellbeing, about war, about peace, all of those things, right. So, I think the *SDGs* is something a bit similar to *Human Rights*. It's not enough, but it's something that we can open up in order to try to extend the limits of the possible within that discussion. For example, with the *Human Rights* agenda, which you know, is a longer one and we can go back and look at that, we can look at the evolution I think of a range of attempts to open-up human rights from a very narrow bourgeois civil and political rights to really serious discussions around economic rights, social rights, cultural rights. Even to the extent that in the 70s and the glory days of the anticolonial movements, the right of peoples to resist. *Human Rights* discourse has allowed trade unions and social movements to enter into spaces that maybe we wouldn't get into and open-up and reveal some of the contradictions of the discourse around *Human Rights*. We can draw a similarity similar with *SDGs*. Participation is something that we should engage with, that our organized and collective presence can allow us to talk a bit more about the strategy to change for instance that corporate spin, but we should never be naive to think that we cannot also be caught up in their agendas...

**MFS: What you mean by being caught in these agendas?**

**MN:** I'm talking about the risk of this participatory process and the space it opens, leading to co-option. This is very dangerous within these mainstream kind of processes.

It's easy to get seduced by being invited to a meeting in New York or in Cape Town. You're being paid by NGOs that are funded by certain organizations that it's easy to get swept up, isn't it? Thus, we could have the kind of left critique of this NGO world that underpins some of these processes and say that they may be also complicit in the neoliberal era. I mean, in a sense while neoliberalism stripped away lots of state social guarantees, NGOs often stepped in to fill the gaps. In this process social rights became a kind of a philanthropic activity rather than a right.

I'm kind of conscious that with the whole *SDGs* there's a danger that we have a door to get into the "room", and by doing that we can be providing legitimacy for the process, but it doesn't necessarily change the content of the discussions and decisions. It's a word of caution, to be aware of the dangers of these processes, as well as the possibilities.

**MFS: So, for you there is definitely an "assimilation" danger within the process. Is there anything to mitigate that risk?**

**MN:** I think it requires political education, above all amongst those operating in that space to realize what they're doing and try to play a stronger game as possible.

I remember, I think it was in the late 1990s, Robert Cox, an international relations theorist, wrote a paper called "Civil Society at the Turn of the Millenium" and in this paper he uses a Gramscian framework to talk about top-down processes and bottom-up processes. At the bottom and the top, it's very clear to see where things are, who are the actors, but in the middle there is a battle for contestation. So, it's this idea of Gramsci's civil society and you can kind of see all of those actors within the *SDGs* potentially being pushed and pulled depending on the balance of social forces. I don't know, but maybe if we had, for instance, the majority of Latin America shifting to the left with a radical agenda, maybe, again, we could see a different power in the negotiations over

*SDGs* and vice versa. As you know, we have now a rise of authoritarianism and quite a lot of reactionary governments and the danger is that they get much more influence. But social movements, trade unions, transnational coalition's, the way that movements operate both in the nation, but also across nations can develop counter power to try to pull organizations like Save the Children, Oxfam, that I feel at moments can actually get captured by a progressive agenda, but often get taken away. So, I think that some NGOs these days have really got caught-up in the whole public private partnership discussions and almost seem to be kind of midwives of capitalism for poor people. Promoting the private sector across all of that but, equally, in the 1980s, many of these NGOs were supporting, for example, the Sandinistas in Nicaragua in the struggles and the struggles against dictatorships in different parts of the world. Therefore, they can move as well, so I guess it's a question of how you engage with these and maximize people's power in its different manifestations, which requires also technical knowledge, as well as mobilization power.

**RS: You talked about political education. Were you engaged in the production of the education parts of the *SDGs*? And, if yes, can you tell us something about it?**

**MN:** I haven't been involved with the production of the education *SDGs* but I had two friends that were closely linked to it. Jordan Naidoo, who was at UNESCO and was leading the whole education side, and Yusuf Sayed who was involved in the consultation process. For them, the "story", and often the battle, is around how words get thrown in, changed, added: public free education or education for all, but education that could be delivered by the private sector. The devil is in the detail, so it's a question of being alert to these discursive shifts in the documents and then being able to mobilize enough power to change the language and to push for more ambitious targets.

I remember in the late 90s when we were probably at the height of the anti-globalization movement, that transnationalism felt quite strong and felt like there was a possibility to mobilize across broad geographies. Since 9/11 in the USA, it's become a bit more complicated. Maybe around the environmental areas things are picking up again and we are seeing more advances, but that's hard labour. We are living in an incredibly unequal world. I have faith that we can turn it around, but I would have more faith with the re-emergence of some radical states that could push an alternative agenda – the kind of Bandung era of internationalism of the anti-colonial. But that seems to me less likely, these days, although we have some elections in Colombia in the next couple of weeks, which may be a trigger to start to change a little bit in some parts of the world.<sup>1</sup>

**MFS: Do you think that less structured social movements, more spontaneous social movements, can be a source of pressure in contrast with more structured social movement like NGOs? Or I'm being too much idealistic.**

**MN:** I think they are, and I mean, in the recent climate summit you saw a lot of action on the streets, that was pushing for change. The momentum for that is precisely coming from these organizations, and they forced the others, the more mainstream ones to balance their discourses and not get too seduced. So, I definitely think that there is a need for these movements, but the question of whether there is enough space for them in a very selective understanding of civil society by mainstream organizations, is the challenge. For example, the acceptable face of opposition in my country [United Kingdom] at the moment seems to be, you know, the same side of the conservative coin. We had the left opposition of Jeremy Corbyn, we now have a left opposition of

Keir Starmer who sounds very much the same as the Conservative right wingers. So, that's become the acceptable face of opposition, slightly right now, a softer appearance, basically not challenging any of the fundamentals of the system and that's why they get invited inside the room and others get to shout from the outside.

**MFS: Do you think that social movements are talking in a transnational way, or they are confined to the old idea of the nation state?**

**MN:** I think this is a complicated question because, as I said, I was very active in the late 90s early 2000s in this whole transnational social movement processes working a lot in Latin America, in Colombia and working on a range of transnational issues. I remember at that time there was a critique of the emergence of a kind of international activists' tourism. People moving around the planet for protests in different parts, but not building enough in the local. This should lead us to the recognition that we have to do both. That we do have to build inside the nation because if you build movements in the nation that can eventually create the conditions under which state control or electoral power comes, as is the case with Gustavo Petro and Francia Márquez in Colombia, they concentrate the power of hundreds, and hundreds of movements across the country with a range of political projects. In that sense its good to concentrate on that national space, but also recognise that the international space is also important. Because most of these big issues and challenges are beyond the control of the nation state now and we need to also operate across borders.

When I was doing my early research and doctoral studies in the late 90s early 2000s, it was all around globalization, and this idea that there were lots of things that one

<sup>1</sup> In fact, after this interview, for the first time Colombia elected a left wing President, Gustavo Petro. Also for the first time Colombia have an Afro-American women as vice-President, Francia Márquez.

couldn't understand within context of the nation state and we need to go beyond that if we wanted to deal with AIDS, climate change, and so on. Global solutions were required. Now for social movements it's a similar issue, but we need to be able to advocate and build power, both in the nation, but also across and build that solidarity. I think that people to people solidarity when harnessed can be incredibly powerful. The heyday, again, was that late 90s early 2000s and then it's somewhat fragmented after the Iraq war, the war on terror. These events did lots of damage to movements in a various range of ways. I'm hoping that we're going to develop a new period of transnational solidarity and then, you know, I think there are a range of activist's older generation activists now who have experience of that earlier period and can perhaps give some advice on how to not fall down the same gaps and mistakes that happened, the last time, and hopefully move that process forward. Nevertheless, if we look at the whole world social forum process, they are still there, but they've lost a lot of steam.

**MFS: I was going to ask you about World Social Forum from Porto Alegre, Brazil. I have a feeling that they were almost erased from the discussion nowadays, they are not moving. What do you think?**

**MN:** I think that you are right and that was my point about the kind of phasing out of this kind of period of the Justice Now, Global Justice Movement or Anti-Globalization Movement. It's quite ironic actually that Vijay Prashad, whom I like a lot, an Indian communist and analyst, talking on *Democracy Now*, a USA radio chat show, talked about how the West was trying now to de-globalize or extricate itself from Russian financial capital that "they" spent the last 20 years trying to integrate. And it's a funny thing that we grew up on this diet that two countries will never go to war if there is a McDonald's in each

one of them, and Vijay is calling for the maintenance of that global integration. So an anti-globalization activist, is calling for the maintenance of the integration, and the old globalization activists are now talking about drawing a wall between Russia and, probably, China and extricating capital, I mean, this is the world turned upside down. It's a crazy situation that we're in. That you have a communist arguing for the maintenance of the integration of capitalism... it's a post-Communist paradox.

**RS: Now, trying to relate the SDGs with the development sector, do you consider the SDGS relevant for this sector – taking in consideration the previews agendas like the MDGs? Is this agenda so broad that sending migrants to Rwanda fits in?**

**MN:** That's a very good question. On Friday, we had this Queens Jubilee in the UK, and there was this video clip with Paddington bear having tea with the Queen. Notably the story of Paddington bear was an allegory about migration. Paddington came from Peru, and he was welcomed into the UK, but Paddington today would not be having tea with the Queen but would be deported to Rwanda. The case about Rwanda deportations also highlights another concern, even in the liberal mode of global governance that is collapsing now. There was a general unofficial agreement after the post-Soviet collapse of trying to break tied development assistance, to break conditionalities and to try to pool resources to target the worlds poorest, largely focused on sub-Saharan Africa. We are now seeing the almost complete breakdown of these ideas. Every country is prioritizing benefits to its own trade sector. The UK, you see, is bargaining now for its post-Brexit trade deals. So, aid for trade, aid for taking our unwanted migrants, aid for aligning with us. The Rwanda deportation scandal is wrapped up with education aid to be given to Rwanda, along with other things, in exchange for taking 'unwanted' asylum seekers. Then you

need to start to thinking about relationships and responsibility here.

I've been reading this book by an American professor of Holocaust Studies, Michael Rothberg, who wrote a book called "The Implicated Subject: Beyond Victims and Perpetrators" and basically, he's trying to understand the way that each of us is implicated in human rights atrocities in range of different ways. He gives the example of the fact that the train controller during the Holocaust, may not have consciously known that he was organizing the transportation of all of the Jews and trade unionists and Roma people that were being sent off to concentration camps, but if he had not been there, doing his job then the Holocaust would not have been able to take place in the same way, so he tries to explain and talk a little bit about the way that maybe sometimes we're not conscious, but we are implicated in decisions in the present, but also beneficiaries of things in the past. Slavery, for example, we don't see that we are the beneficiary of it directly. Indirectly, you can see how these things have benefited some and, you know, it makes me think now around the whole deal with Rwanda, if you get involved in education delivery, if you're an NGO working in Rwanda, then you are implicated in the human rights violations and extrication of vulnerable communities, migrants, refugees who have been physically deported to Rwanda. More generally, I think that discussion around implication is very important. For similar reasons I never got involved in anything to do with education after the invasion of Iraq and Afghanistan, because for me the soft side and the dark side, the hard side, the military side and the social side all work together in these processes you can't separate them out. So, by being involved in the social side you're often supporting the military side. Maybe you remember, in the early 2000s, Colombia became the biggest recipient of US military aid and the Americans said: *We will supply the arms, but you, the EU, you can do some social development with the Colombians.* They started sending money to Colombia for

social projects. The Colombians that I was working with they were in a meeting where this money was offered and they said: *look, this is very clear, you send the Americans to kill us, and then the EU to pick up the bodies.* I think that with development, more generally, we have to understand this relationship. Particularly now because in a sense, in many countries the mask is off. I mean in the UK they don't try to hide the tied aid. Actually, they justify their aid by saying that they'll use every single penny of our international development assistance to support our trade, to support our prosperity. It is not about your prosperity, is about our prosperity and how we can get it. And this can be linked with the *SDGs*, those whole things are interconnected. I guess, there are some things that are most starkly clear and some things, maybe you need to negotiate at the edges and others to fight inside. In my opinion military occupation is a bottom line, but maybe in other areas you have to fight from inside.

I don't fully know what the strategy is but certainly aid seems to me to be going back now to the dark days of the Cold War, where everything was about geopolitical strategy, we fund some and we don't fund others for geopolitical reasons. Maybe that was also going on for the last 30 years, but it was a little bit more marketing, bit sleeker and well organized in its presentation, but definitely the mask seems to be falling now.

**MFS: I was also remembering something that happened in Denmark in 2018 when they send some migrants to an isolated island. It was during the Liberal Party Government. Nevertheless, after the 2019 elections the winning party, the social democrats continued this kind of policies. For me this is more than an odd situation...**

**MN:** Yes, and I can add that the British model is taken from the Australians, and the Israelis we're also sending people to Rwanda directly. Sometimes these extreme cases help us to see the reality of the broader

world. They push into your face the reality of the inhumanity to others that is often obscured.

**MFS: As a Professor of political economy of education, how do you see the role of SDGs in the education sector, particularly in sub-Saharan Africa, because our journal is about the African continent.**

**MN:** I guess, reiterating what we were talking before that there's a lot of good people working to produce, within the limits of the possible, a framing to try to measure educational inequality around the world. For me you have to be in that discussion and pushing it as far as it can go, as much as possible. That said, it seems to me that the history of education policy, or the history of the global education agenda, as we call it, over the last 40 years has not changed that much. In the early 2000s we talked about the educational 'Washington Consensus'. After the World Bank realized that privatizing primary education wasn't the best idea, they said Okay, we make lower basic education free and we will try to find ways for cover cost recovery from different sectors and encouraged privatization of education, decentralizing school management, high stakes assessment, there's a range of policies and those policies seem to be pretty intact. I don't see huge amounts of movement or change in the global education agenda. Of course, that was a period of structural adjustment, where the social sectors were de-prioritized and paying off the national debt was re-prioritize and that led to huge reductions in education sector and the destruction of the university sector across Africa, for example. I think that is still the core logics. Nowadays for instance we can take the consultation processes as an example. They've become more subtle, and we talk now about the post-Washington Consensus. The post-Washington Consensus brought in social stabilization funds to protect somewhat the education and health sectors. We have those periods where there was a recognition

that public education was important, but also those innovations. Innovations which is interesting to talk about, the low fee private school and Africa has become a laboratory for that in a range of ways. This at the same time that the *SDGs* was being talked about. This process of private solutions to public problems was being pushed for the most vulnerable marginalized communities on the planet.

**MFS: In a sense, it's almost like two realities going on there?**

**MN:** That's it. One is the idea that private capital is better than public capital and the other, if we want the world to be a much fairer place we've got the *SDGs*, we've got the educational objectives now, and there is a mismatch I think between these two processes. Now there is a good news story I think about low fee private schools and it's precisely around the topic of our conversation because through intellectual labour, political pressure, social movement organization, that model of the low fee private school is cracking. The World Bank said it's no longer going to invest in these low fee private schools. Some of these chains of private schools that have emerged are under great pressure. So, there is pushed back and that push back emanates from a combination of social movement organizations, global trade unions, education international movements. I think they played an important role in this process. Good academic research and colleagues that have worked on that process to reveal some of the corporate spin around the success of those schools and the selective nature of their recruitment and a whole range of other thing. What I'm guessing is that there are different things going on there, but the mainstream system still thinks that neoliberalism, in its multiple incarnations can still result, that the market is better, that private capital is benign. But increasingly there is pressure to make these corporations realize that people are just not accepting those arguments anymore. And I think that

tells you something about the crisis that we're in but also the value that people place on public goods. Education and health matter to people. These are the basics of life for many of us, and education is the basis of hope for the future, and we don't feel like it's safe in private hands. But we also probably think that it's not safe in public hands either. So we need to fight both against private capital, but also for better and improved public services.

**MFS: What can be done to make us believe more in the State ability to be the main drive for the education sector?**

**MN:** We need to transform the state and the seriousness of which it takes education, because it's not just the question of eliminating private solutions, but it's also about improving public goods. I lived in the Netherlands for a while in the mid-2000s, and in Amsterdam they have a public library next to the train station, right next to the water, an amazing building, seven or eight floors beautiful space, for kindergarten children on the lower levels, all the way up, amazing libraries and that to me is what public should be about. Yes, it should be good products for people. Not a second-class system for those that can't afford to enter into the private. But in order to do that, the *SDGs* and others have to address the question that it's not just about poverty, or poor people, it's about rich people and rich countries consuming too much, earning too much, having too much. The inequality that we're faced with in most societies requires taxation, serious taxation of transnational corporations, it demands reparation for past historical injustices, and these things are not on the agenda of the mainstream. The good news is that I think increasingly they're on the agenda of opposition groups, thinkers within the field and particularly within education. There's been a big push from *Action Aid*, and a range of organizations around the global coalition for education and around national taxation models. And that's definitely one that has to

be done transnationally, as well as nationally, because these corporations need to be taxed and there needs to be no escapes, and that is a challenge.

Thinking about the research that I've done over the years in education, I think that you also have to talk about conflict as a challenge. The Global Coalition to Protect Education from Attack recently released their global report and there is a massive increase in attacks on education in different parts of the world and a lot in Africa. We probably know more about Somalia and Nigeria. But that site of education is also a vulnerable site to attacks from a range of different forces, from military to armed insurgencies and terrorist organizations. I think that you know it's not just about quality education anymore, it's also about safety or maybe redefining what quality means in a context of massive insecurity.

Global responsibility to Africa because of all those historical injustices, this is also the other thing. There's a problem with aid that it sounds like generosity but is a very selective generosity. Exactly for the same reason that we refuse it in nation states as a solution to problems and say no, we should have a National Health Service, we should have a public education system, so the same we should have a different system of international development which is more about reparations and obligation. Rather than this idea *oh I'm going to help those poor regions*, we should develop the idea *I'm going to give back some of those things that we took*, which is not about giving back the Benin bronzes, statues and things like that, but substantive reparations for the failure of development. Or the distorted nature of development in many parts of the world affected by colonialism. I know that's not the only historical brutality, but it's up there as a big issue that I think needs to reframe some of this discussion that we're having around development.

**MFS: You put it in a very interesting way when you said that we have to go back**

**to history and ask ourselves why we are rich, why are we the rich ones. How we got here. And it's a very interesting and a very powerful question. Because, then we can prove that something we have to do as an obligation and not as generosity. We totally agree on that. I have one last question and that is how academia and universities can do more to change these situations and push the SDGs, and I'm going to use the word, to the left.**

MN: Well, I mean we gave the example of the work that was done around low fee private schools privatization. You could have a similar historical example around the research that people like Joel Samoff [from Stanford University] and others did around structural adjustment period, we have that technical role and many of our friends and colleagues are doing that work. I think the second thing that we could do, and I'm much more interested in and committed to it at the present conjuncture in my career, is trying to bring movements into university and trying to work with movements around the world. So, I had this project for the last few years working with four movements from Colombia, Nepal, South Africa, and Turkey. It was around popular education, so more informal, it wasn't about the kind of formal education system, but it was more about thinking about the political role of education in movements to precisely build collective power. To develop the power of movements to try to address these huge challenges, to build opposition or power and to redress the inequalities that exist. I think that is important to engage with movements not only because they constitute political power, but also because I believe that they have incredible amounts of alternative ways of thinking and understanding the world. So, we haven't gone into this in the conversation today but there's also something epistemologically western and myopic about the SDGs, you know. Its very linear, very modernist and the way that it understands the world and where we should

go. The West is there on the top, even if not as bad as that, its a kind of reproduction of modernization theory. I think that is what happens when you work with movements, is that you start to understand alternative ways of imagining and thinking. So, Arturo Escobar, in Colombia, Boaventura de Sousa Santos, your compatriot, talks about this *pluriverse*, many worlds in one. Whether it's *buen vivir*, *Ubuntu*, etc. There are other ways of imagining what it is to live in this world and ways of being in this world and that's an important study for us. I've kind of gone full circle in my career. I try to make sense of my career and not just say that it's based on chance, that I'm being swayed with whatever, whoever tells me to do what. I feel like I started out working with movements, and I did a PhD because I was a political activist. And then, as I went through my career inside the university, I started focusing on global power global governance, international actors these kinds of things and working with some of them and trying to push issues to the limits. I worked with UNICEF on peace building and education and now I have kind of turned full circle, I'm back working with social movements. What I kind of rationalize is that all this is about different points of entry for our career as academics, we can speak truth to power, that's good, but we also need to work with people and build common knowledge, collective power through these processes. And there is a balance too much towards the studying of power amongst our critical friends and colleagues. Too much of a serving of power amongst our non-critical friends and colleagues, with some selling themselves for whatever price to produce the research that people want. But there is not enough engagement with movements. I understand it's messier and you need context, and you need connections, but I do think that this academic relationship is an important one to work on. When we bring these movements into our universities, we educate a generation of young students about how these people are not the bottom

of society, these are the future of society, these are amazing political minds that are leading movements in different parts of the world, so we give inspiration and at the same time, we share our expertise and work together. Boaventura talks about the academic as a translator, and there are many dynamic processes, I think that we could be, we could do much more to engage with these activities. But it is of course more

difficult because there are less resources around those processes, it's easier to get research grants to study power, and it's easy to work for big powerful organizations and do research for them. We all have to survive, and we have to manage our lives and stuff, but I do think that opening up those spaces, in the mixed economy of our academic life, for movements, is a very worthwhile endeavour.





# África em debate

Poderes e identidades



# Whither Diversion or Broadening the Bargaining Space: Why Africa Needs New Non-traditional Partners in Development Cooperation

Armstrong Mudzengerere\*

pp. 143-152

## 1. Introduction

The field of development cooperation has become a function of complex geopolitical and geoeconomic changes driven by numerous crises. Global development now inculcates a multitude of processes, actors and epistemologies and this is transversal to all countries (Chakrabarti & Chaturvedi, 2021). The cessation of the traditional hegemonic centers of legitimacy and the proliferation of new actors in development cooperation represents the multiplex nature of the world order. This presents a new context of the fragmentation of practices and actors in development cooperation (Klingebiel *et al.*, 2016). Within that scope, South-South Development Cooperation (DC) has garnered much attention in recent times among states, policymakers, academics and its scope has encompassed largely economic cooperation, vaccine diplomacy, health, education, research, and development initiatives. Chaturvedi *et al.* (2021) argues that coalition magnets in South-South development cooperation should strengthen the solidary endeavors between developing countries based on horizontality, non-interventionist and creating mutual benefits for cooperating partners focusing on knowledge exchange. In hindsight anecdotes have been risen on whether the ethos of the coalition magnets are still intact or have long pronged.

The dynamism and number of platforms for DC in the trendy Africa+I summits create a romanticism binge of an endearment to a continent taking center stage but at what cost to economic sovereignty and the unparalleled growth of African markets? The study questions the incipient largesse of certain countries within the South-South DC as the conditionalities and the demand driven aspect of concession loans do not represent mutuality but lofty primitive accumulation initiatives. Gelpern *et al.* (2021) argues that Chinese lenders show considerable ingenuity in adopting, expanding standard contract tools to maximize their repayment prospects and lender controlled revenue accounts to protect Chinese interest in borrowing countries. This is corroborated by Ndi (n.d.) who argues that an inordinate burden has been replicated in the incipient concession loans from South-South Development Cooperation with partners like China which are demand driven and serve investment

---

 <https://doi.org/10.21747/0874-2375/afr38a8>

\* European Interdisciplinary Master African Studies.

interests. In what the study terms Africa's basket strategy in DC, the study argues that it is important to examine how the decoupling of South-South DC norms changes the dimensions of development cooperation. Succinctly the reality is that African priorities are not on the agenda of the purported summits as the motives and strategies of African governments are not aligned to interest and priorities of summit agendas. The incompatibility of the incentives of aid and concessions loans with development priorities in Africa have been depicted by Africa's failure to converge with the rest of world due to a lackluster in terms of economic growth.

Howbeit the novel contribution of this paper suggests a diversion to direct sector-based cooperation with new non-conventional actors to promote agriculture transformation, digitalization and intra Africa trade as priority frontiers that transmute and accrete development. The UAE and Vietnam as embryonic models of development are offering an opportunity for shared learning and growth, technology transfer, information sharing preceded by "learning by doing together". The learning involves investing in the basics and development being localized with regions focusing on their strengths rather than following a centralized development structure. For the UAE and Vietnam investment in building a robust human capital base and prioritizing agriculture as a means of addressing food-security with rice being the foundation of agriculture production formed the base of spur in economic growth respectively. Cooperation should be based on identified mutual benefits and clearly defined responsibilities in the cooperation arrangement (Buba, 2022). Part of what the UAE and Vietnam are putting on the table for Africa are complementarities in formal partnership based on sector-based development which surmounts government-to-government relations and inculcates business-to-business actors.

In proposing this avenue of thought for new nontraditional partners, the paper seeks to recenter the discourse on the specific investment needs of Africa, "putting money where Africa needs the money" to be able to position itself on a trajectory towards sustainable development. As countries that have successfully benefited from accelerated capital investment from multinational companies, the paper highlights how the UAE and Vietnam are exporting the same model and ideas for serious investments in agriculture and digital technologies for intra Africa trade.

## 2. Objectives

- Examine how non-conventional partners proffer better complementarities for direct cooperation that supports and is aligned to African priorities.
- Analyze the implications of diversion to evolving non-conventional partners in intra-African trade and agricultural productivity to support structural transformation.

## 3. Africa's Plurilateral Platforms: Why the Shifting perspective?

This segment of the paper depicts an analysis of the asymmetric complex nature of China-Africa, European Union-Africa, United States-Africa relations. In proffering this assessment the study employed a contextual approach by Tull (2006) which incorporates the need to "avoid falling prey to the caricature, crude stereotyping or a trap of moral relativism where the EU is held on one standard and China on another standard" (Tull, 2006). Under the auspices of such a caveat the study aimed to provide a balanced account of the salient features of the Africa-EU and Africa-China relations. This will assess to what extent Africa's engagement in DC structures, summits are effective and benefits the continent's economic priorities. Soulé (2020) argues that African countries are seeking to attract foreign investment, partner

diversification and showcase themselves as safe havens for investment in Africa+I Summits. However, this promotes a frantic race to the bottom amongst African states. Succinctly it's time for Africa to stop presenting itself as a cheap geopolitical date for external powers seeking to gratify their economic interests.

### 3.1. “Have the Rules of the game changed” Contextualizing South-South DC

The study uses the example of China as a prime example due to its dominant activities in Africa. In hindsight the paper questions whether China still resembled the principles of South-South development cooperation based on the language of horizontality, reciprocity and relationality. The motives of the “gift that keeps giving camouflage” is the scope of this prognosis. China is viewed as a benign force offering solidarity and needed economic support with limited political conditionality. Mthembu & Mabera (2020a) claims that China has engendered win-win relations with Africa countries, ensured the principle on non-interference in domestic affairs, mutual interests and the respect of the principle of state sovereignty. For the past decade this has somewhat stained the gaze of the EU and the USA and positioned China as the premium preferable alternative for African countries in their engagements with external powers. Bordered and embedded into economic, military, foreign policy and geopolitical strategies, China's comprehensive strategy is now being fronted by the *Belt and Road Initiative* (BRI) as the centerpiece of China's foreign policy (Ohashi, 2018). The BRI is a transcontinental plan which aims to create a network that links Africa, Central Asia, Europe and the Middle East.

However, the ascendance of China in Africa has been met by an increased number of literatures which has accused China of buttressing corruption in state linked companies in Angola, Chinese massive telecommunication companies like Huawei have also been accused of aiding governments like Zambia and Uganda in censorship, spying on activists, political opponents which aids authoritarian regimes. The Armed Conflicts and Data Project argues that in countries where Chinese aid is increasing there is a corresponding increase in political violence which involves state forces (Munday, 2021). The study suggests that there is need to question the protrusion of such conundrums as the expansion of China in Africa echoes how China views Africa as playing ground where it can make mistakes and nobody is going to take note of it.

In addition, Chellaney (2021) argues that African countries have fallen prey to the debt trap diplomacy as China is weaponizing debt to expand its economic, military and political foothold in Africa. It can be argued whether China took a note from the European playbook and it is using debt as an enslavement tool mimicking a colonial era practise. This raises questions of a growing hidden debt problem in Africa. Chellaney (2021) concurs that the “debt for equity swaps” which is a resource-based lending practice evident in countries like Angola, Sudan and Congo show the pervasive, exploitative nature of Chinese lending with a hidden agenda of ceding strategic resources. However, the Perspective (2022) terms this a misplaced hysteria on the alleged debt trap diplomacy, he posits that the biggest challenge for African countries arising from China's commercial forays in the region is the apparent proliferation of unsuccessful mega projects, nonchalance about rank bureaucratic incompetence and debilitating corruption.

Were (2018) says that economically China seeks to assert a dominant investment presence and secure Africa's natural resources for its domestic growth. In light of this China's economic engagements with Africa are almost entirely on its terms. In addition, (Sun, 2014) points out that habitually Chinese loans are backed by African natural resources yet infrastructural development aid is typically tied to service contracts with 70 % of such

contracts allotted to Chinese companies. Therefore, China's investments in Africa mainly create businesses for Chinese companies and jobs for Chinese people. This raises questions on whether the investments in Africa involve skill or technology transfers. Hsu (2014) states that on labour relations African workers hired by Chinese companies are paid "extremely low wages" and "frequently suffer verbal and physical abuse from Chinese managers and are treated as inferiors". However, Rudyak (2022) argues that China is shifting priorities from a infrastructure centric, loan heavy approach to a greater emphasis on trade promotion and facilitation its "we help them, they help us" which symbolically affords the recipient status in the continuous gift cycle initiated in Bandung unlike Northern which aid does not.

### 3.2. Contextualizing EU- Africa, USA-Africa Cooperation

"Seeing a speck in a friend's eye and missing the log in oneself" skepticism should not only be leveled against China as some countries in the European Union (EU) and the United States of America (USA) have also been complicit primed by their double standards in terms of the promotion of democracy in Africa. Inherent, genuine skepticism and venerable tensions have always surrounded the sincerity of the support of democracy, stability by the EU for example the France has been accused of being in complicity to destabilize, create an ecosystem of violence in Western Africa to maintain a grip on Francophone through engineering conflicts, stoking political crises, marking the assassination of leaders and supporting coups. The capture of a former French mercenary disguised as a journalist in Bangui in the capital city of the Central African Republic whilst trafficking arms to train the Seleka rebels show how EU countries are culpable in aiding terrorism and authoritarian regimes (Anadolu Agency, 2021).

The EU has for long viewed Africa through the lens of official development assistance which characterizes donor recipient relations (Mthembu & Mabera, 2020b). Britain though a former member has also been accused of funding repressive regimes across the Great Lakes region and the Horn of Africa. The fissure between rhetoric in terms of human rights, democracy and the opposite actions which cause destabilization has given rise to accusations of hypocrisy which to a greater degree is counterproductive to homegrown prodemocratic efforts in Africa. Therefore, it can be argued that the West has no moral authority to lecture democracy as their moralizing attitude is hypocritical as evidenced by how they also support authoritarian governments in Rwanda, Cameroon and Tanzania depicting how they advance their self-interest. It can be argued that the EU divides the authoritarian regimes into good and bad regimes depending on how they are in good terms or whether they proffer something. The EU's global *Gateway* and *Build Back Better* presents its new strategies towards Africa. The complex analysis of Africa as an embattled continent renders the constellation of a caveat that shows that both China and the EU have skeletons within their closets as asymmetrical, lopsided relations with Africa are evident in all the spheres. Wekesa (2021) argues that the prevalent literature and narratives always show Africa at the receiving end of policies, depicting how external powers in their engagements with Africa always have a policy framework with a detailed, tangible analysis on how to implement it yet Africa remains clouded in ambiguity.

## 4. African Priorities: Africa is a business case not a humanitarian case

African countries need to model their own development trajectory based on African priorities and factor endowments like vast arable land for agriculture which means trawling back to the basics. The view that Africa is not economically sovereign is not a new conception.

Amin (1987) has already stated that the world system historically thrives on constraining the economic sovereignty of the periphery. Therefore, the question is in the trendy summit diplomacy era (Africa+1 Summits) what is stopping them from using the same formula? Simply put, the gatekeepers of the global financial institutions and capitalism cannot support the push for sovereign economic policies because profit accumulation is based on global extractivism from the periphery, labour exploitation and dispossession (Rodney, 2018). With the current geopolitical system reinforcing asymmetries Africa needs to assert its position and priorities. Editeur (2019: 9) states that “make your diagnosis on your own terms.” This depicts that the lack of the continent’s own priority diagnosis has been the underlying cause of exploitation and failure of development policies through lack of appropriation. This idea is tied with one of the cardinal philosophical foundations of martial arts which is “When the student is ready, the master appears.” Therefore, Africa needs to assert its priorities to usher a development trajectory.

The study submits Intra Africa trade and increase in agricultural productivity as priorities for the renaissance of Africa. Intra Africa trade has never crossed the 20 % threshold as in 2020-2021 it stood at 17.93 % highlighting the lack of regional integration (Amusan, 2022). This view is corroborated by Samy (2022) who argues that Sub-Saharan Africa (SSA) is the least integrated region with low share of international trade. To engender a vantage standpoint, Africa needs an economic policy. Therefore, the operationalization of the African Continental Free Trade Area (AfCFTA) which was established with the objective of engendering a single African market for goods and services, with free movement of persons and investments presents a huge untapped remedy to the throes of global trade imbalances (UNDP & AfCFTA, n.d.). Likewise, by eliminating tariff and non-tariff barriers the AfCFTA will facilitate intra trade in food products and will facilitate a possibly cheaper trade of agricultural produce within the continent (Pricewaterhouse Coopers, 2022). However, the stunted growth of Africa intra trade also emanates from the poor’s digital economy underscored by the lack of telecommunication, internet access, digitalization, smart cities and AI technologies. Oloruntoba & Falola (2021) attest that weak e-commerce, digital transactions, currencies disappointingly affect digital economies inversely limiting cross-border trade. Digitalization is imperative to transform intra Africa trade and regional value chains as the outbreak of the COVID-19 pandemic buttressed the importance of e-commerce. In relation to agriculture production, it is argued that in digital innovation there is huge knowledge gap in Africa on the deployment uptake and continued use of digital application and platforms aimed at small scale agriculture innovation systems (Hodder, 2022). Investment in low-cost mobile digital solutions meant for agricultural development is necessary for African countries as they have the lowest productive agricultural sectors in the world mostly due to lack of investment in infrastructure, inputs and extension services. Low agricultural productivity is a colossal stumbling block to the region’s industrialization and growth in intra trade. Ndi (n.d.) argues that the binding constrain to Africa’s economic growth is the low agricultural productivity. African countries can make great relative abundance sustainable economic gains by focusing on improving agricultural productivity with relative low-cost improvement. However African countries lack the requisite public goods, services, research extension, knowledge to turbocharge this drive. Agricultural productivity and focus on intra African trade by moving from extractive and natural resource extraction-based economies is paramount. In hindsight relative comparative advantage highlights that African countries export proportionally more primary products than most regions (Oloruntoba & Falola, 2021). The consequence of this is that African countries do not enjoy the benefits of value addition.

This prognosis accords that focus on intra Africa trade and agricultural productivity can be a priority to chart a development model that can lead African countries towards development trajectory. This sets in motion the development cooperation with nontraditional partners as important to support the African priorities.

## 5. Role of non-conventional partners in Development Cooperation

The study trains the spotlight to new actors within a multiplex world order and focuses on the role on non-traditional partners in DC. In the past few years, the UAE and Vietnam's have ascended to global primacy in agriculture, trade and investment. This has endeared African leaders because they see similarities and opportunities to emulate the UAE and Vietnam ese to make it Vietnamese model. Likewise, with an ambition to attain a high-income, trade and new market frontiers and production bases the UAE and Vietnam have cherished how Africa has become the novel frontier for investment. Kpakaf (2022) states that although an extremely export oriented economy, with export value accounting for 93.29 % of GDP, Vietnam's trade with Africa is limited. If strategically planned, African nations could gain a lot from Vietnam's expertise in agriculture. Equally, the Dubai expo 2020 allowed the expression of African cultural vibrancy, diversity as countries on their pavilions hoisted investment events tailored for their domestic markets contextually useful information for investors business markets which helped to promote positive narratives about Africa. This underscores the desire by African states to broaden international engagement beyond China, USA, EU. Ògúnmodéde (2022a) states that the goals, intricacies of the \$500 million *Consortium for Africa* fore fronted the role of the UAE as a strategic non-conventional partner to African countries as it is closes linked on the AfCFTA, agricultural productivity, youth unemployment and the digital economy. This aligns the UAE, its private sector directly to the priorities and commitments of African states. It is noteworthy that, the UAE has become the leading trading partner with Rwanda, Uganda, Kenya and Zimbabwe. The global development cooperation paradigm is changing, and Africa needs non-traditional partners to learn from and grow with. Current trends show how the UAE and Vietnam are such partners. In analyzing the ascendance of the UAE and Vietnam in Africa the concept of attractiveness and smart power emanates. Souza (2013) states that the extendibility of the "Development Compact" concept in the Africa relations is crucial as it grants the private sector a position in international development cooperation. Africa needs non-conventional partners like the UAE and Vietnam as they promote the involvement of the private sectors to deliberate on issues around trade, investment, agriculture, technology, skills upgrade, lines of credit and grants. Global development is increasingly being seen as a being reliant on the private sector both for its financing and project implementation (Pérez-Pineda & Wehrmann, 2021). His view is substantiated by Horner (2021) who noted that the globalization of production networks and value chains has strengthened the role of the private sector. On the brighter side the involvement of the private sectors supports African priorities in agriculture and intra Africa as a necessary lever for an intervention scale and impact on national agencies. Mawdsley (2015) argues that given the centralization of power in African countries the private sectors is an *idyllic* partner for development cooperation.

Food security remains a major concern for the region. Against this dire canvass African countries with vast arable lands can double the cereal. Ndi (n.d.) argues that world cereal goods have increased nearly threefold since 1960 but Africa has only managed to increase its yield by 10 %. The African continent is the only region where population growth has outpaced cereal productivity. Africa ranks lowest globally in virtually every agriculturally indicator much more than the non-farm economies. In light of the above, Vietnam does not seek to

imitate China to become another source of financial aid or loans for African governments. Coordination mechanism for new market opportunities for Vietnam and African countries and the sharing of information, technical advice and technology transfer agriculture is driving the transformation. In essence, the model being proposed for engagement is to learn together with Vietnam. This is why Africa needs these non-conventional partners. Vietnam clearly understands the middle-income trap, as it is diversifying its economy and export options to Africa (Kpaka, 2022). As the country profoundly invested in adopting new technologies, focused on rice research it transmuted itself from being an importer of rice to being the second-largest rice exporter in the world today. With Africa 's susceptibility is hinged on high food import dependency. "If Vietnam did it, Africa can do it also" under the right leadership. Vietnam is ready to share its technologies from the agriculture sector to spur Africa improve production (Sani, 2022).

The Sierra Leon case bodes well for this study. The 600-hectare mechanized fish farm, 95 per cent of rice cultivation in the Mekong Delta being mechanized to produce average rice yields 6 to 8 metric tons per hectare in which 50 per cent of the rice consumed in the country and more than 90 per cent of that is exported. Sani (2022) states that president Julius Maada Bio of Sierra Leone, is the latest African leader to seek cooperation with Vietnam. Seeing that Vietnam transformed itself from a net rice importer to the second largest rice exporter in the world. The study observed that sector-based development cooperation by President Bio who made agriculture the main pillar of collaboration between Vietnam and Sierra Leone depicts why Africa needs this type of direct cooperation. Private sector in Sierra Leone learns from their counterparts in Vietnam, especially in the rice value chain and aquaculture. The pre-eminence of Sierra Leone's priorities to being food self-sufficient through agriculture and aquaculture undergirded the basis of this cooperation. Sani, 2022 also states that Vietnam will share germplasm and provide experts to boost rice productivity. In addition, private sector companies signed agreement to facilitate export-import of various commodities.

The UAE has shown interest in investing in banking and service sectors. In the Horn of Africa, the huge surge in investment in e-commerce is driven by the increased demand of mobile money circulation and increased foreign direct investment (Öğünmòḍèḍé, 2022b). Etisalat from the UAE is now the 15<sup>th</sup> largest mobile network in the world operates in Benin, Burkina Faso, Central Africa Republic, Egypt, Gabon, Ivory Coast Niger, Nigeria (Guéraiche, 2022). This underscores how Dubai is serving as a strategic partner is driving Africa's digital transformation through fintech companies. Low-cost digitalization can benefit Africa countries to a greater degree. This bodes well for e-commerce for intra Africa trade, digital currencies and block chain technologies. Fafunwa & Odufuwa (2022) argue that micro, small and medium enterprises in Africa need to digitally transform to benefit from the AfCFTA. Presently there is no single platform, whether physical or digital that caters for the 1.2 billion Africans through which African buyers can purchase goods or services from African sellers as e-commerce is limited. The AfCFTA depends on digitalization of the private and public sectors for crosscutting support of value chains and critical areas of the economy like Agriculture. With the youngest, fastest-growing continent, brimming with promise African countries have become amenable to innovative technologies in the financial sector, embracing blockchain technology and fintech services. will help reduce the cost of capital, which in turn will drive economic growth on the continent. The Dubai Expo 2020 strengthened Dubai's position as a strategic partner in Africa's digital transformation with fintech companies, in the finance industry.

The Smart Africa-UAE dialogue to promote Smart cities, through an alliance of 32 African countries, global private actors has been promoting digital transformation in Africa (Öğünmòḍèḍé, 2022b). This initiative is ushering the knowledge economy through affordable

access to broadband and the use of ICT to support a single digital market by 2030. The Smart Africa Alliance has created a huge platform to accelerate digitization. Cabral (2022) states that Mulki International is set to develop a \$300 million hi-tech park and cyber city in Zimbabwe. To offer multifold economic benefits to commercial enterprises hi-tech facilities, block chain technologies, digital assets integration of Zimbabwe into block chain and crypto technology. In addition, the UAE has always been keen on investing in Africa in the maritime and logistical sectors in the region.

However, the exportation of Gulf rivalries to Africa by the UAE in its military adventurism has destabilizing consequences that can wane latent bilateral relations. Therefore, to modify its presence in Africa the UAE needs to scale down its involvement as a destabilizing factor in African countries like Ethiopia and Sudan (Samaan, n.d.). In addition, approximately US\$210 million worth of gold is smuggled out of Zimbabwe to Dubai with no official paper work of the gold exports (Maverick Citizen Report, 2021). In this interregnum it is no longer a “black cat or white cat” as long as the cat can kill mice. African countries need to invest in permuting these dimensions as the shadow side and high risk of defaults impedes benefits of cooperation. Ògúnmodédé (2022b) argues that allegations of labour abuse, racially motivated human rights abuses of black migrants and labour issues in the country have also soiled the intentions and mantra of promoting Africa as the market of tomorrow. Therefore, zooming from a geopolitical specter, the study comes out with more questions than answers on whether it is a matter of jostling geopolitical dates for Africa? Is there an elixir for African agency in development cooperation?

## 6. Conclusion

In summation the study observed that there is a great potential in enhancing direct cooperation with non-traditional partners like Vietnam and the UAE to promote agricultural productivity, sustainable development and intra Africa trade. In symbolic ways, a cursory glance at the selective delinking attests that African states are no longer uniformly geopolitically naïve as the bargaining space has widened. The new dimension can proffer relative autonomy in development priorities for African countries. The study argues that African countries should vastly invest in understanding the policy motivations of Africa’s potential partners and how the same partners can be leveraged to strengthen bargaining positions. As autarky is impossible a geopolitical awakening make sense for African countries with an emphasis on Africa’s foreign policy and intra Africa cooperation like the old butter trade systems as investment in the basics. This is important to engender agency for a continent viewed as geopolitically weak. In summation direct cooperation with Vietnam and the UAE African countries can promote maximum policy autonomy to engender compatible win-win partnerships.

## Bibliographic references

- Amin, S. (1987), A Note on the Concept of Delinking. *Review Fernand Braudel Center*, 10(3), pp. 435-444.
- Amusan, T. (2022), Sub-Saharan Africa in the International Trading System: Understanding the Recent Trends. In S. O. Oloruntoba & T. Falola (Eds.), *The Palgrave Handbook of Africa and the Changing Global Order*, pp. 367-392. Springer International Publishing. [Online]. Available at: [https://doi.org/10.1007/978-3-030-77481-3\\_18](https://doi.org/10.1007/978-3-030-77481-3_18).
- Buba, M. (2022), “Look East” and Look Back: Lessons for Africa in the Changing Global Order. In S. O. Oloruntoba & T. Falola (Eds.), *The Palgrave Handbook of Africa and the Changing Global Order*, pp. 673-688. Springer International Publishing. [Online]. Available at: [https://doi.org/10.1007/978-3-030-77481-3\\_32](https://doi.org/10.1007/978-3-030-77481-3_32).

- Cabral, A. R. (2022), UAE's Mulk International starts construction of \$500m tech park in Zimbabwe. *The National*. [Online]. [Consult. July 2021]. Available at: <https://www.thenationalnews.com/business/2022/07/21/uaes-mulk-international-starts-construction-of-500m-tech-park-in-zimbabwe/>.
- Chakrabarti, M. & Chaturvedi, S. (2021), An Evolving Shared Concept of Development Cooperation: Perspectives on the 2030 Agenda. In S. Chaturvedi, H. Janus, S. Klingebiel, X. Li, A. de Mello e Souza, E. Sidiropoulos, & D. Wehrmann (Eds.), *The Palgrave Handbook of Development Cooperation for Achieving the 2030 Agenda: Contested Collaboration*, pp. 91-112. Springer International Publishing. [Online]. Available at: [https://doi.org/10.1007/978-3-030-57938-8\\_5](https://doi.org/10.1007/978-3-030-57938-8_5).
- Chaturvedi, S., Janus, H., Klingebiel, S., Li, X., Mello e Souza, A. de, Sidiropoulos, E. & Wehrmann, D. (2021), Development Cooperation in the Context of Contested Global Governance. In S. Chaturvedi, H. Janus, S. Klingebiel, X. Li, A. de Mello e Souza, E. Sidiropoulos, & D. Wehrmann (Eds.), *The Palgrave Handbook of Development Cooperation for Achieving the 2030 Agenda: Contested Collaboration*, pp. 1-21. Springer International Publishing. [Online]. Available at: [https://doi.org/10.1007/978-3-030-57938-8\\_1](https://doi.org/10.1007/978-3-030-57938-8_1).
- Chellaney (2021), Colonization by other means: China's debt-trap diplomacy. *Stagecraft and Statecraft*. May 15. [Online]. Available at: <https://chellaney.net/2021/05/15/colonization-by-other-means-chinas-debt-trap-diplomacy/>.
- Editour, D. (Ed.) (2019), *A Call for a Pan-African Roadmap*. Routledge. [Online]. Available at: <https://doi.org/10.4324/9780429055072>.
- Fafunwa, T. & Odufuwa, F. (2022), African Micro, Small, and Medium Enterprises Need to Digitally Transform to Benefit from the Africa Continental Free Trade Area (AfCFTA), pp. 66-82. [Online]. Available at: <https://doi.org/10.4324/9781003274322-5>.
- Gelpern, A., Horn, S., Morris, S., Parks, B. & Trebesch, C. (2021), How China Lends: A Rare Look into 100 Debt Contracts with Foreign Governments (SSRN Scholarly Paper N.º 3840991). [Online]. Available at: <https://doi.org/10.2139/ssrn.3840991>.
- Guéraiche, W. (2022), Between Foreign Policy and Development Assistance: The UAE International Cooperation in Africa. *Forum for Development Studies*, 49(2), pp. 211-232. [Online]. Available at: <https://doi.org/10.1080/08039410.2022.2080763>.
- Hodder, Gareth (2022), Africa and the Gulf States herald a new era in trade and investment relations. White & Case LLP. (n.d.). [Online]. [Consult. 9 Jan. 2023]. Available at: <https://www.whitecase.com/insight-our-thinking/africa-focus-winter-2022-africa-and-gulf-states>.
- Horner, R. (2021), Gereffi G, *Global Value Chains and Development: Redefining the Contours of 21<sup>st</sup> Century Capitalism* (2018). *Competition & Change*, 25(1), pp. 124-126. [Online]. Available at: <https://doi.org/10.1177/1024529420929980>.
- Hsu, S. (2014), China's Model for Africa. *The Diplomat*. [Online]. Available at: <https://thediplomat.com/2014/08/chinas-model-for-africa/>.
- Klingebiel, S., Mahn, T. & Negre, M. (2016), Fragmentation: A Key Concept for Development Cooperation. In S. Klingebiel, T. Mahn, & M. Negre (Eds.), *The Fragmentation of Aid: Concepts, Measurements and Implications for Development Cooperation*, pp. 1-18. Palgrave Macmillan UK. [Online]. Available at: [https://doi.org/10.1057/978-1-137-55357-7\\_1](https://doi.org/10.1057/978-1-137-55357-7_1).
- Kpaka, Musa (2022), Why Africa needs non-traditional partners like Vietnam. April 18. [Online]. Available at: <https://www.theafricareport.com/195211/why-africa-needs-non-traditional-partners-like-vietnam/>.
- Mawdsley, E. (2015), DFID, the Private Sector and the Re-centring of an Economic Growth Agenda in International Development. *Global Society*, 29, pp. 1-20. [Online]. Available at: <https://doi.org/10.1080/13600826.2015.103109.2>.
- Maverick Citizen Report (2021), Zimbabwe: Explosive cartel report uncovers the anatomy of a captured state. *Daily Maverick*. [Online]. Available at: <https://www.dailymaverick.co.za/article/2021-02-09-zimbabwe-explosive-cartel-report-uncovers-the-anatomy-of-a-captured-state/>.
- Mthembu, P. & Mabera, F. (Eds.) (2020a), *Africa-China Cooperation: Towards an African Policy on China?* (1<sup>st</sup> ed. 2021 edition). Palgrave Macmillan.

- (2020b), *Africa-China Cooperation: Towards an African Policy on China?* Springer International Publishing.
- Munday, D. (2021), *Africa-China Cooperation: Towards an African Policy on China*. *South African Journal of International Affairs*, 28(3), pp. 488-491. [Online]. Available at: <https://doi.org/10.1080/10220461.2021.1954548>.
- Ndii, D. (n.d.), *Africa's Infrastructure-Led Growth Experiment Is Faltering. It Is Time to Focus on Agriculture*. Carnegie Endowment for International Peace. [Online]. [Consult. 9Jan.2023]. Available at: <https://carnegieendowment.org/2022/12/20/africa-s-infrastructure-led-growth-experiment-is-faltering-it-is-time-to-focus-on-agriculture-pub-88662>.
- Ògúnmodéde, C. O. (2022a), *The UAE's Africa Policy Is Full of Contradictions*. *World Politics Review*. April 18. [Online]. Available at: <https://www.worldpoliticsreview.com/the-2020-dubai-expo-raises-questions-for-uae-ambitions-in-africa/>.
- (2022b), *The UAE's Africa Policy Is Full of Contradictions*. *World Politics Review*. April 18. [Online]. Available at: <https://www.worldpoliticsreview.com/the-2020-dubai-expo-raises-questions-for-uae-ambitions-in-africa/>.
- Ohashi, H. (2018), *The Belt and Road Initiative (BRI) in the context of China's opening-up policy*. *Journal of Contemporary East Asia Studies*, 7(2), pp. 85-103. [Online]. Available at: <https://doi.org/10.1080/24761028.2018.1564615>.
- Oloruntoba, S. O. & Falola, T. (Eds.) (2021), *The Palgrave Handbook of Africa and the Changing Global Order* (1<sup>st</sup> ed. 2022 edition). Palgrave Macmillan.
- Parakh, T. (2018), *IB 2018/23 Chinese Concessional Loans Part 1—Perceptions and Misperceptions* [Text]. Coral Bell School of Asia Pacific Affairs; The Australian National University. November 8. [Online]. Available at: <https://bellschool.anu.edu.au/experts-publications/publications/6525/ib-201823-chinese-concessional-loans-part-1-perceptions-and>.
- Pérez-Pineda, J. A. & Wehrmann, D. (2021), *Partnerships with the Private Sector: Success Factors and Levels of Engagement in Development Cooperation*. pp. 649-670. [Online]. Available at: [https://doi.org/10.1007/978-3-030-57938-8\\_30](https://doi.org/10.1007/978-3-030-57938-8_30).
- Perspective, A. A. (2022), *African Foreign Policy in a Multipolar Age* [Substack newsletter]. *An Africanist Perspective*. December 22. [Online]. Available at: <https://kenopalo.substack.com/p/african-foreign-policy-in-a-multipolar>.
- Pricewaterhouse Coopers (2022), *AfCFTA's potential solutions to Africa's trade obstacles. Lessons and Opportunities*. PwC. December. [Online]. Available at: <https://www.pwc.com/ng/en/publications/afcfta-potential-solutions-to-africa-trade-obstacles.pdf>.
- Rodney, W. (2018), *How Europe Underdeveloped Africa*. Verso Books.
- Rudyak, M. (2022), *'We help them, and they help us': Reciprocity and relationality in Chinese aid to Africa*. *Journal of International Development*. [Online]. Available at: <https://doi.org/10.1002/jid.3699>.
- Samaan, Jean-Loup (2021), *Les Émirats arabes unis en Afrique: Les ambitions parfois contrariées d'un nouvel acteur régional*. [Online]. [Consult. 9Jan.2023]. Available at: <https://www.ifri.org/fr/publications/notes-de-lifri/emirats-arabes-unis-afrique-ambitions-parfois-contrariees-dun-nouvel>.
- Samy, Y. (2022), *Africa in Global Trade*. In S. O. Oloruntoba & T. Falola (Eds.), *The Palgrave Handbook of Africa and the Changing Global Order*, pp. 393-408. Springer International Publishing. [Online]. Available at: [https://doi.org/10.1007/978-3-030-77481-3\\_19](https://doi.org/10.1007/978-3-030-77481-3_19).
- Sani, A. H. (2022), *Sierra Leone: What Sierra Leone Stands to Gain From Bio's Visit to Vietnam?* *Concord Times*. March 29. [Online]. Available at: <https://allafrica.com/stories/202203290116.html>.
- Soulé, F. (2020). *'Africa+1' summit diplomacy and the 'new scramble' narrative: Recentering African agency*. *African Affairs*, 119(477), pp. 633-646. [Online]. Available at: <https://doi.org/10.1093/afraf/adaa015>.

- Souza, André de Mello e (2013), Brazil's Development Cooperation in Africa: A New Model?, in Papers of the Fifth Brics Academic Forum Partnership for Development, Integration and Industrialisation, pp. 96-107. [Online]. Available at: [https://www.academia.edu/34524163/fifth\\_brics\\_academic\\_forum\\_plenary\\_session\\_3\\_co\\_operation\\_on\\_africa\\_brasil\\_development\\_cooperation\\_in\\_africa\\_a\\_new\\_model](https://www.academia.edu/34524163/fifth_brics_academic_forum_plenary_session_3_co_operation_on_africa_brasil_development_cooperation_in_africa_a_new_model).
- Sun, Y. (2014), Africa in China's Foreign Policy. November 30. Brookings. [Online]. Available at: <https://www.brookings.edu/research/africa-in-chinas-foreign-policy/>.
- Tull, D. M. (2006), China's engagement in Africa: Scope, significance and consequences. *The Journal of Modern African Studies*, 44(3), pp. 459-479. [Online]. Available at: <https://doi.org/10.1017/S0022278X06001856>.
- United Nations Development Programme (UNDP) and the African Continental Free Trade Area (AfCFTA). *Futures Report: Which Value Chains for a Made in Africa Revolution*. [Online]. Available at: <https://www.undp.org/africa/publications/futures-report-2021>.
- Wekesa, B. (2021), A Call for an African Policy Framework Towards China, pp. 11-29. [Online]. Available at: [https://doi.org/10.1007/978-3-030-53039-6\\_2](https://doi.org/10.1007/978-3-030-53039-6_2).
- Were, A. (2018), Debt Trap? Chinese Loans and Africa's Development Options. Africa Portal; South African Institute of International Affairs (SAIIA). August 31. [Online]. Available at: <https://www.africaportal.org/publications/debt-trap-chinese-loans-and-africas-development-options/>.

Handwritten Arabic text in a dense, cursive script, likely a manuscript or a collection of verses. The text is written in black ink on a light-colored background. The script is highly stylized and difficult to read due to its density and the overlapping of lines. The text appears to be a collection of verses or a single long passage, possibly related to religious or historical themes. The lines are closely packed together, and the overall appearance is that of a well-used, aged document.



## Notas de leitura



**Mark Bray. *Educação Sombra na África: Tutoria Privada e suas implicações para as Políticas Públicas*. Hong Kong: Centro de Pesquisa em Educação Comparada (CERC); Faculdade de Educação da Universidade de Hong Kong (HKU), 2021, 100 p.**

Rui da Silva\*

pp. 157-158

A presente recensão tem por base a versão em língua portuguesa do livro *Educação Sombra na África: Tutoria Privada e suas Implicações para as Políticas Pública*, de Mark Bray, editado em 2021 pelo Centro de Pesquisa em Educação Comparada (CERC) e pela Faculdade de Educação Universidade de Hong Kong (HKU), traduzido por Candido Alberto Gomes da Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade da Universidade Católica de Brasília.

O autor, Mark Bray, seguindo o trabalho que tem desenvolvido na Ásia ao longo das últimas décadas regressa ao continente africano, no qual iniciou a sua carreira, para nos dar uma visão panorâmica sobre a educação sombra neste continente. Para o leitor que não está familiarizado com o conceito, educação sombra é usado como metáfora para explicações e reforço escolar após o ensino regular (Bray, 2021: 6).

Ao analisar a educação sombra no continente africano, o autor deixa claro que este é um fenómeno importante, que está implementado na maioria dos países e a crescer em termos de popularidade e número de alunos envolvidos, embora com muitas variações dentro de cada país e entre países. Numa leitura atenta, o leitor compreenderá não só o conceito de educação sombra, como também a expansão deste fenómeno em países como África do Sul, Angola, Argélia, Botsuana, Burkina Faso, Egipto, Essuatíni, Etiópia, Gana, Lesoto, Malawi, Madagáscar, Marrocos, Maurícia, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Quénia, Seicheles, Sudão, Tanzânia, Tunísia, Uganda, Zâmbia e Zimbábue.

O livro possibilita, também, um olhar sobre a diversidade continental, assim como perceber os diferentes locais onde a educação sombra ocorre (apoio individual em casas e cafés, aulas complementares nas instalações escolares, em igrejas e em mesquitas), mas também os valores associados a esta oferta, que podem muitas vezes misturar negócio, geração de

---

\* CEAUP.

renda adicional aos professores e apoio/assistência social. Os casos apresentados fornecem, ainda, ao leitor um olhar sobre Estados com diferentes legados coloniais e pós-coloniais, conseguindo incluir exemplos de países que têm como língua oficial o árabe, o francês, o inglês e o português. Não obstante, como o próprio autor refere, os estudos revistos e os dados obtidos têm por base “diversas pesquisas, com amostras, abordagens de pesquisa e períodos de coleta de dados variados,” (Bray, 2021: 17), sendo necessário percorrer um longo caminho para compreender a educação sombra no continente africano.

Ao longo do livro, é notória a tentativa de equilibrar a sua ambição com as suas limitações. Esta tarefa parece-nos bem conseguida, uma vez que este livro lança as primeiras pedras de uma construção, que outros investigadores devem continuar.

Uma outra novidade que esta obra nos traz, talvez por estar ligada aos documentos de base desenvolvidos para o Relatório de Monitoramento Global da Educação da UNESCO, é uma reflexão sobre a relação da educação sombra com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4, que pretende *garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos*.

O livro está organizado em sete capítulos com uma escrita fluida e clara, sem entrar num “Evereste do jargão hermético” (Pélissier, 2014: 338). Após uma introdução para explicar a natureza e finalidade do livro, o autor centra-se nas definições e contextos da educação sombra. De seguida, proporciona ao leitor um mapeamento da educação sombra no continente africano, apresentando dados sobre taxas de inscrição, demografia e as diferentes configurações das explicações e do reforço escolar. Os capítulos seguintes centram-se nos fatores subjacentes à oferta e à procura da educação sombra, analisando o seu impacto nos resultados escolares e no funcionamento dos sistemas educativos, com casos específicos de países, sem esquecer as diferenças entre estudantes do sexo feminino e masculino. O capítulo 6, seguindo os exemplos de outras obras do autor, principalmente as editadas pelo Instituto Internacional de Planeamento da Educação da UNESCO (Bray, 1999, 2003 e 2009), oferece ao leitor uma abordagem das implicações da análise realizada para os decisores de políticas públicas, antes de terminar com as principais conclusões.

Mark Bray com o livro *Educação Sombra na África Tutoria Privada e suas Implicações para as Políticas Públicas* retira este tema das sombras em relação ao continente africano e, esperamos, inspira futuros trabalhos sobre a temática uma vez que o ponto de partida está lançado.

## Referências bibliográficas

- Bray, M. (2009), *Confronting the Shadow Education System: What Government Policies for What Private Tutoring?* UNESCO International Institute for Educational Planning.
- (2003), *Adverse Effects of Supplementary Private Tutoring: Dimensions, Implications, and Government Responses*. UNESCO International Institute for Educational Planning.
- (1999), *The Shadow Education System: Private Tutoring and its Implications for Planners*. UNESCO International Institute for Educational Planning.
- Pélissier, R. (2014), *De África a Timor: Uma bibliografia internacional crítica (1995-2011)*. Edições Húmus.

# **Eduardo Medeiros. *Rotas da moção. Sio-moçambicanos na época colonial (1885-1975) e suas diásporas pós-independência.* Lisboa – fundação Oriente, 2022, 455 p.**

Augusto Nascimento\*

pp. 159-162

Acerca deste trabalho, elaborado “aos solavancos” durante quase dois decénios, começaria por dizer que, se todos os trabalhos “aos solavancos” tivessem resultados equiparáveis a este, teríamos de aconselhar que as investigações fossem feitas assim, “aos solavancos” e, não menos importante, com tempo.

Certamente, a expressão “aos solavancos” só poderá dizer respeito às contingências da vida, que não foram bastantes desviar o autor do seu propósito, materializado neste livro detalhado e meticoloso, notável pela abrangência e pela sistematicidade da abordagem da comunidade chinesa em Moçambique, acerca da qual ainda nos proporciona um repositório assaz relevante de material empírico para ulteriores investigações, que não poderão ignorar esta obra de referência.

Além do texto, vários anexos contêm dados de indubitável interesse acerca das andanças e da fixação de chineses e seus descendentes por outras paragens que não apenas Beira e Lourenço Marques, desde uma cronologia de datas pertinentes até um inventário de nomes de elementos das comunidades das duas cidades.

Com este trabalho acaba a invisibilidade da comunidade chinesa – também por isso a comunidade chinesa se distinguia de outros grupos – na historiografia sobre Moçambique. O desconhecimento fica agora, ao menos parcialmente, reparado.

O foco são os imigrantes chineses e seus descendentes – que, a propósito da sua trajetória, o autor divide entre comunidades sino-asiáticas, compostas chineses e seus descendentes, e afro-chineses, que englobam os descendentes da miscigenação com os negros –, com diferentes graus de pertença e de inclusão nos laços comunitários. Note-se, a ascendência chinesa nem sempre impediu que alguns indivíduos fossem relegados para a condição de indígenas. Caracterizadas económica, social e demograficamente, as comunidades chinesas são-nos também apresentadas pelos traços culturais que, aparentemente irreduzíveis, foram relevantes na sua trajetória em Moçambique. Registe-se, o autor ainda seguiu os rastros diaspóricos dos chineses (afro-chineses) após a independência de Moçambique.

Apesar da componente etnográfica, este livro não descarta a perspectiva histórica, mormente, o peso das mutações nos vários entornos dos chineses, desde logo, nas pantanosas periferias

---

\* Centro de História da Universidade de Lisboa.

urbanas, das mudanças no colonialismo e das alterações na distante, mas presente, terra de origem. Em contrapartida, sem embargo do peso dos processos históricos, o autor vai avaliando a especificidade mais ou menos vinculativa dos traços culturais – desde as prescrições relativas a uniões conjugais às crenças religiosas – e, dessa perspectiva, as mutações no grupo, que, embora crescentemente diversificado, se foi afirmando como comunidade.

Este livro combina artes da antropologia e da história, sem despropositados laivos encomiásticos, abundantes nos estudos de causa, tão em moda quanto de alcance relativo. Embora tendo conhecido a subalternidade, os chineses não foram propriamente subalternos, como não foram heróis de epopeias. Este livro segue uma comunidade de homens comuns, culturalmente distintos num particular contexto de alteridades e sujeições como foi o de uma sociedade estruturada pela exploração colonial, de que eles foram “objeto e sujeito”.

Dir-se-ia que, aproveitando a exígia diversidade possível num contexto colonial criado de raiz, os imigrantes chineses e seus descendentes forjaram um lugar e percursos, com isso matizando preconceitos do colonialismo. Na expressão assaz feliz do autor, tratou-se de um multiculturalismo vivido sem a celebração dessa sociedade multicolor, multicolor, da qual muitos deles partiram para novos recomeços.

O livro debruça-se especialmente sobre as duas comunidades constituídas entre finais de oitocentos e 1975, seguindo mais de perto a da Beira do que a de Lourenço Marques. Começaram a chegar na segunda metade de oitocentos, estando presentes na expansão da Beira. Porém, para o autor, a época crucial da comunidade situa-se entre as Guerras. É a época de cimentação da fixação, através de variegados laços familiares, agregadores de descendentes diretos, parentes remotos e estranhos associados por “pactos de fraternidade, de subordinação clientelar e até por compra”. Foi igualmente o tempo da consolidação do património amealhado. O enraizamento fez-se acompanhar do incremento do associativismo, apesar de infundadas restrições da autoridade colonial. Nas décadas de 30 e 40, o retorno à China foi trocado pela adoção de Moçambique como terra prometida.

Tal decorria da diferenciação económica. Por não beneficiarem dos favores do poder colonial, essa diferenciação económica, em virtude da qual, em 1970 se listam mais de 200 estabelecimentos comerciais na cidade da Beira, é ainda mais notável. Essa ascensão começara muito antes, quando ela seria inimaginável.

Numa síntese muito simplista, os *coolies* – contratados, por vezes quase escravos – tornam-se carpinteiros nas edificações na cidade e dedicam-se à pesca e à agricultura, em especial, à horticultura. Neste domínio, vêm a ser empresários, empregando africanos. Mais relevante, de ocupações no comércio passam a comerciantes. No comércio para o indígena, são donos de casas de pasto – designadas de *pussa hamba* e *mata-fome* – e de cantinas (a enumeração das do bairro do Maquinino em 1947 impressiona e não é a única). Mas não ficam por aí, têm lojas com mais requinte para colonos e turistas, vendendo desde artesanato local a artigos decorativos importados do oriente.

Em 1922, dois dos automóveis existentes na cidade pertencem a chineses, ainda antes da criação do Automóvel Clube da Beira em 1928 e quando muitas ruas, talvez até a maioria, eram de areia... Em 1947, ter cantina, loja de hortaliças, comércio de lenha, camião e camioneta, além de empregar africanos, era algo de assinalável. Como o era o atelier de confeções com cem trabalhadores africanos, na maioria, costureiros, com que se fornecia uma loja na cidade e se organizavam mostras na Manga. Com empreendimentos destes integravam-se no movimento da instalação das indústrias na cidade nos anos 50 e 60.

Mas, se nos quisermos ater a indícios de sofisticação e de modernidade, era de um chinês a casa fotográfica mais antiga da Beira, a que se juntaram outras duas. Faziam publicidade dos seus empreendimentos nos jornais, o *Diário de Moçambique* e o *Notícias da Beira*, desejando Boas Festas, como era típico...

O processo de diferenciação social, iniciado, por assim dizer, nas zonas periféricas das urbes, não resultou num acantonamento. Diferentemente, e contra as intenções dos anos 40 de “zonificação” da cidade – um eufemismo para um *apartheid* –, marcaram presença nos variados espaços de expansão da cidade. As lojas para colonos e turistas estavam na zona de cimento.

Evidentemente, a diferenciação económica e social terá erodido as lealdades na comunidade, que cada vez menos impediriam decisões dos indivíduos sobre a vida própria, uma dinâmica de que o autor nos vai fornecendo exemplos, entre eles, os novos hábitos e relações sociais.

Mesmo se não podemos avaliar todas as implicações de “culturas mestiçadas”, os dados fornecidos neste texto levam-nos a pressupor a tensão entre, por um lado, a manutenção de tradições ancestrais e a correlata limitação dos contactos e, por outro, os ganhos de decisão pessoal, traduzidos, por exemplo, na participação nos concursos de beleza e na diversidade de consumos, indícios do que o autor caracteriza como desejo de muitos jovens descendentes de chineses de “se integrarem cada vez mais na sociedade dos colonos europeus” ou, talvez, no mundo, de que a sociedade colonial portuguesa era uma entrada. Pelos anos 60 e 70, as solidariedades horizontais ligadas a interesses modernos terão passado a pesar tanto ou mais do que a precedente “tradicional lealdade linhageira e familiar”.

Sobre o enraizamento na terra, se, por um lado, se observou a supracitada trajetória de diversificação social e a correlata perda de homogeneidade e da “textura cultural originárias”, assistiu-se, por outro, a um percurso associativo desde o “prolongamento de associações religiosas, familiares, culturais ou irmandades originárias” até à Associação dos Mestres Carpinteiros e às lojas maçónicas e, por fim, às agremiações de fins específicos mas de largo retorno, como os clubes desportivos.

Neste particular, os resultados foram notórios, a ponto de justificar uma troca de argumentos entre o *Notícias da Beira*, jornal do regime, e o *Diário de Moçambique*, jornal do notável bispo Sebastião, acerca da pertença à cidade das equipas chinesas. A propósito, perguntar-se-á: porque é que se depreciaria a prestação das atletas chinesas se certamente se prezou a presença do dragão chinês no desfile comemorativo do cinquentenário da cidade? Não será difícil aventar uma resposta.

Talvez importasse aprofundar a investigação em dois sentidos, primeiro, o das eventuais disputas de poder na comunidade, a que o autor alude, e, segundo, o das relações com as instâncias de poder colonial, por vezes tão cegas quanto inefetivas, pois tendo proibido a criação de um clube desportivo chinês por terem erroneamente considerado que já existia um, não lograram impedir a formação do clube proibido, sinal de que, por circunstâncias várias, a comunidade parecia algo indemne a medidas desarrazoadas das autoridades.

Estes seriam domínios que poderiam ser aprofundados com interesse, também para a caracterização da variedade de situações coloniais. Sobram, por exemplo, as seguintes questões: em que medida a trajetória dos chineses ilustra as possibilidades proporcionadas por uma sociedade colonial em formação e em mutação? Porque é que muitos deles não julgaram possível repetir o tirocínio no Moçambique independente?

Um momento instigante – a interpretar pela conjugação das noções de autoidentidade e de exo-identidade, de que foi resultando a mutante identidade dos sino-moçambicanos – respeita à apreciação, tecida numa conversa de café, por colonos acerca de quem era quem na terra. Os colonos, que, como nos previne o autor, eram incapazes de perceber a diferenciação social entre os chineses, tinham a certeza de que Moçambique não era deles, asiáticos, inferindo desta verdade um erro, o de que Moçambique era deles, colonos... O erro advinha de estarem sobranceiramente sentados em cima da sua condição privilegiada, mesmo quando eram menos abonados do que vieram a ser chineses e seus descendentes.

Nos finais do colonialismo, muitos chineses já seriam – ou, talvez, dir-se-iam – portugueses, enquanto outros se sentiriam ligados a uma “identidade moçambicana em formação”. Como

era previsível, chineses e colonos viram negada a sua identificação com a terra por africanos empolgados pela demanda de desforra racial aquando da emancipação de Moçambique.

A exaustiva recolha empírica acaba por atualizar uma lição: neste como noutros casos, será muito mais o que não se sabe do que o presume saber acerca das trajetórias sociais, mormente de mecanismos de ascensão e diversificação social.

Pela sobriedade analítica – trocada que foi a adesão pela prova dos factos – ficamos igualmente avisados contra a idealização do objeto de estudo, de personagens que, quantas vezes, se revelam distantes das atribuições de significado dos seus atos pelos estudiosos. Relembre-se, o autor mostra-se atento ao processo de perda de homogeneidade social e da “textura cultural originárias”, também por força da interação social e da mestiçagem, a que as próprias regras de casamento obrigavam e que, sobretudo a partir dos anos 50, a abertura da sociedade colonial facilitava.

Relativamente à sempre difícil questão da imputação de sentido à ação de grupos, nos quais, até por empatia, amiúde projetamos a nossa (imaginada) intencionalidade, importaria considerar que, constituindo-se as trajetórias e as ações de contingências e de experiências adaptativas, seria prudente o uso do termo “expediente” em vez do de “estratégia” para caracterizar o comum das experiências do grosso das pessoas, mormente de grupos em bolandas, mesmo daqueles que aparentemente se tornaram sujeitos da sua história.

Estamos perante um livro que nos recorda o que hoje, por via de algum maniqueísmo militante que se insinua na produção literária e científica, se tende a esquecer: uma vez ressalvado que a diversidade de trajetórias no seio da (com cautelas, denominada) comunidade não anula a insuportável opressão colonial, ainda assim merece registo a diversidade possível num contexto colonial, onde, repito-me, preconceitos colonialistas foram matizados por um multiculturalismo vivido sem celebração de uma particular sociedade multicolor, onde imigrantes chineses e seus descendentes forjaram um lugar e percursos, tornando-se “objeto e sujeito” da exploração colonial. Escorado num imenso levantamento documental, este livro reaviva uma sensação já experimentada pelos menos avisados: a da incapacidade de adivinhar o quão efervescente era a vida no tempo colonial com base na inferência da pobreza observável nos tempos mais recentes. E, no respeitante ao autor, a autenticidade do seu cometimento intelectual evidencia-se na confissão da surpresa face à afirmação e valorização do esquecimento de tempos progressos pelos chineses que os viveram.

Por fim, a par de uma proposta de periodização pertinente para a trajetória da comunidade chinesa, o livro oferece-nos uma interessante exposição das transformações urbanísticas na Beira – no cimento e nos subúrbios – e, sobretudo, sociais, transformações de que também os chineses foram agentes, de alguma forma infirmando uma visão monolítica do colonialismo. Esta exposição minuciosa recorda a cidade a quem a conheceu, embora se revele desafiante para a imaginação de quem nunca a pisou... de alguma forma, por a cidade ser, a espaços, descrita como se o autor andasse a passear nela.

Decerto se ganharia em procurar respostas. Por exemplo, para a seguinte questão: terá o arquiteto Francisco de Castro tido em conta a necessidade ou a conveniência de não erguer um edifício de linhas angulosas para não perturbar a harmonia do Clube Chinês de acordo com os ditames do Feng Shui? Ou, no desenho do curvilíneo hotel Embaixador só se ateu à inovação do seu traço e à experimentação desdenhosa do seródio cânone nacional, ajudando a tornar a Beira, como outras cidades coloniais, num caso notável de novidades arquitetónicas que se suporiam impossíveis num regime ditatorial e constrangedor? E, neste caso, o que terão dito ou que poderiam dizer os chineses perante o paradigma do progresso erigido naquela situação colonial?

Se, sem desconsiderar a necessária frieza analítica, conviermos em que a produção de saber e de conhecimento não é uma atividade sem alma, então, este livro “feito aos solavancos” durante decénios, é, a um tempo, uma homenagem à Beira e a todos os beirenses, chineses incluídos, e uma dádiva para todos.

**Resumos**

**Abstracts**

**Resumés**

**ملخصات**



## Políticas de investimentos agrícolas em Angola: projetos em concorrência e as tendências do século XXI

Garcia Neves Quitari

Durante aproximadamente quatro décadas, o governo de Angola privilegiou políticas de investimentos baseadas no empresariado nacional, políticas estas que vêm se alterando nos últimos anos face ao apelo ao investimento direto estrangeiro. Neste contexto, o presente artigo pretende refletir sobre as políticas de investimentos agrícolas em Angola, visando sobretudo compreender a tendência de crescimento do agronegócio e os diversos projetos concorrentes para o desenvolvimento agrícola. Assim, esta reflexão implica considerações acerca destes projetos e das políticas de financiamento agrícolas implementados no decurso dos últimos 40 anos e os efeitos dos recentes desdobramentos do governo para promover o investimento privado na agricultura no período pós-guerra civil.

**Palavras-chave:** Angola, políticas agrícolas, agro-negócio.

### Agricultural investment policies in Angola: competing projects and 21<sup>st</sup> century trends

For approximately four decades, the Angolan government has favored investment policies based on national corporations, policies which are changing in recent years due to the appeal for foreign direct investment. In this context, this article intends to reflect on agricultural investment policies in Angola, aiming above all to understand the growth trend of agribusiness and the various competing projects for agricultural development. This reflection implies considerations about these projects and the agricultural policies implemented over the past 40 years and the effects of the recent government developments to promote private investment in agriculture in the post-civil war period.

**Keywords:** Angola, agricultural policies, agribusiness.

### Politiques d'investissements agricoles en Angola: projets concurrents et les tendances du XXI<sup>ème</sup> siècle

Pendant environ quatre décennies, le gouvernement angolais a privilégié des politiques d'investissements

fondées sur le renforcement de la communauté d'affaires nationale, politiques qui viennent de changer dans les dernières années en réponse à l'appel à l'investissement direct étranger. Dans ce contexte, le présent article vise réfléchir sur les politiques d'investissements agricoles en Angola, en cherchant avant tout à comprendre la tendance à la croissance de l'agrobusiness et les différents projets concurrents pour le développement agricole. Ainsi, cette réflexion implique des considérations sur ces projets et sur les politiques de financement de l'agriculture mises en œuvre au cours des 40 dernières années, ainsi que sur les effets des récentes mesures prises par le gouvernement pour promouvoir l'investissement privé dans l'agriculture dans la période de l'après-guerre civile.

**Mots-clés:** Angola, politiques agricoles, agrobusiness.

سياسات الاستثمار الزراعي في أنغولا: المؤسسات المتنافسة وتوجهات القرن الحادي والعشرين  
غارسيا نيفيس كويتاري

توجهت الحكومة الأنغولية لما يقارب الأربعة عقود نحو سياسات الاستثمار القائمة على الشركات الوطنية والسياسات المعتمدة في السنوات الأخيرة بسبب جدلية الاستثمار الأجنبي المباشر. في هذا السياق، يهدف هذا المقال إلى تحليل سياسات الاستثمار الزراعي في أنغولا عبر فهم توجهات النمو في قطاع الأعمال التجارية الزراعية ومختلف مؤسسات التنمية الزراعية المتنافسة. تتضمن هذه الرؤية الأخذ بعين الاعتبار أهمية التشريع والسياسات الزراعية المنفذة على مدى الأربعين سنة الماضية وتأثير التطورات الحكومية الأخيرة لتشجيع الاستثمار الخاص في المجال الزراعي خلال فترة ما بعد الحرب الأهلية.

الطلمات المتنافسة: أنغولا، السياسات الزراعية، الأعمال الزراعية

## Eficiência técnica das instituições de microfinanças na região da União Económica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA)

Abdoulaye Aboubacari Mohamed, Felipe Miranda de Souza Almeida, Gabriel Teixeira Ervilha e João Eustáquio de Lima

Este artigo propõe medir a eficiência das instituições de microfinanças da União Económica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA). Usando o método DEA (*Data Envelopment Analysis*), calculam-se os resultados a nível da eficiência técnica numa amostra de 80 cooperativas de poupança e de crédito em 2014. Os resultados evidenciam melhores classificações a nível da eficiência social comparativamente à financeira. A análise comparativa da eficiência de acordo com o país de origem da instituição de microfinança mostra que nenhum país tem o monopólio da boa performance. Uma das conclusões importantes é que a ineficiência se explica por uma inefácia técnica pura mais do que pela escala. Portanto, a melhoria da eficiência

das Instituições de Microfinanças (IMFs) passa por melhorar a sua capacidade técnica, promovendo a formação, a melhoria do equipamento e a qualidade de gestão.

**Palavras-chave:** Eficiência, instituições de microfinanças, método DEA, UEMOA.

### Technical efficiency of microfinance institutions in the region of the West African Economic and Monetary Union (WAEMU)

This paper examines the efficiency of microfinance institutions (MFIs) in WAEMU (West African Economic and Monetary Union). Using DEA (Data Envelopment Analysis), we calculate the technical efficiency scores in a sample of 80 savings and credit cooperatives in 2014. We find higher levels for social efficacy than for financial efficiency. The comparative analysis of effectiveness according to the country of origin of the microfinance institution shows that no country has a monopoly on good performance. One of the important conclusions is that inefficiency is better explained by pure technical ineffectiveness rather than by scale. Therefore, improving the efficiency of MFIs involves improving technical capability by promoting training, better equipment and quality of management.

**Keywords:** Efficiency, microfinance institutions, Data Envelopment Analysis, WAEMU.

### Efficacité technique des institutions de microfinance dans la région de l'Union économique et monétaire ouest-africaine (UEMOA)

Ce document propose de mesurer l'efficacité des institutions de microfinance dans l'Union économique et monétaire ouest-africaine (UEMOA). En utilisant la méthode DEA (*Data Envelopment Analysis*), les résultats de l'efficacité technique sont calculés sur un échantillon de 80 coopératives d'épargne et de crédit en 2014. Les résultats montrent que les scores d'efficacité sociale sont meilleurs que ceux d'efficacité financière. L'analyse comparative de l'efficacité selon le pays d'origine de l'institution de microfinance montre qu'aucun pays n'a le monopole de la bonne performance. L'une des conclusions importantes est que les faiblesses s'expliquent par l'inefficacité technique pure plutôt que par l'échelle. Par conséquent, l'amélioration de l'efficacité des institutions de microfinance (IMF) passe par l'amélioration de leur

capacité technique en favorisant la formation, l'amélioration des équipements et la qualité de la gestion.

**Mots clés:** Efficacité, Institutions de microfinance, Méthode DEA, UEMOA.

الكفاءة التقنية لمؤسسات التمويل الصغيرة في منطقة الاتحاد الاقتصادي والنقدي لغرب إفريقيا  
عبد الله أبو بكر محمد

بحث هذا المقال في كفاءة مؤسسات التمويل الصغيرة في الاتحاد الاقتصادي والنقدي لغرب إفريقيا باستخدام تقنية تحليل مغلف البيانات (التحليل التلويقي) يتم حساب درجات الكفاءة الفنية في عينة مكونة من ثمانين جمعية تعاونية للائحة والائتمان في عام 2014. أعطت النتائج مستويات أعلى للفعالية الاجتماعية مقارنة بالكفاءة المالية حيث يظهر التحليل المقارن للفعالية حسب بلد منشأ مؤسسة التمويل الصغيرة أنه لا يوجد بلد يحتكر الأداء الجيد. من بين أهم الاستنتاجات نجد أن عدم الكفاءة يمكن تفسيره بشكل أفضل من خلال عدم الفعالية التقنية البحتة بدلاً من الحجم. لذلك فإن تحسين كفاءة مؤسسات التمويل الصغيرة يتطلب على تحسين القدرة من خلال تعزيز التدريب وتحسين المعدات إضافة إلى جودة الإدارة

الكلمات الرئيسية: الكفاءة، مؤسسات التمويل الصغيرة، تحليل مغلف البيانات، الاتحاد الاقتصادي والنقدي لغرب إفريقيا

### Relações sino-africanas e implicações neocolonialistas: um caso de envolvimento da China nas indústrias têxteis e mineiras do Gana e as suas implicações na realização dos objetivos de desenvolvimento sustentável neste país

Gideon Asante Yeboah, Kelvin Acheampong e Prince Henry Ebbey

A assunção progressiva da China ao papel de ator relevante no cenário africano necessita de atenção e de análise académica crítica. Embora haja benefícios indubitavelmente variados, também há preocupações sobre se a retórica da China de que ambos os atores beneficiam é sincera ou apenas propaganda vazia. Este artigo contribui para o presente debate ao examinar a relação entre China e África através da objetiva do neocolonialismo. Nesse sentido, o artigo examina o envolvimento da China nas indústrias têxtil e de mineração de Gana como um estudo de caso para argumentar se a parceria entre a China e a África realmente promove o desenvolvimento ou se gera uma nova tendência de neocolonialismo. Como esta pesquisa se concentra em áreas como a parceria (entre Gana e China) e mineração ilegal com os seus efeitos, ela cruza quatro dos ODS (água potável e saneamento [ODS 6]; cidades e comunidades sustentáveis [ODS 11]; proteger a vida marinha [ODS 14] e parcerias para a implementação dos objetivos [ODS 17].

**Palavras-chave:** Neocolonialismo, mineração, têxteis, desenvolvimento sustentável.

## Sino-Africa relations and implications for neo-colonialism: a case of China's involvement in Ghana's textiles and mining industries and its implications in achieving the sustainable development goals in Ghana

China's progressive assumption as a major actor on the African scene needs critical academic attention and examination. Although there are undoubtedly varied benefits, there are also concerns about whether China's win-win rhetoric is sincere or just empty propaganda. This paper contributes to the debate by examining the relationship between China and Africa through the lens of neo-colonialism. In this regard, the paper examines China's involvement in the textiles and mining industries of Ghana as a case study to argue whether the partnership between China and Africa is one that actually promotes development or engenders a new trend of neo-colonialism. Since this research focuses on areas such as partnership (i.e., between Ghana and China) and illegal mining with its effects, it intersects four of the SDGs (clean water and sanitation [SDG 6]; sustainable cities and communities [SDG 11]; life below water [SDG 14]; and partnership for the goals [SDG 17]).

**Keywords:** Neo-colonialism, mining, textiles, sustainable development.

## Relations Sino-Africaines et Implications Pour le néocolonialisme: Un Cas de L'Engagement de La chine dans les Industries Textiles et minières du Ghana et ses Implications pour la réalisation des Objectifs de développement durable au Ghana

La prise en charge progressive de la Chine en tant qu'acteur majeur sur la scène africaine a besoin d'attention et d'analyse académique critique. Si les avantages sont indubitablement variés, on peut également se demander si la rhétorique « gagnant-gagnant » de la Chine est sincère ou s'il ne s'agit que de la propagande vide. Cet article contribue au débat en examinant la relation entre la Chine et l'Afrique sous l'angle du néocolonialisme. Dans ce sens, l'article examine l'implication de la Chine dans les industries textiles et minières du Ghana en tant qu'étude de cas afin de déterminer si le partenariat entre la Chine et l'Afrique favorise réellement le développement ou si n'est qu'une nouvelle tendance neo-coloniale. Comme cette recherche se centre sur les domaines du partenariat (c'est-à-dire entre le Ghana et la Chine) et de l'exploitation minière illégale avec ses effets, elle croise quatre des ODD – l'eau propre et l'assainissement [ODD 6]; les villes et communautés durables [ODD

11]; la vie sous l'eau [ODD 14] et le partenariat pour les objectifs [ODD 17].

**Mots-clés:** Néocolonialisme, exploitation minière, textiles, développement durable.

العلاقات الصينية الأفريقية والاستثمار الجديد: دراسة حالة مشاركة الصين في صناعة المنسوجات والتعدين في غانا  
والثراها على تحقيق أهداف التنمية المستدامة في غانا  
جدعون أشنتي بيواه ، كرفان أنشمويوتج ، بريمن خزي إبيي

إن الفرضية التي تظهر كمنعصر فاعل وفرنسي على الساحة الأفريقية تحتاج إلى تمحيص أكاديمي ونظرة نقدية ، فعلى الرغم من اختلاف المزايا إلا أن هناك مخاوف بشأن ما إذا كان خطاب الصين المروج للترافين مبرهنا أم هو مجرد دعاية لا أساس لها. تتعمق هذه الورقة البحثية في هذا النقاش من خلال دراسة العلاقة بين الصين وأفريقيا بمعايير الاستثمار الجديد، ففي هذا السند يجب تحليل مشاركة الصين في صناعات المنسوجات والتعدين في غانا كحالة لدراسة ما إذا كانت الشراكة في الواقع شراكة تنمية أم توجد لغير الاستثمار جيد. بما أن هذا البحث يركز على مجالات مثل الشراكة (أي بين غانا والصين) والتعدين غير القانوني وبعثته فإنه يتقاطع مع أربعة من أهداف التنمية المستدامة والمتعلقة في : المياه النظيفة والصرف الصحي (الهدف 6) ، المدن والمجتمعات المستدامة (الهدف 11) ، الحياة تحت الماء (الهدف 14) ، والشراكة من أجل الأهداف (الهدف 17)

الكلمات المفتاحية: الاستثمار الجديد ، التعدين ، المنسوجات ، التنمية المستدامة

## Segurança e Desenvolvimento Sustentável em África: que papel para a AFRICOM na Região

Mourad Aty

Desde a adoção da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, as Nações Unidas têm vindo a divulgar ativamente dezassete (17) objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS). A agenda apela a parcerias globais para aquilo a que chamou « paz e prosperidade para as pessoas e para o planeta ». O ODS número dezasseis (16) procura promover a paz, a justiça e a eficiência institucional. Este parece ser um processo longo e complexo quando se trata de África. O continente africano é o mais frágil em termos de desenvolvimento sustentável, dado que a maior parte das suas regiões são dilaceradas por conflitos. Quando se trata de paz e estabilidade como pré-requisito para o desenvolvimento sustentável, verifica-se que as regiões norte, ocidental e do Corno de África são agora as mais instáveis de todo o continente. No meio de tudo isto, o Comando Africano dos Estados Unidos foi criado em 2007 para salvaguardar a paz, trazer estabilidade e proporcionar prosperidade à região. Com base em materiais de origem, principalmente do Departamento de Defesa dos EUA e do seu Centro Africano de Estudos Estratégicos (ACSS), juntamente com as Declarações Posturais do AFRICOM ao Congresso de 2018 a 2022, este documento argumenta que a criação do Comando Africano dos EUA não atingiu nenhum dos objetivos da missão estabelecida. Pelo contrário, foi um fator de atracão para grupos terroristas que se espalharam por

toda a região. Através de vários conjuntos de dados, o artigo também mostra que mais ameaças se tornaram iminentes e mais países foram mergulhados em derramamento de sangue. Um maior número de Estados falhados na região tornariam impossível a implementação de qualquer um dos ODS e da Agenda 2030.

**Palavras-chave:** África, AFRICOM, objetivos de desenvolvimento sustentável, terrorismo.

## Security and Sustainable Development in Africa: what Role for AFRICOM in the Region

Since the adoption of the 2030 Agenda for sustainable development, the United Nations has been actively disseminating seventeen (17) sustainable development goals (SDGs). The agenda calls for global partnerships for what it called “peace and prosperity for people and the planet”. SDG number sixteen (16) seeks to promote peace, justice and institutional efficiency. This seems to be a long and complex process when it comes to Africa. The African continent is the most fragile in terms of sustainable development given that most of its regions are conflict-torn. When it comes to peace and stability as a prerequisite to sustainable development, it is clear that the northern, western, and Horn regions are now the most unstable in the whole continent. Amidst all this, the United States Africa Command was created in 2007 to safeguard peace, bring stability and provide prosperity in the region. Drawing on source materials, mainly from the US Department of Defense and its Africa Center for Strategic Studies (ACSS), along with the AFRICOM Posture Statements to Congress of 2018 through 2022, this paper argues that the creation of the US Africa Command did not achieve any of the set mission goals. To the contrary, it was an attraction factor to terrorist groups which spread all over the region. Through several datasets, the paper also shows that more threats became imminent and more countries were plunged into bloodshed. More failed states in the region would make it impossible for the implementation of any of the 2030 Agenda's SDGs.

**Keywords:** Africa, AFRICOM, sustainable development goals, terrorism.

## Sécurité et développement durable en Afrique: le rôle pour l'AFRICOM dans la région

Depuis l'adoption de l'Agenda 2030 pour le développement durable, les Nations Unies diffusant

activement dix-sept (17) objectifs de développement durable (ODD). L'agenda appelle à des partenariats mondiaux pour ce qui a été appelé «la paix et la prospérité pour les personnes et pour la planète». L'ODD numéro seize (16) vise à promouvoir la paix, la justice et l'efficacité des institutions. Ce processus semble être long et complexe lorsqu'il s'agit de l'Afrique. Le continent africain est le plus fragile en termes de développement durable, car la plupart de ses régions sont déchirées par des conflits. En ce qui concerne la paix et la stabilité, qui sont des conditions préalables au développement durable, les régions du nord, occidental et de la Corne de l'Afrique sont aujourd'hui les plus instables de tout le continent. Au milieu de tout cela, le Commandement des États-Unis pour l'Afrique a été créé en 2007 pour sauvegarder la paix, apporter la stabilité et la prospérité à la région. En s'appuyant sur des documents d'origine, principalement du Ministère Américain de la Défense et de son Centre d'Études Stratégiques pour l'Afrique (ACSS), ainsi que sur les Déclarations de Posture de l'AFRICOM au Congrès de 2018 à 2022, ce document soutient que la création du Commandement américain pour l'Afrique n'a atteint aucun des objectifs de mission établis. Au contraire, elle a été un facteur d'attraction pour des groupes terroristes qui se sont répandus dans toute la région. Grâce à divers ensembles de données, le document montre également que plus de menaces sont devenues imminentes et que plus de pays ont été plongés dans le sang. L'augmentation du nombre d'États défaillants dans la région rendrait impossible la mise en œuvre de l'un ou l'autre des ODD de l'Agenda 2030.

**Mots-clés:** Afrique, AFRICOM, objectifs de développement durable, terrorisme.

الامن والتنمية المستدامة في إفريقيا: أي دور لافريكوم في المنطقة  
مراد عتيق

منذ اعتماد خطة التنمية المستدامة لعام 2030، تعمل الأمم المتحدة بنشاط على نشر سبعة عشر هذا للتنمية المستدامة حيث تدعو إلى إقامة شراكات عالمية من أجل "السلام والازدهار للبشرية والكوكب". يسعى الهدف السادس عشر إلى تعزيز السلام والعدالة والكفاءة المؤسسية في حين يدعو هذا السداس برهته طويلا ومعنا عندما يتعلق الأمر بإفريقيا تعتبر القوة الأفريقية الأكثر هشاشة من حيث التنمية المستدامة بالنظر إلى التسارعات التي تمرق معظم مناطقها، وعندما يتعلق الأمر بالسلام والاستقرار كشرط أساسي للتنمية المستدامة فإن الشمال والغرب والقرن الأفريقي أصبحت الآن أكثر المنطق غير المستقرة في الفترة بأمرها. وسط كل هذا تم إنشاء القيادة الأمريكية لأفريقيا في عام ألفين وسبعة لحماية السلام وتحقيق الاستقرار والازدهار في المنطقة. لإيجاد توازن البحث تم الاعتماد على عدد المراجع والمصادر بشكل أساسي في وثق مساهرة عن وزارة الدفاع الأمريكية ومركز إفريقيا للدراسات الاستراتيجية إضافة إلى إصدارات وبيانات أفريكوم الموجهة للكونغرس. خلص هذا البحث إلى أن إنشاء القيادة الأمريكية لأفريقيا لم يحقق أيًا من أهداف المهمة المحددة بل على العكس من ذلك فقد كتكت عامل جذب للجماعات الإرهابية المنتشرة في جميع أنحاء المنطقة، كما يظهر هذا بالفعل أيضًا أن العديد من التهديدات كتبت وشبكة وأن المزيد من البلدان أصبحت تتردها القوضي والعنف ما جعل منها بالضرورة دولا فاشلة يستحيل معها تنفيذ أي من أهداف التنمية المستدامة.

التكلمت المفتاحية: أفريقيا ، أفريكوم ، أهداف التنمية المستدامة ، الجماعات الإرهابية

## Traços da política de emigração da África Subariana. Fluxo ou refluxo da Agenda 2030?

Issau Agostinho

A África Subariana constitui uma das regiões do mundo com maiores fluxos migratórios, sendo sobretudo, para o continente europeu não só pela proximidade geográfica entre os dois continentes, mas também pela instabilidade político-militar em curso na Líbia. Aqui, antes da queda do regime de Kadhafi, centravam-se as acções que visavam a contenção de migração clandestina por via do Mediterrâneo Central em decorrência de instrumentos de cooperação bilateral assinados com a Itália em 2008. Porém, o caos político vivido naquele país norte-africano não explica por si só os constantes fluxos de migração ilegal e de alto risco de violência, de tráfico de seres humanos e de morte por que passam os migrantes africanos. A ausência de políticas migratórias concertadas e coordenadas entre os Estados africanos, a ausência de mandato da União Africana (UA) para uma gestão completa e eficiente de fluxos migratórios são factores explicativos do fenómeno. Por conseguinte, com o presente tema trago a confronto a materialização do artigo 10.º dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com particular enfoque no 10.7, que recomenda a facilitação da migração ordenada, segura, regular de sujeitos humanos, com as políticas públicas de imigração da África Subariana para concluir de que modo se contribui para o fluxo ou refluxo na materialização da Agenda 2030.

**Palavras-chave:** Política, migratória, subsariana, ODS.

### Features of emigration policy in Sub-Saharan Africa. Flow or ebb of the 2030 Agenda?

Sub-Saharan Africa is one of the regions in the world with the largest migration flows to the rest of the world, especially to the European continent, not only because of the geographical proximity between the two continents, but also because of the ongoing political and military instability in Libya, which, before the fall of the Gaddafi regime, was at the center of actions aimed at containing illegal migration via the Central Mediterranean as a result of bilateral cooperation instruments signed with Italy in 2008. But the political chaos in that North African

country does not explain by itself the constant flows of illegal migration and the high risk of violence, human trafficking and death that African migrants go through. The absence of concerted and coordinated migration policies among African states, the lack of a mandate from the African Union for a complete and efficient management of migration flows are among the immediate factors correlated to the phenomenon. Therefore, with the present theme I bring to confront the materialization of article 10 of the Sustainable Development Goals, with particular focus on 10.7, which recommends the facilitation of orderly, safe, regular migration of human subjects, with the public policy of immigration in sub-Saharan Africa in order to see how it contributes to the success or failure of the implementation of the 2030 Agenda.

**Keywords:** Policy, migration, sub-saharan, SDGs.

### Traits de la politique d'émigration de l'Afrique sub-saharienne. Flux ou reflux de l'Agenda 2030?

L'Afrique subsaharienne constitue l'une des régions du monde où se concentrent les flux migratoires les plus importants vers le reste du monde, en particulier vers le continent européen, non seulement en raison de la proximité géographique entre les deux continents, mais aussi en raison de l'instabilité politique et militaire persistante en Libye, qui, avant la chute du régime de Kadhafi, a été au centre des actions visant à contenir la migration clandestine via la Méditerranée centrale, grâce aux instruments de coopération bilatérale signés avec l'Italie en 2008. Toutefois, le chaos politique vécu dans ce pays d'Afrique du Nord n'explique pas à lui seul les flux constants de migration illégale et le risque très élevé de violence, de trafic d'êtres humains et de mort auquel sont exposés les migrants africains. L'absence de politiques migratoires concertées et coordonnées entre les États africains, le manque de mandat de l'Union Africaine (UA) pour une gestion complète et efficiente de flux migratoires sont parmi les facteurs immédiats corrélés au phénomène. Par conséquent, avec le présent thème, je confronte la matérialisation de l'article 10 des Objectifs de Développement Durable (ODD), avec un accent particulier sur le 10.7, qui recommande la facilitation de la migration ordonnée, sûre et régulière d'êtres humains, avec la politique publique d'immigration de l'Afrique subsaharienne et pour en déduire comment elle contribue au flux ou au reflux dans la matérialisation de l'Agenda 2030.

**Mots-clés:** Politique, migration, subsaharienne, ODD.

ملاح سياسة الهجرة في أفريقيا جنوب الصحراء وأجندة 2030 بين الأعداد الهائلة والنتائج المتكسبة  
إيساو أغوستينو

تعتبر أفريقيا جنوب الصحراء واحدة من مناطق العالم التي تشهد أكبر تنافس هائلة إلى بقية العالم وخاصة القارة الأوروبية، ليس فقط بسبب القرب الجغرافي بين القارتين، ولكن أيضاً بسبب عدم الاستقرار السياسي والعسكري في ليبيا، والذي كان قبل سنوات نظام القذافي في قلب الإجراءات التي تهدف إلى اختراق الهجرة عبر الشريعة عبر البحر الأبيض المتوسط نتيجة الاتفاقيات المتكونة للتشبيك الموقفة مع ليبيا في عام 2008. غير أن القومى السياسية في هذا البلد لا تنس التناقضات المستمرة للمهاجرين غير الشرعيين والمخاطر العالية للتعف والاتجار بالبشر وحتى فقدان المهاجرين الأفرقة لحياتهم في أغلب الحالات. بعد غياب سياسات الهجرة المنظمة بين الدول الأفريقية وعدم وجود توكيوس من الاتحاد الأفريقي لإدارة كمنظمة لتتقانات الهجرة من بين العوامل المباشرة المرتبطة بهذه الظاهرة، لذلك، يلمح هذا البحث استقلاً للعدة العشرة من أهداف التنمية المستدامة مع التركيز بشكل خاص على جزئها السابع الذي يوسى بتسهيل الهجرة المنظمة والأمنة للأفراد مع السياسة العامة للهجرة في المنطقة من أجل معرفة مدى إسهامها في نجاح أو فشل تنفيذ أجندة 2030

الكلمات المفتاحية: سياسة الهجرة، أفريقيا جنوب الصحراء، أهداف التنمية المستدامة

## Centralidade de Quibaúla/Angola – Um olhar a partir dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e da Educação Informal

Ana Pérez, Teresa Medina e Júlio Santos

Angola está a ser palco de importantes movimentos migratórios no âmbito dos processos de habitabilidade de grandes espaços urbanos - as Novas Centralidades. O presente artigo, a partir de um estudo desenvolvido na centralidade da Quibaúla, pretende equacionar a articulação das políticas de habitação de Angola com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), problematizando as lógicas e conceções de desenvolvimento subjacentes e os processos educativos informais presentes e potenciados pela vivência nas centralidades. Os resultados da pesquisa permitem afirmar que estas infraestruturas, por um lado, respondem a necessidades na área da habitação e, consequentemente, contribuem para o cumprimento da agenda 2030 e, por outro lado, devem ser assumidas como um palco "intra-inter-ativo" de um conjunto de reconfigurações dos modos de vida, com profundos efeitos educativos/formativos nos seus moradores.

**Palavras-chave:** Novas centralidades, educação informal, processos migratórios, habitação, ODS.

## Centrality of Quibaúla/Angola - A view based on the Sustainable Development Goals (SDGs) and Informal Education

Angola is nowadays the place of important migratory movements in the framework of the habitability processes of large urban spaces - the *Novas Centralidades*. This article, based on a study developed in the centrality of Quibaúla, aims to consider the

articulation of housing policies in Angola with the Sustainable Development Goals (SDGs), questioning the underlying logics and conceptions of development and the informal educational processes present and enhanced by the experience in the centralities. The research results allow us to sustain that these infrastructures, on the one hand, respond to needs in the area of housing and, consequently, contribute to the fulfilment of the 2030 agenda and, on the other hand, should be assumed as an «intra-inter-active» stage of a set of reconfigurations of lifestyles, with profound educational/formative effects on their residents.

**Keywords:** New centralities, informal education, migration processes, housing, SDGs.

## Centralité de Quibaúla/Angola - Un regard à partir des Objectifs de Développement Durable (ODD) et de L'éducation Informelle

L'Angola est en train d'être la scène d'importants mouvements migratoires dans le cadre des processus d'habitabilité de grands espaces urbains - les Nouvelles Centralités. Cet article, basé sur une étude développée dans la centralité de Quibaúla, vise à mettre en équation l'articulation des politiques de logement d'Angola avec les Objectifs de Développement Durable (ODD), en interrogeant les logiques et les conceptions de développement sous-jacentes ainsi que les processus éducatifs informels présents et valorisés par le mode de vie dans les centralités. Les résultats de la recherche permettent d'affirmer que ces infrastructures, d'un côté, répondent aux besoins dans le domaine de l'habitation et, par conséquent, contribuent à l'accomplissement de l'agenda 2030 et, d'un autre côté, qu'elles doivent être assumées comme un enjeu «intra-inter-active» de reconfigurations de modes de vie, avec de profonds effets éducatifs/formatifs sur ses résidents.

**Mots-clés:** Nouvelles centralités, éducation informelle, processus de migration, logement, ODD.

مركزية كيباؤلا / أنغولا من منظور أهداف التنمية المستدامة والتعليم غير الرسمي  
آنا بيريز ، تيريزا ميدينا وجوليو سانتوس

تعتبر أنغولا في الوقت الحاضر أحد أهم المناطق التي تشهد هجرات كبيرة في إطار عمليات الإسكان في المساحات الحضرية الكبرى. - دولف سبترالديانس. يهدف هذا المقال، بناءً على دراسة تم تطويرها في مركزية كيباؤلا، إلى النظر في مساهمة سياسات الإسكان في أنغولا وتكديفها مع أهداف التنمية المستدامة وفقاً لنموذج التفكير في المفاهيم الأساسية للتقنيات والممارسات التعليمية غير الرسمية الحالية والمعززة بواسطة الهجرات المركزية. تظهر لنا نتائج البحث بأن الحفاظ على هذه النهى التخبية يستوجب للاحتياجات في مجال الإسكان، وبالتالي يساهم في تحقيق أجندة العام 2030 من ناحية، ومن ناحية أخرى ينهي اعتبارها كفاعل نشطاً في مرحلة من مراحل إعادة تشكيل النماذج الحية مع تأثيرات تعليمية / تكويبية عميقة على سكانها

الكلمات المفتاحية: المراكز الحضرية، التعليم غير الرسمي، الهجرة، الإسكان، أهداف التنمية المستدامة

## Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4, nas redes sociais. O que se pode concluir? Análise do Twitter de 2020 a 2022

Rui da Silva e Carla Delgado

O presente artigo analisa as discussões da rede social Twitter usando como palavra-chave SDG4. Este tipo de dados permite estabelecer tendências, perceber que tipo de discussões estão a acontecer, bem como criar um mapa conceitual utilizando os pares de palavras dos tweets. Os dados foram extraídos do Twitter usando o software R através do *Academic Application Programming Interface* do Twitter para o período de março de 2020 a maio de 2022. O artigo argumenta que a republicação de tweets é predominante e conclui que os tweets na sua maioria usam uma linguagem neutra combinando o uso das palavras *education*, *#sdg4*, *quality* e *children*. Conclui ainda que nas discussões predominam temas relacionados com a educação em situações de emergência e crises, bem como com a parceria *multistakeholder Education Cannot Wait*.

**Palavras-chave:** Redes sociais, Twitter, ODS4, análise de redes, análise de sentimento.

## Sustainable Development Goal 4, on social media. What can be concluded? Analysis of Twitter posts from 2020 to 2022

This article analyses the discussions on the social media Twitter using SDG4 as a keyword. The data retrieved from Twitter allows you to establish the trends, understand what kind of discussions are taking place, as well as to develop a conceptual map using word pairs from the tweets. The data were mined from Twitter using R software through Twitter's *Academic Application Programming Interface* for the period March 2020 to May 2022. The paper argues that republishing tweets is the most frequent trend. It also shows that the majority of the tweets use neutral language combining the use of the word's *education*, *#sdg4*, *quality* and *children*. It also concludes that themes related to education in emergency and crisis, as well as the *Education Cannot Wait* multistakeholder partnership, prevail in the discussions.

**Keywords:** Social networks, Twitter, SDG4, network analysis, sentiment analysis.

## L'objectif de développement soutenable 4, sur les réseaux sociaux. Que peut-on en conclure? Analyse de Twitter de 2020 à 2022

Le présent article analyse les discussions sur le réseau social Twitter en utilisant SDG4 comme mot-clé. Ce type de données permet d'établir des tendances, de comprendre le type de discussions qui ont lieu, ainsi que de créer une carte conceptuelle en utilisant les paires de mots des tweets. Les données ont été extraites de Twitter à l'aide du logiciel R via l'*Academic Application Programming Interface* du Twitter pour la période de mars 2020 à mai 2022. L'article montre que la republication de tweets est prédominante et il conclut que les tweets utilisent principalement un langage neutre en combinant l'utilisation des mots *education*, *#sdg4*, *quality* et *children*. Il conclut également que dans les discussions prédominent des thèmes liés à l'éducation en situations d'urgence et de crises, bien comme liés au partenariat *multistakeholder Education Cannot Wait*.

**Mots-clés:** Réseaux sociaux, Twitter, SDG4, analyse de réseaux, analyse de sentiment.

أهداف التنمية المستدامة (الهدف الرابع) على وسائل التواصل الاجتماعي: ما الذي يمكن استنتاجه؟ تحليل منشورات منصة تويتر بين 2020 و 2022  
روي دا سيلفا وكارلا ديلجادو

يقدم هذا المقال تحليلاً لمنشورات منصة تويتر باستخدام الهدف الرابع من أهداف التنمية المستدامة ككلمة مفتاحية رئيسية. نتيج لنا البيانات المسترجعة من تويتر إمكانية تحديد الاتجاهات وفهم ماهية المناقشات التي تجري بالإضافة إلى تطوير خريطة مفاهيمية باستخدام أزواج الكلمات من التغريدات. تم استخراج البيانات من تويتر باستخدام أحد البرامج من خلال واجهة برمجة التطبيقات الأكاديمية في المنصة للفترة من مارس 2020 إلى مايو 2022. تثبتت هذه الدراسة بأن إعادة نشر التغريدات هو الاتجاه الأكثر شيوعاً، كما توضح أيضاً أن غالبية التغريدات تستخدم لغة محايدة تجمع بين استخدام مصطلحات: "التعليم"، "الهدف الرابع"، "الجودة" و "الأطفال". تخلصت هذه الدراسة أيضاً إلى أن الموضوعات التي تسود خلال المناقشات هي المتعلقة بالتعليم في أوقات الأزمات والطوارئ والصندوق العالمي للمحافظون للتعليم الموسوم ب التعليم لا يمكن أن ينتظر.

الكلمات المفتاحية: الشبكات الاجتماعية، تويتر، أهداف التنمية المستدامة (الهدف الرابع)، تحليل الشبكات، تحليل الأحاسيس

## Derivação ou ampliação do espaço de negociação? Porque é que África precisa de novos parceiros não tradicionais na Cooperação para o Desenvolvimento

Armstrong Mudzengerere

O estudo procura desenvolver um programa de investigação sobre a razão pela qual a África necessita de novos parceiros não convencionais como o Vietname e os Emirados Árabes Unidos na Cooperação para o Desenvolvimento. Os estudos existentes concentraram-se

mais em dissecações conceptuais de estratégias para África, na cimeira África+1, ignorando as lições e complementaridades que podem emergir da cooperação direta recíproca entre países africanos e novos parceiros não-tradicionais. O documento sugere que os Emirados Árabes Unidos (EAU) e o Vietname estão a oferecer oportunidades de aprendizagem partilhada, transferência de tecnologia, partilha de informação e «aprendizagem em cooperação» na transformação da agricultura e digitalização para o comércio intra-africano. Ao propor esta linha de pensamento para novos parceiros não-tradicionais, o documento procura recentrar o discurso nas necessidades específicas de investimento de África, «colocando dinheiro onde a África precisa dele».

**Palavras-chave:** Vietname, Emiratos Árabes Unidos (EAU), cooperação para o desenvolvimento, cooperação Sul-Sul.

### Whither diversion or broadening the bargaining space: why Africa needs new non-traditional partners in Development Cooperation

The study seeks to develop a research agenda on why Africa needs new non-conventional partners like Vietnam and the United Arab Emirates in Development Cooperation (DC). Existing studies have focused more on conceptual dissections of strategies towards Africa in the trendy Africa+1 summit binge overlooking the lessons and complementarities that can emerge from reciprocal direct cooperation between African countries and new non-traditional partners. The paper suggests that the United Arab Emirates (UAE) and Vietnam are offering opportunities for shared learning, technology transfer, information sharing and “learning by doing together” in agriculture transformation and digitalization for intra Africa trade. In proposing this avenue of thought for new non-traditional partners, the paper seeks to recentre the discourse on the specific investment needs of Africa, “putting money where Africa needs it”.

**Keywords:** Vietnam, United Arab Emirates (UAE), development cooperation, South-South cooperation.

### S’agit-il de dérivation ou expansion de l’espace de négociation? Pourquoi l’Afrique a besoin de nouveaux partenaires non traditionnels dans la Coopération pour le Développement

L’étude vise à élaborer un programme de recherche sur les raisons pour lesquelles l’Afrique a besoin de nouveaux partenaires non conventionnels tels que le Vietnam et les Émirats arabes unis en matière de coopération pour le développement (CD). Les études existantes se sont davantage concentrées sur des dissections conceptuelles des stratégies pour l’Afrique à la mode Africa+1, ignorant les leçons et les complémentarités qui peuvent émerger d’une coopération réciproque directe entre les pays africains et les nouveaux partenaires non traditionnels. Le document suggère que les Émirats arabes unis (EAU) et le Vietnam offrent des possibilités d’apprentissage partagé, de transfert de technologies, de partage d’informations et d’«apprentissage en coopération» dans la transformation de l’agriculture et la digitalisation pour le commerce intra-africain. En proposant cette ligne de pensée pour les nouveaux partenaires non traditionnels, le document cherche à recentrer le discours sur les besoins d’investissement spécifiques de l’Afrique, en «mettant l’argent là où l’Afrique en a besoin».

**Mots-clés:** Vietnam, Émirats arabes unis (EAU), coopération pour le développement, coopération Sud-Sud.

بين التشوير وتوسيع مساهمة المساومة: لماذا تحتاج إفريقيا إلى شركاء غير تقليديين جدد في التعاون التنموي  
موندنيچير ارمسترونج

تسمى هذه الدراسة إلى تطوير أجددة بحثية حول سبب احتياج إفريقيا لشركاء جدد غير تقليديين مثل فيتنام والإمارات العربية المتحدة في مجال التعاون التنموي. تركز الدراسات الحالية بشكل أكبر على التشريح المفاهيمي للاستراتيجيات تجاه إفريقيا في قمة إفريقيا + 1 التي تتجاهل الدروس وأوجه التكميل التي يمكن أن تنتج من التعاون المباشر المتبادل بين البلدان الأفريقية والشركاء غير التقليديين الجدد. يطرح هذا البحث فكرة أن الإمارات العربية المتحدة وفيتنام تقدمان فرصاً للتعلم المشترك ونقل التكنولوجيا وتبادل المعلومات و “التعلم من خلال العمل معاً” في التحول الزراعي ورفهنة التجارة داخل إفريقيا، فمن خلال تقديم هذه الأفكار حول شركاء جدد غير تقليديين يسمي هذا المقال إلى إعادة إدخال الخطاب حول الاختراجات الاستثمارية المحددة لأفريقيا والمتمثل في فكرة توسيع الأموال حيث تحتاجها إفريقيا

الطلقات المفتاحية: فيتنام، الإمارات العربية المتحدة، التعاون التنموي، التعاون بين بلدان الجنوب

## Legendas das ilustrações

1. Rush hour in Arusha. Tanzania, 2019. Photo: Hugo Ramos. Available in: <https://unsplash.com/photos/loOwlu1hPWc>.
2. Democratic Republic of the Congo tri-border area. Angola, Congo, 2019. Photo: Oton Barros, Coordenação-Geral de Observação da Terra/INPE. Available in: <https://www.flickr.com/photos/153282474@N02/40874539463>.
3. Daily market view as buyers mingle in Mopti. Mali, 2007. Photo: Emilio Labrador. Available in: <https://www.flickr.com/photos/35914311@N03/3332499513>.
4. Gold extraction at the Newmont Mine. Ghana, 2008. Extractive Industries Transparency Initiative. Available in: <https://www.flickr.com/photos/24432475@N03/2314083339>.
5. The fishing fleet of Dande. Angola, 2009. Photo: Mp3irf. Available: <https://www.flickr.com/photos/mp3ief/3803346747/in/album-72157621988189184/>.
6. Aerial view of Benfica. Luanda, Angola, 2019. Photo: Hermenegildo Sebastião. Available: <https://unsplash.com/photos/EkI95WwwMjo>.
7. Construction projects in Zango. Angola, 2019. Photo: Hermenegildo Sebastião. Available: <https://unsplash.com/photos/HSsHs71ST6Q>.
8. Ogiek community member Wesley Kamau prepares his plot of land in Mariashoni, Mau Forest Complex. Kenya, 2022. Photo: Diana Takacsova.
9. Mario Novelli. Sussex, Reino Unido, 2022.
10. Area view of Cairo. Egypt, 2022. Photo: Nassim Wahba. Available: <https://unsplash.com/photos/EyJsGRwtc00>.
11. City scene in Saint-Louis. Senegal, 2020. Photo: Imani Bahati. Available: [https://unsplash.com/photos/gyXi\\_xdPKf0](https://unsplash.com/photos/gyXi_xdPKf0).

## Critérios para publicação

- A *Africana Studia* só publica trabalhos inéditos.
- A *Africana Studia* aceita trabalhos científicos de qualquer área de investigação cuja temática seja África e sociedades africanas.
- Os trabalhos só poderão ser aceites em português, inglês ou francês.
- A publicação de trabalhos está sujeita à apreciação dos Conselhos Científico e Editorial, bem como, de um painel de árbitros constituídos por membros internos e externos ao CEAUP.

## Normas para apresentação de originais

- Os originais devem chegar no programa WORD para Windows ao seguinte endereço eletrónico: *africanastudia@letras.up.pt*.
- Os originais devem vir acompanhados pela identificação do autor (nome, instituição e contactos).
- O corpo de letra deverá ser em fonte Arial ou Times New Roman. Tamanho: 12 pontos para o corpo do texto e 10 pontos para as notas. Espaço entre linhas: 1,5.
- As imagens (mapas, quadros, figuras, fotografias, etc.) devem ser numeradas de 01 em diante. A localização de cada imagem no texto deve ser indicada pelo autor. As imagens devem ser entregues em ficheiros individuais (com a extensão XLS para ficheiros Excel ou JPEG, TIFF ou EPS). As imagens devem ter no mínimo 10x6 cm com 1200x800 pixel (300 dpi).
- Os artigos terão no máximo 50 000 caracteres, incluindo espaços, notas e bibliografia (não serão contadas as imagens).
- Cada artigo será acompanhado de resumos em **duas línguas** escolhidas do seguinte conjunto: português e/ou inglês e/ou francês e/ou árabe. Cada resumo não poderá ultrapassar um máximo de 1000 caracteres do alfabeto latino. O resumo deverá incluir um conjunto de palavras-chave (máximo de quatro).
- As resenhas não poderão exceder os 25 000 caracteres.

## Normas de revisão e citação bibliográfica

- Os autores terão a possibilidade de rever provas dos seus trabalhos.
- Os autores comprometem-se a devolver as provas uma semana após o seu envio. Em caso de indisponibilidade, deverão declarar por escrito que prescindem dessa revisão de autor.
- As referências a autores, no texto, seguem a norma (autor, ano: página).  
Exemplo: (Rodrigues, 2000: 15).
- Se houver uma referência a um mesmo autor no mesmo ano, este deve ser acrescido de uma letra minúscula.  
Ex: (Rodrigues, 2000a: 15).
- Se a referência citada for de vários autores ficará:  
(Rodrigues *et al.*, 2000: 15).
- As transcrições deverão ser em *itálico*, assim como quaisquer vocábulos em língua estrangeira.
- As notas de rodapé e outras deverão limitar-se a informações complementares de interesse substantivo, não ultrapassando cinco linhas em corpo 10.
- A lista das Referências bibliográficas será colocada no fim do artigo e deverá conter apenas as referências introduzidas no texto, listando-as por ordem alfabética e por ordem cronológica crescente quando forem do mesmo autor.
- A bibliografia deve seguir os seguintes exemplos:
  - Livros: Rodrigues, Carlos (2001), *Os novos poderes em África*, Porto: Campo das Letras.
  - Coletâneas: Rodrigues, Carlos, Matos, A. e Silva, António (orgs.), (2002), *Os novos poderes em África*, Porto: Campo das Letras.
  - Artigos em revistas: Rodrigues, Carlos (2001), *Os novos poderes em África*, *Africana Studia*, n.º 8 (ou vol.), pp. 12-35.
  - Artigos/capítulos em coletâneas: Matos, A. (2002), “Os novos políticos africanos”. In: Rodrigues, Carlos, Matos, A. e Silva, António (orgs.), *Os novos poderes em África*, Porto: Campo das Letras.
- As traduções deverão indicar sempre que possível o ano da primeira publicação.
- Nas Referências bibliográficas eletrónicas deverá indicar-se sempre o site/path, a data do artigo e a data da consulta.  
Exemplo: Portal da Língua Portuguesa, 2011. *Vocabulário ortográfico do português* [Em linha]. [Consult. 21.mar.2012]. Disponível em: <http://portaldalinguaportuguesa.org>.

- As referências das fontes primárias deverão vir em notas de rodapé e começar pelo acrónimo do arquivo/instituição, seguindo-se as unidades de arquivo numa ordem do geral ao particular.  
Exemplo: AHU, maço I665.1 - Governo de Angola, SNI, Nota n.º 136, 02-01-1935.
- Os acrónimos deverão ser desdobrados na lista das Referências bibliográficas.
- Após a publicação, os direitos de autor passam a ser pertença da *Africana Studia*.
- As imagens, no caso de serem originais e enviadas por via postal, serão devolvidas se assim for explicitado pelos autores.

## Estatuto editorial e normas éticas

Ver o seguinte link: <http://www.africanos.eu/index.php/pt/africana-studia/estatuto-editorial-e-normas-%C3%A9ticas>.

## Editorial Criteria

- *Africana Studia* publishes only original articles.
- *Africana Studia* accepts papers from every scientific field whose main object regards Africa and African societies.
- Papers are only accepted in Portuguese, English or French.
- Acceptance for publication depends on the validation of the Scientific and Editorial Boards of *Africana Studia* as well as on the validation of peer-reviewers.

## Editorial Norms

- Articles should be sent in Windows-Word files to the following e-mail address: [africanastudia@letras.up.pt](mailto:africanastudia@letras.up.pt).
- Articles must include the author's identification (name, institution, contacts).
- Characters should preferentially be Arial or Times New Roman font. Size: 12 for body text and 10 for footnotes. Spacing: 1,5.
- If the article includes images of any sort they should be numbered from 01 onwards. In the original the location of each image should be indicated by the author. The images should have the extension XLS - Excel and/or JPEG, TIFF or EPS. Images should have at least 10x6 cm with 1200x800 pixels (300 dpi).
- Articles should not exceed 50 000 characters, including spaces, references and bibliography (images excluded).
- Each article should include abstracts (maximum 1000 characters of the Latin alphabet) in **two languages** chosen out from Portuguese, English, French and/or Arabic. Abstracts must come with a set of key-words (maximum of four).
- Book reviews should not exceed 25 000 characters.

## Revision and reference norms

- Authors can review their proof-readings.
- Authors are asked to send the proofs back within the next 10 days after their reception. In case of unavailability for doing so, they should inform the *Africana Studia* Editorial Board by written statement.
- References within the text should follow the norm (author, year: page).  
Example: (Rodrigues, 2000: 15).
- If there is more than one reference to the same author a minor character should be added to the name.  
Example: (Rodrigues, 2000a: 15).
- If there is more than one author in the quotation, the reference should be:  
Example: (Rodrigues *et al.*, 2000: 15).
- Quotations and foreign words should come in italic.
- Footnotes will only be used only for complementary information, preferentially not longer than five lines in size 10.
- A list of Bibliographic references should come at the end of the article and must only quote the books, articles and manuscripts mentioned in the footnotes. The order of appearance is by ascending chronological when there is more than one reference of the same author.
- The bibliographical list should come as follows:
  - Books: Rodrigues, Carlos (2001), *Os novos poderes em África*, Porto: Campo das Letras.
  - Colective books: Rodrigues, Carlos, Matos, A. e Silva, António (org.), (2002), *Os novos poderes em África*, Porto: Campo das Letras.
  - Articles in Journals: Rodrigues, Carlos (2001), *Os novos poderes em África*, *Africana Studia*, n.º 8 (or vol.), pp. 12-35.
  - Articles/chapters in collective books: Matos, A. (2002), Os novos políticos africanos, in, Rodrigues, Carlos, Matos, A. e Silva, António (orgs.), *Os novos poderes em África*, Porto: Campo das Letras.
- Translated books should include, if possible, the year of the first printing.
- Quotations from online databases must always show the site/path, date of publishing and date of reading. Example: Portal da Língua Portuguesa, 2011. Vocabulário ortográfico do português [Online]. [Consult. 21.mar.2012]. Available at: <http://portaldalinguaportuguesa.org>.

- References to archival sources should come in footnotes and start by the acronym of the institution, followed by the archival units in descending order.  
Example: AHU, maço 1665.1 - Government of Angola, SNI, minute n.º 136, 02-01-1935.
- Acronyms should be written out in full and be included in the bibliographical list.
- Copyrights of all published material belong to *Africana Studia*.
- Original images supplied by authors will be returned to them if requested.

## Editorial statute and ethical norms

See: <http://www.africanos.eu/index.php/en/africana-studia-2/estatuto-editorial-2>.

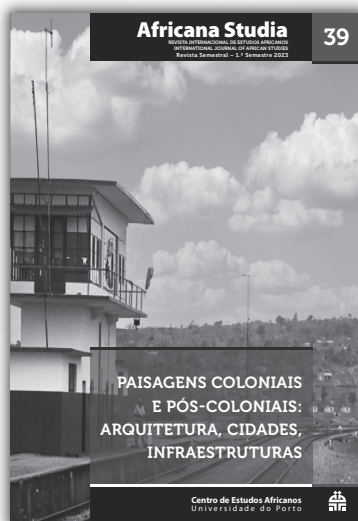


## Africana Studia

REVISTA INTERNACIONAL DE ESTUDOS AFRICANOS  
INTERNATIONAL JOURNAL OF AFRICAN STUDIES

N.º 39 – 1.º semestre – 2023

### PAISAGENS COLONIAIS E PÓS-COLONIAIS: ARQUITETURA, CIDADES, INFRAESTRUTURAS



#### Assinatura Anual (Annual Subscription)

CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS U.P. – FLUP

Africana Studia – Via Panorâmica, s/n – 4150-564 PORTO – Portugal

Telephone / Fax (00-351-226077141)

#### Dois números semestrais (Two issues/year)

Portugal . . . . .	22 €
U.E. (European Union) . . . . .	28 €
PALOP's . . . . .	32 €
Resto do Mundo (Rest of the world) . . . . .	32 €

Desconto para estudantes (Student's discount) — 20% (\*)

(\*) Add copy of student's card

Nome (Name) \_\_\_\_\_

Morada (Address) \_\_\_\_\_

Telefone / Fax \_\_\_\_\_

Endereço electrónico (E-mail) \_\_\_\_\_

#### Modalidade de Pagamento (Payment by)

Transferência Bancária para: (Bank Transfer) \_\_\_\_\_

CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS U.P.

IBAN: PT50 0035 0194 0000 2032 53053 – BIC/SWIFT: CGDIPTPL

Cheque Bancário N.º (Bank Cheque Nr.) \_\_\_\_\_

Necessário juntar comprovativo (add copy of bank transfer)





